

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ALUISIO JOÃO DE CARVALHO

**FUNDAÇÕES DE APOIO UNIVERSITÁRIO NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ANOS DE 1990: A
EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**UBERLÂNDIA
2006**

ALUISIO JOÃO DE CARVALHO

**FUNDAÇÕES DE APOIO UNIVERSITÁRIO NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ANOS DE 1990: A
EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área temática: Educação Superior

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão em Educação

Orientador: Professor Dr. Marcelo S. Pereira da Silva.

**Uberlândia
2006**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- C331f
2006
- Carvalho, Aluisio João de, 1972-
Fundações de apoio universitário no contexto das políticas para
educação superior nos anos de 1990 : a experiência da universidade
federal de Uberlândia / Aluisio João de Carvalho. - 2006.
222 f. : il.
- Orientador: Marcelo S. Pereira da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.
1. Educação - Teses. 2. Ensino superior - Financiamento - Teses. 3.
Autonomia universitária - Teses. 4. Fundação de Apoio Universitário
(FAU) - Teses. I. Silva, Marcelo S. Pereira da. II. Universidade Federal
de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

ALUISIO JOÃO DE CARVALHO

**FUNDAÇÕES DE APOIO UNIVERSITÁRIO NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ANOS DE 1990: A
EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área temática: Educação Superior

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão em Educação

Orientador: Professor Dr. Marcelo S. Pereira da Silva.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Marcelo Soares da Silva – Orientador

Profa. Dra. Marilúcia de Menezes Rodrigues – UFU

Prof. Dr José *Carlos* Rothen – UNITRI

**Uberlândia
2006**

**À minha mãe Maria Aparecida pelo exemplo de luta e
perseverança.**

AGRADECIMENTOS

À Minha mãe, Maria Aparecida, que me ensinou o valor do trabalho e da persistência ao longo da vida.

A meu pai, que embora não esteja aqui entre nós, jamais está ausente nos meus projetos de vida.

Aos meus irmãos: Fernando e Ronaldo que sempre estão a meu lado para o incentivo necessário.

Aos meus sobrinhos: Diego, Dayne e Sthefany, pessoas muito importantes por que se constituem elo entre o presente e o futuro de nossa família.

Aos sobrinhos: Felipe e Thiago que, quando chegaram, me deram alegria na inocência da infância.

Ao amigo Marcelo Fernandes que me escuta e me incentiva nas lutas diárias.

Aos amigos Sílvia e Ivalda pela compreensão e por que sempre me receberam de braços abertos no convívio.

Aos colegas de mestrado, em especial às Amigas : Márcia, Juliene e Taita com as quais sempre compartilhei as alegrias e angústias durante esse período.

Aos professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, que me ajudaram de forma indireta a compor este trabalho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Soares Pereira da Silva, pois sem a sua sabedoria e experiência e sobretudo compreensão com relação as dificuldades, não seria possível a realização deste trabalho. Obrigado por tudo e que o futuro lhe traga mais sucesso.

Aos companheiros da secretaria do Mestrado em Educação, James Madson Mendonça e Gianni Carlos Freitas Barbosa, pela acolhida que sempre tiveram comigo.

À Fundação de apoio Universitário que me acolheu com presteza e dedicação para realização do trabalho.

À Universidade Federal de Uberlândia, Instituição que propiciou a realização de minha pós-graduação e Mestrado em Educação.

A Todos os colaboradores que participaram das entrevistas no trabalho de campo, doando um pouco do seu tempo para pesquisa.

Finalmente a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para formação deste trabalho.

*Não sei...
Se a vida é curta ou longa demais pra nós,
Mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
Se não tocamos o coração das pessoas.
Muitas vezes basta ser:
 Colo que acolhe,
 Braço que envolve,
 Palavra que conforta,
 Silêncio que respeita,
 Alegria que contagia,
 Lágrima que corre,
 Olhar que acaricia,
 Desejo que sacia,
 Amor que promove...
E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais,
Mas que seja intensa, verdadeira, pura...
 Enquanto durar*

Cora Coralina

RESUMO

O presente estudo insere-se na linha de Políticas e Gestão em Educação o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e tem como objeto de investigação a Fundação de Apoio Universitário (FAU) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A Fundação de Apoio investigada foi fundada em 1982 e tem como finalidade contribuir com a UFU na consecução dos seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão. Esse estudo tem como objetivo geral analisar o papel da FAU frente à UFU no contexto das políticas educacionais para educação superior no limiar do século XXI. Ao lado desse objetivo geral, pretende-se também analisar as implicações e relações da FAU com a UFU, suas dificuldades, o impacto da Fundação com relação ao trabalho docente, sua contribuição no que diz respeito ao financiamento, e a autonomia universitária no contexto das políticas educacionais para educação superior nos anos de 1990. Desse modo, discute o papel da FAU a partir das transformações socioeconômicas que engendram e determinam as políticas educacionais, em especial aquelas voltadas para a educação superior, no final de século XX e início do século XXI. Quanto ao aspecto metodológico, este trabalho é de cunho investigativo e se insere nesse campo metodológico qualitativa, por acreditar que a condução da pesquisa nesse campo metodológico possibilita ao pesquisador construir uma visão mais global nos aspectos social, econômicos e políticos. A escolha da FAU como objeto de estudo decorreu da grande interação que ela possui com a UFU, por meio do conjunto das Unidades Acadêmicas que compõem essa Universidade. O processo de coleta de dados adotado foi a entrevista semiestruturada. As análises desenvolvidas evidenciam que a Fundação de Apoio Universitário, na sua relação com a UFU, muito tem contribuído para a dinamização das ações administrativas no âmbito das Unidades acadêmicas e da própria Universidade como um todo. Por sua vez, quanto ao impacto da FAU no que se refere ao financiamento UFU, observou-se que ele é significativamente pequeno, quanto ao volume dos recursos captados, porém de grande importância para se alcançara a dinamização acima referida. Observou-se, também, que para a maioria dos sujeitos entrevistados a participação de docentes da Universidade em atividades desenvolvidas por meio da FAU não tem trazido maiores prejuízos para o conjunto das atividades desenvolvidas por meio da FAU não tem trazido maiores prejuízos para o conjunto das atividades desses docentes na Universidade. Quanto à privatização da educação superior, os sujeitos entrevistados evidenciam que a atuação das fundações como a FAU não é determinante, pois essa privatização tem caminhado por outras trilhas e já atingiu patamares em que a manutenção de algumas instituições públicas, gratuitas, acaba se constituindo em fator de equilíbrio entre as instituições nesse nível de ensino. Conclui-se, ainda, que se as Universidades tivessem maior autonomia, certamente, a atuação e o papel de fundações como a FAU seriam bastante minimizados.

Palavras-chave: Autonomia Universitária, Educação Superior, Ensino, Financiamento, Fundação de Apoio Universitário, Privatização, Políticas Públicas, Trabalho Docente.

ABSTRACT

This study is part of the Policy and Management in Education on line the Postgraduate Education of the Federal University of Uberlândia. Program and has as an object of research of University Support Foundation at the Federal University of Uberlândia. The investigated Support Foundation was founded in 1982 and aims to contribute to the UFU (University Federal Uberlândia) attaining its goals of teaching, research and extension. This study has as main objective to analyze the role of FAU front UFU in the context of educational policies for higher education on the threshold of the XXI century. Alongside this general goal, also intends to analyze the implications and FAU relations with UFU, their difficulties, the Foundation's impact in relation to teaching, his contribution with regard to funding and university autonomy in the context of political education to higher education in the 1990. Thus , discusses the role of FAU from socioeconomic changes that engender and determine educational policies , in particular those aimed at higher education , in late twentieth and early twenty-first century. Regarding the methodological aspect of this work is investigative in nature and falls qualitative methodological field , believing that the conduct of research in the methodological field allows the researcher to build a more global view on the social , economic and political aspects . The choice of FAU as an object of study was due to the great interaction that she has with the UFU , through the set of Academic Units comprising this University . The process of data collection used was the semistructured interview . The developed analysis reveals that the University Support Foundation , in its relationship with the UFU has much contributed to the revitalization of administrative actions within the academic units and the university itself as a whole. In turn , the impact of the FAU as regards the financing UFU , it was observed that it is significantly small, as the volume of funds raised , but of great importance to be reached the above dynamics. It was observed, too, that for most interviewees the participation of teachers in the University activities through FAU has brought greater damage to the set of activities developed by FAU has not brought greater damage to the set of activities such teachers at the University. Regarding the privatization of higher education, the interviewees show that the performance of foundations such as FAU is not decisive, because that privatization has walked through other tracks and has reached levels where the maintenance of some, free, public institutions ends up constituting balancing factor between the institutions at this level of education. Furthermore, it is concluded that the universities have greater autonomy, certainly, the performance and the role of foundations as FAU would rather minimized.

Key-Words: University Autonomy, Higher Education, Education, Finance, University Support Foundation, Privatization, Public Policy, Teaching Work.

LISTA DE SIGLAS

ADUFU/SS – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia – Seção Sindical.

AI-5 – Ato Institucional número cinco.

ANDES-SN – Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior – Sindicato Nacional.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

BM – Banco Mundial.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior.

CF – Constituição Federal.

CFE – Conselho Federal de Educação.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa.

CONSUN – Conselho Superior da Universidade.

CREDUC – Crédito Educativo.

ENC – Exame Nacional de Cursos.

EUA – Estados Unidos da América.

FACED – Faculdade de Educação.

FACEU - Faculdade de Ciências Econômicas.

FAFIU - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Uberlândia.

FAMECIU - Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia.

FAU – Fundação de Apoio Universitário.

FEEL – Faculdade de Engenharia Elétrica.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FIES - Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

FIT – Faculdades Integradas do Triângulo.

FMI - Fundo Mundial Internacional.

GED – Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior.

GERES - Grupo para Reformulação da Educação Superior.

IES – Instituições de Ensino Superior.

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

ILEEL – Instituto de Letras e Linguística.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases.

MEC – Ministério da Educação.

ONGs – Organizações Não-Governamentais.

ONU – Organizações das Nações Unidas.

PNL – Plano Nacional de Educação.

PROUNI – Programa Universidade Para Todos.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

TCU – Tribunal de Contas da União.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UNESCO – Fundo das Nações Unidas para Infância.

UNIT – Centro Universitário do Triângulo.

UNITRI - Centro Universitário do Triângulo.

UNU - Universidade de Uberlândia.

SUMÁRIO

Capítulo I

Introdução	16
-------------------------	-----------

Capítulo I

As transformações Capitalistas e a nova Reconfiguração do Estado no século XX	22
--	-----------

1.1 A crise taylorismo/fordismo e suas implicações na reconfiguração do Estado	23
1.2 Neoliberalismo globalização e papel do Estado	28
1.3 Os organismos multilaterais e as políticas sociais.....	39
1.4 As políticas educacionais e o mundo do trabalho	42

Capítulo II

As políticas para o ensino superior na década de 1990	45
--	-----------

2.1 A crise vivida pela universidade.....	45
2.2 A questão da Autonomia Universitária	50
2.3 Relação público-privado na expansão do ensino superior no Brasil.	55
2.4 Políticas de avaliação na educação superior.....	61

2.5 As fundações de Apoio no contexto das políticas públicas para educação superior..	66
---	----

Capítulo III

A fundação de apoio universitário (FAU) e a Universidade Federal de Uberlândia: Relações e interações.....	75
---	-----------

3.1 A FAU e o seu papel na UFU	80
3.2 A FAU e o financiamento da UFU	85
3.3 A FAU e o trabalho docente na UFU	91
3.4 A FAU e a Privatização na UFU	96
3.5 A FAU e a autonomia universitária.....	101
3.6 A FAU e as contradições na relação com a UFU	103
Considerações Finais	108
Referencias Bibliográficas	114
Anexo I- Roteiro de entrevistas	121
Anexo II Entrevistas	123

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como eixo central o papel da fundação de apoio no contexto das políticas públicas para as Universidades Federais nos anos de 1990, especificamente o papel da Fundação de Apoio Universitário (FAU), no interior da Universidade federal de Uberlândia.

As fundações de apoio são instituições localizadas no interior das universidades com o objetivo de apoiarem as atividades das universidades, um ente privado inserido em um ambiente público, constituindo-se em um componente administrativo possibilitador de maior agilidade administrativa.

As fundações são mecanismos de repostas rápidas às demandas das universidades, principalmente no que diz respeito a processos de compra de materiais, contratação de pessoal, tornando se um elemento importante também no que diz respeito ao financiamento, pois as suas atividades permitem entrada de recursos na universidade, complementando os recursos do orçamento que vêm diminuindo.

Através das fundações de apoio, são organizados cursos de Especialização (latu-sensu) e contratos de prestação serviços, nos quais parte do dinheiro é destinada à Universidade Federal.

Essa complementaridade orçamentária faz parte das políticas públicas implementadas nos governos de FHC de 1995 a 2002. Nesse período, organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, recomendaram mudanças para manutenção do ensino superior que deve ser oferecido e ampliado sem aumento do gasto público.

No período escolhido para abordar o presente estudo, houve grandes transformações, em que a globalização foi intensificada, os Estados se reconfiguraram em uma nova ordem mundial e as políticas neoliberais tornaram-se hegemônicas no mundo todo.

Nos anos de 1990, houve uma grande expansão do ensino superior no país como um todo e, para atender esta demanda, era preciso financiamento e diante da impossibilidade de fazê-lo somente através de entidades públicas, houve a expansão através de instituições privadas, que aumentaram em muito a quantidade devido ao pouco número de vagas no ensino público federal. O quadro abaixo sintetiza dados importantes:

Ano	Federais	Estaduais	Municipais	Privadas	Total
1989	315.283	193.697	75.434	934.490	1.518.904
1990	308.867	194.417	75.341	961.455	1.540.080
1991	320.135	202.315	83.286	959.320	1.565.056
1992	325.884	201.133	93.645	906.126	1.535.788
1993	344.387	216.535	92.594	941.152	1.594.668
1994	363.543	231.936	94.971	970.584	1.661.034
1995	367.531	239.215	93.794	1.059.163	1.759.703
1996	388.987	243.101	103.339	1.133.102	1.868.529
1997	395.833	253.678	109.671	1.186.433	1.945.615
1998	408.640	274.934	121.155	1.321.229	2.125.958
1999	442.562	302.380	87.080	1.537.923	2.369.945
2000	482.750	332.104	72.172	1.807.219	2.694.245
2001	502.960	357.015	79.250	2.091.529	3.030.754

Quadro 1 – Expansão do ensino Superior
Fonte: MEC / INEP / SEEC.

Através da tabela acima, podemos identificar uma grande expansão do ensino superior na área privada, de 1995 a 2001, com um crescimento de 97,5.

A minha preocupação com relação às políticas públicas para o ensino superior aprofundou-se no ano de 1996 quando iniciei minha carreira acadêmica ingressando no Centro Universitário Triângulo, na época FIT e hoje UNITRI. Esta inquietação vinha do fato de que uma vez tendo ingressado em uma faculdade privada tinha necessariamente que trabalhar para poder custear os estudos e ficava me questionando por que estava aumentando o número de vagas nas instituições privadas em detrimento das públicas por que o Estado não aumentava o número de vagas nas universidades públicas?

Após o término minha graduação, no final de 2000 iniciei o curso de especialização em docência do ensino superior, promovido pela FAGED, Faculdade de

Educação da Universidade Federal de Uberlândia. No decorrer desta especialização tomei conhecimento da área de políticas públicas, através dos estudos dessa área e da vivência no interior da Universidade. Tentei estabelecer debate sobre as fundações de apoio discutindo a necessidade das fundações no interior da universidade, se a sua existência não estava levando a uma privatização da universidade.

Com o conhecimento adquirido ao longo da Especialização do estudo sobre as políticas educacionais levou a elaboração do projeto de pesquisa com os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as mudanças ocorridas no papel do Estado, no contexto das transformações capitalistas no mundo do trabalho, ao longo do século XX e suas implicações na sociedade brasileira.
- Analisar as políticas para educação superior no Brasil, ao longo dos anos de 1990 e sua relação com o contexto mais amplo em que se desenvolve.
- Compreender o papel da FAU (Fundação de Apoio Universitário) no contexto da UFU, frente às mudanças socioeconômicas da atualidade e as políticas para educação superior no Brasil nos anos de 1990.

O presente trabalho se detém mais especificamente em torno de cinco aspectos relativos à relação FAU-UFU: Financiamento; implicações no trabalho docente; privatização; autonomia e contradições.

A importância deste estudo está no fato de identificar para onde caminham as políticas públicas de ensino superior no país, para onde apontam as diretrizes educacionais do ensino superior público. Para tanto, buscou-se a realização de um estudo teórico,

complementando sua última etapa com um trabalho de campo, em que se evidencia a percepção dos sujeitos acerca do assunto.

Metodologicamente este estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa, acreditando que nesse campo há possibilidade de construir uma visão mais global e articulada do objeto investigado, relacionando os aspectos sociais econômicos e políticos.

Procurou-se considerar as principais características da investigação qualitativa de acordo com o que Bogdan e Biklen (1944) levantam:

Na investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; a investigação qualitativa é descritiva; os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva; o significado é de importância vital na abordagem qualitativa. (BOGDAN E BIKLEN 1994, p 47-50).

O processo de coleta de dados foi através de entrevistas orais, semi-estruturadas. A fundação de apoio escolhida foi a FAU (Fundação de Apoio Universitário) devido a sua grande importância no interior da UFU (Universidade Federal de Uberlândia).

Definiu-se como critério de escolha, as duas unidades acadêmicas de maior interação com a UFU e outra unidade de menor interação.

Além de diretores dessas unidades foram colaboradores desta pesquisa professores indicados pelos diretores, coordenadores de cursos de especialização e o chefe de departamento da FAU.

As entrevistas foram realizadas nos locais, horários e dias definidos pelos colaboradores, nas unidades acadêmicas. Antes de serem iniciadas as entrevistas, foram apresentados elementos gerais do trabalho e como pretendia desenvolver a entrevista, com um roteiro semi-estruturado.

Os primeiros contatos foram feitos pelo telefone, uma conversa prévia quando possível explicando a proposta do trabalho. O tempo de duração das entrevistas variou, dependendo da disponibilidade, das condições do ambiente em que estavam sendo realizadas, das interferências externas.

Optou-se pela transcrição integral dos arquivos e fitas gravadas, com algumas categorias de análises, privilegiando pontos comuns e/ou divergentes suprimimos partes desnecessárias ou repetitivas.

O contato com esses profissionais permitiu entender o porquê da existência das fundações de apoio e se a sua atuação no interior da universidade contribui para uma política de privatização do ensino superior federal ou se apenas é uma instituição que colabora para que a universidade continue a ser pública. Nesse contexto visualizam-se o cruzamento dos dados obtidos com o referencial teórico, como o problema de financiamento e a questão da autonomia universitária.

Para estudar o objeto em questão, o trabalho foi dividido em três capítulos, sendo o primeiro intitulado: *As transformações capitalistas e a nova reconfiguração do estado no século XX que* aborda a crise do taylorismo/fordismo e suas implicações; a crise capitalista e suas conseqüências; o neoliberalismo e a globalização e sua ação política; a influência de organismos multilaterais nas políticas educacionais e o mundo do trabalho.

Esse capítulo também apresenta o Estado como instituição organizadora da sociedade, apontando quais foram as conseqüências nas políticas públicas para os gastos sociais e educacionais e como a nova forma de produzir e os organismos multilaterais influenciam nessas políticas, abordando as mudanças significativas no período estudado.

O segundo capítulo, intitulado *As políticas para o ensino superior na década de 1990*, trata do debate das políticas de financiamento para educação superior no Brasil, da autonomia universitária, da expansão do ensino superior, da relação público privada, das

políticas de avaliação na universidade, e das fundações de apoio no contexto das políticas públicas.

Dando seguimento às questões levantadas no primeiro capítulo, no segundo trabalham-se as consequências das políticas públicas estudadas para a educação superior, analisando o impacto dessas políticas no interior da universidade, as suas crises, em particular a crise de hegemonia e o aumento da demanda por vagas e as suas necessidades mais urgentes.

No terceiro capítulo, intitulado *Fundação de Apoio Universitário - FAU e a Universidade Federal de Uberlândia relações e interações* são apresentados os dados de campo, colhidos por intermédio das entrevistas. Esses dados foram analisados com base no referencial teórico e da percepção sobre a importância e como agem dentro da universidade.

Através das pesquisas realizadas foi possível identificar a grande importância das fundações no contexto mais amplo das universidades públicas, bem como, de modo mais particularizado, com relação à Universidade Federal de Uberlândia.

Foi analisada a partir dos dados levantados, a relação entre a Universidade Federal de Uberlândia e a Fundação de Apoio Universitário, as dificuldades encontradas nesse relacionamento. Questionou-se também até que ponto a fundação possibilita a autonomia, ou se na verdade acaba por impedir que a Universidade se torne uma entidade com maior independência e como se comporta o docente frente às fundações. Trabalhou também a questão da privatização. Discute-se ainda se a atuação de uma fundação de apoio, no caso da FAU, leva à privatização da universidade, ou se é apenas um instrumento utilizado pelo órgão público para atingir determinados fins.

Ao final, apresentamos as considerações finais sobre o assunto, colocando a nossa percepção do trabalho realizado, fazendo uma ligação do referencial teórico trabalhado nos dois primeiros capítulos e o trabalho de campo no terceiro capítulo.

CAPÍTULO I

AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS E A NOVA RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO NO SÉCULO XX.

Este capítulo trata das mudanças ocorridas no papel do Estado nos anos de 1990, no que diz respeito aos seus aspectos econômicos, políticos e sociais, de modo a delinear os vários elementos que influenciaram e influenciam sua forma de ser e de agir, a partir da compreensão do Estado como “uma instituição através da qual se organizam e formalizam os processos da política” (LIPSON, 1995, p. 83-84).

O Estado se reconfigura e reage de acordo com os diversos interesses existentes na sociedade. Fruto de um longo e diversificado processo histórico, ele tem sua história e sua particularidade. A atuação do Estado muda de tempos em tempos, atendendo aos interesses dos vários grupos sociais e pode-se compreendê-lo sob vários aspectos, partindo da compreensão material, ou seja, da necessidade que o homem tem de produzir sua vida materialmente, o Estado possui uma lógica histórica “na vida material dos indivíduos, a sua base” (PERONI, 2003, p. 21).

A produção material é a grande mola propulsora da vida em sociedade, pois a maneira de produzir, de distribuir as mercadorias, a forma como se obtém a riqueza e que se determinam as políticas sociais, econômicas e educacionais influenciam esse processo, uma vez que é na materialidade da existência humana que se determina forma de ser e de viver, como afirma

Marx (1992, p. 25) “o modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens o que lhes determina a realidade objetiva, mas ao contrário, a realidade social é que lhes determina a consciência”.

Assim, dentro de uma lógica materialista, o Estado assume ao longo da história diferentes formas de ser, de agir, ora assumindo um papel de maior intervenção na economia, ora de provedor do bem estar social, ora de regulador. Contribuem também na definição dessa forma de agir do Estado, as crises capitalistas. É no contexto dessas crises que se situa a de produção taylorista/fordista, a globalização e as políticas neoliberais.

1.1 A crise do taylorismo/fordismo e suas implicações na reconfiguração do estado

O modo de produção taylorista/fordista teve sua consolidação nos anos de 1940 e 1950, sendo que o fordismo atingiu sua maturidade como regime de acumulação após 1945. Até o início da década de 1970, esse regime predominou e se expandiu para várias partes do mundo. Com sua adoção,

Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa preservada e ameaça de guerras intercapitalistas tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo e o capitalismo se dedicou a surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas. (LUCENA, 2004, P.74)

A predominância desse modo de produção se pautava nas políticas keynesyana, de caráter intervencionista; tinha como tese doutrinária a política

de pleno emprego, uma política apoiada no *Welfare State* ou “Estado de bem-estar social”. Existia uma diferença entre o Fordismo e o taylorismo extremamente importante para os trabalhadores: Taylor tinha uma relação de produtividade de administração, ao passo que Ford considerava que a produção realizada em larga escala também deveria ser consumida da mesma forma. Para Ford, todos os empregados deveriam poder comprar o que eles produzissem. Não existia apenas uma preocupação produtiva, mas também de todo o corpo social: o trabalhador deveria ter renda e tempo suficiente para que consumisse os produtos.

O que havia de especial em Ford (e que em última análise distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle de gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1993, p.121).

Nesse contexto, podemos visualizar duas medidas importantes. Primeiro, a política empregada nesse momento da existência de empregos com uma remuneração que abria ao operário o consumo, criando condições de existência de um consumismo e, segundo, possibilitava-se uma produtividade em larga escala.

Após o fim da II Guerra Mundial, as novas tecnologias passaram a ser rapidamente incorporadas em diferentes setores da vida social, reconhecendo-se ainda que grande avanço tecnológico já tivesse sido alcançado no período entre as guerras mundiais do século XX, ou seja, entre o fim da I Grande Guerra e o começo da II Guerra Mundial. Nesse período,

desenvolve-se a indústria dos eletrodomésticos e o aperfeiçoamento na construção de navios, aviões e armamentos dentre outros setores.

Com efeito, o desenvolvimento de tecnologias que favorecem a recuperação das economias dos países devastados pela guerra assumiu uma centralidade ainda maior diante do plano Marshall, que se constitui em um projeto de recuperação dos Estados destruídos nos conflitos bélicos de 1939 a 1945, a exemplo da Alemanha, de modo a viabilizar a recuperação econômica necessária para uma injeção de capital e, conseqüentemente, a reconstrução de redes de transportes, instituições de assistência à população etc.

Para que o modelo fordista tivesse êxito, era necessária a adesão dos trabalhadores, o que seria possível graças aos benefícios oriundos desse novo modo de produção, como esclarece Lucena (2004, p. 71):

A construção dos métodos de trabalho fordista passou a ser inseparável de um modo específico de viver sentir e pensar a vida. O que estava em jogo era a construção de um novo gênero de trabalhador e processo produtivo, a difusão do jeito americano vitorioso que pelo acesso aos bens de consumo mostra um padrão de vida invejável em relação aos demais trabalhadores do planeta.

O fordismo expandiu para outros países além dos EUA, como Grã-Bretanha e Japão, onde encontrou um terreno fértil para sua expansão.

Por sua vez, o Estado garantia o desenvolvimento fordista, assumindo o importante papel de “investimento de capital fixo” (HARVEY, 1993, p. 128); além disso, o Estado garantia, ainda, os chamados gastos sociais com a saúde, a habitação e outras necessidades sociais.

No período pós-guerra, O Estado capitalista assumiu novas obrigações, pois a produção em massa requeria investimentos em capital fixo e condições de demanda relativamente estáveis para que fosse lucrativa. O Estado tinha papel de controlar os ciclos econômicos, combinando políticas fiscais e monetárias. As políticas eram direcionadas para o investimento público, principalmente para os setores vinculados ao crescimento da produção e do consumo em massa, e tinha ainda o objetivo do pleno emprego. O salário era complementado pelos governos através de seguridade social, assistência médica, educação e habitação (PERONI, 2003, p. 26).

Deveria ser o Estado de Bem Estar Social, ou Welfare State, quando são adotadas políticas que visavam garantir os gastos sociais e emprego dos trabalhadores uma vez que, como explica Peroni (2003, p.114), “O Estado acabava exercendo, também, o papel de regular direta ou indiretamente os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção”.

Esse modelo de sociedade, com base na produtividade e em políticas sociais de longo alcance, manteve o capitalismo e sua lógica de acumulação de capital, vindo a dar sinais de esgotamento e entrando em crise na segunda metade do século XX.

Além do colapso fordista/taylorista, outros fatores colaboraram para que o capitalismo entrasse em crise. Trata-se da crise do petróleo, iniciado, na década de 1970, e do período de alta inflação, culminando, nesse mesmo tempo, com uma estagnação econômica, processo denominado por alguns autores da área econômica de “estagflação”: “A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo mundo capitalista avançado caiu numa longa recessão combinado com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Para os liberais do final do século XX, se por um lado a organização sindical ajudava o processo fordista e possibilitava aumentar os ganhos dos trabalhadores, por outro lado esses ganhos e outras conquistas colocavam em cheque a lucratividade dos empregadores. Desse modo, credita-se ao poder dos sindicatos e trabalhadores e aos gastos sociais a responsabilidade pela crise de acumulação.

As raízes da crise para Hayek e seus companheiros estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre salários e com a pressão parasitária para que o Estado aumentasse os seus gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 10).

Como uma reação à crise vivida pelo então modo produtivo taylorista/fordista, que possuía uma organização rígida do trabalho, vai se delineando uma nova forma de acumulação, o modelo da acumulação flexível, inserida em um novo mundo de mudanças políticas de caráter neoliberal e inserido num contexto de globalização econômica, política, cultural etc.

Os novos contornos da produção capitalista não significaram um aumento de possibilidades para os trabalhadores. Ao contrário, significou uma diminuição vertiginosa do nível de emprego em todo mundo, porque além do desemprego estrutural, decorrente dentre outros feitos da incorporação das novas tecnologias nos processos produtivos ideológicos e politicamente há o desemprego causado pelas políticas neoliberais, tendo seu início com a primeira ministra Margareth Thatcher, na Inglaterra dos anos 80:

O processo de reestruturação produtiva é decorrente, em parte, do colapso do fordismo e da instalação do modelo neoliberal. Contudo tais elementos não são justapostos, mas compõem e são componentes de um todo organicamente articulado que provoca alterações importantes na organização do trabalho no atual contexto, conduzindo novas dinâmicas gestoriais seguidas por diferentes segmentos da esfera produtiva com alcance nos mais variados espaços (SILVA JR, 2001, p. 112).

As políticas neoliberais inglesas se espalham pelo mundo. Outros políticos neoliberais chegaram ao poder em vários países:

As primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal em governos de países do capitalismo central, como por exemplo: Inglaterra com Margareth Thatcher (1979), Estados Unidos com Reagan (1980) e Alemanha Helmut Kohl (1982) mostram, com clareza, os efeitos nefastos das práticas tais como: redução das instituições de bem-estar social, privatização do financiamento e da produção dos serviços, cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios, canalizando gastos para os grupos carentes, entre outros. (ROCHA, 2005, p. 18).

1.2 – Neoliberalismo, globalização e papel do Estado

Estabelecer um conceito para o neoliberalismo não é tarefa fácil, pois não é algo que possua uma definição completa. O neoliberalismo não constitui efetivamente um corpo teórico próprio, original e coerente, pois, na verdade, ele toma de empréstimo definições concretas do liberalismo. Os liberais reduzem sua política à lógica do mercado, sendo que o Estado é mínimo para os interesses sociais, devendo agir, principalmente nos interesses de agentes econômicos:

Em geral, os autores que analisam essa temática a definem como um movimento político-econômico heterogêneo consolidado nos países capitalistas, desenvolvido em meados da década de 70, cuja proposta é a economia clássica como única alternativa de superação da crise pela qual passam essas sociedades. Esse movimento representa uma forma de pensamento que é um fantasma dos anos 20, anti-estadista, enfatizando a hegemonia empresarial, retratando o consumo popular como inimigo dos interesses nacionais e baseado na crença da racionalidade do mercado e na importância autônoma da moeda, cujo objetivo é impulsionar um novo processo de acumulação capitalista, sem levar em conta considerações distributivas (BIANCHETTI, 2001, p. 21).

No neoliberalismo, as políticas sociais são trabalhadas de forma diferente do Estado de bem-estar social: a educação e a saúde não são prioritárias em relação ao capital.

O Estado neoliberal, semelhante ao estado liberal, como preceitua Celso Bastos (1995, p. 69), procurou “suprimir toda interferência do estado na regulação da Economia”; A política mais importante é a do mercado, no qual os indivíduos vão buscar, dentre as ofertas, o consumo que mais satisfaz suas necessidades, seja serviços de saúde, educação, moradia. Todos os bens e direitos sociais devem ser buscados no mercado.

Na onda do neoliberalismo, os governos passavam a enfatizar a necessidade de estabelecer prioridades, de ter "cuidado" com os gastos públicos e seu retorno e com investimentos privados. No estabelecimento das prioridades sociais, enfatiza a necessidade de se focalizar o problema a ser sanado.

Além das políticas reducionistas de atuação do Estado, houve uma transformação significativa nas transações financeiras, em que os investimentos de capital no mercado financeiro ganharam mais importância do que a produção industrial.

Os Estados Nacionais, assim, funcionam como uma espécie de banco onde se captam recursos financeiros, geralmente no capital externo, para promover uma aplicação em obras de infra-estrutura ou para uma movimentação financeira do país, como pagamento de dívidas.

Nesse contexto, os países do capitalismo periférico, dentre eles o Brasil, se vêem obrigados a quitar seus débitos com os países do capitalismo central, não só para receber mais captação de recursos, mas também para conseguir sanar as dívidas já assumidas.

O Estado passa a ser administrado com vistas não só à satisfação dos interesses internos, mas ao contrário, priorizando o jogo e interesses internacionais, enfatizando o atendimento aos interesses dos capitais estrangeiros.

Para os neoliberais, as necessidades sociais devem ser buscadas no mercado, sendo o Estado do Bem Estar Social considerado pernicioso e, como tal, um alvo a ser combatido.

Os neoliberais também sustentam que o intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas, sobretudo, por que desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder as demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e inclusive, piorá-la com derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade. E para completar, imobilizou os pobres tornando-os dependentes

do paternalismo estatal. Em resumo, é uma violação à liberdade econômica moral e política que o capitalismo liberal pode garantir (LAURELL, 1995, p. 162).

Os neoliberais acreditam que o Estado intervencionista, de caráter provedor e pernicioso, na medida em que conduz ao aumento do déficit público, da inflação, bem como ao desestímulo ao trabalho, por um suposto desdobramento na diminuição da produtividade. Mesmo assim, possui direcionamentos para as políticas sociais, embora com um enfoque mais restrito, geralmente permeadas pela focalização, descentralização e privatização.

Na ótica da focalização, as ações governamentais em questões sociais ficam restritas ao atendimento da pobreza, não sendo implementados programas gerais e, sim, direcionado a um grupo específico. Em muitos casos, os programas focalizados assumem caráter complementar às instituições de filantropia e de assistência às comunidades necessitadas. Por meio da focalização, os gastos são direcionados para grupos que necessitam com maior urgência de recursos; faz-se uma opção por atender um determinado grupo que, naquele momento, necessita mais. Defende-se a idéia de um gasto mais eficiente, levando-se sempre à relação do custo-benefício.

Focalizar constitui uma condição necessária para avaliar conhecer a relação custo - benefício de cada programa. Incorporar outros atores sociais como executores e inclusive como financiadores dos programas sociais (organismos não governamentais, municípios, comunidades, beneficiários, empresas privadas outorgando prioridade à demanda de serviço) (VIEIRA, 2001, p. 15).

Os neoliberais argumentam o investimento público sem uma efetiva prioridade para setores específicos das políticas sociais. Na maioria das vezes não alcançam aqueles que realmente necessitam da “proteção” do Estado, ou seja, a camada da população em situação de pobreza como sintetiza:

A focalização por sua vez significa o direcionamento do gasto social a programas e a públicos-alvos específicos, seletivamente escolhidos pela sua necessidade e urgência. Dois tipos de justificativas apóiam essa tese: aquela de Friedman, de que o Estado deve entrar apenas residualmente e tão somente no campo da assistência social e que argumenta com o fato de que em geral os mais necessitados não são em princípio os que efetivamente se beneficiam do gasto social; consequentemente, deve-se redirecionar esse gasto, concentrando-o em programas dirigidos aos setores mais pobres da população (DRAIBE, 1994, p. 97).

O outro pilar das políticas públicas sociais é a chamada descentralização. Muitas vezes a descentralização se configura a partir da distribuição de competências do ponto de vista jurídico em que o poder de decisão não fica determinado em uma única instância de governo, ou em um único órgão, pois com esse tipo de organização centralizada não se conseguiria atender as demandas sociais crescentes. Além disso, a centralização dificultaria a agilidade na tomada de decisões. Argumenta-se, também, que as políticas e estruturas centralizadas prejudicam o processo de destinação e alocação de verbas, pois tornariam esse processo mais difícil e pouco eficiente. Por conseguinte, para melhor atender a população e as demandas sociais deveria caminhar-se na direção da descentralização, pois assim haveria maior eficiência do gasto, aumentando as possibilidades de

contenção nominal e local dos recursos governamentais e dos recursos não governamentais, no financiamento das questões sociais.

Nesse sentido, através da legislação e da reformulação da forma de agir com relação às necessidades de uma região, busca-se aproximação das necessidades locais com os recursos locais, como simboliza a Constituição Federal, que coloca no município a responsabilidade por inúmeras políticas sociais, ou seja, transfere a outra esfera de poder o que deveria ser da sua competência.

A política de descentralização, por sua vez, implica desconcentrar as decisões políticas mais estratégicas, ou seja, por meio da transferência de responsabilidade da União na execução de políticas públicas para estados e municípios e, principalmente para a iniciativa privada e organizações não-governamentais (ONGs) – (DRAIBE, 1994, p. 97).

Em conjunto com a focalização e a descentralização, a privatização é uma outra solução colocada pelos neoliberais para as políticas sociais. Adota-se a privatização para fornecer à sociedade o que o Estado fazia de modo direto, não somente transferindo do Estado para a iniciativa privada, mas também criando um mercado de consumo, seja pela omissão estatal, seja pela deterioração dos serviços públicos. Uma vez criado esse mercado, o setor público não volta a investir no mesmo.

Não existe apenas a privatização direta, (podemos chamar assim aquela que sai do Estado e, imediatamente, passa para as mãos de um particular), mas também aquelas operadas em conjunto com instituições filantrópicas, as chamadas parcerias (em creches, escolas) e verdadeiras ONGs, que recebem auxílio financeiro e trabalhadores voluntários, que

prestam serviços à comunidade. Trata-se de organizações não-governamentais e de organizações religiosas, inclusive com verbas recebidas por estas entidades, que sempre sofrem diminuições em um modelo neoliberal:

A cessação de programas públicos e o desenvolvimento do governo de algumas responsabilidades específicas (“privatização implícita”); reduções (em volume, capacidade, qualidade) de serviços publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (“privatização por atribuição” dos consumidores; o financiamento público do consumo de serviços privados através de contratação e terceirização, reembolso ou indenização dos consumidores, *tickets* e vales com pagamento direto dos provedores privados). (DRAIBE, 1994, p. 98).

O avanço desses pressupostos neoliberais no campo das políticas públicas, especialmente na segunda metade do século XX, encontrará terreno fértil para se desenvolver frente ao contexto da globalização.

A globalização é um fenômeno iniciado no século XVI, com as Grandes Navegações Quinhentistas, quando países com mercados antes desconhecidos uns dos outros, aproximaram-se, intensificando os processos comerciais uns dos outros, como a Índia e a Europa, além de trocas culturais, que se sucederam. Esses intercâmbios comerciais possibilitados pelo desenvolvimento das navegações podem ser considerados uma verdadeira revolução tecnológica para aquele período.

A globalização político-econômica ganha mais notoriedade a partir da década de 1990, quando a aproximação dos países se torna mais rápida, com maior facilidade, pois com o avanço tecnológico há um desenvolvimento das telecomunicações, da Internet, dos mercados globais, de modo que essa globalização virá a influenciar a política, a cultura, o modo de ser e de viver das pessoas, mas, sobretudo, as atividades econômicas:

São quatro as dimensões fundamentais e irredutíveis: 1) a economia mundial capitalista que tem por agentes dominantes as corporações, com base-matriz num Estado específico, mas que opera estrategicamente em escala planetária como poder econômico capaz de mobilizar enormes recursos e influenciar distintos estados; 2) os sistemas de estado-nação, cujos atores principais são essas entidades políticas, ciosas dos seus direitos territoriais, monopólio da legalidade e da violência e promoção de identidade nacional, e que se inserem nas relações de poder da ordem política global, contando entre outros recursos, com seu nível de riqueza e de força; 3) a ordem militar mundial, que se refere às conexões entre indústria de guerra, fluxo de armamento e técnicas de organização militar duma parte do mundo para outras, bem como as alianças entre as forças armadas de estados diferentes e ao próprio fenômeno das guerras “orquestradas” nas áreas periféricas pelas duas superpotências durante a guerra fria, etc. 4) o desenvolvimento industrial, cujo aspecto mais importante é a expansão da divisão internacional do trabalho. Supõe tarefas e especializações de países ou regiões em termos de tipo de indústria, de capacitação e produção de matérias-primas além das implicações globalizantes do industrialismo na difusão de tecnologias e seus impactos na esfera da produção na vida quotidiana e no meio ambiente (GOMEZ, 2000, p. 137).

A globalização, como é hoje praticada e conhecida, só foi, possível graças ao aumento vertiginoso da capacidade de armazenar um grande número de informações por meio da microeletrônica de informática, de guardar dados em uma única máquina.

Com o avanço da internet, os bancos adquiriram uma mobilidade cada vez maior nas chamadas transações financeiras, com a possibilidade de transferir quantidades enormes de uma conta na Suíça para a Indonésia, ou qualquer outra parte do mundo, em uma fração de segundos. Não existe

apenas um crescimento de quantidade de informações, mas também formas de transportá-las rapidamente.

Além destas transações bancárias facilitadas pela internet, também se facilitaram as consultas para compra de ações em bolsas do mundo inteiro: as bolsas hoje estão interligadas de forma “on-line”; pode-se ver o sobe e desce das ações no mesmo momento em que ocorrem.

Com tudo isso, os investidores do mundo inteiro deslocam o capital de acordo com suas conveniências e possibilidade de ganhos, pois conseguem saber não só como está funcionando o mercado financeiro no mundo todo, como também qual é o mais atrativo.

Ao longo dos últimos anos, a intensificação de relações dessa ordem fez com que fossem alteradas as esferas produtivas, mudando-se as relações de emprego, de produção. Em um processo produtivo anterior, fabricar, vender e comprar mercadorias significava ganhar dinheiro, acumular riquezas, capital. No entanto, com a intensificação do movimento do setor financeiro transnacional, ganho de capital por intermédio dos investimentos nos “mercados de dinheiro”, se aprofundou, o que faz com que seja priorizada a aplicação de recursos que poderiam ser destinados à produção que paga uma das maiores taxas de juros do mundo, podendo afirmar que o dinheiro gera dinheiro:

Nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre as finanças e produção e entre o que agora se chama economia real e o mundo, das finanças, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo e o dinheiro como simplesmente dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia. O sistema financeiro descobre fórmulas imaginosas, inventa

sempre novos instrumentos, multiplica o que se chama de derivados, que são sempre a renovação de oferta dessa mercadoria aos especuladores. O resultado é que a especulação exponencial assim redefinida vai se tornar algo indispensável, intrínseco ao sistema, graças aos processos técnicos de nossa época. É o tempo real que vai permitir a rapidez das operações e a volatilidade dos *assets*. E as finanças movem a economia e a deformam, levando seus tentáculos a todos os aspectos da vida. Por isso é lícito falar em tirania do dinheiro (SANTOS, 2001, p. 44).

O Estado, por sua vez, funciona como captador de capitais e nesse papel tem a tarefa de manter os mercados internos estáveis, sem problemas, para que todos possam confiar investimentos. Assim, o fluxo das informações acerca dos índices econômicos de um país tem que ser cuidadosamente tratado de modo a impedir qualquer sobressalto dos mercados financeiros. Sendo assim, grande esforço é empreendido para que informações sobre a vida financeira de um país sejam as melhores possíveis.

Informações especulativas sobre um país como o Brasil, por exemplo, podem diminuir os investimentos e gerar colapsos na economia interna. Os investidores acompanham como está o risco de um determinado país para investir nele. Quando se tem uma pontuação muito alta do chamado “risco-país”, a possibilidade de perdas financeiras e de investimento é muito grande, já que aparece com frequência nos meios de comunicação como ilustra a notícia que se segue:

O risco-país é utilizado para medir a desconfiança dos investidores estrangeiros no Brasil. Quanto mais baixo ele for, menor é o medo de que o governo não vá pagar sua dívida. A recompra antecipada de títulos anunciada pelo

Tesouro e pelo Banco Central anteontem à noite, depois de fechamento de mercados. Neste Ano já foram resgatados US\$ 2,3 bilhões. O processo poderá atingir US\$ 20 bilhões dos 87 bilhões da dívida externa do governo. O risco país alcançou seu máximo 2436, pontos, em setembro de 2002, quando o Brasil enfrentava a crise pré-eleitoral. Na época, os setores públicos e privados passaram a ter mais dificuldades para conseguir empréstimos no exterior (Queda do risco-país, Folha de São Paulo, 2006 A.5)

Essa notícia evidencia, pois, que informações positivas trazem consequências positivas. Nesse sentido, a informação atinge uma vital importância, pois a mesma, na atualidade, ganha o mundo numa rapidez incrível e pode prejudicar qualquer país, pois o Estado deve se ater às ações estratégicas de governabilidade, mas, sobretudo, cuidar das informações divulgadas para que estas não prejudiquem a ação governamental e mercadológica, como advogam os neoliberais de plantão.

Ressalte-se, por último, que o processo de informação está atrelado ao fato de que mudanças processadas são elementos cruciais, possibilitadoras e transformadoras da realidade, posto que sua utilização acabe por determinar as transações capitalistas no mundo como um todo. Desse modo, a informação interfere na vida do capital financeiro, na forma por excelência do capitalismo contemporâneo e no trabalho humano, uma vez que sua utilização determina a acumulação e ampliação desse capital. Com a lógica da informação em escala global, ocorre a chamada internacionalização do dinheiro e a forma de sua reprodução se renova em acordo com os ditames do mercado.

1.3 – Os organismos multilaterais e as políticas sociais

Nesse contexto, os organismos multilaterais assumem um papel cada vez mais central na vida dos diferentes países, nenhuma análise sobre políticas sociais e educacionais poderia deixar de lado as influências dos organismos internacionais, condicionadores diretos das políticas públicas, sendo os principais componentes dessa análise o Banco Mundial e o FMI, em especial quando se analisam as políticas educacionais brasileiras no final do século XX e início do século XXI.

O FMI e o Banco mundial foram criados em 1944, em uma conferência de líderes mundiais em Bretton Woods, nos Estados Unidos, cuja finalidade era colocar a economia mundial em bases estáveis após a Segunda Guerra Mundial.

O Banco mundial possui objetivamente a função de integrar os países, promovendo desenvolvimento de ações em nome da redução da pobreza no mundo. Para tanto, possui políticas de empréstimos para áreas de educação básica e superior, bem como outros tipos de infra-estrutura.

O FMI, por sua vez, atua como monitor da moeda nacional, de modo a manter um sistema ordenado de pagamentos, concedendo empréstimos aos países membros que enfrentam problemas para saldar seus compromissos financeiros. Essa função do FMI se evidencia quando vemos, intermediados pela imprensa nacional e internacional os pedidos de empréstimos feitos por determinado país aquele órgão como forma de manter as reservas cambiais em níveis capazes de gerar confiança aos investidores externos e, assim, sanar compromissos internacionais com esses investidores, ou quando é anunciada a antecipação do pagamento de empréstimo junto a esses mesmos investidores.

A influência política do FMI está vinculada ao fato de agir como banco, exigindo que os países venham a cumprir metas; caso o país não as cumpra, empréstimos futuros podem não ser liberados, uma vez que a cada empréstimo solicitado ao FMI, o solicitante é analisado criteriosamente pelos técnicos do Fundo, que concedem ou não empréstimos. A não concessão pode acarretar problemas graves para a economia do país, porque, no contexto internacional capitalista, a exemplo do que ocorre com o mercado de ações, no qual só se investe em empresas cuja possibilidade de ganho é grande, para investir em um determinado país, todos os investidores examinam a possibilidade de obter retorno e pagamento fiel dos investimentos feitos naquele Estado. Então, se este empréstimo não é concedido, o mercado financeiro internacional passa a desconfiar da capacidade do país quanto à responsabilidade de sanar seus compromissos, no presente e no futuro, diminuindo o fluxo e os capitais para aquele país.

A diminuição de entrada de capitais em um país gera um transtorno que pode levar a um desastre econômico, levando à falência empresas e bancos, aumento de desemprego, dentre outros problemas e fenômenos que na atualidade já se fazem fortemente presentes.

Desse modo, o FMI impõe determinadas regras para a concessão de empréstimos e essas regras influenciam diretamente nas políticas sociais e econômicas, quando exigem o cumprimento de determinadas metas de inflação. O alcance de certos níveis de superávit primário na balança comercial, visando a garantir que o país, no futuro, pague o que deve ao FMI.

Durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, sempre foram feitas críticas pesadas ao seu modo de conduzir a economia, porque, por um

lado, tal governo acabava por aumentar as taxas de juros, inibindo o comércio e a produção industrial, ocasionando, por conseguinte, uma queda constante na produção, o que de fato desacelerava o consumo. Esse quadro ajudava a ampliar aceleradamente o aumento do desemprego, pois diminuía a produtividade e, assim, diminuía, imediatamente, a demanda por novos postos de trabalho.

Por outro lado, por diversas vezes é feito o orçamento dos gastos do Governo e, ainda recordando FHC, quando da necessidade de corte de gastos, estes sempre incorriam na área social, especialmente nos recursos destinados às áreas de saúde e educação, áreas essas que sempre sofriam uma diminuição ou cortes na sua totalidade.

O Banco Mundial investe em projetos individuais de seus países membros, mas tem mudado sua forma de investir, como esclarece Vieira (2001, p. 75):

O Banco Mundial, instituição criada em 1944, nem sempre teve perfil que hoje veio a assumir no panorama internacional. Ao longo do tempo, o foco de suas políticas foi objeto de variações assim como as áreas de atuação e os países onde os recursos foram aplicados. Seus investimentos no passado priorizaram áreas como infra-estrutura e agricultura, mais recentemente, passaram a contemplar investimentos na área de educação.

Apesar de ser considerado como o principal financiador dos projetos de desenvolvimento internacional, essa instituição não contribui de forma efetiva para a diminuição da pobreza, pois não ataca a estrutura dos problemas, mas apenas um determinado segmento:

Há avaliações bastante negativas sobre a performance do Banco Mundial por ter colaborado para o financiamento de um desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente. Sua contribuição aos grandes projetos da década de 1970 no Brasil tão recessivas que integram os acordos com o FMI nos anos oitenta, levou o país ao aprofundamento da miséria e da exclusão social (VIEIRA, 2001, p. 75).

A relação entre o Banco Mundial e os Estados nem sempre foi amistosa, por assim dizer; todavia, com o passar do tempo, o governo brasileiro passa a acatar as medidas sugeridas pelo Banco no chamado de período pós-ajuste, quando as relações não têm sido conflituosas.

Na educação, são vários os projetos financiados pelo Banco, a exemplo do Fundescola, um projeto aplicado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Trata-se de um programa da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental do Ministério da Educação, desenvolvido em parceria com estados e municípios dessas regiões. Além do Banco Mundial, para financiamento, participa com recursos o governo federal.

As regras ditadas pelo Banco Mundial podem prejudicar os países que contraíram o empréstimo, pois muitas vezes não leva em conta a prioridade dos projetos em andamento, feitos pelos contratantes do empréstimo.

1.4 – As políticas educacionais e o mundo do trabalho

Com a reestruturação do modo de produção capitalista, decorrente da crise nesse modo de produção, expressa também na crise da organização taylorista/fordista de produção, novas necessidades no campo educacional, se

apresentam. No início do contexto do taylorismo/fordismo não havia tanta necessidade de um trabalhador que fosse flexível, por que na linha de montagem, ou em outra função qualquer ele realizava sempre a mesma tarefa.

Nesse novo contexto de reestruturação produtiva, cada vez mais é requerido do trabalhador que ele saiba pensar o processo produtivo como um todo. Ele deve portanto ser mais qualificado para enfrentar essa nova fase do capitalismo:

Um novo conceito de qualificação profissional, não mais pautado em habilidades específicas típicas de um determinado posto de trabalho ou ocupação, mas sim numa base de educação geral, sólida e ampla o suficiente para que o indivíduo possa ao longo de seu ciclo produtivo, acompanhar e ajustar as mudanças nos processos produtivos, que deverão ser mais frequentes (FOGAÇA, 2001, p. 56).

A necessidade de qualificação que se estabelece faz com que muitos trabalhadores, depois de anos, voltem às escolas, em quase todos os níveis.

Assim como nas políticas sociais, o Estado diminui a sua atuação como financiador da educação, em especial no campo do ensino técnico e superior.

Nesse novo cenário, o governo diminui o seu espaço como o grande financiador das instituições de ensino superior e muitas vezes fala-se em privatizar o ensino superior e até mesmo cobrar mensalidades em instituições públicas ou outras formas de compensação monetária para essas instituições.

Embora a educação superior pública não tenha sido privatizada as instituições mantidas pelos governos Federal, Estadual e Municipal sofreram

grande diminuição do seu financiamento por parte do Estado. As universidades federais e as estaduais sobrevivem e se mantêm graças não somente aos recursos oriundos das verbas dos governos, mas também de captação de recursos das chamadas Fundações de Apoio. Essas fundações arrecadam recursos através de projetos de pesquisa com empresas privadas ou com empresas do próprio estado, como é o caso da Petrobrás.

Na sequência deste trabalho, discute-se a questão das universidades no final do século XX e políticas implementadas ao longo da década de 1990, em especial das políticas para educação superior nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002).

CAPÍTULO II

AS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NA DÉCADA DE 1990

No capítulo anterior, procuramos situar a pesquisa, explicitando as mudanças sociais, políticas e econômicas no decorrer do século XX e como essas mudanças influenciaram as políticas sociais.

Este capítulo tem por objetivo discutir as políticas para o ensino superior, apresentar um diagnóstico sobre a situação da universidade pública e as políticas implementadas para superação da crise dessa universidade.

2.1 - A crise vivida pela Universidade

Para Santos (2003, p. 190), ao longo do século XX, a universidade passa por várias crises, entre elas, a de hegemonia, de legitimidade e a institucional:

Por que é de sua natureza não intervir ao nível das causas profundas das contradições, a gestão das causas tende a ser sintomática e representa sempre a reprodução controlada de uma dada crise da universidade. A primeira contradição, entre conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais, manifesta-se como crise de hegemonia. Há crise de hegemonia sempre que uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva. A universidade sofre uma crise de hegemonia na medida em que a sua incapacidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias leva os grupos sociais mais atingidos pelo seu déficit funcional ou o Estado em nome deles a procurar meios alternativos de atingir os seus objetivos. A segunda contradição entre hierarquização e democratização, manifesta-se como crise de legitimidade. Há uma crise de legitimidade sempre que uma dada condição social deixa de ser

consensualmente aceita. A universidade sofre uma crise de legitimidade na medida em que torna socialmente visível a falência dos objetivos coletivamente assumidos. Finalmente, a terceira contradição entre autonomia institucional e produtividade social, manifesta-se como crise institucional. Há uma crise institucional sempre que uma dada condição social estável e auto-sustentada deixa de poder garantir os pressupostos que asseguram a sua reprodução. A universidade sofre uma crise institucional na medida em que a sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes (SANTOS, 2003, 190).

Das três crises apontadas pelo autor destaca-se a chamada crise institucional. Essa, para o estudo em questão, pode ser considerada a que mais interessa, pois a partir dela que se estabelecem os vínculos com as questões relativas às políticas para educação superior, seu financiamento, autonomia universitária e o processo de avaliação.

A crise da universidade, enquanto instituição, está vinculada às crises capitalistas, que se iniciam no colapso do modo de produção taylorista/fordista, passa pelos anos de 1970, da crise do Petróleo e tem como consequências baixo crescimento econômico, altas taxas de inflação, queda de produtividade e crescente déficit fiscal. Instala-se, pois, um campo fértil para o pensamento neoliberal, que consegue implantar um modelo político-econômico responsável por uma nova forma de acumulação, que se funda na especulação financeira e não mais na produção industrial. Esses fatos levam a uma nova configuração do Estado, diminuindo a presença do Estado de Bem Estar Social.

Nesse novo cenário, a Universidade não consegue atender à crescente demanda por ensino superior. Daí gerar a crise institucional,

decorrente da incapacidade de prover a todas as vagas no ensino superior. A crise institucional transforma a vida das universidades ao longo dos anos 90, que tem por um lado seus recursos diminuídos, e por outro suas necessidades ampliadas.

Para o enfrentamento da crise nos Governos de FHC (1995-1998 e 1999-2002), foram tomadas as seguintes ações: diferenciação e diversificação das instituições de Ensino Superior, avaliação institucional, diminuição de recursos para instituições de ensino superior e da autonomia das universidades públicas, de modo que essas universidades tiveram que adotar políticas que possibilitassem atender o aumento de demandas pelo ensino superior.

As políticas para uma educação no Ensino Superior no Brasil sofreram fortes influências dos organismos multilaterais, em especial do Banco Mundial e do FMI. As orientações desses organismos eram no sentido de buscar adequar as universidades à nova realidade do mundo globalizado da competitividade, bem como de otimizar os gastos públicos, sendo foco central a preocupação de cunho essencialmente econômico:

Em sua trajetória de 1944 a 2000, o Banco Mundial sempre ao lado do FMI, não se desvia dos alvos econômicos-políticos e estratégicos que marcam a hegemonia americana e dos países desenvolvidos que o conceberam e o sustentaram financeira e politicamente. A partir de 1944 e por mais duas décadas, cumpriu funções atreladas ao esforço da guerra “quente”, em seguida da Guerra “fria”; na década de 70, envolveu-se nos esforços para superar a crise do Estado do Bem-Estar e nas ações do que será chamado neoliberalismo em tempos de “acumulação” “flexível” do capital: na década de 80, participou das ações visando minorar os riscos para os países credores da crise da dívida externa dos países devedores e na década de 90, em especial nos países em desenvolvimento, contribui com esforços de concepção e ação para garantir os profundos ajustes impostos pelo ideário neoliberal e, então,

sumarizados pelo consenso de Washington, busca equilíbrio orçamentário, abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação do mercado interno e das relações de trabalho, redução dos gastos públicos e privatização de empresas estatais ou públicas (ROCHA, 2005, p.36)

O ponto mais sensível para manter a Universidade é o do financiamento, porque remete às discussões que vão desde a sobrevivência da Universidade, enquanto entidade do Ensino Superior pública, mantida pelo Estado, até a sua privatização, transformando-a em entidade particular ou ainda em uma privatização parcial, quando se fala em cobranças de mensalidades, ou outras formas de retorno financeiro.

A cobrança de mensalidades nas IFES (institutos federais de ensino superior) esbarra na Constituição Federal, em seu Artigo 206, que determina que o Ensino Superior seja gratuito nos estabelecimentos oficiais.

Um ponto bastante peculiar na questão de financiamento é que há vinculação desse financiamento aos resultados apresentados pelas instituições, orientação essa dada pelo Banco Mundial. Desse modo, a instituição em que o desempenho não for considerado satisfatório deverá receber recursos inferiores às outras, cujo desempenho tenha sido melhor.

O Banco Mundial aconselha que a expansão do Ensino Superior não se dê com implementos de gastos adicionais por parte dos governos dos países em desenvolvimento. Os impostos e taxas não devem ser utilizados para o aumento de matrícula, ou até mesmo para manutenção. Além disso, o Banco sugere aos países a diminuição de outros gastos que não sejam com ensino, cortando despesas como alimentação e moradia estudantil.

A participação nos gastos pode dar-se mediante os direitos de matrícula e a eliminação de subsídios e custos relacionados com a instrução.

Os países podem também reduzir o gasto com comida e moradia; o financiamento proveniente de ex-alunos e a ajuda externa de organismos de créditos constituem uma segunda fonte de recursos privados (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 7).

Um dos grandes problemas enfrentados pela Universidade Federal diz respeito a sua expansão. Parcela significativa da população brasileira não possui condições financeiras para arcar com as mensalidades nos estabelecimentos particulares. O Brasil é um país em que a distribuição de renda é um sério problema e arcar com despesas educacionais torna-se difícil. Para diminuir esse problema, o Estado criou o Crédito Educativo (CREDUC), no início dos anos 1980, que se transformou em FIES, mas grande número de estudantes não consegue obter o financiamento; isso impossibilita o ingresso dos estudantes sem condições de arcar com despesas de custeio.

De 1995 e 1998 observou-se a diminuição dos gastos do governo federal para o Ensino Superior. As despesas com instalações, laboratórios, equipamentos, por exemplo, caíram 82%, passando de R\$ 173 milhões para 31 milhões. No que se refere às bolsas distribuídas pelo CNPq, houve uma redução de 16% no total de verba investida, caindo de R\$ 413 milhões para R\$ 347 milhões. Em termos objetivos, a posição do Brasil no *ranking* da ONU, sobre o índice de avanço tecnológico, divulgado em julho de 2001, continuava a ocupar um modesto 43º lugar, atrás de nações como Tailândia, Panamá, ao lado de África do sul, china, Paraguai e Índia e bem longe, por exemplo, da Coreia do Sul.(AMARAL 2003, p. 84).

No decorrer dos governos de FHC, houve congelamento de salários de professores e técnicos administrativos, pois não foi concedido ajuste

significativo para perdas causadas pela inflação, também não se realizaram concursos públicos para substituição de professores e técnicos para vagas de aposentadoria ou outros fatores.

Durante esse período, houve a implantação nas universidades da GED (Gratificação por estímulo à docência), cuja principal característica era a remuneração com base na produção docente, ou seja, uma gratificação com base na produtividade acadêmica.

A GED foi criada pela Lei n. 9.678 (3/7/1998), após uma greve de 100 dias, como uma forma de o governo não conceder aumentos, mas apenas mais uma gratificação, a partir da avaliação do desempenho do professor. Ainda que exista uma parte quantitativa, é uma gratificação para o conjunto das atividades realizadas (ensino, pesquisa e extensão), não concedida de forma igualitária entre todos, de modo que gerou diferenciação salarial entre professores ativos, inativos, visitantes e colaboradores.

Aos inativos foram concedidos 60% do valor da GED. Os colaboradores e visitantes foram excluídos por não fazerem parte da carreira.

2.2 – A questão da autonomia universitária

A busca da autonomia universitária não é algo novo; é um objetivo perseguido por todos os que trabalham com a Universidade há anos, tendo sido objeto de discussões no decorrer da sua formação. É um princípio almejado pela instituição por muitos que trabalham na educação superior com o fim de modernizá-la, de modo a tornar essa instituição mais ágil para a realização de seus projetos, seja para a realização de ensino e pesquisa, ou no seu relacionamento com a comunidade externa, por meio da extensão.

A luta pela autonomia universitária se inicia na década de 30, quando durante o período Vargas, com a reforma Francisco Campos, a autonomia universitária era relativa, pois não se concedeu autonomia plena. Por meio de lutas e reivindicações que houve nos dois governos de Vargas, a autonomia, ainda que limitada, se manteve.

Em 1948, o assunto voltou a ser discutido com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Esse projeto permaneceu tramitando por anos no Congresso Nacional, sendo aprovada a autonomia com a Lei n. 4.024/61. A autonomia ali prevista também é relativa, pois está limitada aos termos dos estatutos que deveriam ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação (CFE):

O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular por motivo de infração desta lei ou dos próprios estatutos chamando a si as atribuições do Conselho Universitário e nomeando um reitor temporário. (LEI 4024/48).

Depois do golpe de 1964, com os militares, o assunto da autonomia voltou à cena, no contexto da Reforma Universitária com a Lei n. 5.540/68. As propostas governamentais de modernização com flexibilidade estrutural e diversificação, integrando-se ao máximo com a economia, coincidiram com os preceitos acordados com a *Usaid* (*United State Agency*).

A implantação de modernização da universidade colocada em prática em meio a uma crise estudantil tornou-se inviável, pois nesse período houve várias greves de estudantes e protestos com vistas a participarem de forma mais efetiva na vida acadêmica. A Lei 5.540/68 manteve os princípios

legais anteriores, ao mesmo tempo que implantou inovações importantes, priorizando o Ensino Superior em Universidade. O departamento passou a ser considerado a unidade menor da estrutura universitária, centralizando a coordenação administrativa e didática.

Com efeito, os governos militares queriam que a Universidade se modernizasse para ser mais racional administrativamente e se adequasse ao desenvolvimento econômico. Maior autonomia não fazia parte dessa modernização. Com os governos militares, houve uma repressão sobre qualquer iniciativa dos seus membros da comunidade universitária, podendo ser vista como ato subversivo e, portanto, sujeito à punição para professores e alunos, além de funcionários administrativos.

Os Decretos-leis n. 53/66 e 252/67 serviram de ponto de partida para medidas mais amplas no sentido de modernização das instituições de Ensino Superior. Em função de tais dispositivos, as Universidades Federais tiveram de reformular seus estatutos, determinando modificações na estrutura interna do poder de decisão.

A análise cuidadosa da reforma de 1968 mostra que, se por um lado, a lei 5.540/68 reconhece a autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira da Universidade, por outro não se pode esquecer o contexto em que esse dispositivo é implantado. Tal limitação é fortemente marcada por atos de exceção baixados no Governo militar, tais como o Ato institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e o decreto-lei n. 477, outorgado em 26 de fevereiro de 1969, com base no Artigo I do AI-5. Da leitura desse dispositivo depreendemos que deveriam ser punidos severamente

professores, funcionários e alunos cujas ações fossem consideradas subversivas (FAVERO, 2000, p.184 e 185).

Durante o período militar, a universidade ficou reprimida e as reivindicações passaram a ser algo perigoso para os membros, porque pleitear qualquer mudança poderia ser mal interpretado pelos governantes. No entanto, houve mudanças em 1969 com a edição da lei 6420/1969 que alterou o Artigo 16 da lei 5.540/68, que determinava a indicação de listas sêxtuplas para escolha do reitor. Em decorrência dessa alteração nas Universidades Federais, o reitor e vice-reitor passaram a ser nomeados pelo presidente a partir de uma lista de seis nomes, isto para universidades organizadas sob a forma de autarquia. Para as universidades organizadas sob forma de fundações, a partir da lei 6733/79, também deixaram de ter autonomia para escolha de seus dirigentes.

O período militar impediu a Universidade do exercício democrático, assim como o restante da sociedade. A Universidade ficou presa ao regime. Todo e qualquer tipo de exercício democrático ficou suspenso até 1985, mesmo que os mecanismos estivessem previstos em lei.

No início dos anos 80, principiam, no Brasil, movimentos de luta pela redemocratização do país, da mesma forma que se lutava pela autonomia administrativa e didático-científica das universidades. Em 1984, é entregue ao presidente eleito, Tancredo Neves, um documento contendo os anseios e preocupações da comunidade acadêmica com os destinos da Universidade. O então presidente assumiu compromisso de criação de uma “comissão de alto nível para estudar a reformulação da educação superior. Em 1986, foi criado o GERES (grupo para reformulação da educação superior), através da portaria

n. 100, e instalado através da portaria 170. Critica-se que, embora o país tivesse em outro momento político, com a volta da democracia e a existência de uma ampla discussão a respeito da autonomia, pois o projeto instituído pelo grupo foi amplamente discutido pela comunidade acadêmica” (FÁVERO, 2000, 135), apresentando no final que a Universidade continuava vinculada aos poderes executivos para controlar funções administrativas, sendo retirada possibilidade das eleições para cargos executivos das universidades.

Na Constituição Federal de 1988, nos projetos e lutas no Congresso, as chamadas forças conservadoras e as progressistas se enfrentaram ou travaram lutas ideológicas, quando se defendia que a autonomia deveria ser regulamentada por meio de lei complementar. As investidas iniciais, contra a autonomia universitária, teve início com o governo Collor (1990 a 1992) através do Decreto-Lei 56/91 que, em sua proposta, tinha como finalidade a alteração dos artigos 206 e 207 da Constituição Federal, que regulamentam a autonomia universitária. A emenda constitucional não surtiu efeito porque trouxe grande resistência da ANDES-SN, e o governo Collor estava em uma grande crise de legitimidade.

A tentativa de aprovação dessa emenda se deu por que muitos queriam interpretar os artigos reguladores como artigos que necessitavam de lei complementar. Após as primeiras arbitrariedades de Collor, ocorreram também tentativas de FHC, mas as chamadas forças progressistas ANDES-SN e UNE conseguiram neutralizar as ações.

Para impor restrições à autonomia universitária, foi proposta a PEC 370/1996. Esta previa mudanças no regime de pessoal, remetendo os

funcionários técnico-administrativos à CLT, promovendo a queda da isonomia salarial, uma vez que instituíra remuneração por universidade:

A apresentação ao congresso da PEC 370/96 que mais uma vez impunha restrições à autonomia universitária prescrita no Artigo 207 da Constituição Federal, materializava a nova investida governamental contra a autonomia das universidades federais. Essa PEC previa mudanças no regime de pessoal, com a criação do chamado “emprego público” que remetia os docentes e servidores técnico-administrativos do regime da CLT, instituindo o quadro de pessoal e remuneração e criação de fundo de pensão para todos os trabalhadores das instituições com a quebra da paridade salarial entre os servidores aposentados e os da ativa; regulamentava e incentivava a captação de recursos externos como reforço do orçamento, aprofundando uma prática já utilizada pelas fundações ligadas às Universidades (NEVES, 2004, P.120).

Os governos neoliberais têm uma proposta de modernização do Estado, tido como ineficiente e gastador e nessa perspectiva a Universidade é considerada como uma instituição muito dispendiosa. Sua função seria melhor desempenhada pela iniciativa privada, com proteção constitucional. Os governos neoliberais de Collor e de FHC, não conseguiram êxito quanto à mudança na autonomia universitária sob o modo do neoliberalismo, embora aquela ainda possa ser considerada relativa.

2.3 – Relação público-privado na expansão do Ensino Superior no Brasil.

As políticas adotadas por FHC no decorrer dos anos 1990 para expansão do ensino superior, em consonância com as orientações ditadas pelo Banco Mundial para o atendimento da demanda do ensino superior, favoreceram a expansão do setor privado com um aumento maior do número

de vagas nas universidades, faculdades e centros universitários vinculados a esse setor.

O aumento percentual das matrículas de 1997 para 1998 foi de 9% , mas esse crescimento se deu especialmente nas IES privadas, com 11,5% de aumento. O crescimento nas IES federais foi de 3% e nas estaduais de 8%. Segundo a apresentação da Sinopse Estatística do Ensino superior de Graduação de 1998, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), de 1994 a 1998 os efetivos discentes aumentaram 36% nas IES privadas, apenas 12,4% nas IES federais e 18,5% nas IES Estaduais, isto é, no quadriênio, as matrículas na rede privada aumentaram duas vezes as da rede estadual e três vezes as da rede federal. Com 67,8% dos efetivos discentes, o setor privado ultrapassa em 1998 os 2/3 do total de estudantes de nível superior do país (SGUISSARDI, 2000, p. 14).

A adoção de políticas que priorizavam uma expansão do ensino particular em relação ao ensino público deixou o Brasil com um dos maiores índices de matrículas no setor privado: no “ensino superior em 1994 era de 60% nas particulares” (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 39).

A educação superior passou a ser um negócio bastante lucrativo e sujeita às regras de mercado, como qualquer outra mercadoria: “O produto universitário passa a ser concebido como um produto industrial ainda que do tipo especial” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 165).

Na educação superior, além de se estar voltado para uma cultura mercadológica, tem-se o sucateamento do ensino superior público, pois os gastos para a manutenção e o aumento do número de vagas são cortados. Quando os professores se aposentam não existe concurso público para reposição do quadro docente e dos demais profissionais. Grande parte dos professores nas IFES tem contratos temporários, os chamados professores substitutos, que ficam no cargo por apenas dois anos. Com as perdas salariais

e a precarização do trabalho docente, por conseguinte com a progressiva proletarianização do professor, os docentes, na sua grande maioria, foram obrigados a desenvolver tarefas para complementarem seus salários, como ministrar aulas em cursos de pós-graduação, ou ainda dar um grande número de aulas em mais de uma faculdade.

Sob a regência da nova LDB, lei 9394/1996, a União deve ter recursos suficientes para prover a manutenção das Universidades Federais; isso implica prever também a expansão, porque é crescente a demanda. No entanto, a lógica para as IFES brasileiras sofreu a influência do neoliberalismo, que vê nas universidades a necessidade do mercado e da indústria, para serem mais úteis produtivamente:

Desde o início ela(Margareth Thatcher) deixou bem claro que as universidades deveriam ser mais úteis à indústria e ao comércio, mais eficazes na administração, a qual deveria seguir o modelo das empresas, mais rigorosas no controle da qualidade, mais produtivas e que contariam com recursos públicos significativamente menores. De fato, um ano depois o financiamento do ensino superior inglês sofria uma queda de 16%. A racionalidade neoliberal pouco a pouco foi dominando o cenário mundial, ainda que se levem em conta as diferenças e especificidades regionais os diversos ritmos e tempos de implantação (DIAS SOBRINHO, 2003, p.88).

Como na Inglaterra de Thatcher, o Brasil reduziu os seus gastos com educação superior, buscou outros recursos, os chamados recursos extra-orçamentários, convênios com instituições privadas, treinamentos para iniciativa privada, tudo com o objetivo de aumentar a eficiência das universidades e diminuir o gasto público com as instituições de ensino superior. Em muitos casos, a universidade conseguiu a captação de recursos através de Fundações de Apoio, instituições privadas que, além de convênios

e contratos, gerenciam financeiramente não só cursos, mas também projetos de pesquisa e especialização.

Embora a maior parte de recursos que se tem para as IFES venham do Estado, as Fundações de apoio, na atualidade, são uma forte fonte de receita, contribuindo para que, por um lado, as universidades tenham mais recursos e possam realizar os seus objetivos e, por um outro lado, contribuam para que haja uma diminuição das receitas destinadas pelo Estado às universidades.

Por sua vez as políticas para a educação se voltaram para uma diferenciação institucional, porque o modelo universitário Humboldtiano (modelo de ensino aliado a pesquisa) é tido como caro, em contraposição a outros modelos de Ensino Superior, como os centros universitários e as faculdades, que diminuem os custos de manutenção.

O governo, então, regulamenta, em 1997, através de Decreto, preconizando o seguinte: “Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de Ensino Superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em I. Universidades, II. Centros Universitários, III. Faculdades Integradas, IV. Faculdades. V. Institutos Superiores ou Escolas Superiores”.

O mesmo decreto estabelece que os centros universitários são “instituições de ensino superior pluricelulares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido”. Esses são os instrumentos legais que legitimam as diferenciações institucionais, possibilitando a expansão, sobretudo na esfera privada do Ensino Superior.

A diferenciação foi defendida pelo Ministro Paulo Renato, durante os governos de FHC, como uma forma de resolução dos problemas vividos pelo ensino superior e como estratégia para a expansão, em virtude da grande demanda diante da incapacidade do Estado de prover as universidades de recursos necessários ao atendimento dessa expansão.

A expansão do Ensino Superior, segundo Paulo Renato de Souza, deveria acontecer por intermédio de:

Vários tipos de universidades e de outros formatos institucionais que gozassem de autonomia para se dedicar exclusivamente ao ensino, podendo criar cursos e expandir vagas. Segundo o ministro, esse arranjo é fundamental para ampliar a liberdade de crescimento da oferta de vagas, pois, afinal, a universidade é um mito que está restringindo a expansão da oferta e que, portanto, precisa ser superado no Brasil, uma vez que seria possível expandir com qualidade fora daquela instituição. Nesse sentido, como decorrência da flexibilização do sistema promovida pela LDB, os chamados centros universitários, criados como uma nova modalidade de instituição voltada para o ensino de “excelência”, deveriam assumir essa tarefa. Além disso, forjaram-se também outros formatos institucionais (faculdades integradas, faculdades e institutos superiores) que poderiam contribuir para a expansão do ensino superior, disciplinados pelo Decreto nº. 2306/97 (CATANI, 2002, p. 63).

Por um lado, o Estado vê-se pressionado pela necessidade do aumento do número de vagas e da expansão de sua capacidade de absorção da demanda pelo Ensino Superior; por outro lado, tem a necessidade de otimizar seus gastos para poder honrar os seus compromissos com os organismos externos no pagamento das dívidas. Com essas políticas de diferenciação, acreditava-se conseguir fazer com que as instituições públicas, fossem mais eficientes na utilização dos recursos públicos.

No caso das Universidades Federais, o empreendimento pela diversificação e diferenciação parte da idéia de que essas instituições são ineficientes no uso dos recursos públicos, o que se coaduna com a orientação do Banco Mundial, na qual está incluso reduzir gradualmente a aplicação de recursos públicos para o financiamento da educação superior. A crítica do governo se faz acompanhar de uma crescente limitação de recursos para a manutenção e o desenvolvimento das Universidades Federais, o que tem interferido diretamente na configuração das identidades institucionais e nos respectivos projetos de desenvolvimento (CATANI, 2002, p.80).

Com as modificações legais, possibilitou-se uma expansão do Ensino Superior no setor privado estabeleceu-se como meta colocar no Ensino Superior 30% da população entre 18 e 24 anos. Esse patamar já foi alcançado por países como a Argentina e o Chile. No Brasil, o índice atingiu apenas 11%, uma marca ainda distante do estabelecido para atender à meta proposta (NEVES, 2004). Os governos de FHC não querem ampliar a capacidade das IFES, tanto que:

Em virtude da diminuição dos recursos financeiros para o financiamento da educação superior, este nível de ensino se vê cada vez mais desafiado pela sociedade e pelo Estado. A sociedade porque vê no Ensino Superior uma forma de ascensão: na realidade por nós vivenciada, uma forma de aprender e obter formação técnica é a mediação pela figura do diploma, uma porta que facilita o acesso ao mercado de trabalho. O Estado, por sua vez, passou a ser um ente regulador do Ensino Superior: tem a legitimidade para fiscalizar as atividades da Universidade (AMARAL, 2003, p.36).

2.4 – Políticas de avaliação na educação superior

Na tentativa de se conhecer a competência das Universidades, são introduzidos mecanismos e processos de mensuração da eficiência do Ensino superior, por meio de avaliações institucionais, que privilegiam a aplicação por meio de provas para alunos que concluíram o ensino superior, conhecidas como Exame Nacional de Cursos - *provão*.

As avaliações aplicadas durante os governos de FHC para medir a eficiência do aluno, atingiam para além dos alunos, as próprias instituições como um instrumento de avaliação do desempenho institucional, como ocorre em outros setores.

Nas indústrias e na nova forma de agir no meio produtivo, o que mais se vê é avaliação de desempenho, seja de funcionários ou de outros segmentos. Departamentos interiores fazem avaliações do seu trabalho, estabelecem metas e, a todo instante, avalia-se se estão sendo alcançadas ou não.

Nas avaliações efetuadas em indústrias, comércio ou em qualquer ramo do meio produtivo, a avaliação é trabalhada como ferramenta para se saber se os objetivos estão sendo atingidos. As empresas se reúnem com certa frequência para averiguarem se os passos tomados estão possibilitando chegar aos resultados almejados:

Estamos tão acostumados com as atividades avaliativas em sala de aula e nos demais espaços e tempos escolares a ponto de pensarmos que a avaliação é um patrimônio exclusivo do âmbito educacional. Habituaamo-nos a identificar essa prática quase somente àquela atividade de rotina em que o professor

avalia o seu aluno e atribui, ao final de um período determinado, um conceito ou nota que acaba definindo o rito de passagem de ano ou de reprovação. Habituo-nos também a identificar avaliação com um de seus instrumentos mais utilizados, os testes ou provas, seja ele aplicado em pequena média ou grande escala muitas vezes para fins de seleção e de hierarquização, nos âmbitos internos das instituições e dos sistemas escolares. Mas, tão rotineiras são as muitas vezes que consideramos a avaliação um patrimônio exclusivo do ambiente escolar, e não percebemos com clareza a enorme importância e a razão de ser de outras práticas avaliativas empreendidas em âmbitos do Estado ou simplesmente da administração superior, com forte função política e grande eficácia e prática. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 98).

A avaliação é uma ideologia mercadológica porque ela forma vários indivíduos para o trabalho, para o mercado. Faz-se necessário mensurar de que forma os alunos deixam as Universidades, quando se coloca uma nota em uma instituição, divulga-se esta nota e estabelece-se entre as instituições uma competitividade, cada uma delas luta para ser melhor do que outra e a solidariedade entre as instituições desaparece por completo. O importante é obter a melhor nota possível. Esse processo é muito comum no capitalismo, no qual as empresas brigam por desempenho melhor do que as empresas concorrentes. Pretende-se administrar as universidades ou o próprio ensino superior como se dirigisse uma empresa, um supermercado, uma montadora de automóveis.

Outro problema importante é que essas avaliações impostas pelos organismos externos às universidades requerem necessariamente a hierarquização, portanto instauram um regime de acirrada competição entre as instituições. Ora a competição é um valor mais relacionado ao setor privado, que ao público. Submetendo-se ao regime de competitividade as instituições públicas, inclina-se a favorecer a privatização de um capital público. Lançam

no campo da competição dos interesses econômicos privados aquilo que é capital de uma nação, ou seja, a formação, a produção e socialização dos conhecimentos e da cultura, o desenvolvimento da consciência social, a crítica e a construção da sociedade. A competitividade dominada pelos interesses econômicos exacerba-se, o individualismo corrói a subjetividade, ou seja, a afirmação dos indivíduos como sujeitos sociais destrói o sentido da solidariedade e da comunidade, que são valores imprescindíveis à construção da esfera pública (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 65).

No governo Lula (2002-2005), para implementar as políticas de avaliação, o MEC implantou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), incluído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo assegurar o processo nacional de avaliação institucional de cursos e de desempenho acadêmico.

Na execução do SINAES, são integrados três instrumentos públicos com base em uma concepção global, ao articular avaliação e regulação através de um processo de identificação de mérito e valor das instituições, públicas e privadas, tendo como norte o cumprimento da “missão pública da educação superior”. A responsabilidade social da instituição é um dos objetivos a serem ressaltados, tendo um caráter público. Portanto, os resultados dos processos avaliativos deverão ser centrados na valoração da qualidade acadêmica.

Com a implantação do SINAES, o Estado estaria cumprindo sua função e seu papel de buscar um Ensino Superior de qualidade e que atenda aos anseios dos segmentos sociais. São objetivos a serem alcançados com o SINAES:

- a) Transformação na Educação Superior brasileira para corresponder mais diretamente aos anseios da sociedade por um país democrático, cujos cidadãos participem ativamente na definição dos projetos de seu desenvolvimento.
- b) Preservação dos valores acadêmicos fundamentais, como liberdade e pluralidade de idéias que se manifestam no cultivo da reflexão filosófica, das letras e artes e do conhecimento científico.
- c) Valorização das IFES como instituições estratégicas para a implementação de políticas setoriais nas áreas científicas; tecnológica e social.
- d) Afirmação do papel irrenunciável do Estado na constituição do sistema nacional de educação superior, comprometido com a melhoria de sua qualidade, tendo as universidades públicas como referência do sistema;
- e) Recredenciamento periódico das instituições públicas e as privadas de qualquer natureza, particular, comunitária, confessional ou filantrópica, mediante processo de avaliação que integra a presente proposta (SINAES) ao qual se dará sempre ampla publicidade.
- f) Valorização da missão pública no âmbito local, regional e nacional através de um sistema de avaliação que tenha como principal objetivo a melhoria da qualidade acadêmica e da gestão institucional. Este sistema de avaliação será coordenado por uma comissão de alto nível e reconhecimento nacional, com autonomia no âmbito de sua competência. Desse processo avaliativo, articulado com mecanismos regulatórios do Estado, decorrem ações de fomento e medidas de natureza corretiva e planos de expansão qualificada que assegurem o desenvolvimento da Educação Superior em patamares compatíveis com metas de curto e longo prazos de acordo com diagnósticos de necessidade nacionais e regionais, de avanço de conhecimentos e de atuação acadêmico-profissionais (REIS,2004, p. 14-15).

Os resultados obtidos por meio dos processos avaliativos constituem referencial básico para o novo papel do Estado frente à educação superior nos anos 1990, de supervisão e regulação iniciadas já nos anos 1980; mas que ganha mais força a partir de 1996, com a promulgação da nova LDBN 9394 de 20/12/1996 (BRASIL, 1996), que traz, em seu artigo 46, os seguintes termos: “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo estes renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”.

A avaliação é um dos elementos constitutivos das políticas vividas pelo Ensino Superior a partir dos anos de 1990, indicadas pelos organismos multilaterais, cujo verdadeiro objetivo é o econômico. Premissas empresariais como qualidade total e custo de universidades são amplamente debatidas:

Como parte das políticas preocupadas, sobretudo, com o desempenho e o controle das instituições, a avaliação da universidade brasileira tem caminhado no sentido da qualidade total, privilegiando os aspectos quantitativos e a produtividade própria da empresa, abrindo o caminho para a comparação entre as instituições e a distribuição de recursos financeiros, de acordo com os resultados atingidos. Aliás, o governo Federal tem tomado medidas que visam produzir um efetivo controle do sistema escolar, num processo preocupante e autoritário de centralização administrativa. Em nome da razão, impõe uma racionalidade: a racionalidade do Estado Neoliberal, do mercado dos meios de controle, racionalidade esta inseparável da acomodação do individualismo, da concorrência entre os pares em que os grupos e os indivíduos procuram defender seus interesses e tirar o máximo de vantagens (COELHO, 1996 p. 126).

As avaliações institucionais possuem dupla função nas Universidades Federais. O Estado pressiona para que estas possam obter um resultado satisfatório e, assim, mostrarem à sociedade o bom desempenho dos serviços e do ensino prestado por elas à comunidade, porque nas avaliações do ENC, a maior parte das Universidades públicas teve bom rendimento.

Em tese, as avaliações, servem para que as IES privadas possam, além de ampliar suas vagas no mercado em franca expansão, ficar atentas à qualidade do serviço prestado, rever currículos, programas e avaliar o seu desenvolvimento.

O valor político das avaliações está ligado à reforma do Estado que vai se distanciando como responsável pelo ensino superior e se tornando um órgão regulador,

A mensuração do conhecimento diz respeito a apenas uma política de aferição ou como uma forma de mostrar à sociedade e ao mercado o que está sendo produzido no interior das universidades e faculdades.

2.5 - As Fundações de Apoio no contexto das políticas públicas para educação superior

As análises desenvolvidas até aqui evidenciam que houve profundas modificações nas estruturas sociais e como consequência se alterou a forma como o Estado tem agido para atender os interesses de diferentes grupos sociais. Se, ao longo dos anos de 1980, grande parte dos serviços públicos eram prestados diretamente pelo Estado, na atualidade, as organizações sociais funcionam como uma espécie de intermediárias entre o Estado e a sociedade, fazendo tarefas antes feitas por aquele. Dentre essas organizações, situam-se as Fundações de Apoio.

As organizações bem como as fundações não fazem parte diretamente da administração pública, mas agem indiretamente na administração. Para José Eduardo, as fundações são instituições baseadas em princípios de solidariedade, pessoas que se organizam para atingirem suas finalidades.

Na sua essência, as fundações podem realizar qualquer tipo de atividade, desde que não sejam atividades nocivas à sociedade e atendam aos requisitos estabelecidos por lei, como define PAES (2004, p.175)

Denomina-se “Fundação” um instituto com objetivo religioso, humanitário ou cultural, oriundo de liberalidade feita por meio de ato inter-vivos ou causa mortis. Diverge da corporação ou sociedade, por que estas são formadas pela convergência da vontade de diversas pessoas, que administram e dirigem um conjunto; ao passo que advém aquela da resolução magnânima ou piedosa de um só indivíduo que destina vultoso patrimônio para se constituir e manter a instituição por ele almejada. Em regra, ele mesmo indica o modo de funcionamento e a direção geral; não raro, incumbe sociedade já existente, do encargo de organizar e orientar.

As Fundações são uma universalidade de bens que adquirem personalidade Jurídica ou sejam, adquirem a condição de sujeitos de direito e podem contrair direitos e obrigações, diferentemente das associações nos quais o que se importa são as pessoas que compõem a sociedade. Nas fundações o que importa é o patrimônio, pois deve se destinar bens suficientes para sua formação.

As Fundações nasceram sob os auspícios do direito privado, no entanto elas podem ser instituídas pelo Estado, obedecendo às regras do direito privado e as estabelecidas pelo Código de Civil, dos artigos 62 a 69. As Fundações instituídas ou mantidas pelo poder público são classificadas em:

- a) Com personalidade Jurídica de direito privado
- b) Com personalidade Jurídica de direito público - autarquias fundações de direito privado.

- c) Instituídas por pessoas físicas e ou jurídicas
- d) Instituídas por pessoas físicas ou jurídicas;
- e) Instituídas por partido político.
- f) De apoio a instituições federais de ensino superior
- g) De Previdência privada ou complementar.

Para chegar a se constituir a Fundação, deve-se atender ao artigo 62 do código civil que preceitua: “Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que ela se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”. Como a fundação é uma dotação de bens, para constituição de uma fundação pública é destinado patrimônio total ou parcialmente público. Este patrimônio destinado por lei deve ser direcionado para atividades do Estado na ordem social, estando no controle da administração pública nos limites da lei.

Di Pietro esclarece os requisitos para constituição de uma fundação de apoio:

- 1- Dotação patrimonial, que pode ser inteiramente do poder público, semipública ou semiprivada.
- 2- Personalidade jurídica, pública ou privada atribuída por lei.
- 3- Desempenho de atividade a idéia de descentralização de uma atividade estatal e também a de que a fundação é a forma adequada para o desempenho de funções de ordem social, como saúde, educação, cultural, meio ambiente, assistência e tantas outras; isso precisamente pelo fato de ela objetivar fins que beneficiam terceiros estranhos à entidade.
- 4- Capacidade de auto-administração.

5- Sujeição ao controle administrativo ou tutela por parte da Administração nos limites estabelecidos por lei. (PAES, 2004, p. 323).

As fundações devem se submeter à vontade do poder público que a instituiu, pois se constituem em um instrumento desse poder para atingir as suas finalidades. Sua autonomia é relativa.

As Fundações não são instituições particulares. Destaca-se esta peculiaridade pelo fato de que uma empresa particular poderá contratar, através de seus dirigentes, livremente, sem qualquer entrave. Poderá ser naturalmente sujeito de direitos e obrigações, tudo de acordo com sua vontade como pessoa jurídica. As Fundações, no entanto, não podem exercer livremente sua vontade está atrelada ao interesse do Estado, na execução das finalidades.

Por essa razão a fundação governamental não adquire em geral vida inteiramente própria, como se fosse instituída por particular. É o interesse que determina a sua criação; sendo variável o interesse público, o destino da fundação também pode ser mudado pelo ente que a instituiu, quer para alterar a lei que autorizou a sua criação quer para revogá-la (DI PIETRO, 1998 p. 154).

As fundações privadas passam a existir a partir do ato de vontade de seu instituidor, que realiza a inscrição do estatuto no cartório de registro das pessoas jurídicas. Passam a existir a partir da vontade do poder público, sendo instituído por ato legislativo como determina o inciso XIX, do artigo 37, da Constituição Federal que preceitua “Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de

sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação”.

As fundações criadas pelo poder público, só poderão ser desfeitas por meio do poder que as instituiu, diferentemente das fundações privadas que podem optar por se desfazer pela simples vontade de seus membros.

As fundações públicas são controladas pela entidade que a instituiu, controle este que abrange os atos de seus dirigentes e sua gestão financeira todo esse processo se submete à supervisão ministerial (art. 49, inciso X da CF). Elas estão sujeitas à fiscalização pelo poder executivo e pelo ministério público e de segurança; quando exerçam funções delegadas pelo poder público (art. 1º parágrafo 1º da lei 1533 de 31 1251 e artigo 5º, inciso XIX da CF.), cabendo ação popular contra atos lesivos de seu patrimônio (art. 1º da lei 4717 de 29/06/65 , art. 5º Inciso LXXIII, da CF; e legitimação ativa para propor ação civil pública (art.5º da lei 24/07/85).

As Fundações, bem como as autarquias, gozarão de imunidade tributária referente aos impostos sobre o seu patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes (Art. 150 parágrafo 2º da Constituição Federal). Juridicamente, as fundações estão sujeitas à lei 8666/94 de 21/6/1993, que preceitua a realização de licitação nos termos do artigo 1º e 19 possibilidades de contratação direta com o Poder Público, sem licitação na hipótese prevista no art. 24 incisos XIII.

Como pessoa jurídica de Direito Privado, no art. 44 do código civil, a fundação consiste em um complexo de bens destinados à consecução de fins sociais determinados. Como ostenta papel valoroso e de extremo relevo dentro das sociedades em que se insere, é instrumento efetivo para que os homens

prestem serviços sociais e de utilidade pública, diretamente, a todos aqueles que necessitam, bem como possam transmitir às sucessivas gerações seus ideais e convicções, e seguir atuando (PAES 2004, p. 50).

As Fundações de Apoio são, no meio universitário, uma forma de fomentar a pesquisa, o ensino e a extensão, tendo sido criadas por pessoas ligadas aos meios universitários ou pelas próprias universidades federais.

As Fundações de Apoio estão sob a égide da Lei 8958/94, que disciplina as relações entre as fundações de apoio e as instituições de ensino superior que já estabelecem em seu artigo primeiro que a função dessas fundações de apoio é o fomento à pesquisa à extensão.

A segunda lição, determinando que elas deverão estar contidas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo código civil brasileiro sujeitas, portanto à fiscalização do ministério público nos termos do código civil e do código de processo civil à legislação trabalhista e em especial, ao prévio registro e credenciamento nos ministérios da Educação e do desporto e da Ciência e da tecnologia, renovável bienalmente (Art.2º). Essa disposição sedimenta o entendimento de que são essas fundações um tipo especial de fundações de direito privado, pois, mesmo com personalidade jurídica privada, têm características próprias, em razão das suas finalidades, submetendo-se assim ao amplo velamento do Ministério Público, além de depender de um registro prévio nas áreas governamentais de sua atuação que são o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e tecnologia. (PAES, 2004, p. 199).

De acordo com seus aspectos legais, as Fundações de Apoio, de acordo, com a Portaria Ministerial 2089, de novembro de 1997, que disciplinou a forma de registro e do credenciamento dessas entidades e ainda face ao previsto no inciso III do art. 2º da lei 8958/94, devem atender pelo menos aos seguintes requisitos:

- 1- Finalidade não lucrativa, comprovada mediante versão atualizada do Estatuto pelos órgãos públicos competentes.
- 2- Regularidade fiscal, comprovada por intermédio das certidões expedidas pelos órgãos competentes.
- 3- Inquestionável reputação ético-profissional, atestada ou declarada por autoridade pública ou pessoa jurídica de direito público.

Ainda de acordo com o artigo 9º, dessa portaria ministerial, caberá à Fundação demonstrar a sua capacidade financeira e patrimonial, mediante a apresentação do balanço patrimonial, demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhados das respectivas atas de aprovação pelo seu órgão de deliberação máxima, não podendo substituí-los por balancetes ou balanços provisórios. Além disso, deverão provar por intermédio de relatório de atividades e de outros documentos, que a Fundação tem apoiado a instituição de ensino superior na pesquisa científica e tecnológica, na consecução dos seus objetivos, sendo este um requisito para que a fundação seja de apoio.

Em função dos problemas vividos pela universidade na questão de financiamento, as Fundações de Apoio, que se vinculam à universidade pública e têm se constituído em importantes canais para captação de recursos financeiros, complementam o orçamento básico dessas instituições, de modo que acabam por viabilizar a implementação de muitas atividades acadêmicas, programas e projetos:

Em razão da conhecida e propalada crise da autonomia financeira das universidades federais, houve, nos últimos oito anos, o surgimento de várias fundações de direito privado, que atuam como apoio às universidades, revestindo-se a maioria delas do papel de importante canal de fomento à pesquisa ao ensino e à extensão (PAES 2004, p. 206).

Mas, se por um lado, esses recursos viabilizam várias ações nas universidades, com a mediação das Fundações de Apoio, por outro, cada vez mais se constituem em complementação salarial dos servidores dessas instituições, em especial do corpo docente.

Essa política pode ser considerada como uma consequência das novas formas a que as instituições de ensino superior estão submetidas, num processo de adequação da educação à fase contemporânea do capitalismo. Nesse contexto, essas instituições e mais especificamente as públicas, passam a ter não apenas que gerir, mas também que gerar essas verbas de algum modo, fazendo-se cada vez mais presentes na vida das universidades públicas como canal para captação de recursos extra-orçamentários.

Existe uma tensão entre a finalidade concedida para as fundações e o que realmente ocorre. Por vezes a finalidade de desenvolvimento da pesquisa da extensão está voltada para um atendimento do mercado. Essa é uma preocupação presente por exemplo na UFMG:

O risco de os contratos e convênios levarem ao afastamento das equipes e dos objetivos institucionais é grande. Os recursos aportados tendem a induzir as atividades segundo interesses de mercado de projetos, levando a instituição a trabalhar por demandas e não baseada em seu planejamento e suas prioridades. Uma consultoria, curso ou outro serviço pode colocar o

servidor ou uma equipe para trabalhar para um município que tem condições de pagar por exemplo, em detrimento de outros que necessitem mais ou que teriam prioridade em função das políticas de saúde ou da avaliação da instituição. Gestores de laboratórios, departamentos e unidades da Fiocruz têm afirmado que sempre opinam, ou são informados sobre a realização de projetos e sobre o montante e a distribuição dos recursos. Há diretores de unidade que são consultados previamente sobre os projetos e recebem relatórios que mostram apenas superficialmente as prestações de contas (UFMG, 2005, p.25).

No capítulo que segue, enfocar-se-á o papel da Fundação de Apoio Universitário (FAU) na sua relação institucional com Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como ela tem articulado com a Universidade, qual tem sido os seus desdobramentos e a importância que ela assume no contexto das políticas implementadas no interior da UFU.

CAPÍTULO III

A FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO (FAU) E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: RELAÇÕES E INTERAÇÕES

Neste capítulo, são apresentados os dados levantados no trabalho de campo, de modo a trazer mais elementos para se compreender a importância da Fundação de Apoio Universitário (FAU) no interior da Universidade Federal de Uberlândia, situando a instituição-alvo no contexto das políticas públicas implementadas para educação superior na atualidade.

Na trajetória do Ensino Superior de Uberlândia sempre existiu a figura de uma fundação. Em 1969, existiam as seguintes faculdades isoladas em Uberlândia: Conservatório Musical de Uberlândia; Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU), a Faculdade Federal de Engenharia; Faculdade de Ciências Econômicas (FACEU) e a Faculdade de Medicina, criada em 1968 com o nome de Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FAMECIU). A fusão dessas faculdades levou à criação de uma fundação de direito privado – a Universidade de Uberlândia (UNU):

A união dessas faculdades resultou na criação de uma fundação de Direito privado, a Universidade de Uberlândia, a qual foi criada pelo decreto-lei 762, de 14 de agosto de 1969, pela junta militar, através de um ato de exceção, com base no ato institucional nº. 16. O processo de criação da UNU, não passou pela votação no Congresso Nacional, nem mesmo no âmbito do Conselho Federal de Educação (ROCHA, 2005, p. 87).

Alguns anos mais tarde, em 1978, para que fosse federalizada a Universidade de Uberlândia, houve a exigência da criação de uma Fundação de Apoio, sendo esta, então, prontamente atendida:

No ano de 1978, a Universidade de Uberlândia foi federalizada pelo decreto – lei nº. 6532, de 24 de maio, e passou a ser denominada de Fundação Universidade Federal de Uberlândia, integrante da Administração Federal indireta, podendo gozar de autonomia didático-científica, administração e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da Lei (ROCHA, 2005, p. 87).

A FAU, por sua vez, foi criada em 20 de dezembro de 1982, para cumprir os seguintes termos previstos em seu estatuto:

Art. 1º A Fundação de Apoio Universitário – FAU, instituída nos termos da escritura pública lavrada no livro 771, fl. 166, é uma fundação de Direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos da Lei e deste Estatuto.

O objetivo principal da FAU é apoiar a Universidade Federal de Uberlândia nas atividades de ensino pesquisa e extensão dessa instituição, ajudando-a, de forma geral, no desenvolvimento de suas tarefas, como estabelece o artigo 4º do seu Estatuto:

Art. 4º São Finalidades básicas da FAU; estimular, apoiar e incentivar as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura, às artes e ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da Universidade federal de Uberlândia – UFU, colaborar com ações governamentais e privadas de interesse da sociedade, bem como interagir e cooperar nas atividades congêneres.

A FAU foi a Fundação escolhida para o trabalho de campo da presente dissertação devido à sua importância na consecução dos objetivos de ensino, pesquisa e extensão da UFU e também por ser uma instituição que possibilita a arrecadação de recursos extra-orçamentários, por meio de contratos firmados com outros setores da atividade econômica, e que viabilizem uma complementação orçamentária para a UFU, previsto no art. 5º, XI do Estatuto da FAU:

XI-Obter recursos por meio de prestação de serviços e, ou explorações econômicas, comercialização e outras que se fizerem necessárias, a fim de complementar o adequado suporte financeiro ao melhor desenvolvimento das atividades de ensino pesquisa e extensão da Universidade Federal de Uberlândia;

Para compreender a função desempenhada pela FAU frente às políticas públicas para educação superior no contexto da UFU, realizamos um total de 10 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: um procurador da universidade na UFU Ronaldo ¹; uma funcionária da UFU Maria, que trabalha na FAU; um ex-reitor e ex-presidente da FAU, Robinho; 3 Diretores de Unidades acadêmicas, sendo dois dirigentes de unidades acadêmicas que possuem intensa interação com a FAU, por meio de cursos de Especialização, contratos de prestação de serviços e projetos de pesquisas (Fred e Yuan), um dirigente de unidade acadêmica que não possui essa interação e o seu chefe de departamento (Adriano e Lucio).

Além desses, foram entrevistados dois professores coordenadores de projetos e dos cursos de Especialização das respectivas unidades acadêmicas

¹Todos os Nomes são fictícios.

(Cafu e Emerson), sujeitos estes com maior contato com a FAU e com o diretor da FAU em exercício (Gilberto)

A primeira entrevista foi realizada com a funcionária Maria, uma vez que a mesma trabalha diretamente com a fundação e conhece toda a estrutura e trabalhos realizados pela mesma, possuindo, assim, uma noção exata da realidade vivida pela fundação no interior da UFU, suas dificuldades e todas as relações e funções.

Com Maria, pudemos identificar os outros sujeitos a serem entrevistados, ou seja, identificar as unidades acadêmicas que têm uma maior proximidade com a FAU e como é a percepção e a interpretação dos papéis desempenhados pela FAU na UFU. Além disso, também se pôde levantar as outras unidades acadêmicas que não possuem essa mesma interação.

O Procurador da Universidade, Ronaldo, ajudou-nos a compreender os aspectos legais sobre a fundação, bem como sobre a administração da Universidade, suas particularidades e como a fundação trabalha com a Universidade.

Após as duas primeiras entrevistas, buscamos os diretores das unidades acadêmicas, destacando aquelas que poderiam contribuir com a pesquisa: sendo, uma da área tecnológica, cujo diretor é o professor Fred e uma faculdade da área de ciências humanas aplicadas, dirigida pelo professor Yuan, ambas com significativa interação com a FAU.

A Faculdade da área tecnológica, por trabalhar com tecnologia, tem uma atuação significativa com a FAU, oferecendo prestação de serviço, cursos especialização e projetos de pesquisa; o mesmo acontece com a Faculdade da área de ciência aplicada, a qual trabalha na mesma linha,

ofertando cursos de especialização que têm uma grande procura por parte do mercado educacional, como informou o coordenador do curso, o Sr. Yuan: “o nosso curso tem uma grande procura, chega a ter três por um na busca das vagas”.

Por estes motivos, e por estarem sempre atuando junto à FAU, como indicado acima, essas unidades foram escolhidas para serem trabalhadas. Os diretores acadêmicos se mostraram capazes de evidenciar qual tem sido a contribuição desta fundação no interior da UFU.

Ao contrário dessas duas primeiras unidades acadêmicas, foi escolhida outra faculdade da área de ciências humanas básicas para a análise desta pesquisa, que de forma oposta quase não tem relações diretas com a FAU e, assim, poderíamos entender como este sujeito interpreta a Fundação.

As duas primeiras unidades têm uma resposta importante no mercado, quanto à organização de cursos de especialização e à prestação de serviços: muitos profissionais graduados nessas áreas têm condições financeiras de arcar com os custos requeridos pelas unidades acadêmicas, o contrário se dá com a grande maioria do público da faculdade de ciências básicas, esses profissionais atuam como professores da rede pública estadual ou municipal, e devido aos baixos salários que recebem em suas carreiras apresentam dificuldades financeiras para pagar cursos de especialização e de aperfeiçoamento profissional e por isso a resposta do mercado para esta unidade é muito diferente.

Após a realização das entrevistas com os sujeitos citados acima, fomos ao encontro do diretor em exercício da FAU e de um ex-diretor que também foi reitor da UFU. Tratava-se, portanto, de agentes que

desenvolveram e desenvolvem atividades diretamente ligadas ao nosso objeto. Ambos complementaram de forma significativa os resultados perseguidos pela pesquisa.

Todos os entrevistados atuam na universidade há mais de 10 anos, conhecendo os trabalhos desempenhados pela FAU.

3.1 – A FAU e o seu papel na UFU

As universidades são instituições complexas e possuem necessidades diárias de aquisição de materiais, contratação de pessoal, manutenção de sua estrutura, necessitando, para tanto, de investimentos nos seus variados setores; desse modo, a eficiência administrativa e a agilidade são exigências contumazes das universidades, e aí se encontra a relevância da FAU. Nesse contexto, seu papel tem sido o de aumentar a agilidade administrativa da universidade com vistas a atender melhor às demandas internas e externas da UFU.

A fundação abre a possibilidade de uma universidade mais eficiente por não ter que obedecer à lei 8666/94, segundo a qual um órgão público está obrigado a realizar licitação em suas relações comerciais e contratuais; esses procedimentos administrativos, ao mesmo tempo em que zelam do dinheiro público, dificultam a vida da administração das instituições públicas, a exemplo da Universidade.

Essa lei determina a publicação em um jornal de ampla circulação, durante um determinado número de dias seguidos, de uma comunicação destinada aos interessados, para que estes enviem uma proposta de

contratação de serviços ou de compra. Dependendo do edital em que saiu, a proposta deve ser encaminhada para a instituição em envelope lacrado, oferecendo uma oferta para aquele tipo de produto – equipamento ou material de consumo ou serviço. É necessário, após esse início, que se faça uma reunião formal com representantes de todos os que se inscreveram na licitação, e que entregaram envelope lacrado, que protocolaram envelope, para que então seja feita a escolha. Trata-se de um processo que pode demorar de 30 a 40 dias, lento e, justamente por essa demora, as fundações desempenham suas funções, ajudando as instituições receptoras a vencer tais entraves burocráticos, otimizando, portanto, o desempenho administrativo das universidades. Nesse sentido, o diretor da Faculdade da área tecnológica faz a seguinte análise:

Eu imagino que a fundação de apoio para as nossas universidades tem como principal função, na minha maneira de ver, de enxergar as fundações, contribuir para a gente vencer alguns obstáculos principalmente burocráticos que a gente ainda tem no serviço público federal por exemplo, se a gente imaginar, o processo de compra, de aquisição de equipamentos e tudo mais dentro da nossa universidade, não é que eles estejam errados, mas é que a quantidade de elementos que eu devo fazer, os passos burocráticos que eu devo seguir são tão grandes que muitas vezes eles inviabilizam o próprio gerenciamento de alguns projetos. Às vezes, também, a universidade como ela é grande e eu tenho aí uma série de centros, uma série de projetos, de pesquisas em diversas unidades, em diversos departamentos dessas faculdades, às vezes a estrutura da universidade não é suficiente para poder estar atendendo a essa demanda tão grande. E as fundações, elas estão lá para nos apoiar nesses aspectos (Fred-entrevista, 15/04/2006).

Também o professor Robinho ex-diretor e ex-reitor da FAU, que está há 40 anos como professor em Instituições Federais de Ensino

Superior, também partilha da mesma opinião relatada acima, acrescentando:

O papel das fundações de apoio seriam o quê? Um mecanismo administrativo privado, que apoiasse um órgão público, que é a universidade pública, que por ser órgão público está sujeito a umas normas que a tornam difícil de administrar, sem grande capacidade de resposta rápida, seja na área de divisão de compras, seja na área de divisão de pessoal. Quer dizer, um órgão público não tem como admitir pessoal sem concurso, e isso demora, e com isso, quando a universidade, seus órgãos necessitam de funcionários, de uma maneira urgente, ela não tem capacidade de resposta rápida na área de pessoal. A mesma coisa é na área de compras. Pequenas compras adquiridas, dentro de vinte minutos, dentro de meia hora, não há possibilidade de um órgão público, seguindo as normas habituais, dar essa resposta. Então o governo brasileiro estimulou durante muitos anos a criação de fundações de apoio privadas, com objetivos idênticos sobre o mesmo comando da universidade federal, no intuito de suprir as limitações de administração pública, procurando, com isso, dar resposta rápida, tanto na área de pessoal quanto na área de compras de material de consumo, eventualmente de equipamentos, de material de reposição (Robinho, entrevista, 17/05/2006).

Na declaração acima, o professor fala da existência de um órgão privado dentro de um órgão público, possibilitando à universidade responder rapidamente às suas necessidades, de forma quase imediata, porque no atendimento da legislação, para o órgão isso não seria possível, uma vez que a lei torna a universidade muito morosa, sem agilidade, sendo necessária a função das Fundações para agilizar esse processo.

A eficiência administrativa foi ressaltada por todos os que concederam entrevistas: O professor Yuan segue a mesma linha de raciocínio. Veja sua declaração a respeito:

Uma Fundação de Apoio, como o próprio nome dela indica, nasceu para apoiar as atividades da instituição mãe, que seria a universidade. É preciso compreender isso porque a universidade é um ente, cuja movimentação é muito lenta. Ela não consegue ter agilidade para se tomar posições. Só para você ver um exemplo, você faz uma compra hoje, cujo processo de encerramento hoje leva quatro meses, cinco meses, depois eles vão entregar esse documento para você ou esse equipamento que você comprou, ele já está até fora de circulação, de tanto tempo que você leva. O segundo fato agravante disso, é que de uns quinze anos para cá, a universidade não tem recebido verbas de investimento, ou seja, ela só está mantendo verbas de custeio. Então, a falta de verba de investimento é que provoca a necessidade da fundação (Yuan - entrevista, 07/05/2006).

Neste sentido, o professor Gilberto contribui acreditando que sem as fundações não seria possível uma administração que não ferisse as normas do serviço público:

O papel das fundações de apoio, é prover mecanismos de gestão que a universidade, não encontra nas normas do serviço público. Eu acho que as fundações surgiram num contexto jurídico muito complexo, em que o serviço público não consegue realizar algumas tarefas sem violar as leis estabelecidas pelo serviço público de uma forma geral. Nesse contexto surgem as fundações. Então ela visa dar esse aporte, esse suporte às universidades, nesses projetos que elas não conseguem realizar. Um exemplo típico que está acontecendo é o projeto de educação à distância. É um projeto muito complexo, que envolve metodologias novas, formas novas de comunicação, de compra de serviço. É praticamente impossível a universidade hoje, no contexto jurídico atual, poder desenvolver. Então ela precisa da fundação de apoio para contratar gente, para contratar técnicos, para realizar algumas tarefas. São projetos feitos à distância, que têm mais agilidade, que permitem esse tipo de compromisso. É por isso que nesse contexto se evidencia o papel das fundações de apoio. Se a universidade tivesse uma autonomia plena de gestão, as fundações seriam dispensáveis, totalmente dispensáveis (Gilberto - entrevista, 10/05/2006).

Com as fundações, pode-se conseguir uma melhor administração dos recursos financeiros, pois com o apoio delas a instituição de Ensino Superior ganha flexibilidade, acredita o professor Adriano:

O papel das fundações de apoio é complementar a administração das universidades públicas. Acho que nesse sentido, um dos principais papéis das fundações seria dar maior agilidade para a administração da universidade pública. Porque a nossa administração em geral, não é um bom adjetivo, mas ela é muito pesada, ela é lenta, todos nossos recursos são publicados, então nós sempre temos muita dificuldade em executar um orçamento. Muitas vezes a gente precisa estar migrando rubricas, o dinheiro de uma rubrica para outra para poder executar um orçamento racionalmente. Ou a gente tem, muitas vezes, executar políticas secundárias, entre essas políticas principais, justamente porque você só tem recursos para elas. Você não tem a facilidade de realocar os recursos. Então, do ponto de vista de realocação de recursos, eu acho que as fundações de apoio, elas são muito mais eficientes do que a nossa administração (Adriano - entrevista, 15/05/2006).

Como ilustrou o professor Yuan: “se queimarem todas as lâmpadas aqui eu posso ficar sossegado que a FAU vai trocar para mim” imediatamente; agora, uma vez queimadas todas as lâmpadas de algum edifício, e a aquisição tiver que ser realizada pela UFU, a demora será muito maior, porque a morosidade é enorme, como o próprio professor Yuan salienta: “Não estou te dizendo que fazer licitação é ruim, não é um troço horroroso”, mas demora e se tem a obrigatoriedade de comprar pelo menor preço, o que impede a aquisição de mercadoria de boa qualidade, além do cartel que se forma em torno das licitações.

Embora a argumentação da agilidade administrativa seja unânime, um fato interessante apontado pelo professor Gilberto concerne a que, existindo autonomia, não haveria necessidade de fundação.

3.2 – A FAU e o financiamento da UFU

No capítulo 2, foi abordada a diminuição da participação do Estado nas questões relacionadas ao financiamento da Educação Superior pública, no Brasil, durante os governos de FHC, nos mandatos de 1995 a 2002 - ano a ano a verba foi diminuindo:

Redução dos investimentos públicos, ou seja, crescente afastamento do Estado relativamente às suas responsabilidades nos financiamentos. Os orçamentos públicos para educação tem diminuído ano a ano pelo menos no nível federal. O Ministério da Educação (MEC), feitas as devidas correções dos valores, destinou para as universidades em bilhões: em 1995:6, 1 bilhões; em 1996 5,6 bilhões; em 1997 5,3 bilhões em 1998 o repasse caiu para 4,8 em 1999, houve uma injeção de alguns recursos relativos a implementação da gratificação de Estímulo à docência (GED) e o total subiu para 5,5 bilhões, porém ficou ainda abaixo de 1995. Feitos todos os cálculos havia uma diminuição de aproximadamente 4,2 bilhões de 1995 a 2001 (Sobrinho, 2003.p.25)

As Fundações de Apoio, nesse sentido, têm ajudado no financiamento da UFU, por intermédio de captação de recursos, isto é, obtendo recursos por meio de serviços prestados à comunidade, tais como cursos de especialização, prestação de serviços via contratos com a iniciativa privada ou empresas públicas, projetos de pesquisa e arrecadação de inscrições no processo de vestibular.

A arrecadação via fundação de apoio visa a equilibrar receitas e despesas; veja-se, a esse respeito, o que relata o professor Robinho, quanto às políticas públicas ao longo dos últimos anos:

Olha, a tendência de financiamento depende da política a nível de governo brasileiro, a nível do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação. Houve época em que o próprio governo estimulou as fundações de apoio a captar o financiamento de todas as suas atividades e não as universidades, porque na medida em que o dinheiro entra na universidade, ele tem que ser gasto na forma da mecânica pública. Então o dinheiro oriundo do vestibular entrou na UFU, aí ele vai ser gasto sob forma de licitação. Uma prestação de serviços que a UFU fizesse para uma indústria. Está lá, o dinheiro entraria na UFU, em seguida, para ser gasto, ele tem todas as normas da estrutura pública. Então, o próprio governo estimulou que as receitas fossem captadas pelas fundações de apoio no passado. Posteriormente, em outros governos, definiram-se outras políticas públicas em que não teria que aparecer a receita que gera no orçamento da universidade. Muito mais por dificuldades orçamentárias da União, querendo equilibrar o orçamento, do que propriamente para atingir as finalidades do ente (Robinho-entrevista, 17/05/2006).

A arrecadação por meio de fundação de apoio viabiliza uma diminuição dos investimentos do governo nas universidades, que só têm recebido verbas de manutenção, não recebendo investimentos; na prática, isso leva à seguinte situação: se existe uma parede estragada, pode-se mandar consertar, mas são necessários investimentos para a construção de um prédio e, para isso, não se tem dinheiro, o que leva à situação vivida pela UFU, que foi a construção de um prédio somente com recursos da FAU, o Bloco 3Q, com salas de aula, centro comercial e anfiteatro, como esclarece o professor Adriano na sua fala abaixo:

O ingresso ao vestibular, também, que é via fundações, eu não sei se especificamente pela FAU eu acho que também é outra fonte de renda importantíssima, não é? Permitiu a construção do 3Q, do auditório. Então é algo que tem ajudado a suprir a deficiência de financiamento federal, desse ponto de vista acho que é muito importante. No mais, acho que é isso, basicamente. (Adriano - entrevista, 15/05/2006).

O professor Yuan contribui com outros dados importantes, que dizem respeito a outras compras realizadas por intermédio do dinheiro arrecadado via Fundações de Apoio:

Então se criou o curso de agronomia, comprou-se fazenda, criou-se curso de veterinária, comprou-se fazenda, tem biologia, tivemos que comprar uma reserva ambiental para o pessoal poder trabalhar, o pessoal da Geografia, todo mundo. Então isso nasceu do quê? Ou alguém acha que as fazendas são compradas com dinheiro do governo federal? Não existe isso. (Yuan, entrevista, 07/05/2006).

A compra das fazendas mencionadas acima e a construção de um bloco dentro da universidade é um fator de grande relevância para UFU, uma vez que este fato permite um melhor desenvolvimento da instituição, atendendo algumas de suas necessidades: o curso de Agronomia, por exemplo, precisa das fazendas para estudo e o prédio no Bloco 3Q aumentou os números das salas de aula.

Embora seja considerado um montante pequeno na totalidade global do financiamento da Universidade Federal de Uberlândia, como argumenta o professor Gilberto, a seguir, o recurso arrecadado tem sido de vital importância para cobrir a necessidade de investimento:

A influência das Fundações, com relação ao financiamento dessas instituições. Eu já toquei nisso, quer dizer, na verdade há um aporte de recursos via fundação de apoio que é empregado diretamente na universidade, no financiamento do seu processo acadêmico. Mas se você comparar isso daí com o gasto global da universidade em um ano, o orçamento global, com o que entra na fundação, é muito pouco. Então se você pegar uma universidade como a de Uberlândia, vamos admitir aí um orçamento anual na ordem de duzentos milhões, uma fundação não capta dez milhões, quer dizer, é muito pouca a relação do que entra pela universidade, o que entra pela fundação em relação com o que a universidade gasta como um todo. Para que a universidade o grande impacto orçamentário

da universidade é a folha de pagamento que consome quase todo o orçamento da universidade. (Gilberto-entrevista, 10/05/2006).

Ao percorrer as unidades acadêmicas para efetuar as entrevistas, pôde-se notar uma diferença significativa entre as unidades acadêmicas, no que concerne à sua estrutura física, entre um prédio onde o trabalho de captação de recursos é maior e aquele em que tal arrecadação é menor: a estrutura e os prédios são mais bem equipados, quando a ajuda da Fundação é mais densa, pois além do dinheiro que entra na universidade via fundações de apoio, alguns projetos de pesquisa conseguem equipamentos como computadores, som e outros instrumentos que passam a compor os laboratórios e escritórios da UFU. Quando o professor Emerson, foi questionado sobre o financiamento de sua instituição, apontou em sua sala alguns equipamentos que tinham sido objeto de pesquisa e que, ao final, ficaram para a universidade: “este computador aqui fez parte de um projeto de pesquisa e agora ficará aqui comigo e o outro vai para um colega que está precisando de uma máquina como essa”.

Existem unidades acadêmicas que não conseguem ir até o mercado e captar recursos, como é caso da faculdade de ciências básicas, porque, no dizer do professor Adriano, “a música e a filosofia são desprestigiadas na sociedade atual”, então quando se oferece um curso de especialização, devido à falta de interesse do mercado, não se formam turmas de especialização e nem se conseguem estabelecer outras formas de captação de recurso:

Eu acho que é fato fácil de observar, por exemplo: FEEL, FAGED, tem uma infra-estrutura muito melhor que nós aqui. Nos mesmos quando vieram o a comissão do MEC avaliar o curso de graduação, eles nos falaram sobre essa separação

entre primeiro mundo e terceiro mundo. Porque as nossas salas de aula são infinitamente inferiores às da FAGED, do ILEEL. (Adriano - entrevista, 15/05/2006).

Essa diferença se deve ao fato de que parte dos recursos arrecadados fica para a própria unidade arrecadadora, e o Estado não compensa essa dificuldade, como ressalta o professor Lúcio, embora as necessidades dessas universidades não sejam menores:

Porque como eu te dizia numa resposta anterior, existem unidades acadêmicas que não têm uma relação com a comunidade externa, senão com aqueles profissionais do magistério municipal e estadual, conseqüentemente a relação que se estabelece com esse público externo é apenas uma relação de capacitação, de oferecimento de cursos de aperfeiçoamento. Já de antemão, nós sabemos a dificuldade que esses profissionais têm para fazerem esses cursos que são oferecidos, por conta da pauperização dos salários do magistério. Nossa faculdade, por exemplo, raramente oferece algum curso de especialização pago. Tem oferecido cursos gratuitos. Mas raramente cursos pagos (Lúcio - entrevista, 20/05/2006).

A dificuldade na arrecadação deve-se à pouca interação com o mercado; as especializações que os profissionais poderiam realizar via fundações não conseguem arcar com as despesas das mensalidades; por outro lado, também não há interesse por parte do mercado, em projetos de pesquisa nessas instituições.

Para resolver esse problema, foi criada uma política interna nas fundações, chamada de fundo², com a qual se retira 1% do total arrecadado, destinando-o a uma espécie de fundo de reserva; o montante arrecadado segue

² O fundo na verdade, refere-se ao Fundo institucional regulamentado pela resolução nº. 05/2002 do CONSUN, e visa atender as seguintes áreas, bolsa de iniciação científica, melhoria e ampliação das atividades de pós-graduação, bolsas de cursos novos, apoio à participação em eventos científicos, com apresentação de trabalho, melhoria no ensino de graduação, atividades de extensão, projetos culturais e artísticos, qualificação e capacitação do pessoal técnico administrativo da UFU, apoio à editora da UFU, apoio à comunidade estudantil.

para as unidades acadêmicas com menor capacidade de captação de recursos no mercado.

Para utilizar esse dinheiro, a unidade entra em uma espécie de concorrência, intermediada por projetos, ou seja, é apresentado um projeto no qual é mostrado o que se quer fazer, a exemplo de uma reforma no prédio.

Na prática, esse processo não tem dado resultados importantes, veja-se o caso da reforma pleiteada pela unidade acadêmica com a dificuldade de arrecadação, citada anteriormente:

Na medida em que a Fundação de Apoio ela consegue também desenvolver uma política própria de captação de recursos, ela tem como também socorrer àquelas unidades acadêmicas que não têm interface com o mercado e que, conseqüentemente, não consegue celebrar convênios que tragam para a universidade recursos financeiros, o que é o caso dessa unidade acadêmica. A Faculdade de Artes e Ciências Sociais, tem uma relação com o público externo composto, na sua quase totalidade, de professores, da rede estadual e municipal de ensino, portanto um segmento com qual não é possível celebrar convênios (Lúcio - entrevista, 20/05/2006).

O mesmo professor, no entanto, relatou que, embora exista essa política, na prática esse processo não chegou a configurar uma realidade, até porque recentemente o chamado fundão iria financiar alguns projetos de reforma, embora as Unidades que foram contempladas consigam captar recursos com intermediação da FAU, veja o relato do professor Lúcio.

Nós pleiteávamos a reforma de um prédio que está sendo mal utilizado, e aí nós ficamos em décimo lugar, apenas seis projetos foram contemplados, cada um com cento e vinte mil reais. Então veja: esta destinação foi determinada pela administração superior da UFU, e não pela FAU. E assim mesmo para projetos de infraestrutura. E aí levaram aquelas unidades que historicamente geram mais recursos. Unidades que quase não captam recursos não foram contempladas. Dos

seis projetos classificados você não encontra um que tenha uma unidade acadêmica deficitária na FAU (Lúcio - entrevista, 20/05/2006).

O montante de arrecadação desse fundo girou na ordem de 700 mil reais, mas a compensação não foi feita porque os recursos foram destinados a unidades com maior possibilidade de geração de recursos.

O financiamento realizado via fundação de apoio pode ser considerado como sendo uma parte pequena no total das necessidades globais da fundação, como o próprio professor Gilberto disse anteriormente; no entanto, é uma parcela significativa, porque faz a universidade resolver problemas imediatos, como os do Hospital de Clínicas, onde as necessidades de compras são imediatas, bem como da construção e aquisição de patrimônio, como no caso citado do Bloco 3Q e das fazendas que servem aos cursos de Agronomia, Veterinária e Geografia. Portanto, a arrecadação via fundação, como extra-orçamento, assume uma importância considerável no interior da universidade.

Contudo, por outro lado, aquelas unidades que não conseguem realizar essa arrecadação ficam sem uma política real que possibilite melhorar o desenvolvimento de suas atividades, pois não têm condições para aprimorar suas estruturas e atividades.

3.3 – A FAU e o Trabalho Docente na UFU

As políticas implementadas ao longo dos anos de 1990 consistiram, precipuamente, na diminuição cada vez maior dos gastos públicos e isto incluiu a diminuição dos salários dos professores, uma vez que praticamente

esta categoria não teve reajustes de seus salários, instituindo-se, ademais, uma política de precarização do trabalho docente, ocorrendo ao longo desse tempo um achatamento salarial, em desproporção ao aumento do custo de vida, que não deixou de aumentar em função do não reajuste.

Ministrar aulas em especializações pode ser considerada uma maneira de buscar complemento salarial. Ao longo dos anos de 1990, a procura por cursos de especialização, cresceu significativamente (pois muitos profissionais querem aperfeiçoar os conhecimentos referentes às suas atividades profissionais, bem como melhorar seus planos de carreira), as Fundações, por intermédio da estrutura da universidade, montam e fornecem uma série de cursos dessa natureza.

Assim, as implicações no trabalho docente foi alvo de nosso questionamento aos entrevistados. Todos acreditam que as atividades colaboram de forma positiva no trabalho docente, pois ajuda os professores em seus projetos e como um fator de remuneração extra:

O papel das Fundações de Apoio é importante para quê? Para possibilitar que a Universidade tenha condições de desenvolver projetos na área do ensino da pesquisa e da extensão e desenvolvimento institucional principalmente no que diz respeito à remuneração de pessoal, do quadro da universidade por que se ela pudesse remunerar o seu pessoal diretamente com recursos oriundos das atividades inerentes à captação de recursos extra orçamentários, receita diretamente arrecadada da universidade, a maioria quase que na totalidade era dispensável a fundação de apoio (Ronaldo - entrevista, 06/06/2006).

O professor tem sua atividade de docente na universidade cumprindo entre pesquisa, ensino e extensão, uma carga horária de 40 horas, em regime de dedicação exclusiva e, por esse motivo, não teria tempo para

participar dos projetos. Pelo fato do dinheiro ganho e até pela pesquisa, o docente poderia relegar a um segundo plano suas atividades na graduação; no entanto, de acordo com professor Emerson, esse fato não acontece na Universidade Federal de Uberlândia:

Na minha opinião não existe na Universidade Federal de Uberlândia. Entretanto existem outras instituições que eu conheço em que o fluxo se tornou tão forte nesse mecanismo de relacionamento entre a instituição e lá fora que, por vezes, o docente deixa até de cumprir as obrigações dele, institucionais, em prol de algo lá de fora que, talvez, o atraia mais. Se não financeiramente, talvez pela conquista tecnológica e tudo mais. E, com isso, ele começa a esvaziar um pouco o seu compromisso com a sala de aula e no seu compromisso de estar presente na sala de atendimento aos alunos. O seu compromisso, obviamente, com as realizações mais institucionais. Há esse risco? Há. Entretanto, aqui dentro da Universidade Federal de Uberlândia, até graças a algumas orientações dos conselhos superiores, existem direções que delimitam até onde você pode ir. Mas isso, é claro, é uma política, também, muito interna de controle do departamento, da faculdade ou da unidade. Se esse negócio correr solto, há um risco, sim. Aqui dentro eu não vejo, até o presente momento, um risco dessa natureza (Emerson-entrevista, 10/04/2006).

Para o referido professor, a Fundação tem uma influência positiva nas atividades desempenhadas pelo professor, porque o mesmo se sente motivado na realização de suas tarefas, pois na medida em que tem algumas necessidades elas podem ser supridas pelas fundações:

O profissional, entre os trabalhos que nós executamos e aquilo que o mercado precisa, o que eu vejo é que isso cria uma motivação diferenciada. O que eu quero dizer com isso? De um lado, via fundação, o professor se sente seguro e motivado pra levar o conhecimento adquirido no seio da universidade pro mundo externo ao da universidade. Há um caminho legal pra essa constituição. De um outro lado, os retornos que esses tipos de trabalho trazem pra universidade, tais como novos equipamentos, modernização de laboratório, infra-estruturas que nós não tínhamos anteriormente eu diria

pra você que através da Fundação de Apoio isso aí se torna agora viável (Emerson - entrevista, 10/04/2006).

Outro entrevistado igualmente acredita em um fator positivo para o trabalho docente em face da existência das fundações. Diz o professor Robinho, a esse respeito:

Olha aqui a fundação pode facilitar o trabalho docente à medida que você tem determinados docentes que precisam de material didático que você não consegue adquirir. Você adquire aquele material didático pela Fundação de Apoio, aqui na nossa área mesmo tem várias peculiaridades de laboratórios, de material de consumo, de ração, não pode faltar ração para os animais com os quais estão sendo feito experimentos. Você olha, é a fundação de apoio e o trabalho docente. Você pegou aí vinte ratos, injetou determinada droga, outros vinte serão injetados, é o grupo de controle e tal e tal, agora os dois têm que estar em mesmo ambiente, com todas as variáveis iguais, tomando a mesma água, comendo a mesma ração e tal e tal, e se faltar ração? Ou para um grupo ou para toda a experiência? Você fala, olha se mudar a ração pode alterar, quer dizer, mas você fala, eu comprei, fiz a licitação e veio outra ração. Você fala, vai alterar o meu experimento. Não posso mudar de ração no meio do caminho no meio da experiência. Porque essa é uma variável que eu estou mudando, essa variável pode interferir nos meus resultados. Eu não posso mudar nenhuma variável, a não ser a única que eu mudei que era injetar a droga num e não injetar no outro e ver o que acontece. Você fala, pois é, mas o trabalho docente, da pesquisa, poderá ser alterado, agora por uma outra variável, que no ente público comprou pelo menor preço, quem ganhou, no entanto, foi outra ração. Isso vai dar uma causa de erro (Robinho - entrevista, 17/05/2006)

O que os professores querem explicitar, com as suas declarações, é que devido à agilidade administrativa destacada anteriormente, esse processo leva os professores a desenvolverem seus projetos na graduação ou na pós-graduação de forma mais confortável, pois quando se tem a necessidade de aquisições, compras ou quaisquer outras variáveis é a fundação que possibilita o andamento de forma eficiente.

Além dos professores citados anteriormente, outro professor acha positiva a existência das Fundações porque as mesmas permitem uma divulgação do trabalho da universidade na sociedade e de um modo geral, possibilita uma maior interação com o mercado vendo suas tendências e necessidades. Desse modo, os trabalhos do docente sofreriam impactos, mas de forma positiva em todos os sentidos como salienta o professor:

O trabalho a ser realizado pelo docente é fora daquele horário estabelecido para isso, a não ser num contrato de convênio se você vai prestar serviço para Petrobrás, você vai estar prestando para evidentemente aquilo ali entrar num processo que você está colaborando muito na divulgação do serviço para UFU. Você vê aí esta prospecção de petróleo em alta profundidade. A sonda é feita aqui com a gente. A tecnologia é nossa. Isso te dá um respaldo. A Universidade Federal de Uberlândia está ligando agente lá fora isso é muito mais importante do que a geração de um recurso. Não entendo onde ele pode inibir eu entendo que ele é estimulador porque sabe que tem uma fundação dando cobertura para ele nesse processo não precisa ficar preocupado se eu for ver o meu orçamento eu não faço nada eu não dou um passo iria ficar sentado na calçada e os alunos reclamando eu não tenho dinheiro para isso eu não tenho dinheiro para aquilo (Yuan - entrevista, 07/05/2006).

No que diz respeito a implicações negativas, ou se o trabalho nos projetos de pesquisa e especializações prejudicam o trabalho docente de alguma forma, tal fato não foi mencionado ou entendido como prejudicial de acordo com as entrevistas.

Apesar de não se ter encontrado nenhum dado que indique ser prejudicial às atividades extensivas dos docentes, a funcionária Maria deixou claro que a preocupação com relação ao trabalho docente é um problema para a unidade acadêmica e não para a Fundação:

Pois esse é o questionamento por que se ele é de dedicação exclusiva, não tem tempo para trabalhar na pós-graduação, mas a gente tem alguns casos em que a pessoa que é de dedicação exclusiva, que não só nos cursos de pós-graduação, veja só o que acontece ele questionado. A universidade tem que controlar essa questão de liberar o professor que é de dedicação exclusiva para trabalhar no projeto. É um problema da universidade e não da fundação, porque a fundação é contratada para gerir o curso de pós-graduação ou projeto de extensão. Não é ela que vai selecionar o docente. É o Diretor da unidade acadêmica que vai liberar este professor para trabalhar no projeto. Quando tem auditoria, o TCU sempre pede para ver a relação de docentes envolvidos e quer saber se ele é DE(dedicação exclusiva) ou não é questionado por eles, fica mais para universidade do que para fundação responder sobre o assunto, por que o papel dela é gestora, ela não tem esse controle acadêmico (Maria - entrevista, 04/03/2006).

No que diz respeito a fatores negativos, nenhum entrevistado acredita nessa possibilidade, mas se o professor tiver uma grande soma de trabalhos com aulas, correção de provas etc. Com certeza, alguma das atividades poderá ficar prejudicada, mas acredita-se que o que deve acontecer é haver um limite, um equilíbrio entre as atividades desenvolvidas no ensino da universidade e as atividades realizadas por intermédio da fundação de apoio.

3.4 - A FAU e a Privatização na UFU

No decorrer dos anos de 1990, a expansão do Ensino Superior se deu nas instituições particulares, sendo que estas políticas foram implementadas nos governos de FHC (1995-2002), atendendo às recomendações feitas por organismos internacionais, de acordo com os quais o ensino deveria ser ampliado sem aumento do gasto público.

No interior da universidade, a fundação de apoio criou uma entidade privada e foi interpretada por alguns segmentos como uma possível

privatização. Este entendimento não foi percebido pelos sujeitos entrevistados como uma forma de privatizar a universidade, ou seja, devido à cobrança de mensalidades nos cursos de pós-graduação *latu sensu* e à prestação de serviço, mas sim como uma maneira encontrada pela universidade para reforçar sua realidade financeira. Na visão do professor Robinho, a privatização do setor já é muito grande e o ensino totalmente público ou totalmente gratuito não existe no mundo. Questionado sobre a privatização, o seu posicionamento foi negativo:

A minha avaliação é que a fundação de apoio não tem nada a ver com a privatização da educação. O governo já privatizou o setor público, na medida em que a maioria das instituições do país são privadas, tinha, mais recentemente, na última década, estimulado tanto a iniciativa privada no ensino superior, que ele tinha até financiado a construção de campus nas instituições privadas à medida que as públicas estão estagnadas. Então, não há necessidade de privatizar o segmento público porque ele, hoje, é tão pequeno, que precisaria de mecanismos de controle, de comparação com o segmento privado. Eu não conheço nenhum país no mundo que tenha o ensino totalmente privatizado. Todo governo tem, pelo menos, uma parte pública, porque aí ele tem termos comparativos para acompanhar e cobrar determinadas metas, determinados desníveis de desempenho da iniciativa privada. Determinada qualidade, e não só quantidade, porque ele tem um parâmetro que são as universidades próprias dele. Aí ele mede o produto que ele consegue produzir – falando em linguagem econômica, o produto que a iniciativa privada está lançando no mercado (Robinho-entrevista, 17/05/2006)

A cobrança de mensalidade, caso fosse realizada, poderia ser um fator de configuração da privatização do Ensino Superior. Por este motivo, não se acredita nas fundações como uma instituição que está privatizando a universidade. Para se privatizar é preciso que seja mudada a Constituição Federal. Ademais, a participação da FAU, em termos financeiros, no processo econômico global da UFU, é muito pequena:

Como eu disse não tem de forma nenhuma não contribui para privatização da UFU porque ela é um agente facilitador no desenvolvimento das atividades da universidade, ela não vai contribuir para que amanhã passe a constituir cobrança de mensalidade dos alunos da graduação e da pós-graduação *stritu sensu*, ela nunca vai ser o agente facilitador atividades capaz de gerar a privatização da Universidade, as atividades da FAU não é capaz gerar a privatização da Universidade. As atividades desenvolvidas pela universidade, com o apoio da FAU, não são capazes de influenciar na privatização da Universidade. Para privatizar a universidade é necessário alteração da legislação Federal. Demanda mudança na constituição federal, é muito pequena a parcela de contribuição nesse universo, por que a privatização não seria na universidade federal de Uberlândia, mas do conjunto das instituições federais de ensino superior, mas não tem como privatizar o ensino na UFU. (Ronaldo- entrevista, 06/06/2006).

Na ótica de uma outra unidade acadêmica, a concessão de um curso gratuito só porque a universidade é pública seria um erro, posto que muitos profissionais chegam a ganhar mais do que os profissionais da UFU, a exemplo dos diretores executivos, bem como professores de cursinho. Então, defende-se que na realidade estaria tornando o dinheiro privado público; o dinheiro entra por meio das fundações e é aplicado nas atividades da Universidade:

Olha o negócio de privatização é um negócio gozado. Durante os 8 anos do governo FHC, o ministro Paulo Renato que a gente achou que iria resolver os nossos problemas, porque era reitor na Unicamp, a primeira atitude do ministro Paulo Renato foi mostrar que ele não iria atender as universidades públicas ele iria deixar o castelo desmoronar mesmo. Não repôs professor não repôs nada, achou que a relação docente e discente era muito baixa perto de determinados países. A nossa relação era 1/10 1/ 11, em média hoje agente está trabalhando com 1/20. (Yuan - entrevista, 07/05/2006).

Outro argumento apresentado é de que a economia brasileira não possui condições de ter todo ensino privado, posto que não se teria condições de financiar o estudo e, depois de formado, nem todo estudante poderia pagar, pois não existe emprego para todo mundo, e isso não pode ser um “fundo perdido”, ou seja, financia-se o estudante, mas depois ninguém paga a conta, seria necessário manter pelo menos uma parte, ainda que pequena, sob responsabilidade do Estado:

Para privatização o Brasil não tem estrutura seria muito difícil. O Brasil não tem estrutura para trabalhar só com instituição privada, não tem geração de emprego suficiente para que as pessoas possam pagar e não tem estado forte que seja competente para pôr esse pessoal na escola se fizer FIES, fizer o PROUNI. Concordo com tudo isso mas, como é que você vai devolver o dinheiro. Isso não pode ser fundo perdido. Se lá na frente eu não tiver meu emprego como que eu vou devolver esse dinheiro, para que ele seja nova fonte geradora de novos investimentos. O governo não pode trabalhar com fundo perdido. Joga-se isso como fundo perdido, sem gerar nada lá na frente. Não tem perspectiva. Se virou um estado e que fica procedendo a demanda, sem estrutura de arrecadação, é um negócio perigoso. Eu não vejo sinalização nenhuma neste governo de que estas instituição serão privatizadas, o país não tem condições nenhuma de fazer isso (Yuan - entrevista, 07/05/2006).

Nesse contexto, tem-se um posicionamento idêntico até mesmo das unidades, cuja interação com as fundações é muito menor. Não acreditam que o papel da fundação possa ser considerado como um fator que privatize a universidade, assim entende o professor Lúcio.

A finalidade das Fundações de Apoio não é a privatização da Universidade. O que a gente nota na última década é a necessidade das fundações de apoio suprirem aqueles recursos que a União deixa de passar, seja por contingenciar o orçamento, seja por diminuir no orçamento os valores desses repasses. É se há uma privatização do ensino superior nas universidades públicas, essa política é imposta pela União.

Ela é imposta pelo Ministério da Educação, pelo Ministério do Planejamento, mas não pelas fundações de apoio. O que as Fundações de Apoio tentam fazer e conseguem de maneira satisfatória, é suprir essa defasagem entre a demanda e os repasses da União. Eu não vejo as fundações de apoio como um escritório de privatização da universidade. Um escritório que se responsabiliza pelo oferecimento de cursos pagos. Embora tenhamos curso de capacitação e aperfeiçoamento pagos. Oferecidos aos modos da pós-graduação *latu sensu*. Mas essa não é a finalidade (Lúcio - entrevista, 10/08/2006).

Apesar de não acreditar que a Fundação contribui para a privatização, o professor Adriano defende que as relações devem ser melhor estudadas e que as Fundações contribuem para o afastamento do Estado quanto às suas responsabilidades e que se torna difícil administrar uma Universidade sem a Fundação hoje:

É claro que é uma forte crítica do movimento de docentes quanto ao fator de privatização da UFU. Eu particularmente acho que isso teria que ser analisado do ponto de vista do tempo envolvido. Teria que ser avaliado não a partir de uma questão de princípio, mas de uma questão concreta mesmo. Quanto tempo cada faculdade e instituto estão envolvidos com esse tipo de atividade. Se for muito grande, é claro que é extremamente prejudicial, não é? Por outro lado há uma crítica também a outras fontes de ingresso. A crítica geralmente é de que, na medida em que a FAU presta esse tipo de serviço para a UFU, ela permite que o Estado não assuma responsabilidade pelo papel dele na educação. Isso é uma crítica de princípio também. Hoje em dia a gente sabe que seria quase impossível administrar a universidade sem uma outra fonte de recursos. (Adriano - entrevista, 15/05/2006).

As questões formuladas sobre a privatização nos permitem concluir que não se chega a constituir isoladamente uma privatização, mas no conjunto, trata-se de uma privatização amena, velada, porque em unidades que precisam contribuir com a sociedade através de cursos de especialização para setores necessitados, a exemplo daqueles destinados aos professores da área

de ensino básico da rede estadual e municipal. Isso não é possível pois, esses docentes não têm as devidas condições para arcar com as despesas. No entanto, o Estado não cria condições para o fornecimento desses serviços, somente mediante pagamento, não deixando de ser uma forma de ensino privado, pois se concede o ensino mediante o pagamento de mensalidades, como acontece nas instituições privadas.

3.5 – A FAU e a Autonomia Universitária.

Nossa análise nos permitiu tratar sobre a autonomia universitária, que foi discutida no capítulo 2, no qual destacamos seu processo histórico e as causas pelas quais muitos têm defendido sua amplitude. Alguns acreditam que a fundação pode ser possibilitadora de maior agilidade, que acaba contribuindo para a autonomia universitária:

Se a Universidade tiver mais autonomia a Fundação pode continuar a desempenhar o papel dela da mesma forma, eu imagino que a universidade vai poder ter maior agilidade para tomar decisões. Parece que acontece assim, como é hoje, o orçamento é liberado. Primeiro o orçamento é aprovado, e depois tem um tempo para ser liberado para poder entrar, fazer compras. Se ela tiver autonomia, ela não precisa esperar tudo isso. Ela elabora um cronograma orçamentário que foi aprovado na universidade. Então, a partir daí, ela vai usar a lei de recurso do mesmo jeito. A partir daí ela vai poder fazer compra para o hospital para parte acadêmica. Assim a universidade vai poder caminhar com a autonomia dela e a fundação junto com a universidade (Maria-entrevista, 04/03/2006).

Para outros sujeitos entrevistados, como o professor Ronaldo, a autonomia só poderá ser concedida depois que as universidades deixarem de ser consideradas como repartições públicas, que têm uma estrutura bem

diferente de uma universidade. As Universidades possui uma estrutura diferenciada, como os hospitais; estes continuam a atender a população a qualquer hora do dia ou da noite, por meio dos Pronto-Socorros; nas fazendas onde são ministrados cursos técnicos e superiores de Agronomia existe um número grande de animais, áreas de plantações, que não podem ficar paradas:

Pelo contrário, as Fundações de Apoio não contribuem em nada para autonomia da universidade. Se as universidades realmente tivessem autonomia administrativa, financeira, orçamentária, elas não necessitariam das fundações de apoio. Particularmente acompanho a discussão de um projeto de lei para regulamentar o exercício da autonomia que está lá no artigo 207 da Constituição Federal desde 1994. Agora recentemente o Governo Federal encaminhou um projeto de reforma da educação superior e não vai resolver o problema da autonomia na educação superior. É um paliativo para que a universidade tenha autonomia, é indispensável que ela não seja tratada como uma repartição pública como é a receita federal, o INSS. É muito diferente a gestão de uma universidade comparando com uma estrutura do ministério do nosso cotidiano (Ronaldo-entrevista, 06/06/2006).

Devido a essa grande complexidade, a autonomia só pode ser concedida de uma forma plena, dado que sua estrutura demanda respostas rápidas para as demandas existentes; pode faltar um medicamento que se precise de um dia para outro, então o administrador deveria ter as condições para poder realizar as compras sem tantos entraves burocráticos. Nesse sentido, alguns acreditam que, por tornar a universidade uma instituição mais ágil, a fundação contribui para a sua autonomia.

A outra questão que encontrou coro na maioria das entrevistas foi o fato de que, se a universidade realmente tivesse autonomia em plenitude, não seria necessária a FAU para conseguir cumprir seus objetivos. A agilidade, as atribuições concedidas à FAU e da qual se vale a universidade, estaria na

UFU. Sua própria estrutura conseguiria responder às necessidades. Mas a autonomia pode significar um desconforto para os gestores da Universidade. Imagina-se que, se concedida, e se mudar a legislação para que o reitor, em conjunto com seus diretores, tivesse o poder de propiciar uma remuneração diferenciada ao seu pessoal, o quadro seria diferente. Por exemplo, se um professor produzisse mais, ele ganharia mais. Nesse cenário, a União daria uma verba para ser administrada e pronto, desincumbindo-se das demais obrigações. Esta foi uma hipótese levantada pelos sujeitos da pesquisa, embora seja algo controverso, desejado e ao mesmo tempo não desejado, ou seja, uma questão que ainda não está madura no contexto administrativo das universidades públicas.

Um ponto ficou certo: uma vez concedida autonomia para a universidade realizar todos os trabalhos, atualmente sob os cuidados das fundações, com a mesma agilidade que essa estrutura permite então, com certeza as fundações desapareceriam.

A concessão da autonomia levaria a universidade a ser uma entidade com maiores poderes de decidir suas diretrizes, financeiramente e didaticamente, ainda que houvesse, em parte ou no todo, financiamento por parte do Estado. Ainda que seja um órgão do Estado, a complexidade da universidade é muito diferente das repartições públicas e, por esse motivo, tem a necessidade de uma maior autonomia.

3.6 – A FAU e as contradições na relação com a UFU

Durante nosso processo de investigação, realizamos um levantamento dos problemas vividos pela relação entre a FAU e a

Universidade Federal de Uberlândia. O pessoal que trabalha na FAU ressaltou que as necessidades são muito maiores do que a capacidade possível de ser disponibilizada pela fundação, sendo que esta instituição tem, ainda, que lidar com os órgãos fiscalizadores, a exemplo do INSS e com a Receita Federal, sendo ainda falha a legislação, devidos às suas ambigüidades, como esclarece o professor Gilberto

Falta de clareza na legislação, eu estou aqui porque um pensa uma coisa outro pensa de outro nada é claro. Tenho responsabilidade civil sobre isso aqui tenho que tentar entender a lei. Cada um fala de um jeito. INSS fala de um jeito. O procurador da UFU fala de outro jeito. Legislação tecnológica legislação do INSS, ainda tem lei com relação à fundação com a universidade. Você me entendeu, Ainda ajunta com professor que interpreta de outra forma. A receita entende de uma forma, a prefeitura entende de outra. INSS de outra forma. Cada órgão arrecadador interpreta a lei que ele acha que paga; (Gilberto - entrevista, 10/05/2006).

As prestações de serviço, bem como as especializações, geram impostos (para o INSS, a prefeitura e a Receita), e os órgãos receptores desses tributos realizam uma intensa fiscalização sobre as fundações para verificar a arrecadação. Esse processo sempre tira o pessoal da fundação de suas funções para responder às diligências feitas por estes e pelo TCU; veja-se, a esse respeito, as declarações de Maria:

Muito do que se vivencia aqui, como a gente colocou como a gente faz o trabalho e com relação às diligências do TCU na universidade, os questionamentos que são feitos com relação à Universidade por que chega um momento que eles pedem os contratos que a universidade faz com a fundação. Ela faz esse contrato com a fundação por que tem uma lei a lei 84958/94 que permite isso, mas a universidade lá ela não tem o controle total de todos esses contratos que ela assina com a fundação. Quem tem esse controle somos nós aqui, a gente tem um trabalho muito grande para prestar contas muitas vezes para universidade e ela repassar para o TCU. Por que da

dificuldade? Por que ele está sempre questionando é com relação a pagamento de docente, de bolsa questão de tributos, o que é pertinente ou não. Às vezes a gente entende que não, ele diz que sim. É nesse sentido, principalmente do professor que é de dedicação exclusiva, por que não temos o controle. Este controle é da Universidade. Essa é uma grande dificuldade que agente tem. Eles tem muitas diligências por conta do tribunal de contas da União, embora a gente procure trabalhar da forma, mas transparente possível, às vezes fica difícil a gente trabalhar com tanta diligência que a gente tem que atender. O ano passado foi um ano assim: Mal ia embora um auditor, chegava outro. Quando eles não vêm eles mandam um questionário para responder (Maria - entrevista, 04/03/2006).

O Diretor da FAU destacou que a fundação trabalha com transparência, mas o que causa transtorno é o fato de a FAU ter que se mostrar atenta a toda documentação com relação a contratos, professores e demais entraves burocráticos dos serviços prestados pela FAU para a UFU.

A comunidade, em alguns aspectos, diz que a relação entre Universidade e UFU já foi ruim e está melhorando, porque no passado houve algumas discordâncias quanto às dívidas que a fundação teria e não se soube explicar de onde elas estariam vindo, mas que teve de ser equacionada pela fundação:

Existe um certo distanciamento entre a atividade da fundação e a nossa atividade de dentro das faculdades, de forma geral. Foi o que eu te disse: a visão foi sempre de administração financeira. Os problemas que ela tem, quer dizer, financeiramente, no interior dela, eu só tenho um caso, um caso, que foi um caso muito sério, que até hoje isso não me foi explicado claramente, foi quando o atual reitor, assumiu a primeira gestão, ele com a equipe dele, nós tínhamos uma verba, quer dizer, os cursos tinham uma sobra, quer dizer, nós íamos executando a atividade do curso e no final, é tinha um saldo, vamos dizer um excedente daquilo que nós havíamos estimado em nosso curso. Pois é. Estimamos um lucro de 100.000 e gastamos 90.000, então aí restaram 10.000. Quando essa gestão assumiu, que foi exatamente na mesma época, esse foi um problema que eu passei muito. que eu estive muito próximo disso aí. Então a FAU, quer dizer, do dia para a noite, esse saldo positivo que nós tínhamos desapareceu. A explicação que nos foi dada, inclusive, numa reunião dessas, é

que aquele saldo era virtual, quer dizer, num momento nós tínhamos, nós éramos credores da FAU, no dia seguinte nós éramos devedores da FAU (Cafu- entrevista, 25/05/2006).

Acreditam alguns que o grande problema é uma falta de política para as Fundações e o fato de ela ficar muito atrelada à administração superior seria um problema; veja o que relata o professor Lúcio, sobre essa questão:

Então os recursos captados pela Fundação de Apoio acabavam tendo que ser repassados para outras Fundações porque essas Fundações não tinham uma responsabilidade financeira que permitisse uma auto sustentação, principalmente no que diz respeito à área hospitalar, ou seja, uma dívida aí no ar que demandava recursos de outras Fundações, principalmente a FAU. Essa é a grande dificuldade que eu noto nesses anos em que eu estou nessa universidade. É a maneira como a administração superior se utiliza da fundação de apoio. Muitas vezes é extrapolando os limites para os quais essas fundações foram criadas. Vendo a fundação de apoio apenas como uma captação de recursos. Essa é a maior dificuldade. é a ausência de uma política, de um planejamento para que a fundação de apoio seja, de fato, uma instância que dê sustentação para as atividades-fins da universidade(Lúcio- em entrevista 20/05/2006)

Existe uma crítica sobre a relação das Fundações porque parte do total que ela arrecada acaba ficando para ela própria – trata-se de uma taxa de administração situada em torno de 8%, destinada às despesas da instituição. Se o serviço fosse prestado diretamente à UFU, poder-se-ia ficar com todo o montante. No entanto, se o dinheiro ficasse para a UFU, devido à falta de autonomia para gerir o recurso, esse processo seria inviável, pois, uma vez aprovado o orçamento, tem-se um prazo determinado para cumpri-lo e muitos projetos levam até dois anos para serem iniciados.

Defende-se a idéia de que, na verdade, as pessoas criticam a Fundação porque não conhecem a realidade que se vive ao longo do processo administrativo. As críticas no interior da universidade podem ser consideradas amenas porque todos foram unânimes em afirmar que, em virtude da falta de autonomia, a Universidade não pode prescindir das Fundações; ela possibilita à Universidade funcionar de forma ágil.

Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa foram unânimes em afirmar que, com autonomia universitária real, ou seja, aquela que possibilitaria à Universidade trabalhar com liberdade para administrar contratos sem a colaboração da FAU, dispensaria a existência desta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito analisar o papel da FAU (Fundação de Apoio Universitário) no contexto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) frente às mudanças socioeconômicos da atualidade e as políticas para educação superior no Brasil nos anos de 1990.

Ao lado desse objetivo geral foram levantados outros: Qual o papel das Fundações de Apoio? Como se avalia o papel das Fundações de Apoio para as Universidades Públicas? Que impactos e implicações acarretam as fundações de apoio no interior da universidade? A relação das Fundações de Apoio com as Universidades causam impacto no trabalho docente? Qual a contribuição das Fundações de Apoio para a realização da autonomia das Universidades Públicas? Qual a influência das Fundações de Apoio nas Universidades no que se refere ao financiamento dessas instituições? Essa relação estaria contribuindo para a privatização da educação superior pública?

Para chegar à resposta dos questionamentos levantados foi preciso fazer uma análise sobre o papel que o Estado vem desempenhando ao longo do século XX e, sobretudo, a partir dos anos de 1990. Parte-se do estudo do Estado, as suas mudanças, reconfigurações e seus aspectos políticos sociais e econômicos.

Também se fez necessário o estudo acerca das políticas para educação superior nos de 1990. Dentro desse aspecto inserem-se as Fundações como uma instituição que apóia a Universidade nos seus objetivos.

Depois de estudar as questões relativas ao estado e a sua influência no conjunto da educação superior e as políticas implementadas para o ensino superior, buscamos estudar e entender acerca das fundações, especificamente sobre as Fundações de Apoio.

As fundações realizam uma série de trabalhos para sociedade de um modo geral. Existem fundações educacionais voltadas apenas para educação, outras voltadas para ajuda filantrópica e uma série de outras modalidades que encontram amparo legal e social, pois a fundação pode exercer qualquer atividade de forma lícita. Com efeito, as fundações, como uma espécie de organização social, ganham muita notoriedade e importância com a diminuição da atuação do Estado nas esferas sociais, uma vez que, na atualidade, as organizações, como um terceiro setor, prestam cada vez mais serviços a sociedade.

As Fundações de Apoio são uma espécie de fundação dentre as várias outras que existem e adquirem muita importância para as universidades, sendo que o papel desenvolvido pelas Fundações é principalmente de aumentar a eficiência administrativa da Universidade. Por meio das Fundações, as Universidades se tornam mais ágeis, mais eficientes.

A eficiência administrativa, apontada por todos os elementos que foram entrevistados sugere que, se a Fundação deixasse de existir, essa qualidade poderia desaparecer. A Fundação tem maior agilidade por ser uma instituição de direito privado e não estar atrelada a seguimento da lei 8666/94, que faz com que o gasto de dinheiro esteja cercado de cuidado e procedimentos que geram uma grande burocracia.

Assim, com a existência da Fundação, as administrações das universidades são mais livres por estarem desobrigadas em muitos casos de fazer licitação, o que só ocorre se o dinheiro que entrar for público; sendo de outra fonte não existe essa necessidade.

Evidenciou-se também que no dia-a-dia da universidade as pequenas coisas como consertos de fechadura, telhado, são feitos, em sua maioria pela fundação por que esta facilita sobremaneira a vida do administrador que tem os entraves burocráticos diminuídos.

Portanto, acredita-se que todos os impactos que ocorrem no interior da universidade pelo fato de existirem fundações, são considerados positivos, pois a existência da Fundação leva a uma administração eficiente, ao contrário do que acontece quando tudo é feito somente por meio da universidade que muitas vezes torna as decisões morosas e burocráticas.

As Fundações prestam serviços através da Universidade, utilizando do seu espaço físico, dos seus professores, enfim de toda a estrutura existente. No entanto, na perspectiva dos sujeitos entrevistados, esse fato não traria prejuízo ao trabalho do professor, uma vez que as fundações possibilitam ao docente trabalhar de forma mais tranquila e em melhores condições.

Embora as afirmativas tenham sido negativas, acredita-se que, de alguma forma, o fato de ministrar aula em especialização ou em projetos de pesquisa não deixa de gerar algum impacto, pois muitos professores são de dedicação exclusiva e trabalham 40 horas por semana, o que deve gerar uma intensificação do trabalho docente.

Outra questão levantada foi a respeito da autonomia da universidade. Questionados se as fundações de apoio ajudam na autonomia, da instituição, ficou evidente a ausência de um consenso.

A existência dessas fundações está ligada principalmente à necessidade de superar as demandas locais que não permitem uma maior agilidade por parte de quem administra as universidades e, por conseguinte, tem que se valer de um outro recurso para conseguir seus objetivos de forma eficiente e eficaz. Se houvesse autonomia, a universidade não precisaria de Fundação de Apoio, pois as ações desenvolvidas por meio das fundações poderiam se realizar pela própria instituição de ensino superior.

A existência da Fundação de Apoio Universitário está muito ligada ao financiamento da Universidade, por que a Fundação contribui com seus recursos para os investimentos na instituição.

Alguns defendem que os recursos arrecadados para a UFU, via FAU e as demais fundações são insignificantes, quando comparados com o montante que a universidade administra para sua manutenção e folha de pagamento. Por sua vez, ainda que possam ser considerados relativamente pequenos esses recursos, geram grande impacto quando viabilizam a construção de sala de aula, aquisição de fazendas para realização de alguns cursos, dentre outras possibilidades.

A grande dificuldade, no tocante ao financiamento é que nem todas as unidades conseguem arrecadar recursos, porque os cursos oferecidos, bem como as especializações, não possuem demanda de mercado.

Daí resulta o fato de que as unidades acadêmicas que possuem maior capacidade de captar recursos por meio da FAU conseguem viabilizar

melhores salas de aula, laboratórios e equipamentos, existindo uma diferenciação das unidades dentro da própria universidade. De outra parte, não foi identificada uma política interna da Universidade e externa do Estado que venha a compensar essas distorções.

No decorrer do trabalho, algumas unidades acadêmicas mostraram se assemelharem a verdadeiras empresas, com dinamismo de mercado, onde parece existir uma grande preocupação com produtividade e atendimento das necessidades mais urgentes.

Ninguém acredita que as Fundações contribuem para a privatização da universidade e nem sua submissão às regras de mercado.

A maior parte do ensino superior está concentrada nas faculdades particulares, então não se teria mais interesse em privatizar mais do que já está privatizado, até por que a universidade pública serve como, referência para o restante do ensino superior, o que acontece também com o ensino desse nível no mundo.

As Fundações por si só não levam à privatização, mas o conjunto das políticas adotadas durante os anos de 1990, parece levar a crer numa privatização gradual porque, além diminuição de recursos, não há contratação de professores e técnicos para substituição dos que se aposentam ou afastam e muitas Universidades funcionam com um número muito grande de professores substitutos, provocando um sucateamento do ensino superior.

Na atualidade, as Universidades, de um modo geral, não deixam de estar submetidas às regras de mercado. Muitos cursos de especialização são ofertados em virtude de uma grande procura por parte dos graduados que querem prosseguir nos estudos.

Por sua vez, também os projetos de pesquisa, visam a responder as demandas de mercado, resultante de interesses mercadológicos.

Essas primeiras conclusões evidenciam que, para aprofundar melhor o papel das Fundações, são necessários novos estudos e realizações de outras pesquisas. Trata-se de estudo muito amplo e que este trabalho, embora contribua de forma significativa para o entendimento da temática investigada, deverá ser complementado por outros trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Marcia Ângela da S. et al. (org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2002.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia das universidades públicas federais: situação atual, propostas e perigos. In: DOURADO, L.F., CATANI, A. M. (orgs.) **Universidade pública, políticas e identidade institucional**. Campinas, São Paulo: Autores Associados/UFG, 1999(a).

_____. Crise no financiamento das instituições federais de ensino superior. In: TRINDADE, Héglio. (org.) **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999(b).

_____. **Financiamento da educação Superior: Estado X Mercado**. São Paulo Cortez; Unimep, 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo e SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.9-37.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação básica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução, César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación: examen do Banco Mundial**. Washington, DC: World Bank, 1996.

BASTO, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado Ciência e Política**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BATISTA, Maria do socorro Xavier. **A lógica privatista e do custo-benefício na gestão da universidade**. In: XX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. ANPAE: 2001. 1CD-ROM.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 3 ed.- São Paulo, cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época)

BITTAR, Mariluce; et al. **Gestão e políticas da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BOGDAN, Robert . BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.

_____, Secretaria do Desporto/Secretaria de Educação. Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 10-01-2001.

_____. Secretaria do Desporto/Secretaria de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nova LDB (Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 20-12-1996.

_____, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 de dezembro de 1961.

_____, Parecer nº977/65, aprovado em 3 de fevereiro de 1965. Apresenta a definição geral dos Cursos de Pós-Graduação no Brasil. **CAPES, Documenta**, vol. 44, Brasília, DF, dezembro de 1965.

_____, Ministério da Educação e Cultura. Decreto Lei nº 62.937. Cria o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. **Documenta nº 8**. Rio de Janeiro, 163: 164, 2 de julho de 1968.

_____, Conselho Federal de Educação. Indicação n.º48. Articulação da Escola Média com a Superior. **Documenta**. Rio de Janeiro, 24 (79): 92-115, dez.1.967.

_____, Ministério da Educação e Cultura. Decreto – Lei n.º 464. Estabelece normas complementares à Lei n.º5.540. **Documenta**, Rio de Janeiro, 98: 134 – 137, fev./1.969;

_____, BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de novembro de 1968.

CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998. – (Coleção educação contemporânea).

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Héglio. (org.) **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999(b).

COELHO, Ildeu Moreira. Formação do Educador: dever do Estado tarefa da universidade. In: BICUDO, Maria Aparecida Vigiani, et al. **Formação do Educador**, UNESP.V.1.1996 (seminários e debates).

COSTA, Vera Lucia Cabral (org.). **Gestão educacional e descentralização**. São Paulo: Cortez: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1997.

DIAS SOBRINHO, José. Educação Superior. Flexibilização e regulação ou Avaliação e sentido público. In: DOURADO, Luiz Fernandes, et al. **Política e Gestão da Educação Superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, Goiânia: Alternativa, 2003. p. 97-116.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Financiamento da educação básica**. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia, GO: Editora da UFG, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 69).

_____. et al. **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. et al. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã: Goiânia: Alternativa, 2003.

DOWBOR, Ladislau; et al. **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o Neoliberalismo. In: **Revista de Educação da USP**. São Paulo, n.17. p.86-101. 1994.

_____. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura Syria e AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.) **Gestão da Educação – impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo; Xamã, 1991.

_____. O Estado e as Políticas de expansão do ensino superior. In: **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia, GO: Editora da UFG, 2001, p.23-70.

DURHAN, Eunice. **A política para o ensino superior brasileiro ante o desafio do novo século**. In: CATANI, Afrânio. (org.) Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. Valdemar Sguissardi (Org.) **Educação Superior – velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.). **Gestão e educação: impasse, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOGAÇA, Azuete. Educação e Qualificação Profissional nos anos 90: o discurso e o fato. In: Oliveira, Daila Andrade; DUARTE, Marisa, Marisa R. T. (Orgs). **Política e Trabalho na**

Escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. 2 ed. Belo horizonte: Autêntica, 2001. p.55-68.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O Risco país: O aumento do Risco Brasil.** São Paulo. Jornal Folha de São, 2006. P. A-5

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org.). **Política educacional: impasses e alternativas.** São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, Pablo (org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** Petrópolis, RJ: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GENTILI, Pablo; SADER Emir (org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para qual democracia?.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GOMEZ, José Maria. Política e democracia em tempos de Globalização. In: **Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais.** Laboratório de políticas públicas. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires CLASCO, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** Tradução, Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HELENE, Otaviano. A realidade educacional. In: **A crise brasileira e o governo FHC.** São Paulo: Xamã, 1997 – (Coleção Fora da Ordem)

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos; o breve século XX: 1914-1991.** Tradução, Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O século XXI: reflexões sobre o futuro.** Tradução, clara Rowland. Lisboa: Presença, 2000.

JÚNIOR, José Cretella. **Fundações de direito Público.** Rio de Janeiro, Forense, 2002.

KRAWCZYK, Nora; et al. **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000. - (Coleção educação contemporânea).

KRUPPA, Sônia. **O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90.** Tese de doutorado FE-USP- Março de 2001.

LAURELL Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** Tradução, Rodrigo Leon Contrera; revisão técnica Amélia Cohn. São Paulo: Cortez, 1995.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do banco Mundial para “alívio” da pobreza.** Tese Doutorado FE- USP. São Paulo, 1998.

LIPSON, L. **Os grandes problemas da ciência política: uma introdução à ciência política.** 7ª. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1995.

_____. **UNESCO Banco Mundial e educação dos países periféricos.** Universidade e Sociedade. Nº 25, dez. 2001.

LUCENA, Carlos. **Tempos de Destruição.** 1º ed. Uberlândia: Edefu, 2004.

MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino pago: um retrato sem retoques.** São Paulo: Cortez, 1988.

MELCHIOR, José Carlos de A. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção polêmicas de nosso tempo; v. 57).

MENEZES, Luís Carlos de. **Universidade Sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **Educação e política do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000. - (Coleção educação contemporânea).

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **Reforma Universitária do Governo Lula, reflexões para o debate.** São Paulo: Xamã 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** Prefácio de Roberto Leher. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T.(org.). **Política e trabalho na escola; administração dos temas públicos de educação básica.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social Aspectos Jurídicos, administrativos, contábeis e tributários Brasília:** Brasília Jurídica, 2004.

PANTALEÃO, Leonardo. (Org). **Fundações educacionais.** São Paulo: Atlas, 2003.

PEIXOTO, Madalena Guasco. **A Condição na pós-modernidade: a questão da democracia.** São Paulo: EDUC, 1998.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do estado: no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.

ROBERTSON, Roland. **Globalização: teoria social e cultura global.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ROCHA, Vânia Amaral da. **Políticas de avaliação docente no ensino superior: o significado da Gratificação de Estímulo à docência (GED) na Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia 2005.**

SAMUEL, R. **História Local e História Oral.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n.19, set.89/fev.90, p.237.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização do pensamento único a consciência universal. 6º ed. Rio de Janeiro: record, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar (org.) **Educação e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **UNESCO Banco Mundial e educação dos países periféricos**. Universidade e Sociedade. nº 25, dez. 2001.

_____. **Educação Superior – velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA JR, João dos Reis. **A construção da cultura mercantil da universidade brasileira**. Uma aproximação histórica. 2004.

_____. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma no Estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

_____. **Políticas Públicas para a educação superior**. Piracicaba, São Paulo: Ed. UNIMEP, 1997.

_____. **Novas Faces da educação superior no Brasil**. Prefácio de Francisco de Oliveira. São Paulo: Cortez; Bragança paulista, SP: USP-IFAN, 2001

_____. **Reconfiguração da educação superior no Brasil e redefinição das esferas pública e privada nos anos 90**. Revista Brasileira de Educação, nº 10, jan/fev/mar/abr de 1999.

_____. **Reforma de Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio (org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez: PUC-SP: Ação Educativa, 1996.

TRINDADE, Hégio. **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes: Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1990.

UFMG. **Relatório final da comissão instituída pelo CEPE e Conselho Universitário da UFMG sobre a prestação de serviços**. Belo Horizonte 1994

UNESCO. **Política de mudança e desenvolvimento do ensino superior**. Revista Educação Brasileira, v. 17 (34): 153-221, 1º sem. 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. (UFU) **Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: EDUFU, 1998. Aprovado na 287ª. Reunião do Conselho Universitário de 18 de dezembro de 1998.

_____. **Estatuto Fundação de Apoio Universitário**. 21 de dezembro 1982.

VIANNA JR., Aurélio (org.). A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: Análise crítica e documentos inéditos. Brasília, DF: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e planejamento educacional**. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2001.

WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda**. Tradução, Ângela Melim; prefácio, Marco Aurélio Garcia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ANEXO 1 : ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

1. Qual a legislação que regulamenta as fundações apoio e sua relação com a universidade?
 - a. Você tem indicação de alguma bibliografia que analisa a relação entre fundações de apoio e universidade?
2. Qual o papel das fundações de apoio? Como você avalia o papel das fundações de apoio para as Universidades Públicas?
3. E a relação entre essas fundações e as universidades? Que problemas ou dificuldades você destacaria?
4. Que mudanças você observa nas universidades públicas diante da relação entre essas instituições e as fundações de apoio?
5. Que impactos ou as implicações você observa das fundações de apoio no interior da universidade?
6. Em que a relação das fundações de apoio com as universidades impactam no trabalho docente? Há implicações? De que natureza?
7. Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento dessas instituições? Você avalia que elas estariam contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?
8. Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?
9. Como você avalia a relação da universidade com as demandas e necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a universidade tenha uma maior agilidade em responder as demandas do mercado atual? Como? Porque?
10. Especificamente no que diz respeito à FAU e sua relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades? Quais os aspectos mais positivos nessa relação?
 - 10.1. Quais as principais fontes de recursos da FAU? Quais os principais tipos de serviço prestado pela FAU?

- 10.2. A FAU interfere na dinâmica da UFU, do trabalho docente na UFU?
Como?
- 10.3. A FAU contribui para a privatização da UFU? Como?
- 10.4. E para a realização da autonomia da UFU?
- 10.5. A relação FAU e UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas do mercado? Como?

Dados para caracterização geral da FAU:

- Total de funcionários
- Total de funcionários lotados na FAU
- Total de funcionários que atuam na UFU
- Quais Unidades Acadêmicas têm maior interação e menor interação com a FAU?

ANEXO 2 : ENTREVISTAS

Entrevista - 1

Entrevistador: Mestrando

Entrevistado: Adriano – Nome fictício dado ao entrevistado que é professor de um curso com menor interação com a FAU.

Entrevistador: Qual o papel das fundações de apoio, como você avalia o papel das fundações de apoio para as universidades públicas?

Adriano: Bom! A primeira coisa que eu tenho que colocar é que eu tenho pouco contato com as fundações de apoio. No caso, eu acho que o contato maior que eu tenho é com a FAU. Acho que, assim, o papel das fundações de apoio é complementar a administração das universidades públicas. Acho que nesse sentido, um dos principais papéis das fundações seria dar maior agilidade para a administração da universidade pública. Porque a nossa administração em geral, não é um bom adjetivo, mas ela é muito pesada, não é, ela é lenta, todos nossos recursos são publicados, então nós sempre temos muita dificuldade em executar um orçamento. Muitas vezes a gente precisa estar migrando rubricas, o dinheiro de uma rubrica para outra para poder executar um orçamento racionalmente. Ou a gente tem, muitas vezes, executar políticas secundárias, entre essas políticas principais, justamente porque você só tem recursos para elas. Você não tem a facilidade de realocar os recursos. Então, do ponto de vista de realocação de recursos, eu acho que as fundações de apoio, elas são muito mais eficientes do que a nossa administração.

Entrevistador: E a relação entre essas fundações e as universidades? Que problemas ou dificuldades você destacaria?

Adriano: Bom! Os problemas eu conheço mais pela participação nos conselhos. Um dos problemas que sempre era colocado é o fato de você ter ao lado da administração universitária uma fonte de ingresso de recurso privado, trabalhando inclusive com outras regras, que no caso da UFU você tem um segundo corpo de funcionários, que são funcionários contratados pela FAU, que tem um outro regime de trabalho. Você tem uma fonte de ingresso particular, você tem uma forma diferente, também, de administrar essa fonte do mesmo ponto de vista de licitação, forma de compra. Então, problemas ou dificuldades acho que seria esses que eu destacaria. Mas eu não tenho um contato muito intenso com as fundações para aprofundar nisso.

Entrevistador: Mas assim, é um ente privado dentro público?

Adriano: *É um ente público e um ente privado. A principal política que temos nos conselhos era essa, não é? Ou seja, você tem um que começa a administrar um ente público, no fundo é isso, o problema é um ente privado, você começa a administrar um ente público dentro de um ente privado. Quanto mais o ente privado cresce, não é maiores são os riscos de você descaracterizar o público, não é? Os problemas seriam esses.*

Entrevistador: *Que mudanças você observa nas universidades públicas diante da relação entre essas instituições e as fundações de apoio?*

Adriano: *Que mudanças? Eu acho que a principal mudança é justamente o fato de que você passa a ter outra interface com a sociedade, que antes você não tinha. Acho que uma característica importante delas seria os cursos de especialização. É claro que eles operam uma grande mudança no perfil da universidade. Você tem uma carga horária dedicada especificamente para isso em alguns institutos, não no nosso caso em particular, mas em alguns institutos isso chega a representar uma boa parte da carga horária dos professores efetivamente ativos agora, há uma série de outras prestações de serviços que se fazem via fundações, convênios, prestações de serviços e tal, mas sobre isso, daí eu não tenho conhecimento. Convênios com empresas, mas acerca disso eu não teria como avaliar.*

Entrevistador: *Que impactos ou implicações você observa nas fundações de apoio no interior da universidade?*

Adriano: *O impacto é basicamente eu posso observar é basicamente que eu disse na questão número três que pelo fato de elas captarem recursos, elas acabam direcionando um pouco da política de ensino da universidade. Então os fatos mais marcantes seriam os cursos de especialização. É claro que, na medida em que isso pode ser remunerado, isso acaba congregando pessoas, montando formando cursos e abrindo para toda uma inserção da universidade com um determinado público da sociedade. E, assim, todo mundo reconhece que, academicamente esse não é o principal papel da universidade o mais importante seria que a gente desenvolvesse a pós-graduação strictu sensu que tem, também aqui na UFU se desenvolvido então, eu acho que, assim, como é impressionante o fato como a universidade cresceu internamente, como esse crescimento se deu, especificamente nos últimos anos, no setor da pós-graduação strictu sensu. Mas, ao lado dela, em paralelo a essa graduação Latu sensu tem todo um envolvimento da universidade com os cursos de especialização cujo o principal motivo seria de ordem econômica mesmo.*

Entrevistador: *O que a relação das fundações de apoio com as universidades impacta no trabalho docente? Há implicações? De que natureza?*

Adriano: *Eu acho que, talvez, pelo fato da parte que eu mais penso é a parte dos cursos de especialização, eu acho que há impacto sim, impacto na carga horária, no programa de atividades do professor. É claro que a gente sempre pressupõe que esse trabalho é feito além das quarenta horas, mas isso depende também de quantos cursos de especialização uma unidade oferece, ou de quantos cursos de especialização o professor está envolvido, acho que*

depende também, fundamentalmente, da qualidade desses cursos de especialização, se eles pressupõem algum tipo de trabalho final, o correto seria pressupor uma monografia, então é claro que isso teria impacto, é não só negativos, até positivos, como por exemplo, a orientação de monografias. Acho que seria um impacto positivo. Agora isso depende também do tamanho do público que você trabalha, da possibilidade de você desenvolver um trabalho de fato qualitativo. Também de estar presente na orientação, que ela não seja um requisito meramente formal da aprovação do aluno.

Entrevistador: *Mas você acha que ela impacta no trabalho docente da graduação?*

Adriano: *Da graduação?*

Entrevistador: *O fato de trabalhar na especialização, você acha que dificulta o trabalho na graduação?*

Adriano: *Eu acho que impactaria nos dois casos, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Eu acho que o problema é de quanto da carga horária de um docente está comprometida com cursos de especialização. Mas isso é variável. No nosso caso, é pouquíssimo. A gente oferece um curso a cada dois anos. O penúltimo que a gente ofereceu foi um curso gratuito, acho que quando se oferece um curso gratuito, o próprio interesse do departamento já é diferenciado. Ele está mais preocupado com questões acadêmicas do que com questões meramente econômicas. No nosso caso, foi extremamente positivo, a gente conseguiu direcionar o curso para o público que a gente queria, e era os nosso próprios ex-alunos. A gente conseguiu preparar não para um público que tinha dinheiro, mas para um público que, na ausência de um mestrado stricto sensu, tinha interesse em algum tipo de especialização. Agora eu acho que é muito variável esse impacto. Também não diria que é só negativo, ele é positivo também na medida em que você tem outras fontes de ingresso de renda, outras fontes de renda na medida em que a universidade hoje em dia depende extremamente dessas fontes. Nós mesmos não temos para gente não representa quase nada. Um, por que a gente não consegue vender os cursos. Ou seja, nós não temos um público que tenha dinheiro para pagar qualquer tipo de mensalidade que se tornasse compensatória para ter ingresso de renda. Mas mesmo assim a gente participa de rubricas que são colhidas via cursos de especialização. Eu não sei exatamente qual é a rubrica, mas nós temos hoje uma resolução, que ela coleta x por cento para um fundo comum. Esse fundo comum mesmo no ano passado foi importantíssimo. Acho que setecentos, oitocentos mil reais foram disputados por projetos e nós tivemos parte de projetos contemplados através dessas rubricas também. Então tem esse outro lado, que pode ser questionado, mas que é uma fonte positiva de ingresso também.*

Entrevistador: *Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento dessas instituições? Você avalia que ela está contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?*

Adriano: Para falar da privatização eu acho que precisaríamos qualificar melhor o que nós entendemos por privatização. É quer dizer, que as fundações de apoio elas têm influência decisiva hoje em dia no financiamento das instituições públicas, e isso de fato têm. Agora do ponto de vista da privatização ou não desse binômio, eu acho complicado avaliar, por causa do seguinte: é claro que em alguns momentos a universidade está melhor preparada para cumprir o seu papel enquanto universidade pública, justamente em função dessa fonte de ingresso que tem discursos, por exemplo, discursos de estatização. É claro que isso, em certa medida, sucateia o trabalho docente, porque você vai ter uma parte da carga horária docente empregada nisso, vai ter uma parte de todo o corpo administrativo da universidade também envolvido com isso. Então é claro que você tem que pensar que você não tira só o docente da atividade fim, mas você retira também outros funcionários, secretários e tal, pessoas que se envolvem com a execução do curso. Agora de um outro lado agente teria que ressaltar nessa questão é que as unidades que tem maior fonte de captação desses recursos, tem melhor infraestrutura dentro da universidade. Isso é uma coisa que a própria faculdade teria que pensar melhor, teria que gerir melhor. Eu acho que um fato fácil de observar por exemplo a FAGED tem uma infraestrutura muito melhor do que nós aqui. Nos mesmos quando veio a comissão do MEC avaliar o curso de graduação, eles nos falaram sobre essa separação entre primeiro mundo e terceiro mundo. Porque as nossas salas de aula são infinitamente inferiores as da FAGED. Justamente nesse sentido há um problema é que o termo privatização não se encaixa bem para descrever esse processo. Mas há uma relação perversa de ingresso de renda dentro da universidade. Claro que as pessoas que administram outras fontes conseguem dar melhores condições, melhores infraestruturas, do ponto de vista da infraestrutura. Conseguem oferecer uma melhor infraestrutura para os seus alunos. Então, é uma coisa bastante perversa. Porque de repente você pode cumprir todas as funções que o corpo docente teria que cumprir do ponto de vista acadêmico e mesmo assim ser penalizado porque você não desempenha atividades que possibilitam outros ingressos, então é isso.

Entrevistador: você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?

Adriano: Da maneira que está, acho que não. Acho que a questão da autonomia se concretizaria melhor se você tivesse a capacidade de administrar com mais liberdade os recursos que advém do Estado. É claro que isso coloca um problema complicado também de financiamento das universidades. Se ocorrer essa autonomia, como fica a questão do financiamento? É o problema que as universidades públicas paulistas enfrentam. Por outro lado elas têm muito mais agilidade. Se elas têm críticas, a partir do processo de autonomia, elas também não querem retornar ao estágio anterior. Então eu acho que poderiam vir a desempenhar um papel importante na autonomia da universidade desde que essa autonomia fosse pensada de outra forma. Se a gente tivesse acesso aos recursos e a gente pudesse nós mesmos determinar o valor que você vai gastar em cada rubrica, locar esse dinheiro internamente, através das políticas que a própria universidade considerasse prioritárias. Aí eu acho que elas poderiam ser um

ponto de apoio importante para a autonomia, agora no quadro atual, pelo fato de ter ingresso de recursos externos e isso colaborar para a autonomia, eu acho que não. Em nada isso caracteriza a autonomia da universidade.

Entrevistador: *Como você avalia a relação da universidade com demandas e necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a universidade tenha uma maior agilidade em responder as demandas do mercado atual? Como e por quê?*

Adriano: *Eu acho que sim, pois ela tem ampliado a inserção da universidade na sociedade, não só do ponto de vista das humanidades, mas hoje em dia há uma inserção do ponto de vista do mercado mesmo, que eu acho que é importante. Por exemplo, eu recebo o jornal da FAPESP, são inúmeras as parcerias entre mercado e universidade, que eu acho que podem ser regulamentadas de forma positiva, ou seja, existem empresas que investem em tecnologia, mas investem, ao mesmo tempo em pesquisa base. No caso de tecnologia aplicada, acho que há um dever mesmo das empresas em investirem, pois o principal papel não é do Estado, o principal papel é do mercado. E, assim, o jornal da FAPESP traz semanalmente uma série de descobertas tecnológicas que são diretamente aplicadas naquela indústria. Então, desse ponto de vista, acho que o papel das fundações, ele pode se tornar extremamente importante também. Por quê? Porque o papel da administração universitária não é cuidar desse tipo de objeto. Eu acho que o papel da administração universitária, ele é extremamente acadêmico. Ele tem que se preocupar basicamente com a pesquisa básica e com o ensino. Em certa medida com a extensão também. Mas a interface com o mercado, eu acredito que ela deva ser regulada pelo conselho superior mas acredito que ela não deve ser uma preocupação da administração universitária. Então eu acho que é importante você ter um corpo que se preocupe diretamente com isso e que tem agilidade suficiente para trabalhar com investimentos e políticas de curto e médio prazo. Então eu acho que atender às demandas de mercado já é uma coisa que vem sendo feita. E acho que as fundações têm agilidade suficiente para fazer isso e, inclusive, poupar a administração universitária deste tipo de tarefa que eu acho que não é tarefa da administração universitária. Por outro lado precisa-se ter um certo controle das fontes de ingresso, da concentração de outras verbas e do tempo gasto também do pesquisador, com este tipo de política em particular. Então isso eu acho que precisa ser bem regulamentado.*

Entrevistador: *Voltando só à questão anterior, você falou da questão da autonomia da USP?*

Adriano: *USP, UNICAMP e UNESP.*

Entrevistador: *Você falou assim que alguns têm uma crítica sobre a autonomia e elas não querem voltar ao estágio anterior?*

Adriano: *Isso.*

Entrevistador: Quer dizer que lá, a partir do momento em que houve fundação, a autonomia melhorou?

Adriano: Não, não é a partir das fundações não. No caso das rubricas paulistas, o que houve é que o Estado mudou o sistema de administração. Então elas têm condições de administrar a própria verba que elas recebiam anteriormente. Então elas tiveram que alocar os recursos internamente, justamente por causa disso.

Entrevistador: Isso não tem nada a ver com a nossa realidade aqui da federal?

Adriano: Não tem ligação com a nossa realidade não hoje em dia. Mas é claro que na medida em que se é feito há uma crítica às fundações. Por quê? Porque as fundações começam a ter cada vez mais papel preponderante na administração universitária, com esse tipo de gestão. Mas, assim, com as pessoas que você conversa essas pessoas, de forma alguma querem voltar ao sistema anterior.

Entrevistador: Especificamente, no que diz respeito à FAU, e à sua relação com a UFU como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades, quais os aspectos mais positivos dessa relação?

Adriano: No tocante à FAU, acho que é assim pelo contato que eu tive com a FAU, e é pequeno agente administra uma pequena quantidade de recursos, eu acho uma fundação bastante eficiente acho que as principais dificuldades da relação das fundações da FAU com especificamente ela tem uma maior facilidade de FAU porque assim acho que tem o caso da FAEPU, caso da FAEPU você não aborda?

Entrevistador: Não.

Adriano: Não tenho ideia, também, exatamente, de quais rubricas que ela administra eu não sei se no caso do Vestibular é ela que administra, também é ela?

Entrevistador: Eu acho que sim, não tenho certeza também não.

Adriano: Porque assim acho que os aspectos mais positivos, acho que um é da regulamentação recente que tivemos dos cursos de especialização. Então a gente tem uma fonte de ingresso que forma um fundo comum que depois pode ser disputado através de projetos. O ingresso do vestibular, também, que é também é outra fonte de ingresso importantíssima, este recurso permitiu a construção do 3Q, do auditório do 3Q, então uma é algo que tem ajudado a suprir a deficiência de financiamento federal deste ponto de vista acho que é muito importante. No mais acho que isso, basicamente.

Eu vejo que as dificuldades com relação às fundações, mas particularmente acho que a pior dificuldade é em contato com a FAEPU, com a FAU, o maior problema que se pode apontar que há uma crítica do movimento docente a isso, esses cursos de especialização conduzem a uma privatização ou não, ou

outras fontes de ingresso como convênios e tal, conduzem a esse tipo de coisa ou não. No tocante aos convênios, a visão que eu tenho é muito curta, porque, assim nós não temos praticamente nenhum tipo de contato com a sociedade do ponto de vista dos convênios.

Entrevistador: *Quais as principais fontes de recursos da FAU, quais os principais tipos de serviços prestados por ela, pela FAU?*

Adriano: *Olha eu não conheço. Eu imagino que a principal fonte recurso da FAU seja os cursos de especialização e esse vestibular, se for coletado via FAU. Imagino que sejam essas duas principais fontes de recursos. Quanto aos serviços prestados eu também conheço via convênio e em relação aos cursos de especialização. Basicamente isso.*

Entrevistador: *A FAU interfere na dinâmica da UFU, do trabalho docente da UFU?*

Adriano: *É eu acho que um pouco está no contexto de maneira genérica agora perguntado especificamente do ponto de vista da FAU. É claro que, na medida em que é uma fundação que permite a captação de recursos, ela acaba direcionando uma parte do corpo docente nas tarefas que se destinam a essa interface, com segmentos, com outros segmentos da sociedade. O quanto isso interfere no trabalho docente, eu acho que isso depende, basicamente, isso eu já disse, do tempo que está envolvido do docente nessas atividades, ou tempo, também, daí eu acho que não é uma questão que se administra só individualmente, é uma questão se limita institucionalmente, o tempo que cada instituto ou faculdade admite que seja consumido das atividades dos seus docentes nessas atividades, porque não é uma questão individual, esta, é uma questão coletiva, todos esses cursos são aprovados pelos respectivos conselhos de unidades, então é uma responsabilidade institucional que assume isso.*

Entrevistador: *A FAU contribui para a privatização da UFU?*

Adriano: *É acho que isto aí está envolvido principalmente com essa questão dos cursos de especialização. É claro que é uma forte crítica do movimento de docentes quanto ao fator de privatização que isso teria que ser analisado do ponto de vista do tempo envolvido. Teria que ser avaliado não a partir de uma questão de princípio, mas de uma questão concreta mesmo. Quanto que cada faculdade e instituto, quanto tempo cada faculdade e instituto está envolvido com esse tipo de atividade. Se for muito grande, é claro que é extremamente prejudicial. Por outro lado há uma crítica também a outras fontes de ingresso. A crítica geralmente é de que, na medida em que a FAU presta esse tipo de serviço para a UFU, ela permite que o Estado não assuma responsabilidade pelo papel dele na educação. Isso é uma crítica de princípio também. Hoje em dia a gente sabe que é quase, seria quase impossível administrar a universidade sem uma outra fonte de recursos.*

Entrevistador: *E para a realização da autonomia da UFU?*

Adriano: *Eu já respondi a isso de forma mais genérica, especificamente acho que não, que não há relação entre autonomia e fundação universitária. Até porque a parte que você tem condição de gerir dessa verba é muito pequena, não o da UFU. Eu particularmente acho que é assim, a autonomia tem várias facetas a serem pensadas. Acho que do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista político, do ponto de vista financeiro. Do ponto de vista financeiro, o que seria fundamental, seria que a universidade tivesse maior autonomia para gerir as próprias rubricas, não é, para alocar as verbas internamente. E isso ela não tem. Como a FAU é um tipo de instituição para resolver problemas basicamente de interface da universidade com certas atividades, eu acho que em muito pouco isso contribui para se pensar a autonomia da UFU.*

Entrevistador: *A relação FAU/UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas do mercado? Como?*

Adriano: *Em parte é claro que sim, na medida em que elas são as principais atividades em que ela se envolve e nas quais ela envolve o corpo docente. É claro que são aquelas atividades que tem alguma repercussão no mercado. Então que tipo de curso você vende? Aqueles que são mais rentáveis que estão e podem pagar. Agora, essa subordinação chega a ser perversa? Não diria que por princípio é assim. Isso teria que avaliar caso a caso. Mas que por isso que eu acho que toda política das fundações teria que ser controlada pelos conselhos superiores. Porque que elas subordinam ao mercado, subordina mesmo do ponto de vista da questão tecnológica, a relação universidade-empresa. Qual o tipo de pesquisa que as empresas vão ter interesse em financiar. É claro que aquelas que têm imediata interface com o mercado. Isso não impede que você possa fazer políticas inteligentes também, por exemplo pensar num certo fundo a partir do dinheiro destinado a essas pesquisas aplicadas. Deve ter um fundo também para as pesquisa básica, então, o que cabe à empresa que tiver interesse em desenvolver um projeto X entre com uma determinada quantia e parte dessa quantia poderia ter algum outro tipo de destinação. De qualquer modo isso tem que ser bem pensado, porque se não você pode absorver sessenta, setenta, oitenta por cento dos esforços da universidade somente com a política tecnológica, esse não é o princípio e sim uma das funções. Mas não é a principal função da universidade.*

Entrevista- 2

Entrevistador: Mestrando

Entrevistado: Cafu – Nome fictício dado ao entrevistado que é Professor de um curso de maior interação com a FAU.

Entrevistador: *Qual o papel das fundações de apoio, como você avalia o papel das fundações de apoio para as universidades públicas?*

Cafu: *Bom, a minha visão, e eu só tenho uma única, uma única participação com as fundações de apoio, que foi com a FAU. Minha experiência foi com a FAU. A minha experiência data de vinte e dois anos, que foi quando nós começamos o primeiro curso de pós-graduação. A visão que eu tenho, inicialmente, é que ela era uma instituição que regulava as atividades financeiras do curso e a síntese, era dessa maneira, que nós quando montávamos, quando começamos a montar os primeiros cursos, até hoje também, até hoje isso ainda acontece, ela seria a instituição que administraria financeiramente os cursos de pós-graduação, no caso os que nos chamamos de cursos latu sensu e, mais especificamente, o curso de gestão empresarial. Então foi isso que a FAU, quer dizer, a minha visão é da FAU, e é nessa e nisso aí que está a regra, quer dizer, como ela, como ela, é se apresenta para nós, professores e coordenadores de pós-graduação. Um órgão de administração financeira.*

Entrevistador: *Somente.*

Cafu: *Somente. Não tenho outro conhecimento. Não conheço outras atividades dela.*

Entrevistador: *E a relação entre essas fundações e as universidades, que problemas ou dificuldades você destacaria?*

Cafu: *Olha, eu acho que do que eu participei na época porque é gozado existe um certo distanciamento entre a atividade da fundação e a nossa atividade de dentro das faculdades, de forma geral. Foi o que eu te disse: a visão foi sempre de administração financeira. Os problemas que ela tem, quer dizer, financeiramente, no interior dela, eu só tenho um caso, um caso, que foi um caso muito sério, que até hoje isso não me foi explicado claramente, foi que quando o atual reitor, ele assumiu a primeira gestão, ele e com a equipe dele, nós tínhamos uma verba, quer dizer, os cursos tinha uma sobra, quer dizer, nós íamos executando a atividade do curso e no final, tinha um saldo, vamos dizer um excedente daquilo que nós havíamos estimado em nosso curso. Pois é, estimamos um custo de 100.000 e gastamos quer dizer, gastamos 90.000, então tínhamos um saldo de 10.000. Quer dizer, essas sobras, quer dizer, quando essa gestão assumiu, que foi exatamente na mesma época, esse foi um problema que eu passei muito que eu estive muito próximo disso aí. Então a FAU, quer dizer, do dia para a noite, esse saldo positivo*

que nós tínhamos desapareceu. A explicação que nos foi dada, inclusive, numa reunião dessas, é que aquele saldo era um saldo virtual, quer dizer, num momento nós tínhamos, nós éramos credores da FAU, no dia seguinte nós éramos devedores da FAU. Até hoje, eu te confesso, eu não tive uma explicação convincente para onde foi esse dinheiro. não sei onde estava o dinheiro. Então esse é um problema que a FAU, quer dizer, deve ter resolvido, mas deve ter resolvido dentro do espaço físico e do espaço político dela, que eu não tive conhecimento. Quer dizer, isso não foi só do curso de gestão empresarial não, outros tantos cursos, quer dizer, todos os cursos que estavam dentro desse balaio, que tinha saldos, inclusive alguns até com obrigações a serem pagas para as gestões seguintes, tá certo, e foram e se viram privados disso aí. Então, a fundação pra mim da FAU a FAU, quer dizer, a única questão política que eu tive mais próximo da direção dela foi esse. Eu não tive mais nenhum outro ponto, tá? Eu não sei se era isso que você estava querendo. Quais são as outras perguntas, que vem aí pela frente? Mas eu acho que é complicado isso aí. Depois disso aí ela começou a se ajustar financeiramente, mas veja bem: nós, coordenadores de pós-graduação, nós não temos acesso a essa evolução, quer dizer, a essa como eu te diria, a esse desenvolvimento da FAU a partir daí eu não sei o que aconteceu, o por que que aconteceu, tá claro, eu só sei, só fui comunicado disso. Quer dizer, ainda somos credores. Perdão, nós somos ainda devedores ainda.

Entrevistador: Não teve uma clareza?

Cafu: Não, não teve. Não teve nenhuma explicação, tanto é que começamos do zero. Tanto é que isso na época mereceu uma reunião, com o próprio reitor, que todos os coordenadores foram, porque nós fizemos, já que nosso saldo era virtual, segundo eu disse, nós pegamos todos os valores que nós tínhamos recebido dos alunos, porque geralmente nós recebemos aquilo na FAGEM, tá, e depois nós não depositávamos na conta da Fundação. Nós também perdemos os cheques e dissemos: “bom, também, os cheques também são virtuais”. Lógico, se eu tenho um saldo que é virtual, pagamento também está sendo virtual. E daí depois por pressões, quer dizer, houve uma intervenção da própria procuradoria da universidade, e a coisa foi tomando, quer dizer, os diretores, das próprias faculdades, nós obrigaram, e nós acabamos depositando isso na conta da FAU, mas isso até hoje é um caso que não ficou claro.

Entrevistador: Faltou uma transparência nesse caso?

Cafu: Completa. Completa. Completa. Morreu. Não se tocou mais no assunto.

Entrevistador: Você credita a qual motivo essa falta de transparência?

Cafu: É porque veja bem: eu não sei, eu não conheço exatamente o âmbito e a amplitude das atividades da FAU. Quer dizer, eu apenas conheço aquilo que ela se referencia a nossa atividade no curso de pós-graduação, no caso eu como coordenador de uma pós-graduação. Então é quase que uma relação de débitos e créditos. E Só. E tanto isso é verdade, que ela, quer dizer, isso

mais à frente a gente pode discutir, eu ainda acho que o trabalho da Fundação, enquanto gerenciadora financeira de um projeto, ainda é precária. Eu não tenho relatórios. Quer dizer: hoje quem faz esse trabalho aqui é o nosso controle. Mas quem deveria fazer isso, mandar relatórios mensais de débitos, de créditos, do que está precisando fazer o que não está, deveria ser a FAU. Agora, recentemente, ela está fazendo um trabalho que eu achei até louvável, mas isso por pressão nossa, aqui da FAGEM, de fazer a cobrança aos alunos que estão em débito, porque antigamente éramos nós que fazíamos, fica complicado, quando há uma mistura de papéis aí, o coordenador ele tem uma função pedagógica dentro de um curso de pós-graduação. Essencialmente isso. Ele não é um administrador financeiro, até porque eu não estou na FAU. Então o que acontece é que esse papel não complementa as atividades. Agora, eu não sei o conjunto das atividades que ela tem dentro da universidade. Isso eu não posso te dar a informação. Eu tenho dificuldades para te dizer, porque eu não conheço.

Entrevistador: *Que mudanças você observa nas universidades públicas, diante da relação entre essas instituições e as fundações de apoio?*

Cafu: *A única mudança que eu vejo é a seguinte: ela, de qualquer maneira, isso é um ponto positivo, nos permitiu ir ao mercado. Para usar uma linguagem bem nossa, da FAGEM quer dizer: antes nós não teríamos nenhuma possibilidade, por exemplo, de ter um curso pago. A universidade tem uma fonte específica, embora isso não seja meu, quer dizer: a universidade em si, como instituição pública, ela não permitiria que nós tivéssemos cursos pagos aqui. Então, através de uma fundação, isso é possível. Eu acho que, pelo menos naquilo que me toca, pelo menos naquilo que vai de encontro à minha realidade, eu acho que a fundação me ajuda nesse aspecto. Atividade não só do curso de pós-graduação, mas quer dizer, nosso caso, da FAGEM, particularmente, determinadas consultorias que são feitas, acordos com empresários porque o nosso mundo é o mundo empresarial, não pode ser diferente então ela o contato que você tem com empresários, são consultorias que são feitas, além disso você tem convênios de pesquisa entre instituições empresariais e a FAGEM, e a universidade então ela facilita esse trâmite burocrático, o que, só pela universidade não seria possível. Então, no meu ponto de vista, é altamente positivo quer dizer, no caso, continuo a dizer: das fundações como um todo eu não sei, mas da FAU, com certeza.*

Entrevistador: *Que impactos ou implicações, você observa, das fundações de apoio no interior da universidade?*

Cafu: *Eu não sei te responder essa pergunta, o impacto dela talvez seja mais naquele sentido dela facilitar esse pagamento extra que é feito por essas atividades extras. Outras diretamente aqui dentro eu não vejo uma talvez, para a FAGEM sim, mas como eu não tenho acesso a esse, vamos dizer assim a esse controle financeiro da FAGEM, porque eu não sou diretor de uma faculdade eu sou coordenador de um curso, especificamente com o curso de pós-graduação o que ajuda é o trâmite mais burocrático de compras, de débitos, de pagamento de professores, de fórum, de passagens, quer dizer, essa parte administrativa, isso ela faz muito bem. Então isso é interessante. A*

UFU, com certeza, tem muito mais tempo, ela é muito mais ágil nisso até porque se é uma instituição menor.

Entrevistador: *Em que relação das fundações de apoio com a universidade ela gera impacto no trabalho docente? Há implicações? De que natureza?*

Cafu: *Eu não vejo um impacto direto, não. Muito pelo contrário, quer dizer, nós estamos bastante distanciados. Eu estou falando, quer dizer, um trabalho pedagógico do docente, nenhuma, influência negativa pelo contrário, mas no que diz respeito a burocracia as vezes emperra um pouco. Quer dizer, ela é, indiscutivelmente, enquanto instituição, ela é uma instituição que é um braço da universidade. Então, ela tem, ainda, um grande peso burocrático, uma grande mobilidade específica, particular de ensino como é a Universidade Federal de Uberlândia, como são todas universidades, brasileiras. Então ela tem esse braço, esse peso burocrático, ela carrega isso aí. Pelo contrário. O impacto dela é negativo porque ela acaba dificultando, quer dizer, são tantas as normas, são tantos os procedimentos que você tem que obedecer que você fica difícil de você cooperar numa visão mais avançada, mais contemporânea, com olhos mais rápidos, não adianta muito não. Não adianta muito não. Eu tenho agora um exemplo: nós fizemos um trabalho de um item comportamental, quer dizer, que é uma modelagem comportamental com alunos da pós-graduação e que dentro disso os primeiros colocados nessa coisa ganhariam um livro. Quer dizer, os livros foram comprados só que “aí você não pode fazer, porque os livros tem que ficar por conta, não pode ser entregue ao aluno. Quer dizer, é uma burocracia vou perder dois, três dias para encontrar um mecanismo para que eu possa dar os livros aos alunos. Quer dizer, já está comprado, a fatura está tirada, tem dinheiro, não tem nada ilegal, tá tudo certo, foi feito concorrência, mas ela continua, quer dizer, aquilo que você podia resolver, ela segue a mesma linha. Então, sob esse impacto, é negativo.*

Entrevistador: *Então a burocracia atrapalha?*

Cafu: *A burocracia da FAU é terrível. É igualzinho à UFU, é a mesma coisa. Não mudou nada. É a filha direta das universidades. A FAU eu acredito que as outras fundações também. E o pior é que não poderia ser diferente se você perguntar: “você tem algum outro modelo?”. “Não, não tenho, é esse aí mesmo”.*

Entrevistador: *Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento dessas instituições? Você avalia que elas estariam contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?*

Cafu: *Não, isso é a maior besteira que falam a esse respeito das fundações de que elas estariam privatizando a universidade. Primeiro, porque o processo de privatização requer, inicialmente, um parceiro externo. Nenhum empresário, em sã consciência, compraria a universidade. Nenhum empresário. Eu posso te falar como um professor de administração. Se o cara fizer isso, ele é um louco. Quer dizer, o passivo que nós temos, essa*

imobilidade estrutural que nós temos dentro da universidade, quer dizer, ninguém compraria um negócio desses. Senão, dos diretores, os reitores de faculdades particulares já teriam comprado as universidades.

Entrevistador: *Então, você está querendo dizer que a universidade é um negócio inviável?*

Cafu: *Financeiramente, mas não tenho a menor dúvida! Disso eu não tenho a menor dúvida! E tanto é inviável que você nunca viu ninguém propor compra de uma universidade. Politicamente, esses diretores que são de faculdades particulares, de instituições particulares, eles poderiam perfeitamente fazer essa proposta, fazer um pull e comprar, ninguém vai fazer isso, o cara não é louco. Se fizer, ele é louco. Mas é por quê? Isso tem que se entender, aí tem que se fazer um ponto central e isso é o que eu venho discutindo. Como também se criticam os cursos de pós-graduação, não temos que privatizar as universidades pelo amor de Deus, a nossa contribuição é muito pequena, pelo contrário, pelo contrário. O que nós temos hoje em termos de móveis, utensílios, até de viagens, de encaminhar os professores, no geral isso vem através dessa fonte é através desses cursos de pós-graduação de forma geral, projetos de pesquisa é projetos de consultoria, pesquisas que são realizadas em outras empresas. Se não fosse por isso, pela universidade em si, ou pelo governo federal, embora eu não seja a pessoa mais competente para falar sobre isso, porque nunca tive um cargo administrativo dentro da universidade, sou um mero coordenador de pós-graduação é apenas um olhar meu, distanciado, como professor, como acadêmico é completamente improvável que os cursos venham a privatizar a universidade. Exatamente por isso. Ninguém vai comprar isso aqui. Ninguém vai comprar. É o que eu estava te dizendo é muito simples: a universidade tem umas características, quer dizer, que é ruim sob o ponto de vista econômico-financeiro para a empresa. Mas ela tem um outro lado institucional que é importante ser mantido dessa maneira: ou seja, aqui é que se faz ciência. Ciência não dá pra você quer dizer, o tempo do empresário para uma resposta é muito curto. O da ciência é muito longo quer dizer, são incompatíveis as visões e os objetivos empresariais e os objetivos institucionais. Por isso tem uma coisa que eu digo muito e eu brigo muito quando começam achar que os meus alunos aqui são, logo de cara, quando vêm de particular são avisados: a universidade não é empresa, o curso não é produto, tá certo, e vocês são meus clientes. Isso aqui é uma universidade. Ela tem um tempo diferente, o time, o ritmo da ciência é diferente. Então essa é razão que é completamente imbecil se falar em termos de privatização. Não vai ocorrer nunca. Nunca. Não existe isso. Não conheço nenhuma instituição federal em qualquer lugar do mundo que tenha sido privatizada. Você vai dizer: “Ah, mas tem instituições superiores, de nível superior particulares”. Tem. É outro contexto. Ali se fazem outros trabalhos, eles praticam outras atividades que não é o modelo científico que é feito pela universidade. A ciência, ela carrega, em termos econômicos e financeiros, um passivo muito grande. quer dizer, vamos supor: eu começo a investir num projeto científico, eu não sei se ele vai dar certo ou vai dar errado, quer dizer, se ele der errado, ou não chegar numa conclusão, esse passivo, quem é que paga esse ônus? É o Estado, isso aí está claro! Não é por deficiência do pesquisador, mas é pelo próprio resultado da pesquisa. Na*

empresa, não. É diferente quer dizer, ele vai aplicar numa coisa que ele já tem, a priori, alguma linha, quer dizer, ele já aproveitou em algum momento a pesquisa, aquele passivo que foi feito dentro da universidade. Isso você pega a história no caso da minha tese de doutorado que vai exatamente nesse sentido você pega, por exemplo, a história da IBM, ela sempre esteve atrelada ao governo americano, quer dizer, parte dela, ela investia na ciência, quer dizer, para quê? A fundo perdido, ela sabia disso. E outro: ela investia em pesquisa aplicada diretamente. Esse ela sabia que tinha resultado. Então ela sempre trabalhou nesses dois níveis. Ela nunca se propôs a comprar, a universidade de Harvard. Poderia e não fez isso. Então eu acho que é uma questão aí de falta quer dizer, a questão da discussão dessa briga sobre a privatização ainda precisa ser muito bem aprofundada e esclarecida.

Entrevistador: *Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?*

Cafu: *É se a fundação e isso eu acredito que sim eu acho que ela ajuda porque ela dá, se ela for bem feita, se ela for bem desenvolvida, se ela for bem administrada, eu acredito que ela vai dar principalmente um suporte financeiro que é indiscutivelmente um dos fatores de autonomia da universidade. Nesse aspecto sim. Eu acredito que sim. Se for bem feita. Se não for bem-feita, ela afunda a universidade como já aconteceu em alguns casos como nós sabemos.*

Entrevistador: *Como você avalia a relação da universidade com as demandas e necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a Universidade tenha uma maior agilidade em responder às demandas do mercado atual? Como e por quê?*

Cafu: *É eu não acredito que seja a fundação que vai provocar isso aí. Ela é um fator importante nesse processo porque ela permite, por exemplo, oxigenar a universidade em alguns projetos com a contratação de uma mão-de-obra que é temporária. É claro, isso com certeza, ela é um dos fatores. Mas ela não é o fator principal. O problema da universidade brasileira, quer dizer, vai respingar na educação indiscutivelmente na questão da educação que está sendo ruim, que é muito séria, que eu acho que a coisa está correndo assim muito à vontade, sabe, a coisa tá muito frouxa, está faltando às instituições, quer dizer, nós educadores começamos a pensar um pouco mais em que projeto se quer em termos educacionais, porque esse modelo que aqui está hoje, que nós estamos vivendo, no meu ponto de vista, eu vou me aposentar daqui a algum tempo, eu pensei, eu imaginei a 30 anos atrás, que nós podíamos chegar a uma coisa muito mais avançada, muito mais melhorada ao que nós chegamos hoje. No que nós chegamos hoje, me desculpa, nós estamos retrocedendo. A cada dia que passa, e eu estou vendo isso claramente, pelos meus alunos de pós-graduação, nós estamos vivendo um problema tão sério que a cada ano cai a qualidade dos alunos que chegam ao nosso curso. Eu daqui a pouco, a minha previsão é que eu vou ter que dar para o meu aluno de pós-graduação aquilo que eu dava em termos de conteúdo a cinco anos atrás na graduação. Porque o problema é de capacidade, é de compreensão. Quer dizer, os códigos, hoje, é de*

comunicação estão completamente comprometidos. Como os alunos não leem, compram os trabalhos, aí de uma forma geral, nós temos um grande público que está vindo dessas faculdades, também. Mas não é só de fora, aqui dentro também tem isso, tá? Então o que você vê? Você vê um corpo discente comprometido e eu tenho, inclusive hoje, é um trabalho meu, é particular, é quase um código de honra para mim, está sendo lançado agora, eu estou escrevendo, espero escrever até o final do ano, um trabalho, uma pesquisa longitudinal, que durou esses meus vinte anos meus de observação. A questão dos cursos noturnos. A questão da educação à distância. Tá começando e nós estamos entrando no varejo da educação. Está ficando complicado. Eu não consigo mais chegar em sala e falar um conceito. Os alunos nem sabem o que é isso, eles não conseguem ler, isso está comprovado em pesquisa, isso em pós-graduação, você dá uma aula, a última que eu fiz agora você pede a leitura de um texto, você dá aula só para um mesmo texto, nada diferente, o resumo daquele texto e você aplica coisa que nem se faz mais, nunca se fez em pós-graduação, você aplica em questionário para, tipo fixação de aprendizagem, sabe aquela coisa velha e ortodoxa da tia Teteca, mais ou menos isso, fixação de aprendizagem e eles não conseguem responder. Eles não entendem o que está escrito, eles cansam no meio do texto. Eles não querem, por exemplo, ler texto, eles querem que você mande para eles, via internet, o resumo das transparências. Eu já disse para eles: as transparências são um recurso didático do professor, são roteiros para ele poder desenvolver o texto em sala de aula, não é para vocês, vocês são alunos de pós-graduação, vocês têm que ler o texto, a origem dessa transparência é o texto, leiam o texto, tudo o que você quer tem nele. Então, o problema é muito mais sério, é estrutural, é a questão da idade que eles estão entrando muito cedo para dentro de uma universidade, estão comprometendo uma fase fundamental, é da adolescência, isso não sou eu que estou dizendo, isso são os teóricos do desenvolvimento humano, colocam isso muito caro, quer dizer, colocar um menino de dezessete, dezesseis anos, ou menina, para decidir uma carreira profissional, é muito complicado. Eles não decidiram ainda nem as questões de ordem pessoal deles, ainda estão no conflito, comum da adolescência. Como é que querem que resolvam o profissional, como é? Isso aí são coisas que... fogem à sua pergunta, mas só para te dar um exemplo, que eu acho que a fundação aí, ela tem um papel importante sim, mas bem pequeno.

Entrevistador: *Especificamente no que diz respeito à FAU, à sua relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades, quais os aspectos mais positivos nessa relação?*

Cafu: *É, eu não sei com a UFU eu não sei exatamente como é que fica essa relação porque está muito difícil, porque está muito distante da minha realidade. Com a FAGEN, quer dizer, com o meu curso particular de pós-graduação, o que eu posso dizer é o seguinte: hoje as relações começam a melhorar em termos profissionais, veja bem, não são pessoais, então as relações profissionais começam a melhorar, quer dizer, eu estou tendo mais informações, nós já começamos já hoje a colocar os pagamentos a agilizar esse processo com os nossos fornecedores, através de meios eletrônicos, isso já está avançando. Então nesse aspecto é positivo, mas ainda tem uma longa*

escala pelo valor que é pago, dez por cento dos cursos, nós teríamos que ter um serviço melhor em termos de relatório, ainda não temos. Vou sair, né, estou saindo agora da coordenação, e não tive atendido isso, que foi uma solicitação durante doze anos.

Entrevistador: *Você fala em questão de relatórios, é aí da forma que você está querendo dizer, você quer uma transparência maior, uma coisa entendível?*

Cafu: *É para que eu possa administrar, quer dizer, eu preciso saber o quanto eu tenho de caixa, sabe, eu tenho que saber quanto é que falta para pagar os professores, quer dizer, isso quem tem que me dar essa informação, não sou eu que tenho que fazer um controle a parte, eu estou pagando uma instituição para ela dar essa informação.*

Entrevistador: *A FAU não tem como demonstrar que arrecadou cem mil reais e você tem noventa para gastar por que dez mil são para a universidade. Falta um demonstrativo uma planilha seria isso?*

Cafu: *Agora ela está tendo, agora é que está começando a aparecer isso. Quer dizer, eu tenho lá, quando eu entro lá no meu curso eu tenho um saldo do meu curso. Agora, se eu precisar saber quanto eu gastei, no orçamento, quanto, perdão, quanto eu gastei com professores, quanto eu gastei é quanto foi para a UFU, quanto foi para isso de imediato eu não tenho. Entrar e acessar na tela, ora isso aí é um controle simples, não tenho.*

Entrevistador: *É quais as principais fontes de recursos da FAU? Quais os principais tipos de serviços prestados pela FAU?*

Cafu: *Para mim, é só administração financeira, só essa, mais nenhuma. Ah bom, me desculpa, tem uma parte de cessão de mão-de-obra, que eu tenho duas funcionárias na secretaria, hoje, agora no meu caso só uma saiu, então eu tenho uma funcionária que é da FAU. E uma de limpeza, que também é da FAU.*

Entrevistador: *Aqui na FAGEM é só curso de especialização ou aqui também tem contrato com a prestação de serviço, algum convênio?.*

Cafu: *Tem, tem convênio, tem contrato de prestação de serviços isso aí quem vai te dizer melhor vai ser o diretor. Eu não sei te dizer exatamente hoje quais são os contratos que a FAGEM está tendo, tá, com empresas está tendo com empresas e tudo o mais.*

Entrevistador: *A FAU interfere na dinâmica da UFU, no trabalho docente na UFU? Como?*

Cafu: *A FAU diretamente não. A única que eu saiba, pelo menos aqui não. Ela só paga, mas de forma geral não.*

Entrevistador: *Como?*

Cafu: São os pagamentos, são os documentos, são notas de serviço, de pagamento. Então são documentos que nós mandamos, que nós aprovamos, coordenadores, para que ela pague. Para que ela pague os professores, para que ela compre livros, para que ela pague os nossos fornecedores. Essa autorização. Então nós para termos isso, dela interferir diretamente no trabalho docente, no meu ponto de vista nunca vi não. Não tive nenhuma experiência a esse respeito.

Entrevistador: A FAU contribui para a privatização da UFU? Como?

Cafu: Não. Eu já te falei essa, essa sua resposta, e já te disse: não. Não, não acredito. Se existir qualquer tese nesse sentido eu vou brigar contra. Não, não, não tem esse poder.

Entrevistador: E para a realização da autonomia da UFU, você acha que ela contribui?

Cafu: Com certeza, o que eu te falei, pouco, um valor, quer dizer, ela tem um papel pequeno, importante sim, mas é pequeno, mas só a autonomia, quer dizer, essa autonomia tem que se buscar também através de outras instâncias educacionais que a UFU não quer. A UFU não é só a FAU, só as fundações.

Entrevistador: A relação FAU e UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas de mercado? Como?

Cafu: Bom, ela ajudaria no sentido de, vamos ver, de fazer a ponte das atividades remuneradas. Então, quer dizer, ela seria a única instituição que permitiria essa realização de atividades remuneradas. Quer dizer, pela UFU diretamente, me parece, salvo engano meu, não existe outra possibilidade, mas por ser atividades remuneradas, com certeza através da FAU isso seria possível. Então ela subordina nesse aspecto das atividades remuneradas. Quase que ela cria, uma coisa pequena, mas cria, um poder paralelo, pequeno, mas cria, mais correto, existente.

Entrevista – 3

Entrevistador: *Mestrando*

Entrevistado: *Maria – Nome fictício dado a entrevistada funcionária da UFU lotada na FAU.*

Entrevistador: *Qual a legislação que regulamenta as fundações apoio e sua relação com a universidade?*

Maria: *A legislação é a lei 8958/94 e ela que permite a universidade contratar sem licitação, universidade cria uma fundação de apoio para ajudar na consecução dos objetivos dela.*

Entrevistador: *Qual o papel das fundações de apoio? Como você avalia o papel das fundações de apoio para as Universidades Públicas?*

Maria: *O papel dela é ajudar a universidade na consecução dos seus objetivos. .Professor: “O senhor pode dizer algo a respeito do objetivos das fundações”? (A entrevistada para e pergunta ao professor que esta na sala é que é dirigente da FAU).*

Professor: *Tenho um documento que abrange todos objetivos da fundação.*

Maria: *Este documento aqui trata dos objetivos da fundação se você quiser depois eu tiro uma cópia dela. Veja aqui está bem detalhado o que eu ia te dizer e muito pouco, aqui tem 10, 23 objetivos bem detalhados para detalhar as atividades relacionadas com ensino pesquisa extensão.*

Entrevistador: *Aqui esta tudo que fau faz para ajudar a universidade apoiar a universidade.*

Maria: *É tudo para apoiar a universidade.*

Entrevistador: *Como você avalia o papel das fundações de apoio para as Universidades Públicas?*

Maria: *Essa pergunta é difícil, avalio como um processo administrativo que retira toda a sobrecarga de trabalho, facilitando a vida da universidade. Por que a universidade é um órgão público ela tem que seguir a lei 8666 que é um processo muito lento, de compra e de contratação de serviço, já a fundação ela pode fazer isso com maior agilidade maior rapidez, neste sentido. ela ajuda por que ela não esta sujeita a lei , ela não precisa de seguir a lei passo a passo a não ser no caso de contratação de serviço público que é um processo bem mais rápido de compras de contratação de serviço.*

Entrevistador: *Qual é a relação entre essas fundações e as universidades? Que problemas ou dificuldades você destacaria?*

A primeira é a demanda da universidade que é muito maior do que a fundação suporta segundo problemas com a legislação mesmo a lei não é clara.

Maria: *Falta clareza na legislação, aqui eu tenho que tentar entender a lei cada um fala de um jeito. INSS fala de um jeito o procurador da UFU fala de outro jeito. A legislação*

tecnológica tem legislação do INSS ainda tem lei com relação a fundação com a universidade você entendeu, ainda ajunta com professor que interpreta de outra forma, a receita entende de uma forma a prefeitura entende de outra forma, INSS de outra forma cada órgão arrecadador interpreta a lei que ele acha que paga, Cada um interpreta a lei a seu favor.

Entrevistador: *Que mudanças você observa nas universidades públicas diante da relação entre essas instituições e as fundações de apoio?*

Maria: *Eu acho que essa pergunta caberia mais a um professor que vive mais na universidade por que agente fica muito distante da universidade. Professor que é docente ele pode te responder melhor.*

Entrevistador: *Você é funcionária da FAU?*

Maria: *Não, eu sou funcionária da Universidade, mas eu só fico aqui na FAU.*

Entrevistador: *você concursada pela universidade, você não é funcionária da FAU e portanto não esta sujeita CLT?*

Maria: *Não, isso é uma irregularidade inclusive porque funcionário da fundação não pode estar no ambiente da fundação, nem vice-versa aqui agente tem muito isso, dentro da universidade agente tem funcionário da FAU prestando serviço dentro da universidade tem funcionário da FAEPU, que é um fundação ligada ao hospital de clinicas tem alguns funcionários dentro da universidade que não tem autorização para contratar tudo que precisa, quando tem um vaga o governo não libera imediatamente a contratação então a fundação é que socorre. Isso é um problema muito grave.*

Entrevistador: *Então a questão trabalhista chega a ser um problema nesta relação entre a universidade é a FAU?*

Maria: *Problema trabalhista não ocorre, porque funcionário que é da fundação ele é regido pela CLT, ele é funcionário da fundação então uma vez desligados ele vai ter todos os direitos dele garantidos ele só não esta no escritório da fundação, ele esta no ambiente da universidade mas ele é funcionário da fundação é recolhido todos os impostos, Fundo de garantia PIS, tudo.*

Entrevistador: *Isso não gera nenhum desgaste de relacionamento não?*

Maria: *de relacionamento não, não.*

Entrevistador: *Digo na consecução de objetivos.*

Maria: *Não se for ver a fundação é a universidade ele tem um objetivo só ,tanto é que se não tivesse universidade não teria fundação , então não tem por que ter ambiente assim desgaste, o que muda ai no caso é só a folha de pagamento. Quem paga para min não é a fundação, é outro órgão, quem paga para fundação é a própria fundação todo mundo trabalha com um objetivo só, não sei se eu estou te respondendo talvez fosse outra pessoa da universidade a te responder sobre isso.*

Entrevistador: *Que impactos ou as implicações você observa das fundações de apoio no interior da universidade?*

Maria: *Impacto enquanto o escritório dela estar aqui dentro. No nosso caso hoje é inquestionável que a fundação por ela ser de Direito privado ela não poderia utilizar o mesmo espaço físico da universidade, Nos já saímos duas vezes do prédio por conta do TCU, mesmo como agente apoia a universidade, então nos temos funcionários da fundação que trabalha no ambiente da universidade. Agente voltou para cá é pra não ter que pagar aluguel telefone uma forma de equilibrar as despesas, mas isso é questionável isso pelo TCU mesmo. Eu não sei te dizer se é legal ou se não é legal, eu sei que em outras universidades não sei se é assim, sei que em Uberaba eu tive uma conversa apouco tempo com o auditor ele foi lá e a fundação fica dentro da secretaria do campus, aqui agente adotou ficar no interior da universidade então.*

Entrevistador: *As vezes vocês tem que sair alugar um outro prédio?*

Maria: *Aluga outro prédio tem despesa com aluguel telefone energia e por outro lado estando funcionando pela fundação agente no ambiente da universidade, não sei a contrapartida disso.*

Entrevistador: *vocês acabaram atendendo ao pedido do TCU?*

Maria : *Não do TCU mas da universidade (Com respeito a volta)*

Entrevistador: *Isto gera algum transtorno?*

Maria: *Tem muito transtorno sim como: reformas, fazer adaptação de espaço. Agente mudou para cá e teve que reformar, colocar divisória , pintar, sem contar que isto tudo tem um custo. Até colocar funcionando assim agente fica perdido. Hoje eu não tem posição com relação a fundação se ela devia ficar na universidade, não sei isso, mas acho que ela devia ficar dentro da universidade mesmo por que ela presta serviço para universidade, para alcançar os objetivos da universidade .Eu não sei se eu te respondi as 5 perguntas, por que eu achei que elas são mais voltadas para universidade, depois se você quiser voltar também agente volta.*

Entrevistador: *Em que a relação das fundações de apoio com as universidades impactam no trabalho docente? Há implicações? De que natureza?*

Maria: *É a sexta?*

Entrevistador: *É*

Maria: *Bom as implicações eu não sei então. Quando agente tem diligência do TCU algum questionamento sobre o docente, por que o professor que é de dedicação exclusiva ele não poderia ter algum projeto de pós-graduação com a fundação, por que ele tem dedicação exclusiva com a universidade essa é uma das implicações outra seria só isso para eu te responder, em relação ao professor que tem dedicação exclusiva que não poderia participar de nenhum projeto com , contrato já que ele é exclusivo da universidade.*

Entrevistador: Então ele deixa de trabalhar na universidade para participar de algum projeto?

Maria: Pois esse é o questionamento por que se ele é dedicação exclusiva ele não tem tempo para trabalhar na pós-graduação, mas agente tem alguns casos que a pessoa que é de dedicação exclusiva que não só nos cursos de pós graduação, veja só o que que acontece ele questionado ,agora a universidade ela tem que controlar essa questão de liberar o professor que é DE para trabalhar no projeto é um problema mais para universidade do que para fundação, por que a fundação ela é contratada para gerir o curso de pós graduação ou projeto de extensão não é ela que vai selecionar o docente é o Diretor da unidade acadêmica que vai liberar este professor para trabalhar no projeto ai fica mais para a universidade mesmo, quando tem auditoria o TCU sempre pede para ver a relação de docentes envolvidos na categoria se ele é DE ou não é questionado por eles, fica mais para universidade do que para fundação. Por que o papel dela é gestora, ela não tem esse controle acadêmico.

Entrevistador: Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento dessas instituições? Você avalia que elas estariam contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?

Maria: É hoje tudo que a FAU administrar em termos de curso de pós-graduação 12 % vai para universidade isto é chamado de fundo institucional da universidade, mas essa parcela agente recolhe, ela não vai para conta da união ela fica na universidade mesmo para aplicar no ensino na pesquisa e na extensão, mas eu não sei se isso contribui para privatizar a universidade, acredito que não, este é um assunto muito amplo para eu poder te falar isso é o de menos existe outros assuntos com relação a privatização da universidade. Eu acredito que o que pode acontecer e que se a universidade for privatizada volta a questionar se a fundação de apoio é necessária ou não, se a universidade conseguir autonomia ai vem a pergunta para que fundação? Se o papel da fundação é agilizar os processos da universidade ela perde o sentido dela, eu não tenho essa resposta para você, eu acabei de vir de um seminário lá em Brasília onde foi discutido a reforma universitária, a privatização das universidades e com isso o que aconteceria com as fundações de apoio, discutiu-se muito e tem muitas opiniões diversas. Alguns Seriam a favor das fundações continuarem mesmo se as universidades sendo privadas, eu não saberia precisar isto para você até por que é uma discussão muito polêmica deixa até os diretores de cabeça branca.

Entrevistador: Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?]

Maria: Em questão da autonomia.

Entrevistador: É.

Maria: A fundação de apoio ela ajuda muito a universidade para gerir os papeis, projetos tudo mas não sei te responder , por que se eu te dizer que ela contribui não vai ter nem sentido acho isso complicado para eu te responder.

Entrevistador: Se ela contribui para ser mas autônomo ou se atrapalha vamos dizer assim.

Maria: Ela ajuda muito, e não atrapalha, por que é a fundação que consegue administrar, cursos projetos de pesquisa com a agilidade que a fundação pode oferecer ela só ajuda a

universidade, nos temos duas grande fundações aqui na , uma fundação que é ligada ao hospital de clinicas é uma fundação ligada a área acadêmica então eu acho em termos de burocracias de papel de processo compra de pagamento a fundação ela atende muito bem isso então para a universidade isso é positivo.

Entrevistador: Como você avalia a relação da universidade com as demandas e necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a universidade tenha uma maior agilidade em responder as demandas do mercado atual? Como? Por quê?

Maria: Agiliza sim, Agente tem uma série de probleminhas que a universidade coloca para nós e que é superior a nossa capacidade, a pressão deles é muito maior , não dá para atender tudo, mas poderia atender muito mais, no entanto a nossa estrutura é pequena, por que o que que acontece hoje e que além dos cursos de pós graduação, nos estamos trabalhando com convênios, que deveria ser administrado pela universidade, a fundação ajuda neste ponto. A universidade firmou um convênio com SINEP que é um órgão do governo, aí nesse processo de elaboração do convênio, quando assim lá em setembro, o dinheiro ele chega para universidade em Novembro, em dezembro independente desse convênio que ainda não foi executado por que ele só ia começar ano seguinte e vai demorar dois anos esse dinheiro que veio tem que voltar para União, aqui na fundação não, se o agente assinou o convenio em setembro o dinheiro chegou em novembro esse dinheiro vai ficar aqui virar o ano e ficar aqui aplicado em janeiro agente continua a trabalhar normalmente, enquanto que a universidade ela tem que esperar a aprovado para depois ser executado. Ficando um período parado. A fundação não, ela por ser uma empresa privada, mesmo ela recebendo dinheiro público, ela vai trabalhar atendendo a legislação do recurso público mas ela não vai parar então ela vai agilizar o processo.

Entrevistador: Especificamente no que diz respeito à FAU e sua relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades? Quais os aspectos mais positivos nessa relação?

Maria: Muito do que agente vivencia aqui é o trabalho realizado com as diligências do TCU, muitos questionamentos são feitos com relação a universidade, por que chega um momento em que eles pedem os contratos que a universidade faz com a fundação, ela faz esses contratos com a fundação por que tem uma lei a lei 84958/94 que permite isso , mas a universidade lá ela não tem o controle total de todos esses contratos que ela assina. Quem tem esse controle somos nós aqui da fundação, agente tem um trabalho muito grande para prestar contas, muitas vezes para universidade e ela repassar para o TCU. Você me pergunta por que da dificuldade? Por que o TCU esta sempre questionando com relação: a pagamento de docente, de bolsa questão de tributos, o que pertinente ou não, as vezes agente entende que não, ele diz que sim é neste sentido principalmente de professor que é dedicação exclusiva, por que não temos o controle , este controle é da universidade essa é uma grande dificuldade que agente tem eles tem muitas diligências por conta do Tribunal de Contas da União, embora agente procura trabalhar da forma mas transparente possível, as vezes fica difícil agente trabalhar com tanta diligência que agente tem que atender. O ano passado foi assim que mal ia embora um auditor chegava outro, quando eles não vem eles mandam um questionário para responder.

Entrevistador: Além dos contratos com a universidade é prestado algum tipo de consultoria, cursos para prefeitura e outros órgãos entidades e empresas privadas? .

Maria: Presta sim, neste caso a empresa contrata a FAU, com interveniência da universidade nunca universidade com FAU, por que se uma empresa contrata a consultoria da FAU se o nosso papel e de gestão financeira nos não temos aqui o profissionais para fazer consultorias, quem tem esses profissionais é a universidade. No contrato celebrado que já tem a universidade como interveniente. esta estabelecido a obrigação para cada uma das partes estando especificado a empresa que vai receber a prestação de serviços, qual serviço vai ser realizado pela FAU, o que a gestora financeira vai comprar e pagar, quem será contratado em alguns casos a universidade entra com o profissional dela. Isso acontece em projetos de pesquisa, em serviços de análise de água. A FAU é gestora ela recebe para administrar estes recursos, e quem realiza são os professores de análise química.

Entrevistador: Daí você tem problemas na prestação com a legislação do imposto de renda ?

Maria: Não, com relação a prestação de serviços consultoria não tem dúvidas nenhuma por que vai incidir, agente vai recolher guia do INSS, a dificuldade nossa hoje é quando recebemos um projeto de pesquisa. O que ele vai receber é líquido ou tem tributação muitos entendem que tem outros entendem que não. Existe sempre uma mudança na legislação vem uma lei e depois vem outra, não tem uma única lei que é clara. Agente fica doida atrás de lei, no meu ponto de vista como a lei não é muito clara existem varias interpretações, cada um interpreta a seu favor, se previdência vier aqui ela vai interpretar a favor dela, se não recolheu pode exigir recolhimento com juros e correção aí entra a preocupação do Diretor por que hoje temos a lei de responsabilidade fiscal se você não recolheu e o auditor da previdência entendeu que você deveria recolher, aí entra a lei de responsabilidade fiscal, entra os bens particulares dos diretores, então tem que ter muito cuidado. É um problema muito sério para o administrador.

Entrevistador: Quais as principais fontes de recursos da FAU? Quais os principais tipos de serviço prestados pela FAU?

Maria: Bom, os Principais serviços são: Cursos de extensão, projetos de pesquisa, simpósio congressos. Temos uma série de congressos, uma série de projetos, temos um projeto com a Petrobras muito importante, um projeto de pesquisa com White Martins. Temos um ainda com a engenharia mecânica, mas isso é uma consultoria uma assessoria e ainda convênios que não são prestação de serviço nem assessoria nem qualquer outra coisa , o convênios é a união de dois órgãos que se juntam para desenvolver um projeto em comum que envolve a sociedade e a sociedade tem um benefício com isso, neste caso temos uma parte da administração.

Entrevistador: A FAU interfere na dinâmica da UFU, do trabalho docente na UFU? ? Como?

Maria: Acredito que não deixa de interferir por que ele tem uma rotina já da graduação como professor a partir do momento que ele esta inserido num projeto a dinâmica dele muda. A FAU não acompanha essa mudança que acontece na vida acadêmica do professor, quando um coordenador chega a pedir a participação de um professor que trabalhou num curso vem um declaração dizendo que o trabalho realizado pelo docente não tem conflito regular com a graduação. Não é papel da FAU realizar este controle, eu acredito que interfere mas é um controle que não saberia dizer como.

Entrevistador: A FAU contribui para a privatização da UFU? Como?

Maria: Eu acho que eu já falei desta pergunta;

Entrevistador: A primeira dizia respeito das universidades como um todo, estou perguntando com relação UFU.

Maria: Eu acredito que não.

Entrevistador: E para a realização da autonomia da UFU?

Maria: Se a universidade tiver mais autonomia, a fundação poderá continuar a desempenhar o papel dela da mesma forma. Eu imagino que a universidade terá uma maior agilidade na tomada de decisões, mais do que ela tem hoje, parece que acontece assim: hoje o orçamento é aprovado e depois tem um tempo para ser liberado, fazer compras, contratar e tudo mais que a instituição necessita. Se universidade tiver autonomia, não precisará esperar tudo isso, poderá elaborar um cronograma orçamentário que quando for aprovado terá liberdade para fazer compras de materiais para o hospital, parte acadêmica e para UFU de um modo geral. Eu vejo assim a universidade vai poder caminhar com a autonomia dela e a fundação junto com a universidade.

ENTREVISTA-4

Entrevistador: *Mestrando*

Entrevistado: *Emerson – Nome fictício dado ao entrevistado Professor de um curso de grande interação com a FAU.*

Entrevistador: *Como você avalia o papel das fundações de apoio para as universidades públicas?*

Emerson: *Posso falar?*

Entrevistador: *Pode.*

Emerson: *Naturalmente, é a grande razão para a qual existam as fundações de apoio, no meu entender, e que a fundação é um mecanismo de facilitação para o relacionamento entre as atividades que a Universidade exerce aquilo que ela se propõe a fazer, e a efetiva concretização com uma empresa particular ou mesmo, às vezes, com uma empresa pública. A grande questão que existe, na minha forma de entender, eu volto a dizer, é que a Fundação, ela não obedece ou não segue, ela não está por força de lei. Ela não está compromissada a atender àqueles requisitos extremamente burocráticos que a instituição pública tem que seguir. Então, para mim, é um caminho curto, um caminho transparente, é um caminho limpo para ser atingido um objetivo que a instituição pública oficial não nos permite executar. E portanto em função dessa agilidade que a Fundação nos oferece, eu diria para você que, é ela que viabiliza a realização de atividades que a Universidade deve executar, aquelas atividades que se diz tanto no discurso do ensino. O ensino nós fazemos aqui dentro, não precisamos da Fundação. Mas a extensão e a pesquisa, sem a existência de uma fundação de apoio, eu diria a você que seria quase inviável acontecer. Dessa forma, eu vejo que a Fundação, ela constitui-se no caminho para a concretização dessas três frentes que uma universidade deve ter como meta de sua existência que é: ensino, pesquisa e extensão. Muito embora eu até tenha dito que o ensino nós fazemos sem as fundações, provavelmente isso aí não seja cem por cento correto. Porque os benefícios que as fundações trazem, elas também tem um reflexo muito positivo e muito direto, naquilo que se chama a qualidade do ensino.*

Entrevistador: *E a relação entre essas fundações e as universidades, que problemas ou dificuldades você destacaria?*

Emerson: *Naturalmente quando se fala de problemas relacionados com o relacionamento entre Fundação e Universidade, isso foge um pouco, até, da minha alçada. Mas o que eu vejo é que esse encurtamento, por vezes, do processo, junto às fundações, quando se realiza as prestações de conta junto aos órgãos superiores que, naturalmente, fazem o controle, a fiscalização do cumprimento, de toda a tarefa da Fundação. Isso aí, por vezes, pode criar*

algum conflito. Mas, acredito que, entre Fundação e Universidade não existe maiores problemas que eu reconheceria, digamos, como relevante nesse momento.

Entrevistador: *Que mudanças você observa nas Universidades Públicas diante da relação entre essas instituições e as fundações de apoio?*

Emerson: *Volto a dizer, eu diria que, em relação a mudanças eu sou de uma época, vivi em uma época em que a Fundação de Apoio ela não existia. E, portanto, naqueles momentos eu mesmo sou testemunha de termos perdido uma série de oportunidades na vida do relacionamento, da universidade volto a dizer: com o setor empresarial, com outras instituições pelo fato de não haver as fundações. De tal forma que eu vejo que houve enorme crescimento, digamos do cumprimento das metas universitárias com o advento das fundações.*

Entrevistador: *Que impactos, em suas interpretações, você observa das fundações de apoio no interior da Universidade?*

Emerson: *Uma vez que a Fundação viabiliza aí esse intercâmbio maior, que eu já citei duas ou três vezes, entre, digamos, o profissional, entre os trabalhos que nós executamos e aquilo que o Mercado precisa, o que eu vejo é que isso cria uma motivação diferenciada. Que eu quero dizer com isso? De um lado, via Fundação, o professor se sente seguro e motivado pra ele levar o conhecimento adquirido no seio da Universidade para o mundo externo ao da Universidade. Há um caminho legal para essa constituição. De outro lado, os retornos o retorno que esses tipos de trabalho trazem pra Universidade, tais como novos equipamentos, modernização de laboratório, infraestruturas que nós não tínhamos anteriormente, eu diria pra você que através da Fundação de Apoio isso aí se torna agora viável. Nós, por exemplo, aqui da Engenharia Elétrica a exemplo de outros setores também (da Universidade) – mas vamos falar da nossa experiência: nós vivemos um momento bastante impar com o que se chama “fundos setoriais”, do setor elétrico nacional. Pra você ter uma ideia, o setor elétrico nacional hoje ele conta com o fundo setorial com recursos da ordem de 100 milhões de dólares/ano. Se nós admitirmos, aí, que nós venhamos ser, digamos, contemplados com apresentação e aprovação de projetos da ordem de um por cento desse total, significa uma estrada de 1 milhão de dólares/ano. Esses recursos, eles são prioritariamente alocados para: novos equipamentos, novas estruturas, apoio à pós-graduação e atividades dessa forma. Que significa isso? Os impactos, e, portanto, as implicações que as fundações porque é através delas é que se torna viável esses convênios. O reflexo que ele traz pra universidade é absolutamente fantástico.*

Entrevistador: *O senhor está aqui desde quando?*

Emerson: *Desde 82.*

Entrevistador: *O senhor trabalhou nesta área antes e depois das fundações?*

Emerson: *É, é que estive em outras instituições antes.*

Entrevistador: *É aqui?*

Emerson: *Não, Aqui, quando eu vim para cá já havia Fundação.*

Entrevistador: *Você trabalhou onde antes?*

Emerson: *Trabalhei na Universidade de Itajubá. Sul de Minas.*

Entrevistador: *Sei.*

Emerson: *Então lá, eu vivi um tempo sem fundação.*

Entrevistador: *O senhor já tem uns quarenta anos de trabalho docente?*

Emerson: *Trinta e seis anos.*

Entrevistador: *É muita coisa.*

Emerson: *Trinta e seis anos.*

Entrevistador: *A relação das fundações de apoio com as universidades impactam o trabalho docente? Há implicações? E de que natureza?*

Emerson: *E a pergunta de número 6? Não a 5?*

Entrevistador: *E a de número 5 isso!*

Emerson: *Volto a dizer agora acho que estou sento um pouco redundante através da Fundação você tem o caminho que se abre entre a transferência do conhecimento interno para o externo, assim como também o mecanismo da atualização tecnológica que existe no setor empresarial aqui pra dentro. Portanto, é uma ponte que, pra mim, só tem vantagens.*

Entrevistador: *No trabalho docente, você não acha que isso tem algum fator negativo, não?*

Emerson: *Isso não existe na minha opinião, não na experiência de vida da Universidade Federal de Uberlândia. Entretanto existem outras instituições que eu conheço que o fluxo se tornou tão forte nesse mecanismo de relacionamento entre a instituição e lá fora que, por vezes, o docente deixa até de cumprir as obrigações dele, institucionais, em prol de algo lá de fora que, talvez, o atrai mais. Se não financeiramente, pelo lado, talvez, da conquista tecnológica e tudo mais. E, com isso, ele começa a esvaziar um pouco o seu compromisso com a sala de aula. O seu compromisso de estar presente na sala de atendimento aos alunos. O seu compromisso, obviamente, com as realizações mais institucionais. Há esse risco? Há. Entretanto, aqui dentro da Universidade Federal de Uberlândia, até graças a algumas orientações dos conselhos superiores. Existem direcionamentos que delimitam*

até onde você pode ir. Mas isso, é claro, é uma política, também, muito mais interna de controle do departamento, da faculdade ou da unidade. Se esse negócio correr solto, há um risco, sim. Aqui dentro eu não vejo, até o presente momento, um risco dessa natureza.

Entrevistador: *Nenhum problema, então?*

Emerson: *Por enquanto, não. Espero que continuemos com esse equilíbrio saudável.*

Entrevistador: *Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento dessas instituições? Você avalia que elas estariam contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?*

Emerson: *Vamos fazer aqui uma rápida retrospectiva. O que acontece hoje na carreira universitária e o que acontecia? Se nós aí nos projetarmos a uns vinte anos atrás eu me lembro claramente que nós tínhamos uns recursos da folha de pagamento que era cem por cento mantida pelo Governo, como é, e espero que continue sendo e existia os recursos chamados de Plano Geral de Aplicação, PGA, que permitia modernização de laboratório, compra disso, compra daquilo em suma: o ensino caminhava muito bem com os recursos da União. Entretanto, com o decorrer dos anos, o que foi acontecendo? A questão de folha de pagamento continuou e continua sendo respeitada. Entretanto, os recursos para investimento naquilo que nós verdadeiramente chamamos de atividade de graduação, atividades de disciplina, isso aí foi minguando a cada dia que passava. E nós chegamos a ter períodos, aí, de completa “estiagem” de investimentos. Através desses mecanismos que a fundação nos oferece hoje, repito eu, você consegue trazer recursos para dentro da universidade, e com coerência de um projeto de pesquisa você pode aplicar em cima das atividades de ensino aqui. Hoje nós temos laboratórios muito melhores do que tínhamos a um certo tempo atrás. Por quê? Porque os recurso que vieram desses convênios trouxeram tais facilidades. Ai você me pergunta: “isso não é privatizar a universidade?”. Não entendo que seja. Nesse modelo de que o recurso do governo federal para manter o que se chama de pessoal, e manter todo o investimento em laboratórios, eu acho que isso aí é um modelo que, com certeza se nós olharmos experiências de outros países, que hoje nós nos espelhamos neles, onde nós buscamos enviar os nossos profissionais para serem qualificados em seus mestrados, em seus doutorados, em suas pós-graduações, em pós-doutorados esse modelo de que, realmente, tudo vem de um governo central pra fins de investimento, isso não pode isso não existe mais. Faz muito tempo. Portanto se é esse o equilíbrio nós conseguirmos manter, e parte do compromisso com pessoal, folha de pessoal, investimentos estruturais, sala de aula que isso ainda continue sendo como de responsabilidade do governo central nosso e que a modernização, os equipamentos mais atuais, os softwares mais atuais a gente consiga trazer via esses projetos eu não entendo que isso é privatização. Privatização é uma coisa muito mais complexa, muito mais ampla do que um simples convênio de colaboração que a universidade tem com uma empresa qualquer externa. E eu acho também que se nos negarmos a esse tipo de relacionamento externo de*

uma maneira profissional, eu acho é que nós estamos nos fechando em copas e no momento que nós nos fechamos em copa, haverá aquilo que tanto a sociedade tanto questiona a universidade brasileira, que é o distanciamento entre a instituição de ensino e a instituição empresarial. Acredito que, portanto, tudo na vida funciona com um bom equilíbrio. Diria eu, então, nesse instante: tudo é factível de erros. À esquerda, erra, à direita, erra. Acho que, provavelmente, nós estamos aqui na UFU Nesse momento vivendo uma experiência de bastante equilíbrio, conforme já se disse.

Entrevistador: *Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?*

Emerson: *Eu não tenho dúvidas sobre isso não. De fato, as fundações acredito eu, pelo grau de liberdade que ela nos oferece, pela flexibilidade que ela nos oferece, ela faz com que nós sejamos unidades e profissionais autônomos e não totalmente controlados pelas regras extremamente burocráticas e rígidas que existem como algumas experiências desagradáveis que eu particularmente enfrento em alguns projetos de pesquisa em que eu não posso contar com a fundação. Exemplo: se eu faço projeto de pesquisa com a FAPEMIG o recurso vem pra universidade, ele não vai pra fundação. Uma mudança está acontecendo agora. Mas o que eu estou hoje administrando, o recurso vai pra universidade. Conclusão: eu não estou conseguindo comprar aquilo que eu preciso comprar para o projeto de pesquisa em função dos recursos estarem na universidade. Por quê? O processo de aquisição desses produtos via fundação tem uma agilidade como se você, em caráter quase pessoal, tivesse fazendo contatos e cotações de preços. Via universidade é uma sistemática extremamente formal, burocrática, em que muitos fornecedores se sentem até desmotivados a entrar nesse processo. Então, eu volto a dizer, sem o apoio, sem a existência dessas fundações, na minha opinião nós estaríamos é delimitando muito o que se chamaria de autonomia.*

Entrevistador: *Pra você, ela estaria contribuindo de forma positiva para que exista autonomia.*

Emerson: *Para mim, sim. Na minha forma de entender, sim. O problema é qual é o conceito que nós temos de autonomia. Eu tenho um conceito de autonomia, você pode ter outro conceito. No meu conceito de autonomia, ela contribui.*

Entrevistador: *Como você avalia a relação com as demandas e as necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a universidade tenha uma maior agilidade em responder as demandas do mercado atual? Como e por quê?*

Emerson: *Creio que essa e a pergunta de número 8 é o que eu tenho insistido praticamente desde a primeira pergunta até agora. Então, com toda a certeza a fundação, na minha opinião, ela contribui substancialmente pra agilização na resposta às demandas. Sem isso, eu diria para você que os trabalhos externos que nós conseguimos fazer hoje com a chancela da Universidade*

Federal de Uberlândia, levando o nome da Universidade Federal de Uberlândia além das fronteiras municipais, regionais, estaduais, mas realmente atingindo proporções muito mais amplas do que essas, na minha opinião a fundação tem um papel substancial. Sem ela, nós não teríamos conseguido isso aí não.

Entrevistador: *Responde bem ao que a sociedade precisa?*

Emerson: *Com certeza.*

Entrevistador: *Especificamente, no que diz respeito à FAU, em sua relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades? Quais os aspectos mais positivos dessa relação?*

Emerson: *Eu insisto primeiro, eu acho que existe um relacionamento de extremo profissionalismo entre a universidade e a fundação. Quando eu digo universidade, vamos nos colocar no seio da universidade: eu me coloco como sendo universidade e um relacionamento extremamente profissional com a fundação. A fundação, ela procura, ela não mede esforços para que os nossos compromissos assumidos diante de um convênio qualquer, seja cumpridos a tempo e a hora. Eu obviamente tenho também notícias de que em fundações que são fantasticamente grandes, o processo não é tão harmonioso, tão profissional, tão ágil quanto é aqui dentro da nossa Universidade Federal de Uberlândia. E isso aí é um aspecto, para mim, importante. Porque, provavelmente, nós nunca vivemos essa experiência. Se houvesse fusões de todas as fundações em uma única, gigantesca, provavelmente, estes aspectos positivos eu não estaria aqui realçando com tanta propriedade. Mas pelo fato de que, de um lado, uma fundação atende uma área tão importante, tão relevante para a sociedade, mas voltada mais para a questão da saúde, como é o caso da FAEPU. De outro lado uma fundação que cuida de questões associadas a outros segmentos da universidade, não é? Como é o caso da FAU. O que significa, portanto, que as fundações são focadas em atividades distintas de diversos segmentos da universidade. Por tal propriedade, eu chego a pensar que, realmente, estas dificuldades aqui indagadas não existem. Eu até o presente momento diria que o relacionamento nosso com a fundação, especificamente com a FAU, com a qual trabalhamos é sempre de facilitação, e nunca o oposto.*

Entrevistador: *Quais as principais fontes de recursos da FAU, quais os principais tipos de serviços prestados pela FAU?*

Emerson: *Eu sinceramente acredito que esta pergunta, ela não seria própria à minha pessoa. Conforme eu já me antecipei, eu sou usuário da FAU, e nós usamos a FAU, eu uso a FAU, com dois propósitos, nós temos duas vertentes básicas de processos de utilização. De um lado, os cursos de especialização que nós oferecemos em instituições externas, com a chancela da UFU. Academicamente falando é um curso de especialização da Universidade Federal de Uberlândia. Administrativamente falando, portanto financeiramente falando, ele é totalmente coordenado e administrado pela fundação. Então isso aí é uma das vertentes que nós realmente utilizamos a*

FAU. Então para a administração de cursos de especialização. Outro foco de grande importância para nós são os projetos de pesquisa e desenvolvimento, com empresas do setor elétrico, também é um ponto muito forte que a FAU nos apoia. Eu não sei responder pelos demais, ok? No meu caso, então, repetindo, em uma direção são cursos de especialização e a outra são os projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Entrevistador: *Nesses projetos de pesquisa você trabalha com profissionais da universidade?*

Emerson: *Sim com profissionais da universidade, são professores e alunos de pós-graduação, inclusive alunos de graduação. Então cada projeto agente monta uma equipe. Uma equipe de dez, doze profissionais, no total, nós usamos quatro ou cinco docentes, quatro ou cinco alunos de pós-graduação, mestrado e doutorado, trabalhando ainda mais dois alunos de graduação servindo como apoio e também aperfeiçoando seus conhecimentos.*

Entrevistador: *Esses alunos que trabalham nos cursos de pós-graduação na pesquisa e extensão geram recursos para a universidade?*

Emerson: *Sim, geram recurso para a universidade sem dúvida nenhuma.*

Entrevistador: *A FAU interfere na dinâmica da UFU, no trabalho docente da UFU? Como?*

Emerson: *Interferir? Interferir significa, portanto, influenciar, né, afetar a dinâmica do meu trabalho. De jeito nenhum. Na minha opinião não, daquilo que eu conheço nunca interferei. Pelo contrário, ela contribuiu. Ela contribui para os trabalhos, e para os trabalhos de pesquisa, conforme já foi dito, os trabalhos de extensão e porque não dizer os trabalhos meus como professor da instituição. Não tem interferência nenhuma. Tem contribuição.*

Entrevistador: *A FAU contribui para a privatização da UFU? Como?*

Emerson: *Nós estamos novamente retornando a uma questão feita a pouco tempo.*

Entrevistador: *Pode se dizer que sim.*

Emerson: *Pois bem, eu reitero o meu posicionamento, a questão de privatização o conceito da privatização qual seria? Digamos como entenderíamos isso? Significa que gradativamente o governo vai deixar a sua responsabilidade com a instituição, e ela por conta própria vai se virando. Provavelmente, se a gente for falar aqui a privatização estaria acontecendo por um certo ponto de vista não apoio à instituição pública em todo os sentidos em todas as direções, que ela deve ter apoio, eu insisto, é a direção de recurso financeiros para pagar pessoal, é a direção de recursos financeiros para laboratório, é a direção de recursos financeiros para investimentos e assim vai. Se olharmos para esse lado então nós estamos sendo privatizados faz muito tempo. Porque realmente há muito tempo que eu*

não vejo recursos dentro da instituição pública direcionado à manutenção de alguns segmentos, de alguns setores que eu acabo de mencionar. Todavia, se nós nos deixarmos conduzir por esse abandono, nós vamos realmente, gradativamente, morrer à mingua. Que vem a ser, portanto, a participação da fundação? Ela vem preencher em alguns aspectos mais específicos as lacunas deixadas pelo Governo. Se eu me contentar simplesmente com o meu salário, se eu me contentar simplesmente com a estrutura sucateada que está por aí e não buscar alternativas lá fora, se isso for privatizar, ou seja, buscar estas alternativas lá fora, então neste sentido não tenho nem dúvidas, a UFU a fundação está contribuindo para a privatização da Universidade. Agora, na minha opinião não é este o conceito de privatização que eu gostara de interpretar e de usar. Para mim, privatização é algo um pouco mais sério do que esse aí. Nós estamos falando em recursos adicionais para atender uma demanda da modernidade, com a devida agilidade para o acompanhamento do estado da arte que está aí fora. A fundação contribui, no meu entender é para essa agilização do processo. Volto eu a dizer, se por acaso sair um novo microcomputador hoje, lá no Japão, e nós precisarmos comprar para uma pesquisa, se eu depender de recursos vindos do Ministério da Educação, caindo na universidade, para o modelo aplicado na universidade, caindo finalmente dentro da Engenharia Elétrica e, em especial, para esse grupo de trabalho ao qual eu pertença, eu creio que este computador vai ficar sucateado até que eu possa comprá-lo. Entretanto, com um projeto de pesquisa, com um projeto bem elaborado, com uma participação num processo bem atual do setor empresarial, eu consigo, em um mês, ter esse computador aqui dentro. Na minha opinião isso não é privatização. Isso é, repito eu, uma agilização do processo, um complemento ao trabalho universitário. Agora eu não discuto, não deixo de concordar que tudo tem risco na vida. No momento que nós começarmos a receber recursos, mais recursos e mais recursos, outra vertente de apoio institucional vai se acomodar um pouco mais, porque eu não preciso mais dela, então vai se acomodar. Onde é que está o equilíbrio disso aí? Esse equilíbrio cabe aos dirigentes da instituição estabelecer. Onde é que está o equilíbrio? Cabe ao conselho universitário, cabe a um conselho diretor da universidade estabelecer até que ponto realmente existiria equilíbrio entre recursos federais e os recursos das instituições particulares. Esse bom senso eu boto nas mãos dos dirigentes que sempre estamos elegendo, e que aí nós devemos reconhecer, portanto, todo o direito e toda responsabilidade de administrar nossos rumos. No meu entender, não nos fecharmos, se fecharmos ao relacionamento externo seria uma atitude radical sem precedentes para realmente o futuro da universidade. Num aspecto que eu diria pra você que a universidade estará fadada a se fechar em si própria. Nós precisamos do relacionamento. Existem áreas, como é o caso da Engenharia Elétrica, que o relacionamento externo, ele é fundamental. E relacionamento interno a gente não faz apenas com congressos, apenas com visitas, apenas com reuniões. A gente tem que fazer com atos concretos. E atos concretos são projetos. E projeto a gente tem que fazer com pessoal competente, laboratório competente, universidade competente, e, com certeza, assim sendo, a instituição particular, via fundação, só vai trazer ganhos para a universidade. Eu não tenho, particularmente, isso é uma questão pessoal minha nenhuma preocupação, nenhum receio de que aquilo que a Engenharia

Elétrica faz na atualidade seja um mecanismo de contribuir para a privatização da universidade. Não, é uma forma de somar a um direcionamento daquilo que nós defendemos da universidade pública, da universidade gratuita, da universidade de qualidade, mas de uma universidade que não esteja fechada em si própria. É uma universidade que na minha opinião, tem que estar aberta. Se o país investe em nós, nós também devemos investir no país. De que forma? Levando à sociedade tudo aquilo que ela investe em você. Você não pode fazer o seu mestrado, você não pode fazer o seu doutorado para gerar uma tese para ficar pendurada numa prateleira, simplesmente como sendo um volume a mais, um monte de páginas. Nós não podemos gerar como dizem muitos aí, nós não podemos gerar projetos, quer sejam tecnológicos, quer seja da área de saúde, quer seja da área social nós não podemos gerar projetos que gerem apostilas, apenas, para ficar penduradas. Nós temos que gerar, realmente, alguma coisa que traga benefícios para a comunidade. Qual é a forma de termos relacionamentos com a comunidade? É interagirmos com a comunidade. Essa interação, inevitavelmente, tem que passar por um processo fundacional. Sem na minha opinião outra vez, um risco de privatização. A não ser que as pessoas sejam suficientemente, sem compromisso. Para fazer de uma atividade desse jeito, uma privatização.

Entrevistador: *E para a realização da autonomia da UFU a FAU contribui?*

Emerson: *Eu me sinto muito mais autônomo como docente desta instituição, contando com FAU do que se eu contasse somente com a UFU. A UFU e FAU me dá clareza sobre o fato de que eu me considero importante profissionalmente quer seja como docente quer seja como pesquisador, eu sou muito mais autônomo com a FAU estando apoiando os meus trabalhos.*

Entrevistador: *A relação FAU e UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas de mercado? Como?*

Emerson: *Subordinar a dinâmica da UFU às demandas de mercado? Na engenharia elétrica a gente tem um dispositivo chamado diodo. Diodo permite passar um sinal de um lado para outro sem retorno. Eu prefiro dizer que a FAU e a UFU, ela funciona na verdade como um triaque, ou seja, vai da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, portanto, as duas juntas, a fundação e a FAU pagam a conta do mercado. Também tem essa postura de um triack, ou seja, o mercado não vai se interessar apenas, repito, apenas por aquilo que nós fazemos, mas ela vai se interessar também por aquilo que necessita. Então nós temos que ouvir o mercado e traçarmos as nossas diretrizes também em função também de necessidades. Mas se nós ficarmos somente com os ouvidos atentos ao que o mercado quer, nós estamos sendo igualmente incompetentes. Porque realmente o mercado ele reage em função das necessidades do dia a dia. E isso estaria cerceando a liberdade de pensamento, do pesquisador, do docente então nós temos que seguir esses dois caminhos. Inúmeras empresas, quando nos chamam para participar de reuniões de projetos, elas nos perguntam “o que é que vocês como universidade tem para nos oferecer”. Nós temos produtos a oferecer. No segundo momento, somado a essas ideias de vocês, nós temos os nossos*

requisitos também, que são esses aqui. Onde vocês acham é que pode estar o equilíbrio, certo? Nesses termos falar que um esquema desse jeito, vale repetir, fundacional, fará com que a instituição UFU e a instituição FAU venha estar totalmente subordinada às regras que serão impostas para nós. Volto a dizer: nós somos livres, e nós é que temos que realmente definir se nós queremos realmente é ser subordinados, né, a essa situação ou não. Então, volto a repetir, não tenho a menor preocupação com essa questão, ou termos subordinação da UFU às questões de necessidade de mercado. Absolutamente, ok?

Entrevistador : Certo.

ENTREVISTA-5

Entrevistador: Mestrando

Entrevistado: Fred – Nome fictício dado ao entrevistado, diretor de uma unidade acadêmica de grande interação com a FAU.

Entrevistador - Qual o papel das fundações de apoio e como você avalia o papel das fundações de apoio para as universidades públicas?

Fred: Eu imagino que a fundação de apoio para as nossas universidades tem como principal função na minha maneira de ver, de enxergar as fundações é de contribuir para a gente vencer alguns obstáculos principalmente burocráticos que a gente ainda tem no serviço público federal. Se agente imaginar o processo de compra, de aquisição de equipamentos e tudo mais dentro da nossa universidade, não é que eles estejam errados, mas é que a quantidade de elementos que eu devo fazer, os passos burocráticos que eu devo seguir são tão grandes que muitas vezes eles inviabilizam a própria função da universidade, o próprio gerenciamento de alguns projetos. Às vezes, também, a universidade como ela é muito grande e eu tenho aí uma série de centros, uma série de projetos, de pesquisas em diversas unidades, em diversos departamentos dessas faculdades, às vezes a estrutura da universidade não é suficiente para poder atender a essa demanda tão grande. E as fundações, elas estão lá para nos apoiar nesses aspectos.

Entrevistador: Então a principal função é de apoio?

Fred: É exatamente o que ela é uma fundação de apoio. Ela não tem como objetivo substituir nenhuma estrutura da universidade, mas sim apoiar em algumas atividades, funções, algumas iniciativas que acontecem e exigem uma velocidade maior, onde uma estrutura grande de uma universidade, às vezes é como se fosse um grande elefante começando a se mover, depois que ele se move fica fácil, mas até ele se movimentar demora muito, eu já perdi algumas coisas por causa dessa lentidão. E as fundações elas nos ajudam muito nisso. Aqui dentro da Universidade Federal de Uberlândia nós temos duas grandes fundações, apesar de serem cinco, se eu não me engano, mas nós temos duas grandes fundações que trabalham muito forte junto à universidade para fazer com que a universidade funcione melhor, que é a Fundação de Apoio Universitário e a FAEPU. Graças à FAEPU hoje, por exemplo, é que o Hospital praticamente existe. A FAEPU foi aquela que fez o Hospital Universitário andar. A FAU hoje é a principal responsável pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa, de projetos que tem dentro dessa universidade.

Entrevistador: E a relação entre essas fundações e as universidades, que problemas ou dificuldades você destacaria?

Fred: *Eu vejo muita crítica de alguns setores dentro da universidade em relação às fundações e às vezes também escuto críticas dos centros dessa universidade, pesquisadores com relação à própria universidade, dizendo que a FAU, por exemplo, é um pouco melhor. É acho que a maior dificuldade que a gente tem é de gerenciar uma espécie de conflito de interesses, que a gente percebe, entre as duas. Por exemplo: as fundações elas são grandes responsáveis hoje por estar gerenciando alguns projetos de pesquisa que, na cabeça de algumas pessoas, deveriam ser gerenciados só pela universidade. A Fundação de Apoio Universitário, a FAEPU, por exemplo, ela atua muito fortemente dentro da Universidade, em alguns pequenos aspectos e isso, eu imagino, tem contrariado algumas ideias, onde a universidade deveria ter total autonomia dentro da sua própria estrutura, para poder estar desenvolvendo tudo que seria necessário. Algumas pessoas enxergam as fundações também como alguma coisa que não seria necessária, e que deve ser totalmente eliminada da estrutura, não deveria existir nem um link. E eu acho que se eu for imaginar, se existe alguma dificuldade, deve ser essa resistência de algumas pessoas, entendeu? Opinião é opinião. Na minha opinião, as fundações estão aí para nos ajudar, tem nos ajudado consideravelmente, pois sem elas, muitas das coisas que a nossa universidade tem feito, ela não conseguiria tocar ela. Então se eu tivesse que colocar alguma, algum problema e alguma dificuldade nessa relação, é talvez fazer com que a Universidade conheça um pouco melhor a necessidade das fundações e as fundações conheçam um pouco melhor de como é que a Universidade deve funcionar. Por exemplo, hoje, nós temos nas duas fundações não só nas duas, mas em todas as fundações, conselhos curadores. Esses conselhos curadores, eles são presididos, como a própria fundação, são presididos pelo reitor da nossa Universidade. Só que os conselhos da nossa Universidade, Conselho Superior, como o Conselho Universitário e o Conselho Diretor, eles não dão qualquer palpite, por assim dizer, em como é que a fundação, por exemplo, a FAEPU ou a FAU deve gerir as suas atividades. Quando eu digo palpite, é óbvio, que eu estou dizendo, é trabalhar junto ao Estatuto dessas fundações, ou coisa parecida. Se a gente não tem o Conselho da universidade, os Conselhos Superiores da universidade, trabalhando junto aos conselhos das fundações, a gente tem uma série de dificuldades para universidade compreenda e até de que forma que aquelas fundações podem nos ajudar. Então eu não consigo colocar para você dificuldades com relação a como ela funciona, a maneira como ela funcionaria, ao relacionamento. Eu acho que até o momento tem sido muito bom. Só precisamos vencer algumas dificuldades, talvez, de filosofia pessoal. Algumas pessoas acham que as fundações, como eu coloquei aqui no começo, não deveriam existir. E trabalham forte para isso. Enquanto outras pessoas entendem o papel dessas fundações como sendo um papel extremamente importante dentro da estrutura universitária. E eu digo que para mim, vou repetir mais uma vez, a maior importância das fundações é nos ajudar e agilizar processos que, sem essas fundações, demorariam muito a acontecer, para ocorrer. Então, uma dificuldade assim, eu não vejo uma grande dificuldade no relacionamento, pelo menos dentro da nossa universidade. Não tenho, não consigo dar um palpite sobre o que acontece nas demais universidades. E eu também só posso falar com relação ao relacionamento entre a Fundação de Apoio Universitário, que é a que a gente está mais*

ligado a Universidade. Eu não vejo nada assim muito complicado, até porque ela é presidida por um docente da nossa universidade.

Entrevistador: *Que mudanças você observa nas Universidades públicas diante da relação entre as instituições e as fundações de apoio?*

Fred: *É como eu coloquei a maior mudança que eu observo na universidade pública e a maneira como alguns processos ocorrem na Universidade Pública. Por ter uma estrutura mais enxuta, mais ágil, que consegue responder mais rapidamente a demandas. Vou te dar um exemplo bem rápido. Hoje nós temos dentro dessa Faculdade, de Engenharia Elétrica, uma série de professores que desenvolvem projetos de pesquisa e desenvolvimento que são projetos feitos em convênio entre a Universidade e um determinado Órgão, por exemplo, a Aneel ou coisa parecida com interveniência da Fundação de Apoio Universitário. Ora às vezes esses professores eles precisam sair, ir para uma reunião em Brasília, rapidamente, para discutir detalhes sobre o projeto. A passagem tem que ser comprada em meia hora, a diária tem que ser liberada na conta daquele professor, daquele pesquisador rapidamente, e para que isso aconteça dentro da estrutura da Universidade é muito difícil. Quando a gente trabalha com a Fundação, as coisas andam muito mais rápido. Tem uma pessoa lá ligada àquele Projeto, que conhece o projeto de pesquisa, então eu ligo pra secretária X e falo: “Olha, aqui é o professor fulano de tal, eu quero que você reserve pra mim uma passagem que eu preciso sair amanhã pra sair pra Brasília”. Ela já conhece o Projeto, já tem tudo na mão e consegue fazer isso andar. Tudo dentro dos parâmetros legais é claro.*

Entrevistador: *Então o papel das fundações é agilizar?*

Fred: *Agilizar, não tenho dúvidas de que essa é uma maiores contribuições das fundações.*

Entrevistador: *Que impactos com as Fundações de Apoio, você observa no interior da Universidade?*

Fred: *O impacto no interior da Universidade?*

Entrevistador: *É.*

Fred: *Eu acho que as coisas começam a girar tudo dentro do mesmo foco. O que eu observo e que na medida em que a gente tem fundações de apoio que nos auxiliam, por exemplo, na contratação de pessoal, se você for observar no Hospital hoje uma boa parte dos funcionários que lá estão médicos, alguns técnicos administrativos são técnicos contratados pela fundação, é de apoio e assistência, que é a FAEPU. Se você for olhar hoje dentro de algumas faculdades, de algumas unidades acadêmicas, também do Campus Santa Mônica, aqui embaixo na área de ciências exatas, você vai observar vários funcionários que são contratados por aquelas fundações. É claro que o dinheiro não vem da fundação porque ela não tem fins lucrativos, ela vem talvez de projetos de iniciação de pesquisa, de alguns convênios que existem.*

Então, o que a gente observa, é que a fundação de apoio ela ainda está apoiando estão trabalhando muito forte, até mesmo no fornecimento de pessoal, de mão-de-obra dentro da faculdade, para dentro da faculdade, para dentro dos hospitais, dos vários órgãos da nossa universidade, sem contar, é claro, com aquela dinamização dos processos básicos, normais, que às vezes a gente consegue com o apoio dessas fundações.

Entrevistador: *Você disse vários profissionais que têm dentro das universidades?*

Fred: *Sim. Muitos são contratados. Que nem eu falei para você: lá em cima, no Umuarama, no Hospital, tem um monte de médicos, que dão atendimento no Pronto-Socorro e tudo mais que são funcionários contratados pela FAEPU.*

Entrevistador: *Na engenharia tem professores que trabalham para as fundações esses professores substitutos são contratados pelas fundações?*

Fred: *Não, esses professores não. As pessoas substitutas que eu conheço aqui são professores substitutos contratados pela Universidade, pelo lado universitário, da Universidade.*

Entrevistador: *Quem paga os salários deles é o Estado mesmo?*

Fred: *É Tudo é pago pelo Estado.*

Entrevistador: *A relação das fundações de apoio com as universidades impactam o trabalho docente? Há implicações? E de que natureza?*

Fred: *O trabalho docente, este depende porque por ser docente, você tem que atuar em algumas áreas diferentes, você tem aquele famoso “ensino, pesquisa e extensão”. Se espera que um docente acabe atuando na parte do ensino, é claro, é eu acho que o impacto na parte do ensino para lecionar aula e tudo o mais esse talvez seja muito pouco o impacto. Mas em pesquisa e em extensão, isso está exatamente dentro daquilo que a gente colocou. Grande parte dos projetos de pesquisa são devidos hoje pelas fundações, é grande parte de algumas atividades de extensão também são geridas coordenadas com o apoio dessas fundações. É assim que eu percebo. Há, sim, impacto menos na docência, mas um pouco mais na parte de pesquisa e extensão. Um pouco mais forte eu diria. Dentro dessa natureza de nos apoiar, de gerenciar esses projetos. O que parece simples mas não é. Para você fazer a cotação de um gravador como este aqui na Universidade, às vezes isso demoraria três, quatro meses para você obter esse gravador. E com o apoio das fundações, dentro da legalidade, tudo dentro da lei, eu consigo isso em dois dias. Você imagina o impacto que isso tem para um projeto de pesquisa, que tem prazo de dois anos para começar e acabar.*

Entrevistador: *Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento destas*

instituições? Você avalia que elas estão contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?

Fred: *De maneira alguma. E eu acho que essa ideia de que as universidades federais não podem ter dinheiro vindo de lugar nenhum, é uma ideia ultrapassada, arcaica e burra acima de tudo, não é? Porque, infelizmente nenhum Estado do mundo, país nenhum, consegue suportar, suprir todas as demandas sociais de um país, a educação, saúde, nenhum estado consegue fazer isso. E quando conseguem fazem o que os governos têm feito conosco, nos fazendo trabalhar quatro meses por ano para pagar impostos. Que é a média do meu salário eu trabalho doze meses, mas aproximadamente um terço de tudo o que eu faço durante o ano é simplesmente é para pagar imposto. Então é uma coisa extremamente antagônica, quer dizer, eu estou pegando quatro meses do meu salário e pagando ao Estado e mesmo assim nós estamos com graves problemas. Então qual é a solução? O problema está na corrupção, tá nisso, naquilo, eu não concordo, tem problema para tudo quanto é lado. Mas eu acho que a gente deve sim permitir que existam mecanismos dentro da universidade para que a universidade busque recursos. Ora, que mal há da Universidade se ligar a uma empresa para desenvolver uma pesquisa? Uma das maiores funções da universidade é disseminar conhecimentos. Quem são os grandes geradores de produtos para a comunidade, para a sociedade? São empresas. Você não comprou esse gravador do seu vizinho do lado, você comprou isso de uma empresa. E ninguém, a não ser uma empresa forte faria isso aqui no preço que ele tá. Então a gente tem que olhar isso também, como uma forma de contribuição para a sociedade. Na hora em que a gente tem uma fundação que é financiada por projeto de pesquisa, que às vezes, no nosso caso, por exemplo, recebe financiamento de instituições privadas, isso tá querendo dizer que esses órgãos tão querendo botar um pé dentro da universidade? Privatizar a universidade? No meu ponto de vista não. No meu ponto de vista esses órgãos estão se ligando à universidade para que a universidade consiga fazer o que ela deve fazer que é gerar conhecimentos para fora. Então, se de repente, eu me ligo com uma empresa, como já aconteceu aqui, com a Fiat, nós já fizemos projetos junto com a Fiat, e o financiamento para esses projetos vem de onde? De quem gere esses projetos e quem gerencia para nós, por exemplo, são as fundações de apoio universitário. Parte da verba desse projeto é para pagar a fundação. Ora a fundação tem custos. Por exemplo, hoje em dia, aproximadamente seis por cento do custo total do projeto fica na fundação para que ela se pague, porque isso custa dinheiro, eu preciso pagar funcionários, que estão lá dentro, eu preciso pagar os médicos que lá estão trabalhando, e esse dinheiro vem de algum lugar. As fundações são financiadas por eles. Principalmente a FAU. Só consigo falar da FAU. A FAU é financiada por esse tipo de coisa, por projeto de pesquisa, não vem de outro lugar o dinheiro. Se o projeto de pesquisa vem para dentro da fundação e parte desses recursos que serve para FAU financiar ela mesma, eu não consigo ver onde é que eu estou privatizando a universidade. A FAU está usando uma parte dos seus recursos, dos recursos do projeto para fazer com que o projeto fique mais azeitado, ande um pouco melhor, ande um pouco mais rápido, agilize e chegue a bom termo Isso está muito longe de privatizar*

a universidade. Está muito longe de falar de privatização. Isso tudo na minha maneira de perceber.

Entrevistador: *Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?*

Fred: *Pois é, deu para perceber que eu sou um defensor das fundações. E eu não sou um defensor das fundações de graça. Sou um defensor porque eu já fiz vários projetos de pesquisa que foram feitos com gerência da estrutura da universidade e vários com estrutura da fundação. Nenhuma crítica à estrutura da universidade, nenhuma nada, não posso criticar. A única crítica séria que eu tenho é a dificuldade de fazer as coisas com a gerência da universidade. Mas isso não é culpa necessariamente das pessoas, mas sim do excesso de zelo burocrático, que existe. É mais ou menos a regra é assim, quando a gente desenvolve qualquer coisa dentro do setor público hoje. Você tem que provar que é 100% lícito, né, você tem que provar que o que você faz é 100% correto, certo? Ora, isso é tão esquisito. Em qualquer civilização, você é inocente até que se prove o contrário, só que na maior parte das coisas hoje você tem que primeiro provar que é lícito para depois você conseguir fazer isso, fazer alguma coisa. Portanto, em um processo de licitação, ele é moroso porque eu tenho que provar um milhão de coisas. Na hora que você imagina, então, que essa estrutura de gerência tudo o que acontece dentro da universidade, o que é a autonomia para nós. A autonomia é ser capaz de tomar decisões por conta própria, eu gerir os meus destinos. Sabe, às vezes para eu conseguir gerir meus destinos, eu tenho que obedecer tanta regra, tanta norma para tudo quanto é lado, porque alguém acha que eu posso fazer alguma coisa errada, não é?, na hora em que eu desenvolvo um projeto qualquer, às vezes dentro desse projeto a gente tem, lá, um monte de pequenos parágrafos e artigos só para prevenir possíveis coisas que alguém pode fazer errado. O que eu acho um absurdo você já começa desconfiando dos parceiros. Mas paciência, a lei é assim. Na hora que você vê uma fundação que te ajuda a trabalhar, a fazer as coisas dentro da universidade, de um modo mais rápido, que você está fazendo? Mandando marchar para andar um pouco melhor? O que você está fazendo? Você está contribuindo para o crescimento dessas instituições. E contribuir para o crescimento é aumentar a possibilidade de ter pessoas, mão-de-obra, é fazer com que as iniciativas de pesquisa e extensão consigam aos poucos acontecer, sejam mais ágeis e tudo o mais. Isso não é conseguir que a universidade consiga andar com as próprias pernas? Isso para mim é sinônimo de autonomia.*

Entrevistador: *Então você acha que é positiva que a fundação contribui para que a universidade seja autônoma?*

Fred: *Dentro desse escopo, é claro. A autonomia da universidade ainda está longe de acontecer. Nós temos que pedir benção para tudo dentro da universidade. Nesse caso nós não temos uma boa autonomia. Hoje, por exemplo, se de repente eu decidir que um professor aqui dentro dessa faculdade não merece ser professor, que é muito ruim, ou porque está dando problema com os parceiros, não se consegue mandar esse cara embora ou falar você não serve para trabalhar conosco infelizmente. Com a fundação eu*

consigo ter uma gerência maior sobre o meu projeto de pesquisa, vou te dar um exemplo: se no meu projeto de pesquisa, eu contrato um funcionário para trabalhar comigo, um engenheiro, e de repente eu acho que esse engenheiro não serve, amanhã eu troco. E se eu sou sério no meu projeto de pesquisa, eu não vou mandar aquele cara embora porque eu não gosto da cara dele porque ele não usa o desodorante que eu quero. Vou mandar ele embora porque ele é incompetente na pesquisa que eu estou fazendo; ele pode ser um brilhante músico, mas engenheiro ele não é. Ele pode ser um brilhante arquiteto, mas engenheiro para trabalhar no meu projeto ele não é. Então é isso que eu quero. Isso já ajuda bastante, isso tira um monte de vícios que a gente infelizmente tem hoje no serviço público dentro das próprias federais.

Entrevistador: *De uma maneira indireta as fundações estão contribuindo para a autonomia das universidades federais?*

Fred: *De uma forma indireta, sim.*

Entrevistador: *Se de uma forma direta a universidade tivesse autonomia não haveria necessidade das fundações?*

Fred: *Não haveria necessidade. De repente se eu chego aos meus reitores e digo “olha, esse funcionário aqui, ele não está condizendo com o nosso trabalho não está realizando suas funções coerentemente”. O reitor não tem poder, ele não pode assinar para falar “mande embora”. Não pode. O ministro é que tem que fazer isso. Ora, se você se julga autônomo e você não consegue gerir o teu próprio pessoal, o que é isso? Que autonomia nós estamos discutindo? Então é meio complicado, muito complicado isso. E eu costumo dizer que eu não sou diretor dessa fundação, eu estou diretor.*

Entrevistador: *Como você avalia a relação da universidade com as demandas e as necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a universidade tenha uma maior agilidade para responder às demandas do mercado? Como e por quê?*

Fred: *Eu acho que a função maior da universidade é transferir conhecimento, que a gente no Brasil é muito ruim ainda agente não consegue, é transferir as coisas que agente consegue desenvolver dentro da universidade, principalmente, aliás, não podemos dizer principalmente, mas as universidades públicas na sua maioria não conseguem levar para dentro da sociedade praticamente nada do que é criado aqui dentro. É claro, nós temos aí uma função muito grande de gerar mão-de-obra de gerar aí bons profissionais. Isso é uma imensa contribuição para a sociedade. Mas quando eu falo nas demais demandas da sociedade não é só formar engenheiros, formar médicos, não, é também levar um pouco mais das coisas que a gente cria dentro da universidade para fora. Você está fazendo um projeto de pesquisa no seu mestrado. Para que isso serve? Isso tem alguma utilidade social? Claro que tem. De alguma forma direta ou indireta tem. Mas de que jeito isso chega na sociedade? Então, o que eu vejo hoje é que a nossa universidade ainda precisa aprender muito sobre como transferir conhecimento que é gerado aqui dentro, para beneficiar a sociedade. Mas é*

muito mesmo. São pouquíssimas as ações de geração de conhecimento que não seja formação dos mestres, dos doutores, dos graduandos que nós temos aí, mas um pouco além, porque a universidade é muito mais do que isso, não é? e agente ainda tem muito que aprender sobre como levar o conhecimento para fora. E eu vejo as fundações na hora no momento em que elas nos apoiam em iniciativas como criar e desenvolver novos projetos de pesquisas e extensão, como um elemento, não vou dizer imprescindível, mas vou dizer como um elemento importante na agilização dessa transferência de conhecimento, dessa transferência de tecnologia. Às vezes a gente tem os exemplos que eu te coloquei, a gente faz serviços junto à Petrobrás, e não está dando nada para a Petrobrás. Nós temos pesquisa junto à Petrobrás para águas profundas e tudo o mais, hoje a Petrobrás é imensa, ela é a maior instituição de pesquisa é empresa de prospecção de petróleo e é a melhor empresa para a prospecção de petróleo em águas profundas no mundo. Isso não foi de graça. Isso traz imensos benefícios para a sociedade brasileira. Autonomia de petróleo, autonomia de gás e tudo o mais. Apesar que a gente ainda está pedindo benção para Bolívia de vez em quando.

Entrevistador: *Você está dizendo que a universidade está respondendo rápido às questões de demanda do mercado?*

Fred: *Se você for falar de demanda de mercado de pessoal, de formação de bacharéis, de engenheiros, na de músicos eu diria que, em algumas áreas sim e em outras tem uma parte que deixa a desejar. Existem áreas que a gente tem uma necessidade muito grande de profissionais que a universidade não consegue ainda formar por um motivo ou outro.*

Entrevistador: *Especificamente no que diz respeito à FAU e à sua relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais atividades, quais os aspectos mais positivos nessa relação?*

Fred: *A FAU e a universidade? Aí a gente já tem que enxergar duas estruturas. É e eu vejo a Fundação de Apoio à Universidade com a universidade como tendo um relacionamento hoje muito salutar. A questão é daquilo que eu já te falei no começo, de algumas divergências, de algumas pessoas que acham ainda que as fundações são desnecessárias. Algumas pessoas ainda acham isso, até porque as fundações andaram devendo muito, têm uma dívida muito grande aí, com fundações, elas devem algum recurso à própria universidade, às vezes deve até a alguns fornecedores. Mas a FAU, tanto a FAU quanto a FAEPU, que você deve estar perguntando à frente não é?*

Entrevistador: *Não. Eu estou falando somente da FAU porque foi a fundação escolhida para trabalhar.*

Fred: *Tá. Então, com relação à FAU, ela está conseguindo sanar bem as suas dívidas. Hoje na FAU, eu faço parte do Conselho Curador e uma boa parte do que a FAU devia nos últimos cinco anos já foi praticamente toda resolvida, quitada. Quando isso começou a acontecer, de repente o inter-relacionamento entre as duas instituições, FAU e a universidade, começou a ficar melhor*

relação ficou um pouco mais tranquila. E tanto é que, como eu te falei o conselho o presidente da FAU é professor da faculdade de engenharia mecânica do conselho curador hoje da FAU tem como membros eu como diretor da faculdade de engenharia elétrica, o diretor da faculdade de engenharia química, e mais algumas outras faculdades, engenharia civil, se eu não me engano, também está conosco, no Conselho Curador. Nós dos conselhos estamos começando a trabalhar muito mais forte junto com a fundação, o que é extremamente importante. Como dificuldades entre esse relacionamento entre as duas, eu acho que existem hoje pouquíssimas dificuldades, coisas como do tipo, quando se faz algum projeto algum projeto de pesquisa, ou quando se tem algum curso de especialização sendo dado, gerido pelas fundações, parte dos recursos são transferidos para a fundação, para ela conseguir gerir seus processos, pagar funcionários, por exemplo, seus custos internos, partes dos recursos vão para a unidade e parte dos recursos vão para a universidade. Tem lá um recurso que a gente ainda está fundando, inclusive, que tem que ser colocado lá. E a maior dificuldade hoje está sendo acertar esses valores. Essa está sendo a maior dificuldade, que não é necessariamente a universidade, de fato, mas a maior dificuldade que se encontra hoje é com a gerência da FAU nesses processos. Porque muita gente diz o seguinte “poxa, a FAU está tirando seis por cento dos projetos de pesquisa, se fosse a UFU podia ficar direto na UFU esse negócio”. Mas aí tem outro lado, que a FAU é muito mais ágil que a UFU em algumas coisas. Um projeto de especialização anda muito mais rápido com gerência da FAU, com interveniência da FAU e revisado pela Universidade Federal de Uberlândia. Ele anda muito mais azeitado. Então esta sendo muito discutido em tentar abaixar isso. Porque se você fazer uma conta no fim, mais de trinta por cento do valor final de um projeto de pesquisa fica em taxas que inviabilizam o projeto. Alguma coisa que poderia custar cem de repente tem que custar cento e quarenta. E aí você quando você vai oferecer seu serviço para um projeto de pesquisa, na verdade é uma competição. E os pesquisadores da faculdade de engenharia elétrica da Universidade Federal de Uberlândia apresentando um projeto juntamente com os pesquisadores da faculdade de engenharia elétrica do ITA, por exemplo, e estamos lá quem deles vai receber vai ganhar? Teoricamente se eles tiverem a mesma competência técnica, é a que exigir menos recursos, por exemplo, da empresa, sei lá a Embraer, por exemplo.

Entrevistador: *Você já tem visto a concorrência de duas universidades, por um projeto?*

Fred: *Sempre existe, uma empresa, por exemplo, a Aneel, que é o órgão gerenciador, o órgão gerenciador de todos os procedimentos associados à energia elétrica no país, elas a Aneel exige aí que as várias concessionárias de energia apliquem parte dos seus recursos em projetos de pesquisa. Um por cento a dois por cento, não me lembro do número exato. Você fala “mas, nossa, é tão pouco”, são bilhões, um por cento disso são bilhões. Bom, então eles oferecem, abrem um projeto, “olha, estamos querendo que alguém faça para mim esse projeto de pesquisa”. Aí vão três, quatro, cinco universidades de uma vez, competindo: “ó, porque eles vão olhar competência”, mas*

quando tem duas, três com a mesma competência, aí vai em quem pede menos, em geral é assim.

Entrevistador: *Os recursos da FAU que é arrecadado de outros projetos de pesquisa, ou de outras especializações, uma parte vai para a própria unidade acadêmica e a outra já vai para a universidade?*

Fred: *Sempre. É sempre dividido. É como eu falei, o número exato é dez por cento fica para a universidade, não é nem tanto, quando é projeto de pesquisa, agente não entra nisso, a faculdade abre mão disso. Por quê? Ora, porque quando é um projeto de pesquisa, isso traz equipamento para dentro da faculdade. Então não faz sentido o projeto de pesquisa vai trazer vinte dez computadores aqui para dentro da minha faculdade. Por que eu tenho que taxar o projeto de pesquisa? Porque eu vou pegar mais dinheiro? O projeto de pesquisa já está beneficiando a faculdade. E a universidade também faz isso também, quando é projeto de pesquisa. Agora quando é prestação de serviço, quando é curso de especialização, aí não. Aí, quando é curso de especialização, aí o curso custa 100, por exemplo. Dez por cento desse curso fica para a Faculdade que está oferecendo o curso, dez por cento fica, se não me engano para a Universidade UFU. E seis por cento fica para Fundação de Apoio e tem mais um por cento aí que eu não me lembro, que fica no “fundão”, no fundo de recursos, aí, que a Universidade criou, que tem sido bastante usado, muito útil até. Então parte desses recursos específicos são bem distribuídos. Não são para todos, como eu falei. O que se cobra mesmo é seis por cento, oito por cento da FAU. Que, claro, precisa: tem que pagar o pessoal, tem que ter dinheiro de algum lugar. E de onde vem o dinheiro da FAU? De projeto de pesquisa e de curso de especialização. Noventa e cinco por cento do que eles têm de recurso, vem disso.*

Entrevistador: *Quais as principais fontes de recursos da FAU e quais os principais tipos de serviços oferecidos pela FAU? Você acabou de falar. Mas abrindo um parêntese, a comunidade acadêmica, ela tem projeto de pesquisa, então ela recebe em porcentagem? E tem o fundão que vai para Universidade, que aí é aproveitado por toda Universidade.*

Fred: *É exatamente assim como você disse, recebe em porcentagem e tem o fundão que engloba toda a universidade.*

Entrevistador: *Agora eu fico pensando assim abrindo um parêntese: e aquela comunidade carente que não consegue, por assim dizer, organizar seus projetos de pesquisa por falta de interesse de mercado ou por outro motivo falta de interesse do pessoal Faculdade ou outro motivo?*

Fred: *Isso é um dilema que existe é claro. Algumas unidades tem mais força, um grupo forte, o grupo se esforça, para trabalhar para o bem dele. Como eu falei o projeto de pesquisa não gera dinheiro para a faculdade. Gera equipamentos, e tudo mais. Isso, é claro, fica dentro da estrutura da faculdade dentro da estrutura da Universidade. Tanto é que nós abrimos mão. No caso de curso de especialização, a gente recebe esses recursos, sim. Às vezes é um volume até bom. E as outras que não tem? Só tem uma coisa que*

eu posso te dizer: no fundo do meu coração. Isso não é meu problema até o momento em que eu como pesquisador, eu fui atrás, eu fiz meu projeto de pesquisa, eu fui lá. Isso passa a ser, agora, meu problema quando aquela instituição, aquela faculdade do lado aqui ela não tá conseguindo atender seus alunos. Aí passa a ser um problema da Universidade Federal de Uberlândia. Veja, então quando eu coloco “não é meu problema”, é que primeiro nós temos que ver o seguinte: se eu gerei um recurso via meu próprio esforço e esse recurso eu estou usando ele pra cá: méritos meus. Mas é claro que eu não fiz isso de graça. É claro que isso veio porque eu também sou um professor que trabalha numa faculdade da Universidade Federal de Uberlândia. Pronto, agora passou a ser meu problema. Agora passou a ser meu problema se há outra unidade vizinha, se o curso vizinho meu não consegue fazer a mesma coisa. Aí a coisa começa a mudar de figura. Então, se você é diretor de uma unidade e essa unidade não consegue ter dinheiro bom, pra começar a conversa, não tenho nada que eu possa fazer pra te ajudar imediatamente. Não há o que eu possa fazer. A não ser te convidar pra participar do meu projeto de pesquisa. Isso a gente tem feito muito aqui dentro dessa faculdade, projeto de pesquisa junto com a Educação Física, junto com o instituto de Genética e Bioquímica, junto com o Instituto de Ciências Biomédicas, Engenharia Mecânica, Ciências da Computação, então nós temos vários projetos de pesquisa que a gente consegue trazer pessoas. Música! A gente faz projeto junto com a Música, conseguimos fazer. Mas de repente tem uma unidade lá, e isso é verdade está gravando aí? Pode gravar por que eu falo isso nos Conselhos, que o pessoal não faz porque não quer. Aí, sim, eu repito o que eu te falei: não é meu problema. Se você tem mão-de-obra, se você tem doutores lá, se você faz você tem uma grande chance de conseguir recursos. Temos um monte de bolsas pra tudo quanto é lado, CNPq, CAPES FAPEMIG, você pode trabalhar em parceria com instituições do estado de São Paulo, pra gerar recursos. Então, se você quiser você consegue. Eu não conheço nenhuma faculdade que eu diria “Coitadinho deles! Porque eles são uns pobres coitados que não conseguem que não tem condições de ir por conta própria deixa eu dar dinheirinho na boca deles!”. E eu acho que ninguém quer isso também, nem a própria faculdade. Então, é nesse sentido que eu digo “o problema não é meu”. Mas chega uma hora em que se eu tenho três unidades do meu lado que estão tentando e não estão conseguindo, aí a coisa muda de figura. Aí você vê que o pessoal está batalhando, que está esforçando e está querendo. E isso acontece hoje com o pessoal da Geografia, a gente já conversa muito, já, trocando figuras, e às vezes a gente quer desenvolver um projeto de pesquisa mas não temos competência aqui “Vamos lá na Geografia, que tem gente boa lá, que entende”. Então, em todas as unidades dessa instituição tem gente boa. Se não tem projeto de pesquisa e se não tem recurso, são dois motivos que existem principais: você não quer, porque isso aqui está muito cômodo ou porque de fato as coisas estão complicadas naquele momento social do país pra você. Muito bem. Então, só completando o nosso parêntese aí, que eu acho bacana a gente falar disso, se você for imaginar, como é que fica um curso bom, eu vou te dar um exemplo: eu estava conversando ali agora na inauguração do centro de excelência aí tem um pessoal do curso de arquitetura, decoração, Faculdade de Arquitetura e não sei o que lá, que eu esqueci o nome da faculdade mas os cursos de arquitetura e decoração são os

verdadeiros da faculdade que é a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Estava lá conversando com um aluno, que foi ex-aluno da Engenharia e foi fazer graduação lá e eles estavam lá protestando Por quê? Porque o laboratório deles, que é um laboratório de arquitetura, para arquitetura, para arquiteto, que tem sete computadores velhos, caindo aos pedaços. Ora, a arquitetura hoje é software, é AutoCad, é 3D Max, são softwares poderosos, que precisam de um computador bom pra poder tocar esses softwares. Bom como é que eles podem tocar isso? Eu vou falar que isso é problema da Faculdade de Arquitetura? Não. Isso é problema da Universidade Federal de Uberlândia. Aí, sim, passou a ser meu problema, entendeu? Agora se a nossa faculdade é mais rica que a faculdade de arquitetura porque a gente está fazendo duzentos projetos de pesquisa, mérito da faculdade de Engenharia Elétrica. Esse é o primeiro ponto. É mérito além da Faculdade de Engenharia Elétrica, da Universidade Federal de Uberlândia. Não tenho dúvida. Porque nós estamos debaixo da Universidade Federal de Uberlândia. E só a faculdade de Engenharia Elétrica fosse forte dentro da Universidade Federal de Uberlândia hoje, daqui a duas semanas ela não seria mais. Porque ela ia implodir junto com o resto da Universidade. Então o que a gente tem que fazer? A gente tem que apoiar iniciativas como essa do “fundão”. O “fundão” pega parte dos recursos, eu já me esqueci exatamente quais são os valores, dos projetos de pesquisa que essa faculdade desenvolve e que todas desenvolvem parte dos projetos e de parte dos cursos de especialização que são desenvolvidos em todas as faculdades isso é colocado numa cesta que a Universidade, que a gente chama de “fundão”, que a Universidade vai definir aonde deve ser colocado. O conselho diretor chegou e falou assim: “O recurso do ‘fundão’ são recursos que devem ser geridos pelo Reitor da Universidade”. No último ano o Reitor abriu mão disso e pediu pro Conselho Diretor gerir esses recursos. Como é que ele ia aplicar. A decisão do Conselho Diretor é que toda as unidades, que todos os elementos da universidade apresentariam projetos para uma comissão e essa comissão elegeria os projetos que seriam contemplados com recursos do “fundão”. Portanto, nesse meio do caminho a gente teve várias unidades, Direito, de Economia Artes Faculdade de Química, que receberam recursos para a construção de Laboratórios, pra melhoria de Infraestrutura interna várias, várias foi um total, no ano passado, de 760.000 reais que foi colocado. Aí, sim, começa a ajudar. O que mais eu posso fazer? O que mais que eu posso fazer? A não ser convidar aquelas pessoas pra trabalhar comigo se é que eu tenho sorte, de estar desenvolvendo um projeto, ir para de estar junto delas para trabalhar, e quando eu receber, uma parte do que eu recebo, vai para o todo. Eu acho que a gente já vai estar fazendo coisas razoáveis, não vou dizer que a gente está fazendo tudo, eu estou dizendo que é importante que a faculdade que ela tem trinta projetos de pesquisa, ela tem que fechar o olho para as irmãs nunca. Isso é errado porque a gente é uma universidade, a gente tem que se enxergar como uma universidade, mas se aquele cara não quer trabalhar, não quer ir para frente, isso não é problema meu, não pode ser, como é que eu vou viver numa situação dessa, é complicado. Difícil demais, e a gente tem bastante isso. A gente vê algumas pessoas, às vezes, reclamando, aí você olha e fala “bom, mas espera aí”. No ano passado eu fui o relator do processo num conselho diretor dos recursos do fundão, de como é que seria distribuído. E eu ouvi algumas pessoas reclamando porque que a

unidade dele não tinha ganhado dinheiro, sendo que ela era tão pobre, não tinha dinheiro para nada nunca tem dinheiro, tão pobre. Aí de repente eu fui olhar o que essa pessoa tinha plantado de projeto, o que ela queria fazer? Nada, Queria dinheiro por que queria dinheiro. Então é fácil, como se fosse um adolescente, que quer então algumas vezes é assim. Tá exigem dinheiro como se fossem adolescentes, quando você quer ser totalmente independente do teu pai, mas ele tem que te dar dinheiro. E isso, infelizmente, existe muito dentro não só da nossa universidade, mas de todas. Isso é um problema. Mas, por outro lado, tem gente com vontade para trabalhar e não tem recursos. Para essa turma é que eu acho que a gente tem que olhar com mais carinho. É uma posição meio drástica, mas é muito a minha impressão.

Entrevistador: *Perfeito. A FAU interfere na dinâmica da UFU, de trabalho docente na UFU? Como?*

Fred: *Eu não acho que a FAU interfere. Eu não vejo ela interferindo, não no mau uso da palavra interferir. Tipo a FAU não dá nenhum palpite em como que a UFU funciona. Nada. Eu não vejo nada. É hoje em dia é até muito ao contrário. A universidade é que está dizendo como que a FAU tem que funcionar. O estatuto da FAU foi todo reformado, então agora a FAU qualquer alteração do estatuto tem que ser aprovado no conselho diretor, o Conselho Curador da FAU, agora, tem membros da diretoria, das diretorias das unidades acadêmicas então, eu não vejo a FAU interferindo na maneira como que a UFU funciona. Eu vejo ela como apoiando a universidade no seu funcionamento.*

Entrevistador: *Você acha que ela interfere no trabalho docente?*

Fred: *No trabalho docente? Não, é aquilo que eu disse pra você. Na docência como eu disse, o trabalho do docente, eles são três grandes linhas na docência, não vejo absolutamente nada na FAU mexendo na ementa, mexendo na forma como eu dou minha aula, e tudo mais. Mas em pesquisa e extensão, eu não vejo a FAU interferindo, eu vejo a FAU contribuindo para essas ações.*

Entrevistador: *Não atrapalha de jeito nenhum? Ajuda?*

Fred: *Eu não vejo ela atrapalhar em nada, absolutamente nada. Até porque eu uso a FAU se eu quiser. Se eu quiser fazer um curso de especialização, com interveniência e com gerência só da universidade, eu faço só pela universidade. Se eu quiser fazer um projeto de pesquisa que a universidade só ajuda a fazer, eu uso só a universidade. Tudo na universidade. Não o preciso. Não sou obrigado a usar a estrutura da FAU. Ninguém é obrigado a usar a estrutura da FAU para nada. Você usa porque você acha que vai ter uma agilidade maior.*

Entrevistador: *A FAU contribui para a privatização da UFU?*

Fred: É aquilo que eu coloquei. Não vejo em absoluto nenhuma relação da FAU com privatização da universidade. Não vejo. Você deve ter entrevistado um monte de gente que falou “sim”. Mas eu não. Não vejo nada.

Entrevistador: A fundação de apoio contribui para realizar a autonomia da UFU?

Fred: Aí sim. Eu não tenho dúvidas. É a autonomia esta começando pela sua capacidade de tomar decisões e fazê-las acontecer. Na hora em que eu tenho um ônus, que eu tenho um grupo de pessoas que me ajudam a agilizar esses processos, não tenho dúvidas de que eu estou agilizando, fazendo com que a universidade fique cada vez mais ágil e ser mais ágil já é um passo muito grande em direção a ser autônomo.

Entrevistador: A relação FAU/UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas de mercado?

Fred: Subordinar você quer dizer assim, é a UFU funcionar de acordo com o que o mercado quer. Bom. É difícil você falar mercado. Porque na hora em que você falar mercado talvez é complicado por que eu não entendo muito disso, então não sou uma pessoa muito boa para falar disso, mas o que eu posso fazer é falar os meus palpites pessoais. Mas, o que é mercado? O mercado existe porque a sociedade exige. A sociedade quer. Mercado é a Fiat querendo fabricar mais e mais carro, é a Souza Cruz querendo fazer mais cigarro? É o fumante que quer que ela faça mais cigarro, e a Souza Cruz se beneficiando disso ganhando dinheiro. Paciência, se você quer se matar, se vira. Estão lá fazendo. Não cabe à universidade ficar metendo o pé nisso. Aliás, cada universidade deve conscientizar a pessoa de que cigarro mata, mas está bem na caixinha de maço de cigarro. Cigarro faz isso, faz aquilo e nego continua fumando. Ele quer? Ele gosta tem lá seus motivos. Que fume. Então o que é demanda de mercado nessa hora? É o mercado que quer? Não. É a sociedade que pede que seja produzida tal coisa e ele vai para frente. Eu não acredito muito nesse negócio de que sou dependente de alguma coisa. Tem dependências químicas que são complicadas, são patologias. Mas não há uma dependência, por exemplo, para comprar televisores. Se de repente eu preciso, é a minha indústria, ela está precisando de mais televisor, porque o Brasil está precisando de mais, de comprar mais televisores, ora, qual é a função da universidade? Gerar essa mão-de-obra. Criar possibilidades de pessoas que teoricamente não teriam competências passarem a ter competências para trabalhar lá, não é? E eu acho que a dinâmica da UFU tem que ser pensada assim. Eu vejo que a dinâmica da universidade tem que ser de atender sim às demandas sociais. Não a demanda de mercado, mas demanda social. É claro que a demanda de mercado ela define tudo. Não adianta nada eu formar quinhentos engenheiros de computação, se esses caras não vão ter onde trabalhar. Sendo que hoje a área que está precisando é sistema de energia elétrica. Portanto, tem que botar engenheiros na área de engenharia elétrica, porque se não eu vou formar desempregados. Não podemos ser utópicos. Eu não posso gerar um profissional, botar duzentos profissionais, cem profissionais por ano no mercado, sendo que não tem quem vai absorver aquilo. Eu tenho que dar uma direção para isso. Mas as pessoas,

os alunos, quando ingressam já ingressam com a demanda de mercado na cabeça. Isso você não tenha dúvida. A competição grande, ela é pela demanda de mercado. Hoje ainda é Medicina o grande fetiche, mas já foi Advocacia, já foi ser Padre, a Engenharia elétrica já teve sua fase de ouro dentro da Engenharia, agente teve uma época que determinada ênfase na Engenharia elétrica estava um pouco maior hoje está um pouco menor sim. E se a FAU contribui pra iss?, eu acho que não. Eu acho que a FAU não tem nenhuma coisa a ver com isso.

ENTREVISTA-6

Entrevistador: *Mestrando*

Entrevistado: *Gilberto – Nome fictício dado ao entrevistado diretor da FAU.*

Entrevistador: *Qual o papel das fundações de apoio? Como você avalia o papel das fundações de apoio para as universidades públicas?*

Gilberto: *O papel das fundações de apoio é prover mecanismos de gestão que a universidade não encontra nas normas do serviço público. Eu acho que as fundações, elas surgiram num contexto jurídico muito complexo, em que o serviço público não consegue realizar algumas tarefas sem violar as leis estabelecidas para o serviço público de uma forma geral. Nesse contexto surgem as fundações. Então ela visa dar esse suporte às universidades, nesses projetos que elas não conseguem realizar. Por exemplo: um exemplo típico que está acontecendo é o projeto de educação à distância. É um projeto muito complexo, que envolvem metodologias novas, novas formas de comunicação, de compra de serviço sendo praticamente impossível desenvolver através da Universidade. Então ela precisa da fundação de apoio para contratar técnicos, para realizar algumas tarefas, são projetos feitos à distância, que têm mais agilidade que permite este tipo compromisso. É por isso que nesse contexto o papel das fundações de apoio são necessárias. Se a universidade tivesse uma autonomia plena de gestão as fundações seriam dispensáveis, totalmente dispensáveis.*

Entrevistador: *A relação entre essas fundações e as universidades, que problemas ou dificuldades você destacaria?*

Gilberto: *Nas relações entre as fundações e a universidade? As dificuldades são jurídicas, eu vejo que hoje as principais dificuldades são jurídicas. As fundações de apoio, ela por si não tem quadros, o quadro dela é apenas técnico-administrativo de gestão, é escritório. Os quadros que realizam os projetos, que fazem acontecer, pertencem à universidade, que são os professores, os seus técnicos, que realizam os projetos. E a fundação faz a gestão financeira. Nesse processo, é muito complexo a teia jurídica. Ela é muito complicada. Então nós estamos comumente sendo arguidos pelos poderes: o Ministério Público, pelo Tribunal de Contas que vai na universidade e critica a forma, às vezes, que certos procedimentos são feitos, mas na verdade se não fosse tão ortodoxa a lei, na verdade as fundações perderiam o sentido de existir e se amalgamariam na universidade. Quer dizer, não teria sentido a fundação. Então esta tensão jurídica, essa disputa, essa controvérsia, que eu acho que é a maior dificuldade nesse relacionamento. É a transferência, às vezes de royalties para a universidade, eu vejo aí a maior dificuldade.*

Entrevistador: *Existe assim muita fiscalização pelo Ministério Público?*

Gilberto: Existe. A fiscalização é intensa. No primeiro semestre teve meses aqui, que toda semana tinha alguém pedindo algum documento, alguma informação. Então é uma documentação, uma fiscalização muito estreita, porque coloca de porta aberta a universidade para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, e a fiscalização não se restringe à fiscalizar o órgão público, às vezes eles vem até a fundação, pede documento, a gente como não tem nada para esconder mostra as documentações, eles querem ver até a movimentação bancária. Aí depois o Ministério Público também faz as suas investidas. O INSS, também busca a caracterização do que é bolsa, do que não é bolsa fazendo também os seus processos. Então isso aí que é complicado; quer dizer, de um lado há os docentes, os professores que como todo cidadão não gosta de pagar imposto, não gosta de ser taxado, por outro lado, os órgãos arrecadadores querendo taxar. Isso também gera um conflito aí, alguma dificuldade.

Entrevistador: Que mudanças você observa nas universidades públicas diante da relação entre essas instituições e as fundações de apoio?

Gilberto: A mudança mais assim palpável é que a universidade, ela fica mais visível em relação à sua presença na sociedade, principalmente no setor dito produtivo. Não sei por que esse nome, mas eles chamam de produtivo. Na indústria, nos órgãos de fomento, então a universidade fica muito mais presente com essa agilidade. Então hoje nós temos projetos de pesquisa com a EMBRAER, PETROBRAS e o INCRA, uma série de organismos que com empresas privadas, de caráter estritamente privado, como empresas indústrias automobilísticas indústrias mecânicas, eletromecânicas, por aí, então, esta presença é muito mais constante. Também na prestação de algum serviço altamente especializado, que só a universidade pode oferecer principalmente se for uma assistência técnica como na área de genética por exemplo. Então como a fundação, ela facilita esse intercâmbio, você acaba estando mais presente na sociedade com relação a isso daí. Isso aí é uma mudança que sem a fundação, a universidade que, normalmente, é um organismo muito lento, parado ela se faz sentir essa diferença, quando tem uma fundação. Evidente que existe um estímulo que é um estímulo financeiro também, quer dizer, o pesquisador, o docente, ele acaba recebendo, não é, por um trabalho que ele realiza nesse contexto de pesquisa científica ou de cursos, esse tipo de coisa. Isso aí é estimulante, mas por outro lado também traz uma outra dificuldade, quer dizer, voltando a complementar o que você perguntou anteriormente, a dificuldade que às vezes uma pessoa dentro da instituição acaba recebendo um adicional, um Pro labore, eventualmente, que outro colega não recebeu porque não realizou a mesma tarefa. Isso também causa um desconforto, às vezes, algumas tensões internas.

Entrevistador: Que impactos ou implicações você observa, das fundações de apoio, no interior da universidade?

Gilberto: O impacto que se nota é que, na verdade eu acho mais palpável, é que ela disponibiliza recursos, uma parcela do que é arrecadado aí como normas do conselho da universidade, ela disponibiliza um dinheiro para as unidades acadêmicas de uma forma mais ágil do que a universidade faz.

Então às vezes um diretor de uma unidade acadêmica tem muita dificuldade de cumprir o cotidiano dele de realizar as pequenas tarefas do dia a dia, pelos mecanismos da universidade. Então às vezes um recurso à disposição dele com mais flexibilidade torna essa tarefa um pouco mais ágil, menos penosa, ou até mais produtiva. Outro impacto é que às vezes esses projetos acabam gerando laboratórios para as faculdades que normalmente não teriam laboratórios de computação, notadamente são laboratórios que têm um ciclo de vida, mais rápido, então eles precisam ser repostos, precisam se atualizar. Então a universidade, o setor público, o governo federal, não têm conseguido acompanhar o processo de atualização desses laboratórios, com as verbas advindas, aí, do serviço público. A fundação acaba preenchendo esse vácuo aí, melhorando a qualidade do curso de graduação que é ofertado.

Entrevistador: *Em que a relação das fundações de apoio com a universidade impactam no trabalho docente? Há implicações? De que natureza?*

Gilberto: *Há várias implicações. Uma é que existem implicações positivas e negativas. Positiva é que o docente fica mais presente na sociedade com seus programas ele faz a universidade ser mais ativa no meio que ele participa e, com isso, ele também acaba se capacitando nesse contexto. Por outro lado, aquilo que eu falei: quer dizer que quando ele se dedica muito a um trabalho, às vezes de serviço de organização de serviço, ele sai um pouco do eixo principal do ensino e da pesquisa na forma clássica como é vista, da forma canônica, porque ele passa a se dedicar uma parte da vida dele, do esforço docente dele para realizar essas tarefas às vezes dar um curso de especialização, algumas vezes de realizar serviços desse tipo, que é para, vamos dizer, é pra iniciativa privada. Outra implicação é aquela que eu já falei, quer dizer, alguns recebem, outros não recebem. Isso aí às vezes gera um desconforto, um descontentamento, porque é da natureza humana aí, quando há dinheiro envolvido, que há essas querelas essas brigas.*

Entrevistador: *Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento dessas instituições? Você avalia que elas estariam contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?*

Gilberto: *Eu já toquei nisso, quer dizer, na verdade há um aporte de recursos via fundação de apoio que é empregado diretamente na universidade, no financiamento do seu processo acadêmico. Mas se você comparar isso daí com o gasto global da universidade em um ano, o orçamento global, com o que entra na fundação, é muito pouco então se você analisa uma universidade como a de Uberlândia vamos admitir aí um orçamento anual na ordem de duzentos milhões, uma fundação não capta dez milhões, quer dizer, é muito pouco a relação do que entra pela universidade e o que entra pela fundação em relação com o que a universidade gasta como um todo. Para a universidade o grande impacto orçamentário da universidade é a folha de pagamento que consome quase todo o orçamento da universidade. Então quando você compara o que a fundação capta com recursos destinados, aí, ao consumo das instituições aos investimentos, aí essa relação não é tão desprezível. Mas ainda é pouco então eu acho que, deste ponto de vista, a*

fundação ela não colabora com a privatização da universidade em termos financeiros. Talvez essa privatização seja mais assim política de atuação da instituição, porque ela passa a ser mais agressiva na busca de recursos externos, porque a fundação facilita isso aí. Mas não tanto pelo valor em si. Então, por exemplo, hoje nós temos projetos com a EMBRAER, está entrando com a PETROBRÁS, que são projetos com o órgão elétrico com a ANEEL, que são recursos que tem que ser gastos na pesquisa e no desenvolvimento que são todos drenados via fundação até por exigência desses órgãos que fornecem esses recursos. Eles são avessos a fazer contratos diretos com as universidades. Poderia ser feito, mas são avessos. Porque a experiência anterior mostrou que é uma forma mais ágil de fazer a gestão. Então, mas isso não significa privatização. Significa um apoio ao laboratório de pesquisa do docente, à sua vida acadêmica, principalmente na área tecnológica, que ele não teria de outra forma. Quer dizer, se você acabar com esses recursos hoje, eu acredito que continuaria a universidade sem os laboratórios que esses recursos provêm. Mas sem nenhum grande impacto na questão da privatização na universidade. O dinheiro é muito pouco, o que vem pelas fundações.

Entrevistador: *Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?*

Gilberto: *Não, eu não acho que elas contribuem para a realização da autonomia. Elas contribuem mais para a presença da universidade na sociedade, quer dizer, tornando a universidade mais visível à comunidade. Mas para a autonomia, não. Eu acho que hoje nós já poderíamos pensar em um movimento contrário. Um movimento de começar a diminuir o papel das fundações, e a aumentar o papel das universidades em relação à tarefa que é hoje realizado pelas fundações. Poderíamos perfeitamente com uma boa alteração jurídica, com uma modificação no trâmite jurídico, daqui a uns alguns anos, as universidades realizarem tudo que as fundações realizam sem a necessidade da presença das fundações, e todas as complicações que se daí são advindas. Eu acho que seria interessante acabar com as fundações. Mas isso não pode ser feito de uma vez por outra. Não há estrutura hoje, jurídica, para isso ser realizado, quer dizer, a universidade sentiria, aí, algumas perdas nessa transição.*

Entrevistador: *Assim, haveria alguma vantagem em acabar com as fundações, funcionar só como universidade?*

Gilberto: *A vantagem seria mais conceitual, e política, porque as fundações quer dizer, hoje o serviço público, para você contratar gente, você segue regras muito restritas de concurso público de formas licitatórias é um amplo acesso democrático para que todos participem. As fundações, elas têm a possibilidade de contratar ou não contratar, mas, vamos dizer, com mais liberdade. Se por um lado isso é muito interessante pra algumas demandas muito específicas, às vezes algum cargo técnico que é difícil de você preencher adequadamente. Por outro lado, também, cria espaço, ou cria possibilidade de uma política às vezes favorecimento de um ou outro segmento ou que pareça ser favorecimento, às vezes não é, mas às vezes*

parece ou cria uma sensação que é de injustiça. Isso não é bom pra sociedade. Então se todos fossem geridos, quer dizer, os mesmos recursos geridos com as mesmas regras, isso aí acabaria com esse sentimento de exclusão ou de inclusão de outro. Todo mundo estaria seguindo uma mesma regra. Então, por exemplo, funcionários: se você pegar – o que é um outro problema que eu esqueci de citar – nós temos, os funcionários das fundações elas tem uma política salarial diferente da política salarial seguida pelo setor público, o salário dos servidores da fundação é bem mais baixo que o salário dos funcionários executivos do serviço público federal. E eles realizam a mesma tarefa. Isso cria um sentimento de injustiça, já que eles realizam um trabalho com uma entidade análoga. Então essa confusão acaba sendo também um problema de gerenciamento.

Entrevistador: *Como você avalia a relação da universidade com as demandas e necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a universidade tenha uma maior agilidade em responder as demandas do mercado atual? Como e porque?*

Gilberto: *É já tocamos nesse ponto aí anteriormente eu acho que sim. A universidade na forma estrita da lei como ela é Aplicada, ela tem uma dificuldade muito grande de ser ágil no atendimento das demandas da sociedade. As fundações, não, elas já tem uma resposta muito mais rápida. Nesse ponto, ela permite que a universidade tenha essa agilidade em responder. Agora porque as fundações tem a possibilidade de serem mais ágeis que a universidade não tem? É estritamente pela questão legal que eu falei para você. Apesar de que essas instituições estão sofrendo pressões políticas e por isso os dois sistemas estão cada vez operando mais de forma parecida. Provavelmente essas pressões vão aumentar tanto que eles vão se fundir. Isso que eu falei para você. No futuro não terá sentido uma fundação de apoio. Então, por exemplo, hoje, todos os recursos oriundos de todos os convênios feitos com o setor público, que a fundação faz com o setor público – FINEP, ou o INCRA, ou outros órgãos públicos, como CNPq, todos qualquer convênio que a fundação venha fazer, a forma de você gastar esse recurso é igual da universidade, não tem diferença. Você tem que ir ao pregão eletrônico, você tem que seguir todo o ritual da lei de licitações, que é a chamada Lei 8.666, que é um grande fantasma, aí, assustar as pessoas na hora de gastar o dinheiro então, antigamente, quer dizer, alguns anos atrás, dois ou três anos atrás, a flexibilidade era maior. A gente poderia fazer processos análogos ao do serviço público. Mas não precisaria ser exatamente iguais. Aí a legislação foi evoluindo e hoje a gente tem que fazer, quando o dinheiro é oriundo do setor público, tem que ser exatamente igual. Então começa a perder um pouco a vantagem quando se trata aí, então, desses recursos públicos, que não são recursos desprezíveis, não.*

Entrevistador: *Especificamente no que diz respeito à FAU, e à sua relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades, quais os aspectos mais positivos nessa relação?*

Gilberto: *Bom aqui dentro da nossa experiência na relação da FAU com a UFU, as principais dificuldades que eu vejo é que são as dificuldades*

políticas quer dizer como é que cada segmento enxerga uma fundação de apoio pela sua ótica política. Isso gera um embate dentro da universidade. Existe um grupo que é mais da esquerda que é totalmente contra, vamos dizer assim, a existência da fundação de apoio tem todo um arrazoadado em cima disso, porque acha que ela contribui pra privatização, que contribui para a quebra da isonomia da carreira docente, e com esta linha de argumento acha que ela é um mal que deva ser extirpado. Essa corrente, de certa forma, ela é reforçada por uma atuação mais severa do Ministério Público na fiscalização dos atos da fundação. E também, vamos dizer do Ministério Público e até do Tribunal de Contas da União que se alinha mais com essa visão. Quer dizer, por esses setores que não são se força desprezível não, eles pressionam muito no sentido de que fundação não deveria existir, ela teria que ser extinta, é um mal que já está sobrevivendo a muito tempo. Existe outra corrente que defende o seguinte: que a fundação hoje, ela provê alguma forma, algum aporte de recursos para a universidade, alguma agilidade que se tornaria imprescindível pois muitas universidades estariam ingovernáveis e que algumas faculdades da universidade que precisam de equipamento, que precisa às vezes de reagentes, que precisam de laboratórios, que precisam de uma administração, de um cotidiano um pouco mais elaborado pra ficar uma universidade mais moderna, que sem alguma interação, algum aporte de recursos, sem alguma flexibilidade desse tanto você tornaria a vida da universidade muito difícil. E esses dois polos se digladiam um contra o outro criando uma dificuldade, vamos dizer, sempre presente. Aí essa luta, ela é explicitada nas resoluções aqui da universidade que estabelecem quanto dos projetos que são realizados pela fundação, qual percentual que deve ser repassado pra universidade como forma de ressarcimento, como forma de utilização do seu material humano e material de estrutura de laboratório. Então eles ficam discutindo esses números. E hoje, então nós temos uma fatia dos projetos. Uma parte é destinada à realização do projeto em si, uma parte é gasta com a administração dele e a outra parte é destinada à universidade, pra ela realizar os projetos ressarcimento da universidade.

E quem realiza os trabalhos acha que esse porcentual é muito alto, que ele acaba exorbitando o valor de mercado, e tornando, às vezes, a sua competitividade cursos que sofrem forte cursos de especialização latu sensu, que sofrem uma forte concorrência da iniciativa privadas, as faculdades particulares. E que essa necessidade de repasse para a universidade encarece os cursos como as fundações recolhem exatamente todos os impostos devidos não há nenhuma benesse nessa ordem, quer dizer, tudo isso faz o custo de um projeto ficar caro, isso é o argumento desse pessoal que realiza. Então tem sempre essa tensão. Um querendo diminuir, ou seja, diminuir ao máximo o percentual de seus projetos que são destinados à universidade, e o outro grupo, aumentar esses percentuais porque entendem que esses projetos são da universidade. Os argumentos chegam ao extremo, que um grupo acha que as faculdades deviam dar os cursos latu sensu, por exemplo, de graça à comunidade, sem cobrar um tostão. Os outros rebatem falando que ninguém viria dar curso aos sábados e domingos e feriados, fim de semana, de graça. Quer dizer, aí cria sempre essa tensão. Então isso aí é a maior dificuldade, aí, que tem, na relação das duas. Eu estou falando estou aqui me restringindo à FAU. É evidente que tem uma fundação na universidade, que é a FAEPU, que cuida do gerenciamento do Hospital de Clínicas, cuja dinâmica é

completamente diferente. Lá, o dinheiro que ela recebe, praticamente noventa e nove por cento vem do setor público, vem do sistema de saúde, para ela gerenciar um hospital imenso, onde há mistura de pessoal da UFU com pessoal da fundação para tocar o mesmo hospital com uma demanda muito maior do que a capacidade do hospital atender. A fundação, ali, ela representa, então, basicamente, uma possibilidade de você atender às especificidades do Hospital com um pessoal especializado, rotinas especializadas, o que também é muito difícil de fazer no serviço público. Folha de pagamento lá é grande consumidora dos recursos orçamentários da fundação.

Entrevistador: *Quais as principais fontes de recursos da FAU e quais os principais serviços prestados pela FAU?*

Gilberto: *As principais fontes de recursos? Ela só tem uma fonte de recursos, de uma natureza: dos projetos que ela gerencia, oito por cento fica para a fundação como taxa administrativa. Para que e serve esses oito por centos? Para tocar o escritório da FAU. São suficientes? Não são suficientes. Quer dizer, eles estão num limite muito estreito. Por quê? Porque a fundação, ela precisa ter uma aparato muito mais sofisticado do que uma empresa convencional, comum. Você tem que ter uma estrutura de comprar para atender, por exemplo que vai desde o pregão eletrônico até o sistema convencional de licitações, até compra comum de pequeno valor. Quer dizer, é um sistema sofisticado. O sistema financeiro também tem que atender a todas as demandas, a todas, aí, as exigências de controle. Tem sistema de gerenciamento de projetos. Todos os projetos, são centenas, têm que ter uma contabilidade muito rigorosa do que entrou, do que gastou, e de documentação de todos os gastos realizados para as perícias contábeis, para as verificações, aí, do poder público, com relação às nossas contas. Você tem que ter um serviço de informática sofisticado, porque tudo isso aí está amarrado em rede. Quer dizer, você tem que disponibilizar para toda a comunidade os processos, os projetos, as suas contas correntes. O sistema de gerenciamento de recursos humanos é bastante treinado. Então ela é uma estrutura sofisticada, uma estrutura cara, que poderia estar apta hoje para gerenciar o dobro dos recursos que são atualmente gerenciados. Elas estão trabalhando bom, o nosso tamanho da nossa fundação, ela é determinada pela demanda da UFU. Evidentemente, a gente vive à sombra da universidade. Então, o único recurso que ela tem é esse. Não tem recurso de nenhuma outra natureza, de nenhuma outra origem. Então se há projetos, há recursos. Se não há projetos, não recursos. Os principais tipos de serviço prestados, quer dizer, é gerenciamento dos cursos de especialização são dois grandes blocos: dos cursos de latu sensu, são vários cursos aí das diversas faculdades, são cursos oferecidos anualmente, das mais diferentes naturezas, à comunidade, esse é um grande bloco. Depois, o outro grande bloco, são os projetos de pesquisa, que são aí gerenciados principalmente pelas áreas tecnológicas e biológicas, Geografia, por aí, são instituições que captam, é são faculdades que captam recursos de financiamento dos mais diversos órgãos da iniciativa privada, que a FAU acaba gerenciando. Hoje, trinta por cento dos recursos que a FAU gerencia, ela nada recebe por eles, por que são, às vezes, recursos oriundos do setor público existindo cláusulas*

específicas dizendo que não pode haver apropriação de nenhuma taxa de administração. Então isso é um over é um overhead, é um desgaste a mais para a fundação, é um custo, quer dizer, oculto, significativo, quer dizer, é um terço da sua estrutura administrativa, do seu esforço gasto para gerenciar esses projetos, que nada redundam para a fundação. E são projetos sofisticados, cuja compra tem que ser feito todo pela legislação mais rígida, ou seja, desgastam mais a fundação do que aqueles que não provêm do serviço público. Então, de fato, hoje, se você recolhe aí oito por cento para administrar, descontando esses projetos que são feitos sem taxas, no fim a taxa efetiva da fundação é menos de cinco por cento seguramente. Tem alguns outros pequenos eventos que ela gerencia as prestações de serviços eventuais, de coisas especializadas, são as fontes de recurso.

Entrevistador: *A FAU contribui para a privatização da UFU?*

Gilberto: *Não. Eu acho que ela não contribui para a privatização da UFU. Ela não tem crescido nos últimos anos. Quer dizer, se você pegar a arrecadação da FAU nos quatro cinco últimos anos, não cresceu tem um crescimento vegetativo que é mais ou menos natural, porque a universidade também vai crescendo. Mas não vamos dizer que está havendo uma debandada em direção à FAU. Isso não há se você pegar de quatro a cinco anos para cá, esse orçamento global subiu aí de oito para dez milhões. Então, não acredito nessa teoria de privatização. Muito pelo contrário, acho que hoje nós poderíamos pensar seriamente, exceto no caso da FAEPU, se a gente quisesse, até em desativar a FAU. Poderia se pensar nisso aí. Não acredito que a comunidade aceite. Porque a FAU presta um bom serviço para a faculdade, para os professores, pessoal que é treinado para bem atender os docentes, aqueles que prestam serviços, sendo um serviço qualificado, um serviço diferenciado. Isso aí agrada ao docente, que vive uma vida atribulada, já vive uma vida complicada, e ele foge, ele detesta a parte da burocracia, essa parte que foge da natureza dele. Ele quer se entregar ao trabalho da pesquisa, ao trabalho intelectual. Como a FAU preenche muito bem esse tipo de trabalho, essa demanda de realizar, de fazer as suas prestações de conta, de apoiar, eu acredito que hoje ela é bem aceita pela comunidade deste ponto de vista, o ponto de vista de contribuição com a gestão. Não acredito que ela vá contribuir para a privatização. Não há a mínima possibilidade disso, em face da insignificância de recursos arrecadados. E pra realização da autonomia da UFU tem contribuído? Tem. Eu acho que ela está construindo uma UFU mais forte, uma universidade mais presente, o ensino à distância, com os cursos de especialização, com os projetos de pesquisa. A universidade, ela vai deixando de ficar assim restrita nos seus moldes. Então ela contribui para a autonomia da universidade. Só que eu acho que a concepção de fundação, ela tem que ser construída de tal maneira que ela não passe a ser indispensável não. Ela tem que contribuir para que a universidade vá ficando cada vez mais autônoma a ponto de se liberar da própria fundação, o que eu acho que isso é feito com regras muito claras de relacionamento entre universidade e fundação, com as regras do jogo muito bem estabelecidas, muito transparente e lógica, que sem prejuízo para o setor público.*

Entrevistador: *A relação entre FAU e UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas de mercado? Como?*

Gilberto: *De alguma forma há uma subordinação. Mas eu não acredito que há naqueles projetos que ela realiza, há realmente essa subordinação, evidentemente que quando você faz um contrato muito grande com uma empresa privada, seja ela PETROBRÁS, EMBRAER ou Fiat automóveis ou EMBRAPA ou qualquer outro órgão aí departamento, você procura atender àquele cliente. Evidentemente que às vezes não seria uma linha de pesquisa, uma linha natural do docente seguida por ele. Então ele acaba se subordinando neste ponto de vista. Mas e quanto aos cursos de pós-graduação? Também se procura, aí, uma certa subordinação, atender bem ao aluno, você não tem a mesma relação, que você teria numa universidade totalmente gratuita, que as exigências são muito maiores, o embate é muito maior. Ali existe uma certa subordinação. Mas não sei se é um peso que está numa balança. Por outro lado, quando você procura também se subordinar, atender a algum pedido, você também está procurando prestar um serviço de melhor qualidade, quer dizer, um docente que dá um curso de especialização, um aluno que paga caro por aquilo, aprende a trabalhar com mais qualidade, a dar mais atenção, quer dizer, ele tem que responder melhor àquele serviço. E isso, de certa forma, vai incorporando na sua forma de ser. Na sua forma de atuar. E acaba levando esse aprendizado lá para a sua aula de graduação, convencional, quer dizer, ele acaba se capacitando melhor. Mesmo num projeto de pesquisa, quer dizer, que você acaba vendo a realidade de mercado, quer dizer, isso é te apresenta uma antevisão do que o teu aluno, que você vai formar na graduação, vai encontrar nesse mercado. Que tipo de exigência, que tipo de colocação que eles vão colocando, quer dizer, tudo é uma coisa que está num prato, numa balança. Então eu acho que para o sistema não escapar ao controle, as fundações têm que ser sempre uma parcela um percentual uma parcela reduzida da movimentação financeira de uma instituição, cerca de dez por cento, para nunca ela ter um corpo muito forte muito pesado, muito dominador, com regras claras de estabelecimento, sempre a gente lutando pela autonomia da universidade. Não procurando fazer tudo via fundação, quer dizer, deixando para as fundações somente o que for estritamente necessário.*

ENTREVISTA-7

Entrevistador: *Mestrando*

Entrevistado: *Lúcio – Nome Fictício dado ao diretor da unidade acadêmica com menor interação com a FAU.*

Entrevistador: *Qual o papel das fundações de apoio? Como você avalia o papel das fundações de apoio para as Universidades Públicas?*

Lúcio: *Depende da administração superior de cada universidade e depende também como aquele ocupante do mandato de reitor conduz a relação das fundações de apoio com a universidade. Algumas administrações, algumas gestões, alguns mandatos acabavam usando as fundações de apoio para atender demandas que não eram prioritárias, demandas mais voltadas para a área hospitalar e que acabavam, então, criando uma situação de endividamento dessas fundações de maneira que elas não conseguiam desempenhar as suas atividades fins, como o próprio nome diz ser uma fundação de apoio. Então daí, não havia um apoio, mas havia é acabava evoluindo pra uma política menos planejada, menos racional. A partir do momento que você tem, na universidade, uma administração superior responsável, se torna possível, então, o desempenho de atividades empregadas entre a administração superior e essas fundações de apoio então, essa primeira pergunta, o papel das fundações de apoio em tela infelizmente depende muito da administração superior da universidade esse apoio deveria vir tanto na melhoria tanto das condições de ensino, de pesquisa, de extensão, tendo nessas fundações de apoio instancias de captação de recursos, administração de recursos gerados pelos quadros da universidade, seja por intermédio de cursos de especialização pagos, seja por desenvolvimento de patentes então, é essas fundações, elas acabariam atuando, em tese, como gestoras de recursos que se originam da esfera externa da universidade, mas que são captadas para a melhoria do aprimoramento da universidade pública.*

Entrevistador: *Na relação entre essas fundações e as universidades, que problemas ou dificuldades você destacaria?*

Lúcio: *Na primeira questão eu tive a oportunidade de dizer que funcionamento das fundações depende muito da maneira como a administração superior e principalmente de como o reitor lida com essas fundações então, há momentos em que essa relação se torna uma relação apenas de subserviência aos interesses de um grupo que é responsável pela administração da universidade. Então daí a fundação de apoio, ela não atende necessariamente todos os segmentos da universidade para priorizar determinados segmentos. No nosso caso, sempre a prioridade acabava recaindo na área hospitalar para socorrer a FAEPU, por conta da situação de falência da FAEPU. Então, daí o que acontecia? Vinha um repasse de recursos da fundação de apoio para a fundação responsável pela área hospitalar. Então, uma fundação acabava inviabilizando outra fundação.*

Então esse, eu acredito que foi um problema muito sério que a universidade aprendeu a conviver com ele e não se via uma ação mais efetiva para a solução do problema. A atual administração superior, no momento ocupa um segundo mandato conseguiu, de alguma maneira, sanar esse problema, fazendo com que essa dificuldade, de uma fundação ter que sustentar outra acabasse. E, a partir daí, então de uma situação bastante adversa de falência da FAU, por conta da FAEPU, já se nota uma situação financeira mais satisfatória na FAU e que tem proporcionado aplicação desses recursos que são captados externamente para a melhoria do funcionamento da universidade, seja com recursos para a reforma física, para aquisição de equipamentos enfim, dando suporte a atividades fins da universidade.

Entrevistador: *Quer dizer que a faculdade depende muito da relação da administração do ensino superior? Então, em momentos anteriores ela foi conflituosa, difícil?*

Lúcio: *É nem tanto conflituosa, diria fora das suas finalidades específicas. Então os recursos captados pela fundação de apoio acabavam sendo repassados para outras fundações porque essas fundações não tinham responsabilidade financeira que permitisse sua auto sustentação dessas fundações, principalmente no que diz respeito à área hospitalar, ou seja, uma dívida aí no ar que demandava recursos de outras fundações, principalmente da FAU. Essa é a grande dificuldade que eu noto nesses anos em que eu estou nessa universidade. É a maneira como a administração superior se utiliza da fundação de apoio. Muitas vezes extrapolando os limites para os quais essas fundações foram criadas. Estão vendo a fundação de apoio apenas como uma forma de captação de recursos. A maior dificuldade e a ausência de uma política, de um planejamento para que a fundação de apoio seja, de fato, uma instância que dê sustentação para as atividades fins da universidade.*

Entrevistador: *Que mudanças você observa nas universidades públicas diante da relação dessas instituições e das fundações de apoio?*

Lúcio: *O que eu tenho notado a partir da nossa Universidade Federal de Uberlândia é que no momento em que o poder público passa a fiscalizar com mais rigor essas relações das fundações de apoio ou de uma fundação de apoio específica, como é o caso da FAU com a universidade, com as demais fundações é possível notar uma mudança na gestão dessas fundações de apoio, deixando de ser apenas uma fonte de captação e repasse de recursos financeiros para socorrer os problemas financeiros que a universidade na área hospitalar enfrenta por ausência de uma política de planejamento, por ausência de uma política financeira e econômica para a gestão da coisa pública. Então a mudança mais significativa que eu notei foi esse controle rigoroso do Ministério Público, por intermédio da Procuradoria Geral da República nas atividades da fundação de apoio na sua relação com a universidade e com as outras fundações. Então isso também contribuiu para que, nesses últimos seis anos, a FAU, a principal fundação de apoio, tivesse uma atividade mais voltada para a sua atividade específica que é dar suporte para a universidade e desenvolvimento das suas atividades fins.*

Entrevistador: *Portanto qual tem o sido o seu papel preponderante?*

Lúcio: *De captação e administração de recursos externos para o aprimoramento e o bom funcionamento da universidade, sem desviar recursos para áreas endividadas e que não tem como se manter apenas com os recursos da União. Então essa dificuldade de fechamento das contas pode ser uma dificuldade originada na omissão da União, mas muitas vezes também essa dificuldade é criada pela falta de clareza, pela falta de profissionalismo da administração superior, que acaba fazendo pequenas concessões e essas concessões, elas vão criando um volume muito grande de recursos financeiros necessários para o funcionamento dessas áreas aí. Então, a mudança mais positiva que eu noto é a fiscalização do Ministério sobre a universidade e suas fundações de apoio, coibindo, então, algumas práticas que antigamente eram frequentes.*

Entrevistador: *Que impactos você observa, das fundações de apoio, no interior da universidade?*

Lúcio: *Até agora a gente falou dos impactos negativos então daí pode impactar negativamente, quer dizer que você num determinado momento em uma determinada unidade acadêmica ou um determinado grupo de pesquisa consegue celebrar um convênio com a iniciativa privada ou com outro segmento externo, e nesse convênio então há uma porta de recursos destinados a esse projeto ou a determinadas atividades contempladas por um projeto, seja de uma unidade acadêmica, seja de um determinado grupo de pesquisa. E, num momento em que a fundação de apoio serve apenas e tão somente para socorrer outra fundação ou outra área da administração superior, acontece que o projeto, ele pode acabar sendo inviabilizado por conta de repasses de recursos, já que esses recursos acabam contribuindo para outra destinação. Isso já aconteceu, ou seja, de uma unidade captar recursos e depois não poder utilizar desses recursos porque esses recursos simplesmente não existiam mais na FAU. Não porque não foram captados, mas porque foram usados com outra finalidade. Esse é o impacto negativo, ou seja você conta com a fundação de apoio para a captação e administração desses recursos e no momento em que a execução de um projeto demanda o uso desses recursos, esse recursos não existem mais. Então esse é um impacto negativo.*

Por outro lado, na medida em que as finanças da fundação de apoio, elas são sanadas e começa a funcionar num quadro de normalidade, o impacto passa a ser positivo. Então você tem a segurança de que a tua unidade, o teu grupo de pesquisa, ele pode celebrar um convênio com entidades externas e que os recursos oriundos desses convênios serão liberados no momento oportuno e no valor pactuado no convênio. Então daí a existência da fundação de apoio é vital para o funcionamento desses convênios, seja para a celebração ou para a execução desses convênios. E não só na medida em que a fundação de apoio ela consegue também desenvolver uma política própria de captação de recursos, ela tem como socorrer àquelas unidades acadêmicas que não tem uma interface com o mercado e que consequentemente não consegue celebrar convênios que tragam para a universidade recursos financeiros, o que é o caso dessa unidade acadêmica, a Faculdade de Artes e Ciências Sociais, ela

tem uma relação com o público externo composto, na sua quase totalidade, de professores. Professores da rede estadual e municipal de ensino, portanto um segmento com qual não é possível celebrar convênios que seja de prestação de serviços, seja de capacitação e aperfeiçoamento docente por conta da pauperização dos salários do magistério então a FAU, tendo uma política de captação de recursos, ela tem como também socorrer essas unidades, auxiliar essas unidades que, pelas suas interfaces externas não tem como estar captando grandes aportes de recursos financeiros. Então esse seria o impacto positivo da fundação de apoio, administrando recursos externos e conseguindo, nessa administração, atender também aquelas unidades que não tem a mesma facilidade do que aquelas unidades que lidam com tecnologia de ponta e que pra elas esses convênios são muito mais fáceis e constantes.

Entrevistador: *A faculdade agora ela está eu vi uns cartazes para tentar formar um curso de especialização?*

Lúcio: *Cursos de filosofia dois cursos mas mesmo assim a procura é muito pequena. O público-alvo é bem reduzido, esses cursos eles tentam ter uma abrangência maior com a área médica, a área jurídica.*

Entrevistador: *Eu tentei uma vez fazer um de filosofia, mas não saiu.*

Lúcio: *Não saiu eu lembro desse edital. Não deu nem a turma mínima.*

Entrevistador: *Em que as relações das fundações de apoio com as universidades impactam no trabalho docente? Há implicações? de que natureza?*

Lúcio: *Eu posso ter uma visão muito limitada dessa relação com as fundações de apoio, mas basicamente a relação que eu vejo é essa, seja das unidades acadêmicas, seja dos grupos de pesquisa, em celebrar convênios, em oferecer cursos de aperfeiçoamento, de capacitação que geram receitas. E uma vez liberada essa receita, uma vez capitado esses recursos, eles são aplicados naquelas atividades que previamente foram informadas à fundação de apoio. Então permite tanto a aquisição de material permanente, quanto recursos de informática softwares, uma série de outros produtos assim, indispensáveis para o funcionamento da universidade hoje, então, mesmo um convênio celebrado por uma unidade acadêmica, a destinação desses recursos, ela está voltada para as atividades docentes, discentes. Então é essa a finalidade da existência das fundações de apoio, conseguir administrar os recursos que serão aplicados, investidos na universidade nessas atividades da universidade. Então, quando a fundação de apoio funciona bem a gente nota um impacto muito positivo na atividade docente. Porque esses recursos administrados pela fundação de apoio vem suprir aquela falta de verba ocasionada pela situação imposta às universidades pela União. Então a gente nota ano a ano uma redução no repasse dos recursos da União para as universidades. E aí, então, esse déficit que vai sendo gerado pela diminuição dos repasses e pelo aumento das demandas da universidade, isso vai sendo suprido pelas fundações de apoio, que conseguem então dar sustentação de apoio para a atividade docente, discente e no atendimento a comunidade.*

Então quando a fundação de apoio funciona bem, é visível o impacto no trabalho docente, no trabalho discente, no dia a dia da unidade acadêmica.

Entrevistador: *Impacto mais positivo?*

Lúcio: *Sim. Da mesma maneira que quando a fundação de apoio não é bem gerida, ela não é bem administrada agente nota também um impacto negativo, não é? Ou seja, o professor ele conta com um recurso já firmado para determinadas atividade e esse recurso não vem, aí ele tem que interromper a sua atividade, seja de laboratório, seja de campos, seja de curso de capacitação. Então, é esse impacto ele é visto tanto nos seus aspectos positivos quanto negativos. E a natureza desse apoio ela se dá dessa maneira ou seja administrando esses recursos vindo aí dos convênios, dos cursos que são oferecidos.*

Entrevistador: *Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente ao que se refere ao financiamento das instituições? Você avalia que elas estariam contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?*

Lúcio: *Vou começar pelo final. Não, a finalidade das fundações de apoio não é a privatização da universidade. O que a gente nota na última década é a necessidade das fundações de apoio suprirem aqueles recursos que a União deixa de passar, seja por contingenciar o orçamento, seja por diminuir os valores desses repasses. É se há uma privatização do ensino superior nas universidades públicas, essa política ela é imposta pela União. Ela é imposta pelo Ministério da Educação, pelo Ministério do Planejamento. Mas não pelas fundações de apoio. O que as fundações de apoio tentam fazer e conseguem de maneira satisfatória é suprir essa defasagem entre a demanda e os repasses da União. Eu não vejo as fundações de apoio como um escritório de privatização da universidade. Um escritório que se responsabiliza pelo oferecimento de cursos pagos. Embora tenhamos curso de capacitação e aperfeiçoamento pagos nos modos da pós-graduação latu sensu. Mas essa não é a finalidade pelo contrário, há ainda essa possibilidade que permite que, ao menos nas atividades fins da universidade, que é o ensino e graduação e pós-graduação Strictu Sensu seja garantida a gratuidade. E que seja possível manutenção de laboratórios, é enfim, das diversas atividades que tem sofrido severos cortes com a diminuição dos repasses do governo federal.*

Entrevistador: *Você avalia que essas fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?*

Lúcio: *Aí eu acho que não, porque se na pergunta anterior eu dizia que as fundações de apoio não são responsáveis pela privatização das universidades, por outro lado, elas também não são responsáveis pela autonomia, porque o problema da autonomia é o mesmo que para a falta de recurso. É a autonomia, é um problema a ser discutido a partir da relação da união com as universidades. Então, como pensar a autonomia da universidade com a diminuição dos repasses financeiros para as*

universidades? Como pensar a autonomia sem a participação da União na manutenção do funcionamento da universidade? Se essa responsabilidade pelo aporte financeiro e funcionamento da universidade, seja do pagamento dos salários de professores e funcionários, seja para a manutenção da universidade, seja para a aquisição de material de consumo, de material permanente, todas essas atividades ficando a cargo da fundação de apoio, aí, sim, a gente vai acabar tendo uma privatização da universidade, por conta da omissão da União. Mas mesmo com um bom funcionamento da fundação de apoio, auxiliando na celebração de convênios, contribuindo com a captação de recursos externos, nada disso contribui para a autonomia universitária. O que efetivamente contribui com a autonomia universitária é a responsabilidade do governo federal em manter essas universidades como polos de excelência do desenvolvimento estratégico do estado brasileiro. E isso não pode ser uma atribuição das fundações de apoio. Porque o custo financeiro é altíssimo, mas o retorno social é mais elevado do que esse custo financeiro. Então eu, particularmente, não vejo a existência das fundações de apoio como estratégias para a autonomia universitária. Eu acho que num Estado como o nosso Estado, e deve haver essa preocupação com o desenvolvimento estratégico, com a autonomia e a soberania nacional. Isso, então, é conta do governo federal mesmo.

Entrevistador: *Como você avalia a relação da universidade com as demandas e necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a universidade tenha uma maior agilidade em responder às demandas de mercado atual? Como e por quê?*

Lúcio: *No momento em que você desenvolve a tua pesquisa, eu noto que a fundação de apoio, ela tem tentado resolver seus problemas internos por conta da ausência de uma política transparente de administração dos recursos financeiros, que acabou gerando uma situação quase que de falência da fundação de apoio. E isso nos primeiros quatro anos dessa gestão que está no seu segundo mandato, então num primeiro mandato dessa atual gestão, essa situação de falência, ela foi revertida. Então, hoje, a fundação de apoio funciona de uma maneira satisfatória. Contudo, ainda funciona apenas como uma administradora dos recursos captados pelas unidades acadêmicas e pelos grupos de pesquisa. Então a fundação de apoio ela se restringe a sua função elementar, de ser a responsável pela administração dos recursos financeiros captados externamente. A gente não vê, ou pelo menos particularmente, eu, não vejo, ao longo desses anos, essa integração da universidade com a sociedade por intermédio das fundações de apoio. Não há essa sensibilidade das fundações de apoio em ser uma instância complementar da universidade na integração universidade sociedade, uma maior aproximação da universidade com a sociedade. A função da fundação de apoio é meramente uma função financeira, administrativa. Ela não vai além dessa sua função. Ela não apresenta à universidade nenhuma iniciativa de integração, de promoção de projetos ou de parcerias com a sociedade civil organizada, com o poder municipal, estadual, para aprimorar ainda mais a inserção da universidade na sociedade. O que a gente nota é um bom trabalho da fundação de apoio no que diz respeito à captação e administração de recursos, mas para além disso ou seja, assumir uma função*

social, não, isso pelo menos eu, não tenho notado isso ao longo desses anos que estou aqui. Então a segunda parte dessa pergunta, se as fundações contribuem para que a universidade dê maior agilidade em responder às demandas do mercado, acredito que também não. Não há uma preocupação. Não há essa indagação que você faz no horizonte do funcionamento da fundação de apoio. A gente vê a fundação de apoio quase como um órgão técnico da universidade, que trabalha com as receitas e as despesas, sem ter essa sensibilidade social, ou sem ter esta percepção do funcionamento do mercado, e tentando, então pegar novas políticas para a universidade estar atendendo estas novas demandas no mercado. Toda essa relação universidade/sociedade é feita pelas unidades acadêmicas, pelos grupos de pesquisa, pela administração superior. A Fundação de Apoio, ela funciona bem, mas funciona como um intermediário. A relação e a integração universidade/sociedade se faz por conta dos quadros da universidade. Então se esta integração não é muito boa, não é responsabilidade da fundação de apoio. Mas por outro lado a fundação de apoio também não tem nenhuma política para o aprimoramento dessa relação.

Entrevistador: *Especificamente no que diz respeito à FAU, a relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades, quais os aspectos mais positivos dessa relação?*

Lúcio: *Nesses últimos seis anos a relação ela tem se mostrado mais transparente. Mas, não foi assim durante todo esse tempo que eu estou aqui. Nós já vivemos assim situações muito adversas por conta dessa falta de transparência na gestão dos recursos captados externamente. Então o momento atual é um momento mais satisfatório, porque é um momento em que a unidade acadêmica oferece um curso de capacitação, um momento em que um grupo de pesquisa celebra um convênio, há segurança de que esses recursos, eles serão aplicados para aquilo que eles foram destinados. Então quando isso ocorre, a relação, ela é muito saudável. Ela é extremamente positiva. Mas pode acontecer também de que a situação mude e volte a ser o que era aí então a relação vai ser muito deteriorada. E, pensando a universidade como um todo, e não apenas a universidade a partir de unidades isoladas, é as principais dificuldades que eu vejo é a falta de uma política que eu chamo de compensatória da FAU para com as unidades acadêmicas. Porque como eu te dizia, numa resposta anterior, existem unidades acadêmicas que não tem uma relação com a comunidade externa, se não com aqueles profissionais do magistério, municipal estadual e consequentemente a relação que se estabelece com esse público externo é apenas uma relação de capacitação, de oferecimento de cursos de estadual, e consequentemente a relação que se estabelece com esse público externo é apenas uma relação de capacitação, de oferecimento de cursos de aperfeiçoamento, mas que já de antemão nós sabemos a dificuldade que esses profissionais têm para estar cursando esses cursos que são oferecidos, por conta da pauperização dos salários do magistério. Nossa faculdade, por exemplo, raramente oferece algum curso de especialização pago. Tem oferecido cursos gratuitos. Mas raramente cursos pagos. Mas as nossas necessidades são iguais ou até mesmo maiores do que outras unidades acadêmicas que captam recursos por intermédio de convênios, de contratos. Então a FAU poderia ter é uma*

política transparente de gestão de recursos de maneira que conseguisse, também, destinar recursos captados para estas unidades mais deficitárias. Porque estas unidades sofrem mais do que as outras com a diminuição dos repasses da União e do governo federal. E não encontram os meios externos de captação de recursos. Então eu acho que essa é a grande dificuldade da relação da universidade com a fundação de apoio. Porque como a fundação funciona de maneira muito burocrática, ela não tem sensibilidade para esses problemas que muitas unidades acadêmicas enfrentam por conta da diminuição dos repasses do governo federal. E a FAU não tem uma política, para atender essas unidades acadêmicas. Porque enquanto o funcionamento burocrático, ela apenas considera essas unidades acadêmicas como unidades que não captam recursos externos.

Entrevistador: *Os repasses não são o mesmo para as unidades?*

Lúcio: *Não. tem quem não gere recursos quem consegue captar recursos externos pode contar com esses aqui dentro. As unidades que não conseguem captar recursos externos como essa aqui recebe menos ou nem recebe.*

Entrevistador: *Não existe aí um o Fundão para auxiliar no repasse para estas unidades?*

Lúcio: *O Fundão ele foi aplicado a projetos, mas não assim para atender unidades acadêmicas deficitárias. Nós concorremos, mas não isoladamente nós concorremos aí com outras quatro unidades acadêmicas num projeto de reforma do prédio 3E, que era um antigo almoxarifado, aí nós ficamos em décimo lugar, a Medicina ela foi contemplada em dois projetos, e a Medicina também tem a sua fundação específica lá.*

Entrevistador: *Quer dizer que os projetos são de reformas?*

Lúcio: *Reforma. Basicamente o Fundão foi constituído todo em construção e reforma. Nós pleiteávamos a reforma de um prédio que está sendo mal utilizado, e aí nós ficamos em décimo lugar, apenas seis projetos foram contemplados, cada um com cento e vinte mil reais. Então veja: esta destinação foi determinada pela administração superior da UFU, e não pela FAU. E assim mesmo para projetos de infraestrutura. E aí levaram aquelas unidades que historicamente geram mais recursos. As unidades que quase não captam recursos elas não foram contempladas. Dos seis projetos classificados você não encontra um que tenha uma unidade acadêmica deficitária na FAU.*

Entrevistador: *Agora vamos abrir um parênteses assim: essa unidade aqui tenta abrir cursos, para captar recursos, mas às vezes não tem público.*

Lúcio: *Porque é basicamente voltado para o magistério, a gente sabe das dificuldades do magistério então não tem como. Não tem como gerar recursos. Teria que ter aí outra incursão, mas as ciências humanas e as artes são muito desprestigiadas nesse modelo de sociedade. Então não tem como trazer recursos mais, também então a gente fica restrito.*

Entrevistador: *Quais são as principais fontes de recursos da FAU? Quais são os principais tipos de serviços prestados pela FAU?*

Lúcio: *É basicamente aquilo que eu já havia dito anteriormente onde eu sei as fontes de recursos advém dos cursos de pós-graduação latu sensu e aí você tem uma disparidade muito grande em valor de mensalidades. Tem unidades acadêmicas que cobram mensalidades de dois, três mil reais, outras unidades que cobram mensalidades de oitocentos reais, outras que cobram cento e cinquenta reais e não conseguem formar uma turma, enfim, então uma parte desses recursos vem por conta desses cursos de pós-graduação latu sensu e a outra parte dos recursos vem por conta de parcerias com a iniciativa privada, de convênios celebrados tanto com a iniciativa privada quanto com o poder público existem recursos que vem de editais do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas que tem que ter a administração financeira da fundação, então não entra diretamente na universidade. Então são essas três formas de entradas de recursos. Editais, cursos de pós-graduação latu sensu pago e celebração de convênios.*

Entrevistador: *Os editais são dos concursos.*

Lúcio: *Não, são editais universais do Ministério da Ciência e Tecnologia, FINEP, essas coisas.*

Entrevistador: *A FAU interfere na dinâmica da UFU, no trabalho docente na UFU? Como?*

Lúcio: *Interfere na medida em que disponibiliza os recursos para o desenvolvimento das atividades planejadas. Então até onde eu consigo enxergar eu acho que essa é a única interferência. Atendendo a demanda que foi previamente encaminhada à FAU na forma de projeto. E o projeto ele já deixa claro a origem dos recursos financeiros. Então a FAU vai apenas administrar liberar mês a mês esses recursos.*

Entrevistador: *A FAU contribui para a privatização da UFU? Como?*

Lúcio: *Não é assim: se não contribui para a autonomia não contribui também para a privatização porque ela fica restrita a esse trabalho burocrático de administração dos recursos que são captados. A captação desses recursos, como eu disse anteriormente ocorrem porque a União deixa de repassar o aporte de recursos necessários para o funcionamento e a expansão da Universidade, então a Universidade ela tem que buscar esses recursos. E aí ela tem na fundação de apoio essa instância de mediação entre a comunidade externa e a universidade. Então não é responsável pela privatização, não.*

Entrevistador: *E para a realização da autonomia da UFU?*

Lúcio: *Também não, menos ainda porque é nem deveria, porque a fundação de apoio não deve substituir a responsabilidade do governo federal. Tal como a gente havia comentado anteriormente, Porque se a fundação de apoio*

começa a gerir a universidade, aí sim a gente vai ter uma forma de privatização.

Entrevistador: *Então podemos dizer que se a universidade tiver uma autonomia maior não haveria necessidade de ter uma fundação?*

Lúcio: *A fundação é necessária por conta dos convênios e das parcerias, então se faz necessária do ponto de vista jurídico, por que se tivesse uma maior autonomia, se houvesse dispensa da lei 8666, talvez nem fosse necessária.*

Entrevistador: *A relação FAU/UFU contribui para subordinar a dinâmica da UFU às demandas de mercado? Como?*

Lúcio: *Não. Se há alguma subordinação, essa subordinação é de responsabilidade das unidades acadêmicas. Porque eu não vejo na FAU a iniciativa para a inserção da universidade no mercado. A FAU parece que se restringe a ser um escritório de contabilidade. Um setor administrativo mesmo. Então, se há uma relação mais intensa da universidade com o mercado, isso ocorre por conta das unidades acadêmicas, da política dessas unidades acadêmicas no interior da universidade. O que mostra que não há por parte da administração superior uma diretriz para a inserção da universidade no mercado. Isso cada unidade acadêmica acaba buscando aproximar se do segmento que é mais próxima da sua área de conhecimento, principalmente as áreas tecnológicas. Então a FAU ela não desempenha esse papel de aproximação e, por consequência de subordinação. Se a subordinação acontece ela é exclusiva das unidades acadêmicas, dos pesquisadores dessas unidades acadêmicas.*

Entrevistador: *Tá bom e obrigado.*

ENTREVISTA-8

Entrevistado: Mestrando

Entrevistado: Robinho- Nome Fictício dado ao Entrevistado ex reitor da Universidade Federal de Uberlândia.

Entrevistador: Qual o papel das fundações de apoio? Como você avalia o papel das fundações de apoio para as Universidades Públicas?

Robinho: Bom! Vou falar um pouco do aspecto histórico que eu vivi desde a formação da fundação. A universidade foi federalizada pra valer em 1978. Existiam nove escolas de ensino superior em Uberlândia na época. Uma Federal, que era a Engenharia, que tinha sido criada como Federal; três Estaduais, que eram a Odontologia, a Veterinária e a Educação Física eram autarquias, não eram fundações a Engenharia era uma Autarquia, mas o governo só criava instituições, universidades federais se tivesse uma fundação pública. E existiam cinco escolas particulares. Então aí agora, em 78, ao federalizar, o Ministério da educação induzia o modelo, a política pública que ele tinha, de que nada justificava o gasto. Você precisa administrar a universidade como órgão público, como uma repartição pública é o Ministério induzia você a ter uma fundação de apoio. Então, no caso específico da UFU, escolheu-se uma das fundações que mantinham as escolas particulares que na época chamava-se Fundação Escola de Medicina de Uberlândia o estatuto dela e ela passariam a dar todo o apoio, não só para a medicina, mas toda a universidade. Então transformou-se na FAEPU, uma Fundação de Apoio. Então a decisão foi do Ministério da Educação, foi determinação do Ministério da Educação. Eu era o reitor da época e argumentei contrário, porque eu era da medicina e me criaram uma situação, um mal estar, uma situação política difícil de você falar, porque da nova escola, na qual você é designado, você não extingue a fundação. A política pública na década de 1970, que já vinha desde a década de 1960, o Ministério da Educação criava universidades federais sob o nome de fundação e só mantinha durante vinte e cinco anos. Só criava a universidade sob a forma de fundação. Quando foi criado o governo, o novo estado do Mato Grosso do Sul e foi federalizada a Universidade do Mato Grosso do Sul, que foi criada a Universidade Federal deste Estado, criou-se com o nome de Fundação e todo o mundo CLT, embora funcionário público. Então esse era o modelo. A fundação de Apoio e criada para dar sustentáculo a universidade como o próprio nome diz apoiar a universidade nas suas atividades administrativas e ser mais rápidas as necessidades da Universidade. O papel das fundações de apoio seriam o quê? Um mecanismo administrativo privado, que apoiasse um órgão público, que é a universidade pública, que por ser órgão público está sujeito a umas normas que a tornam difícil de administrar, sem grande capacidade de resposta rápida, seja na área de divisão de compras, seja na área de divisão de pessoal. Quer dizer, um órgão público não tem como admitir pessoal sem concurso, e isso demora,

e com isso, quando a universidade, seus órgãos necessitam de funcionários, de uma maneira urgente, ela não tem capacidade de resposta rápida na área de pessoal. A mesma coisa é na área de compras. Pequenas compras adquiridas, dentro de vinte minutos, dentro de meia hora, não há possibilidade de um órgão público, seguindo as normas habituais, dar essa resposta. Então o governo brasileiro estimulou durante muitos anos a criação de fundações de apoio privadas, com objetivos idênticos sobre o mesmo comando da universidade federal, no intuito de suprir as limitações de administração pública, procurando, com isso, dar resposta rápida, tanto na área de pessoal quanto na área de compras de material de consumo, eventualmente de equipamentos, de material de reposição.

Entrevistador - *E a relação entre essas fundações e as universidades? Que problemas ou dificuldades você destacaria?*

Robinho - *Você não tem na administração pública mecanismos de resposta rápida quando você tem que resolver alguma coisa com muita urgência, como um vidro que na janela do hospital foi inesperadamente quebrado. Agora você vai fazer uma licitação, vai mandar publicar no jornal um edital durante tantos dias e tantas publicações, você tem que esperar os pacotes chegarem. Envelope lacrado, para abrir, para não sei o que é obrigado a comprar pelo menor preço. Você fala bom primeiro eu vou ficar de quinze a vinte dias com o vidro quebrado. Tá entrando água, tá molhando e tal. A gente não sabia que o vidro ia quebrar! Quer dizer: o mecanismo de resposta rápida na administração pública é lento. Não é mecanismo de resposta rápida. O administrador público termina, então, tendo uma universidade com uma série de demandas. Além do vidro, uma fechadura que estragou um esgoto que está entupido um raio que caiu aí a pouco lá no transformador. Essas coisinhas pequenas é que fazem a máquina não andar. Principalmente no Hospital público. Principalmente em uma universidade pública. Então a necessidade da ponte da existência da Fundação de Apoio. Foi o consenso na administração pública de que determinados órgãos públicos, a mecânica pública não tem velocidade para atender as demandas que tem lá dentro daquele órgão. Então vai criar um ente sob o comando do ente público. Acredito que as dificuldades e aceitação por parte de alguns segmentos que não conhecem os problemas as dificuldades que vivem administrador de uma universidade como a UFU, assim acaba criticando a fundação e gerando um mal estar entre quem não conhece as dificuldades da Universidade e aquele que esta trabalhando com a fundação. Acredito que isso seria a grande dificuldade a falta de conhecimento dos problemas que vivem a Administração da Universidade.*

Entrevistado - *Que mudanças você observa nas universidades públicas diante da relação entre essas instituições e as fundações de apoio?*

Robinho - *Figurativamente falando a fundação de apoio é uma gotinha de óleo faltando e que está impedindo que a máquina ande. Você tem a máquina, tem tudo você tem dois mil e quinhentos funcionários dentro do hospital, você tem dinheiro para pagar os dois mil e quinhentos funcionários, mas está faltando esparadrapo ou seja aquela gotinha de óleo faltosa. Daí o*

funcionário chega e diz: olha, acabou esse material. Olha, mais tinha que fazer uma previsão, tinha que ter muito capital, almoxarifado muito completo para ter isso tudo. Depois não há possibilidade de você prever tudo, porque ninguém podia prever que ia ter um incêndio em tal lugar da cidade e que apareceria trinta pacientes queimados. Eu não ia manter estoque para não consumir e aquilo vencer. Agora não, a lei fala que a gente tem essa licitação, então vai desperdiçar por dia, porque o Pronto-Socorro está aberto e chega um monte de coisa não prevista. Um ônibus que se acidentou ali com trinta e dois pacientes. Chega lá trinta e dois pacientes acidentados, com dez fraturas disso, cinco fraturas daquilo, não sei o que e tal. Usou todo o estoque previsto. Há muitos meses que não tinha esse tipo de acidente, e o consumo não era desse jeito. A média de consumo não era essa. Pois é, mas eu estou com um problema concreto ali. O que eu faço? Você fala "uai, é só comprar sem solicitação, dispensa de licitação" Esse é um processo que vai ter que dar explicação pra tanta gente, para dispensar licitação haverá suspeita de corrupção. Olha isso é um trabalho para o administrador. Então a Fundação de Apoio evoluiu como um mecanismo de resposta rápida. Quer dizer, em todas as universidades, em todos os hospitais, tal. Em Uberlândia, caso específico, a decisão quem mandou foi o Ministério da Educação. Obrigou os dirigentes da época a manter uma das fundações das escolas particulares não extingui-la, mudar seu estatuto, porque ao invés dela ver como finalidade manter aquela universidade isolada, ela tomaria este papel de apoiar toda a universidade, essas são as mudanças que eu observo.

Entrevistador - *Que impactos ou as implicações você observa das fundações de apoio no interior da universidade?*

Robinho – *Acredito que impactos bastante positivos pois com o passar do tempo com o advento das fundações nota-se um desejo de cada área em ter a sua fundação de apoio, alegando que uma só não estava atendendo as especificidades de cada área, que o dirigente não era da área, que ele queria e tal. Então a FUNDEP, Fundação de Desenvolvimento da Agropecuária queria que tivesse uma Fundação. Os estudantes queriam que tivesse uma só pro estudante, porque a Fundação de Apoio podia fazer certas coisas que a UFU não pode fazer para as atividades estudantis como ter uma olimpíada em que você tem que pagar uma indenização para o juiz que vai lá apitar os jogos da olimpíada, vai dar credibilidade aos jogos da olimpíada que é profissional a UFU não pode pagar. Quer dizer, como é que faz? Olimpíada? Gastar dinheiro com futebol. Como é que é isso? Não é muito fácil de, eventualmente, enquadrar no orçamento, nas regras do orçamento enfim, ter nas especificidades, a gente poderia dar muitos exemplos de coisinhas minúsculas que a UFU não pode fazer. Quer dizer, teve um momento que a UFU tinha ambulância mas não podia comprar gasolina para pôr na ambulância. Mas e por quê? Ah, porque está com dificuldade de importar petróleo, então tem uma norma aí, agora, um decreto dizendo que toda repartição pública tem que diminuir em 20% o consumo de petróleo. Mas o movimento do pronto-socorro está aumentando em 20%. E não só não estou tendo jeito de reduzir, como estou tendo que aumentar porque se não vai morrer gente. Mas o senhor vai ter que obedecer uma norma do órgão público, vai ter que reduzir 20% do consumo. Criou um problema para o*

administrador, a prestação de conta dele não vai ser aprovada. O Tribunal de Contas da União vai pegar no pé dele, diz que vai e tal. Como é que resolve isso? Com a fundação de apoio que não é órgão público e dispensado da licitação poderá comprar a gasolina neste caso e pode atender as demandas existentes.

Entrevistador - *Em que a relação das fundações de apoio com as universidades impactam no trabalho docente? Há implicações? De que natureza?*

Robinho - *Olha, em inúmeras situações, vão surgindo problemas, obstáculos que o administrador tem para resolver como um gasto financeiro não previsto no orçamento. Ai você precisa aprovar as contas para os órgãos internos da universidade, se resguardando inclusive para futuras fiscalizações de órgãos externos como o Ministério Público ou tribunal de contas. Neste ponto surge um questionamento o que é mais importante o estudante ter aula ou eu ter as minhas contas aprovadas. O mais importante é o estudante ter aula. Pois é, mas eu vou ter dificuldade de aprovar as minhas contas, de resolver esse problema que você viu que é pequenininho. Pois é, mas se você não resolver os alunos vão ficar sem aula. Então, uma aula prática de laboratório que precisa de uma droga lá, que precisa é você precisa comprar rápido, de hoje para amanhã. Agora, você não vai ter aula, porque eu não dou conta de comprar de hoje para amanhã. Isso é impossível. Você vai ficar sem aula. Outra coisa, na fazenda, tem animais lá, precisou de um determinado alimento, um medicamento, aconteceu algum problema os animais estão sem água. Por quê? Porque queimou lá um compressor que tira água do poço artesianos que dá água para as aves. Como é que você resolve isso? Você fala “eu tenho que licitar!”. Vou demorar uns dois a três dias “Não pode ser, hoje é sexta-feira, na segunda-feira os animais estarão mortos! Tem que resolver o problema hoje! Porque vai faltar água para 12 000 frangos que estão lá no barracão. Isso é lá na fazenda da Veterinária, como é que faz?” Se morrer os 12 000 frangos é incompetência, então agente precisa da fundação para resolver estas coisas que se torna mais fácil com a rapidez que ela pode resolver esta situação pois pode comprar sem fazer licitação.*

Entrevistador - *Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento dessas instituições? Você avalia que elas estariam contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?*

Robinho - *Olha, a tendência de financiamento depende da política a nível de governo brasileiro, a nível do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação. Houve época em que o próprio governo estimulou que as fundações de apoio captassem o financiamento de todas as suas atividades e não as universidades, porque na medida em que o dinheiro entra na universidade, ele tem que ser gasto na forma da mecânica pública. Então o dinheiro oriundo do vestibular entrou na UFU, aí ele vai ser gasto sob forma de licitação. Uma prestação de serviços que a UFU fizesse para uma indústria. Está lá, o dinheiro entraria na UFU, em seguida, para ser gasto, ele tem todas as normas da estrutura pública. Então, o próprio governo estimulou que as receitas fossem captadas pelas fundações de apoio no passado. Posteriormente, em outros governos, definiram-se outras políticas públicas, e*

que não teria que aparecer a receita que a universidade está gerada no orçamento da universidade. Muito mais por dificuldades orçamentárias da União, querendo equilibrar o orçamento, do que propriamente para atingir as finalidades do ente. Por outro lado vamos pensar o seguinte porque é que teve a FAU? A reitoria quis ter uma outra fundação pra ela mesma estimular determinadas atividades, ou seja a fundação de apoio. Porque a FAEPU ficou muito voltada para o hospital, a FUNDAF muito voltada pra fazenda. A FAU, você olha pelo próprio nome, Fundação de Apoio Universitário. Bom, assistência vem em primeiro lugar. Estudo e pesquisa, FAEPU. A outra é agropecuária. Mas e a FAU? A FAU é da Reitoria, ela é neutra. Ela foi concebida para ser uma fundação neutra, genérica, para atender qualquer coisa, em qualquer área. Porque quando você elege o dirigente de uma determinada área, de repente a Reitoria precisava desses mecanismos de resposta rápida na Reitoria. E aí o Reitor tinha que ficar, sob certo aspecto, é pedindo que o a outra área resolvesse o problema da reitoria. Aí a reitoria falou “eu vou ter uma aqui que é a FAU essa é neutra, que serve pra atender qualquer coisa, inclusive a reitoria, e tal com propriedade é muito mais aí uma parte de política interna e de áreas mais prestigiosas e menos prestigiosas, que tem mais recursos, que tem menos recursos. Porque não adianta você achar que todos são iguais aqui na universidade, ela não é. É uma “multidiversidade”, porque cada uma tem uma vocação, sendo a fundação criada para dar apoio não acredito que ela foi criada pra a privatização do ensino superior.

Entrevistador: *Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?*

Robinho: *Acredito que não contibui para realização da autonomia por que a Fundação é um órgão administrativo voltado para dar Apoio a UFU nas suas atividades, funciona como uma captadora de recursos como eu disse anteriormente uma foram de obter respostas rápidas para universidade, por que se o administrador seguir a lei que manda fazer licitações para qualquer problema podem acontecer situações que ele não consiga resolver seguindo os trâmites da lei, mas para autonomia não contribui. Aliás se a universidade tivesse autonomia administrativa sem precisar seguir a lei não seria necessário ter uma fundação para resolver estes problemas de demandas que eu já falei anteriormente*

Entrevistador: *Como você avalia a relação da universidade com as demandas e necessidades da sociedade atual? Você acredita que as fundações de apoio contribuem para que a universidade tenha uma maior agilidade em responder as demandas do mercado atual? Como? Porque?*

Robinho: *Acredito que a universidade tenta acompanhar as mudanças e as necessidades da sociedade como um todo. Seja na criação de cursos para atender as demandas de produtividade no setor de engenharia, de áreas ligadas as novas tecnologias como o curso de computação e também em outras áreas de atuação como: Área de humanas, de Ciências Aplicadas, Educação todas de um modo geral . Mas talvez até por ser uma estrutura ligada ao Estado acaba por dar uma resposta mais lenta as demandas e*

necessidades atuais. Digo isso por que em qualquer governo de direita de Esquerda no mundo acaba tendo muita dificuldade de se movimentar para resolver os problemas e dificuldades que se apresentam. Agora nos casos da iniciativa privada parece que tudo se resolve mais rápido com mais agilidade, acredito que a fundação por ser uma instituição que obedece aos trâmites menos burocráticos impostos pela lei contribui para que a universidade seja mais ágil e responda melhor a sociedade atual por que acaba por ser um ente privado dentro do órgão público.

Entrevistador - A relação FAU e UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas do mercado? Como?

Robinho – *Não acredito que a FAU contribua para subordinar a UFU as demandas de Mercado. Quando eu morei nos Estados Unidos eu visitei universidades públicas e particulares e você não via muita diferença na época quanto a administração e outras coisas mais, então eu acredito que em todos lugares do mundo sempre teremos universidades públicas e privadas até para o Estado ter um determinado parâmetro na hora de cobrar das universidades particulares uma melhor qualidade do ensino. A relação FAU UFU, não serve para subordinar UFU as demandas de mercado, as mudanças que acontecem na sociedade em seus vários seguimento que levam a UFU e as demais universidades a se modificarem para atender demandas sociais, de mercado, da educação e tudo mais.*

Entrevistador : *A FAU interfere na dinâmica da UFU, do trabalho docente na UFU? Como?*

Robinho: *Olha aqui a fundação pode facilitar o trabalho docente à medida que você tem determinados docentes que precisam de material didático que você não consegue adquirir. Você adquire aquele material didático pela Fundação de Apoio, aqui na nossa área mesmo tem várias peculiaridades de laboratórios, de material de consumo, de ração, não pode faltar ração para os animais que estão sendo feito experimentos. Você olha, é a fundação de apoio e o trabalho docente. Você pegou aí vinte ratos, injetou determinada droga, outros vinte serão injetor, é o grupo controle e tal e tal, agora os dois têm que estar em mesmo ambiente, com todas as variáveis iguais, tomando a mesma água, comendo a mesma ração e tal e tal, e se faltar ração? Ou para um grupo ou para toda a experiência? Você fala, olha se mudar a ração pode alterar, quer dizer, mas você fala, eu comprei, fiz a licitação e veio outra ração. Você fala, vai alterar o meu experimento. Não posso mudar de ração no meio do caminho no meio da experiência. Porque essa é uma variável que eu estou mudando, essa variável pode interferir nos meus resultados. Eu não posso mudar nenhuma variável, a não ser a única que eu mudei que era injetar a droga num e não injetar no outro e ver o que acontece. Você fala, pois é, mas o trabalho docente, da pesquisa, poderá ser alterado, agora por uma outra variável, que no ente público comprou pelo menor preço, quem ganhou, no entanto, foi outra ração. Isso vai dar uma causa de erro.*

Entrevistador- *A FAU contribui para a privatização da UFU? Como?*

Robinho – *A minha avaliação é que a fundação de apoio não tem nada a ver com a privatização da educação. O governo já privatizou o setor público, na medida em que a maioria das instituições do país são privadas, tenha, mais recentemente, na última década, estimulado tanto a iniciativa privada no ensino superior, que ele tenha até financiado a construção de campus nas instituições privadas à medida que as públicas estão estagnadas. Então, não há necessidade de privatizar o segmento público porque ele, hoje, é tão pequeno, que precisaria de mecanismos de controle, de comparação com o segmento privado. Eu não conheço nenhum país no mundo que tenha o ensino totalmente privatizado. Todo governo tem, pelo menos, uma parte pública, porque aí ele tem termos comparativos para acompanhar e cobrar determinadas metas, determinados desníveis de desempenho da iniciativa privada. Determinada qualidade, e não só quantidade, porque ele tem um parâmetro que são as universidades próprias dele. Aí ele mede o produto que ele consegue produzir – falando em linguagem econômica, o produto que a iniciativa privada está lançando no mercado.*

ENTREVISTA-9

Entrevistador: *Mestrando*

Entrevistado: *Ronaldo – Nome Fictício dado ao Entrevistado que trabalha como procurador da UFU.*

Entrevistador: *Qual a legislação que regulamenta as fundações apoio e sua relação com a universidade?*

Ronaldo: *Em termos de legislação Federal a lei 8958 de 20 de dezembro de 1994 é mais o decreto 50205 de 14 de dezembro de 2004 que justamente veio para regulamentar as disposições da lei 8958 e cada instituição federal de ensino superior estabelece a sua legislação interna, geralmente resoluções para disciplinar o relacionamento da instituição.*

Entrevistador: *Essa relação muda de universidade para universidade então devido as resoluções internas?*

Ronaldo: *Em alguns aspectos gerais sim, mas observam qual o relacionamento admitido pela legislação federal. As instituições federais de ensino superior poderão contratar as fundações de apoio com a finalidade de dar apoio de projeto de pesquisa de ensino e extensão de desenvolvimento institucional científico e tecnológico. O interesse das instituições foi delimitado a abrangência do relacionamento artigo 1º da Lei 84958, então é este relacionamento, ou seja a abrangência destas entidades das fundações com a universidade, visto que a fundação de apoio raramente sobrevive sem a universidade por que ela depende das atividades desenvolvidas pela universidade para ela auferir recursos.*

Entrevistador: *Qual o papel das fundações de apoio? Como você avalia o papel das fundações de apoio para as Universidades Públicas?*

Ronaldo: *Veja bem neste aspecto nos temos que ficar no âmbito das instituições federais de ensino, por que no âmbito da das instituições estaduais e até municipais em especial vamos falar das instituições paulistas estaduais é tanto quanto diferenciado eu não tenho conhecimento suficiente para discorrer sobre este relacionamento e uma situação tanto quanto diferente da que nos vivenciamos. O papel das fundações de apoio ele é importante para que? para possibilitar que a universidade tenha condições de desenvolver projetos na área do ensino da pesquisa e da extensão e desenvolvimento institucional principalmente no que diz respeito a remuneração de pessoal, pessoal do quadro da universidade por que se a universidade pudesse remunerar o seu pessoal diretamente com recursos oriundos das atividades inerentes a captação de recursos extra orçamentários receita diretamente arrecadada da universidade a maioria quase que na totalidade era dispensável a fundação de apoio. As fundações de apoio e vista como um agente facilitador no desenvolvimento das atividades da universidade pela simplificação no sistema de administração e ai envolve contratação de pessoal e compras de material permanente, material de consumo, dispensado de concurso público de licitação muito embora a lei 89548 estabeleça a obrigação de realizar licitação quando a universidade repassa um recurso de seu orçamento para fundação desenvolver alguma atividade então neste aspecto nessa situação a fundação tem*

obrigação de realizar licitação, as fundações de apoio foram instituídas justamente para possibilitar a realização de atividades que no âmbito da universidade dado a burocracia inerente a máquina pública federal pudesse ser minimizado o impacto disso no âmbito das fundações, no e o melhor caminho melhor caminho o ideal seria que universidade federal tivesse autonomia para fazer tudo isso, uma questão de autonomia aí você fica buscando uma terceira via para possibilitar as atividades.

Entrevistador: *E a relação entre essas fundações e as universidades? Que problemas ou dificuldades você destacaria?*

Ronaldo: *Os problemas e as dificuldades da universidade advém da impossibilidade da universidade de executar como eu já disse por exemplo pagamento de pessoal, e agora a grande dificuldade hoje iniciado hoje no âmbito das fundações ela é inerente a situação que vem se avolumando ao longo dos anos como sendo a fundação uma fonte de remuneração adicional de pessoal em especial do corpo docente isso e de certo uma distorção criada no sistema criada pela utilização da fundação de apoio a situação chega ser caracterizadas como uma privatização da universidade pela utilização demasiada da fundação de apoio e não é essa função nem objetivo, mas as distorções justamente na legislação federal obriga que a instituição vá procurar esta válvula de escape que não é adequada e dessa situação emerge diversas dificuldades de cunho administrativo operacional fiscalização de aplicação de recursos que são captados por intermédio das fundações de apoio, descontrole disso, os hospitais universitários que na sua maioria são administrados com auxílio das fundações de apoio a contratação de pessoal tem sido um desvirtuamento do sistema de administração hospitalar das instituições federais de ensino em síntese essas são as dificuldades.*

Entrevistador: *Acaba sendo uma maneira de remunerar os professores com relação a perdas salariais?*

Ronaldo: *Não é bem perda salarial é o seguinte: a legislação de remuneração do professor é muito rígida por que busca uma isonomia, o professor que desempenha uma atividade na fundação administrando cursos de especialização de aperfeiçoamento de extensão ou até de prestação de serviço é pago por esta atividade e vai ser remunerado, claro nem todos os professores querem ter esta obrigatoriedade de prestar serviço ou até se recusam a fazer por que acham que não deve ser feito, ou seja neste aspecto ele quebra a isonomia de remuneração e valoriza por que quer desenvolver estas atividades por outro lado estas atividades também precisam ser regulados pela universidade para impor um certo limite por que senão o desenvolvimento destas atividades em conjunto com a fundação de apoio não pode ser a causa principal do professor, o desempenho das atribuições dele tem que ser o ensino a pesquisa e a extensão no âmbito da universidade particularizado as atividades lá na fundação tem que ser uma atividade acessória eventual ou seja não deve ser em caráter permanente senão inverte o professor passa a ganhar e continua ganhando o salário da universidade e trabalhando só na fundação seria um desvirtuamento total não pode ser com esse enfoque, por outro lado o professor que esta exercendo uma atividade a mais daquela que no geral estaria obrigado todo professor ele percebe uma remuneração por isso.*

Entrevistador: *Que mudanças você observa nas universidades públicas diante da relação entre essas instituições e as fundações de apoio?*

Ronaldo: *O problema da fundação de apoio e muito antiga isso começou com a instituição da fundação de apoio na década de 60 e o problema foi arrolando até que o governo federal*

em 1985 primeiro editou um decreto determinando a extinção de todas fundações de apoio de ensino no âmbito das instituições federais de ensino posteriormente editou medida provisória com mesmo objetivo de extinguir as fundações. Por que? Por que naquele momento as fundações de apoio grande parte das atividades das instituições federais de ensino estava sendo repassada para fundação de apoio e este não é o papel das fundações de apoio a fundação de apoio tem um caráter acessório no desenvolvimento das atividades da instituição e não passar a ser o agente de desenvolvimento destas atividades, por que todo dinheiro repassado para a fundação aí a fundação contrata sem fazer licitação sem fazer concurso público, tem então um desvirtuamento do papel da fundação de apoio posteriormente a esse do governo federal teve um projeto de lei aprovado no congresso nacional mas que não na visão do governo e principalmente do tribunal de contas não atingiu os interesses do poder executivo este projeto foi totalmente vetado no governo Collor, posteriormente foi reencaminhado novo projeto que redundou na Lei 84958 ou seja para regular esta relação num primeiro momento as mudanças que a fundação imprimiu as instituições federais de ensino e principalmente nas instituições de ensino autárquicas, por que tem que fazer uma diferenciação por que as instituições federais de ensino criadas como fundações elas não tinham este problema com a burocracia federal este mais inerente as instituições autárquicas quer dizer a partir de 1986 com a lei 7596 essa diferenciação entre a autarquia e a fundação foi suprimida por que porque todas as fundações pública de direito privado até então que é o caso da universidade federal de Uberlândia, passou a pertencer a administração indireta nesse momento ela perdeu aqueles privilégios que ela tinha até então eu diria que a universidade hoje seria uma grande repartição com muitos problemas além do que ela já tem ou seja a universidade ela não estaria no patamar de desenvolvimento aí é a universidade federal brasileira sem ter se válido ao longo do tempo das fundações de apoio isso é uma questão um fato “inconteste” as fundações de apoio com todos os seus benefícios e até malefícios contribuiu sensivelmente para o desenvolvimento da universidade pública no Brasil em particular das federais.

Entrevistador: *Que impactos ou as implicações você observa das fundações de apoio no interior da universidade?*

Ronaldo: *Bom os impactos como eu me referi diz respeito ao desenvolvimento das atividades de ensino pesquisa e extensão abrangendo a oferta de cursos e prestação de serviços em especial esse é o grande impacto para instituição no desenvolvimento destas atividades existe algumas implicações porque neste momento quando a fundação vai em nome ou em conjunto com a universidade desenvolver uma atividade de ensino pesquisa e extensão prestação de serviço mas propriamente como a fundação ela faz isso? Ela faz valendo se da estrutura organizacional da universidade inclusive de pessoal, como se ela vai desenvolver um trabalho na área de Engenharia mecânica se a fundação não tem nenhuma estrutura de laboratório de pessoal qualificado de equipamentos para desenvolver aquela atividade qual é a estrutura que ela vai utilizar para desenvolver aquela atividade? É a estrutura da universidade, para utilização desta ela remunera a universidade isso também é uma obrigatoriedade imposta pela Lei 84958 qual é o impacto disso para a instituição? Os cursos hoje na atual estrutura da universidade das unidades acadêmicas ampliou sobremaneira o seu potencial de laboratório de equipamentos de infraestrutura por intermédio da remuneração auferidas com a prestação de serviços isso realmente causou um impacto positivo por que é uma forma da universidade se auto financiar diante de escassez de recursos que é sempre pouco para o aparelhamento da universidade agente pode até imaginar um desvirtuamento do papel da universidade mas ela não dispões de outra forma que não essa utilizar as fundações de apoio como agente facilitador da captação dessa*

receita própria direta e indireta, direta pela remuneração da utilização do espaço físico da sua estrutura como tal indireta em relação que ela auferir com as unidades acadêmicas, essa receita destinada a compra de equipamento biblioteca promover a participação de alunos e professores no Brasil e no exterior. Os impactos tem caráter muito mais positivos do que poderia se pensar e muita gente que pensa que as fundações é um mal para as instituições o fato da universidade ser pública não se pode cobrar nada, não se pode fazer nada isso é uma visão da qual eu respeito a opinião das pessoas mas eu não concordo acho que a universidade tem que criar os seus meios de auferir receita diretamente é uma forma dela dar um retorno mas efetivo para sociedade do desenvolvimento do seu conhecimento do seu âmbito de suprir a falta de recurso que foi e sempre será insuficiente não vai haver dinheiro sobrando não é particularidade da nossa universidade pelo mundo afora as coisas funcionam mais ou menos da mesma forma.

Entrevistador: *Em que a relação das fundações de apoio com as universidades impactam no trabalho docente? Há implicações? De que natureza?*

Ronaldo: *A questão com acabei de explicar tem um impacto positivo para o docente e para a universidade o que não pode acontecer é das atividades desenvolvidas por intermédio das fundações passem a ser a principal atividade em detrimento da tarefa principal da atividade fim dele na universidade que é ministrar aula na graduação pós graduação e desenvolver pesquisa no âmbito da universidade e essa situação não pode sobrepor aos interesses da atividade fim universidade por isso tem que haver a regulamentação interna na instituição para estabelecer os limites desse relacionamento e até onde o professor pode ir isso é uma questão no caso da nossa universidade estaria mandando um aperfeiçoamento por que tendência destas atividades e até aumentar.*

Entrevistado: *Como você analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento dessas instituições? Você avalia que elas estariam contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?*

Ronaldo: *Como eu já disse anteriormente o relacionamento da universidade com a fundação de apoio ela certamente vem contribuindo sobremaneira para o financiamento das atividades da universidade, eu não entendo que ela esta contribuindo para a privatização da universidade é uma questão de visão da universidade do contexto do seu inter-relacionamento da universidade com a comunidade estou falando em caráter geral com as pessoas com as empresas com entes públicos com as demais instituições de ensino, se você pensar na universidade pública cem por cento no Brasil hoje é inviável por que os recursos orçamentários não são suficientes para atender as demandas seria ótimo se não houvesse nenhum tipo de serviço ou atividade no âmbito que demandasse cobrança de valores o desenvolvimento das atividades com as fundações de apoio não descaracteriza-se a função pública da universidade, quer dizer privatizar a universidade é primordialmente estabelecer pagamento de mensalidade da graduação e da pós-graduação strictu-senso aí sim você estaria privatizando a universidade é diferente quando você esta ofertando de especialização de aperfeiçoamento para a comunidade interna e externa estabelece pagamento de mensalidade para esses cursos não pode ser entendido nem caracterizado como privatização da universidade por que é uma atividade no universo das atividades desenvolvidas pela universidade ele é muito pequeno agora a questão da privatização da universidade eu acredito eu tenho a plena convicção o modelo gestão pública federal no Brasil vai demandar uma alteração profunda nas próximas décadas isso não é um assunto de curto prazo, por que justamente a demanda por recursos e crescente existe uma pressão com relação ao*

financiamento da educação básica do ensino fundamental tecnológica em termos de recursos ou seja hoje a universidade federal a instituição federal ela já praticamente consome cerca de 75% dos recursos que são vinculados constitucionalmente para o desenvolvimento da educação no Brasil no decorrer no tempo vai ser preciso um ajuste não uma privatização e esta atividade que desenvolvida no âmbito das instituições federais de ensino com o auxílio das fundações isso não é nem nunca será caminho da privatização da universidade há uma exploração política ideológica dessa situação mas não espelha a realidade.

Entrevistador: *Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a realização da autonomia das universidades públicas?*

Ronaldo: *Pelo Contrário as fundações apoio não contribuem em nada para autonomia da universidade se as universidades realmente tivessem autonomia administrativa, financeira e orçamentária elas não necessitariam das fundações de apoio isso particularmente acompanho a discussão de um projeto de lei para regulamentar o exercício da autonomia que esta lá no artigo 207 da constituição desde 1994 agora recentemente o governo federal encaminhou um projeto de reforma da educação superior e não vai resolver o problema da autonomia na educação superior é um paliativo o que fará a universidade ter autonomia e indispensável que ela não seja tratada como uma repartição pública como é a receita federal o INSS , é muito diferente a gestão de uma universidade comparando com uma estrutura do ministério do nosso cotidiano e justamente por universidade não ter autonomia que ela se vale da fundação de apoio, a fundação de apoio não contribui para concretização da autonomia da universidade. Não há, mas deveria haver uma legislação própria para a gestão administrativa organizacional para as instituições federais de ensino superior em particular para universidade tem que sair desse universo comum do geral da administração pública federal e isso não é fácil de acontecer quero crer que um dia algum isso vai acontecer. Como disse ai vai motivá-los que ha realmente uma alteração profunda na forma de gerir a universidade.*

Entrevistador: *Ela consegue atender a sociedade atual por que existe fundação de apoio?*

Ronaldo: *Raras são as situações em que a universidade vem dar resposta a demanda da comunidade que não envolva remuneração por esta atividade então se a universidade seria injusta e até privilegiaria alguns segmentos por que se universidade fosse prestar serviço de consultoria ofertar curso possibilitaria privilegiar algum seguimento de mercado você estaria é prestando uma contribuição a um setor e a outros não por isso que há remuneração da oferta dos serviços e dos cursos bom em havendo remuneração e a universidade tem que se valer quase na sua totalidade e de seus professores do conhecimento da bagagem do corpo docente e o professor penso que se eu acertadamente não estaria disposto a desenvolver uma atividade sem perceber uma remuneração adicional, então este caminho leva a universidade a auferir uma captação de receita extra orçamentaria leva também que a participação do docente seria remunerada a gratuidade neste aspecto poderia gerar inclusive distorções.*

Entrevistador: *Especificamente no que diz respeito à FAU e sua relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades? Quais os aspectos mais positivos nessa relação?*

Ronaldo: *Hoje o relacionamento da universidade com a FAU eu diria em termos de problemas o que se constata são algumas situações impostas pela legislação federal seria algumas dificuldades com a lei. Agora nos aspectos positivos e que hoje todas as atividades*

inerentes ao ensino pesquisa e extensão estão e até o desenvolvimento institucional da universidade estão todos centrados na FAU por que a universidade tem outras fundações de apoio mas a que mais opera hoje com a universidade e a FAU, tem o caso da FAEPU, mas a FAEPU tem uma questão particularizada com relação ao hospital de clinicas é uma situação totalmente diferenciada hoje o relacionamento da FAU com universidade e muito satisfatório eu diria até muito positivo para universidade por possibilitar que a universidade não só desenvolva diversas atividades e por meio da demanda da sociedade como um todo e as vezes em particular da comunidade universitária e tem tornado uma grande fonte de receita extra orçamentaria hoje se a universidade não poder contar com relacionamento específico da FAU ou outra fundação que pudesse substituí-la, a quase totalidade das atividades que são desenvolvidas em conjunto com a FAU não seriam desenvolvidas por que ? Por causa do caráter remuneratório do docente, o docente não iria continuar a desenvolver na maioria dos casos sem perceber uma remuneração adicional por isso.

Entrevistador: *Quais as principais fontes de recursos da FAU? Quais os principais tipos de serviço prestado pela FAU?*

Ronaldo: *São em sua maioria cursos de especialização, de aperfeiçoamento extensão prestação de serviço em geral dentro das áreas diversas de conhecimento da universidade, não tem um segmento específico de desenvolvimento das atividades dentro das áreas de conhecimento que são desenvolvidos no âmbito da universidade todas elas são passíveis de desenvolvimento de cursos ou de prestação de serviço.*

Entrevistador: *A fonte de recursos da FAU são os cursos a prestação de serviços, ela não recebe recurso financeiros do Estado?*

Ronaldo: *Não, em algumas atividades os recursos são repassadas diretamente para a fundação, por exemplo órgão de fomento de pesquisa , mas isso a universidade sempre tem que estar como participe deste convênios ou contratos como eu disse anteriormente a FAU não tem estrutura física não tem laboratório não tem corpo docente para atender ela as vezes e contrata diretamente por questão de facilitação mas ela tem como desenvolver as atividades sem a universidade.*

Entrevistador: *A FAU interfere na dinâmica da UFU, do trabalho docente na UFU? Como?*

Ronaldo: *No meu entender não tem interferência nenhuma muito pelo contrário ela funciona como uma ação paralela acessória e não principal. é uma agente facilitador não é o agente principal.*

Entrevistador: *A FAU contribui para a privatização da UFU? Como?*

Ronaldo: *Não contribui para privatização da UFU, por que ela é um agente facilitador no desenvolvimento das atividades da universidade, ela não vai contribuir para que amanhã passe a constituir cobrança de mensalidade dos alunos da graduação e da pós-graduação strictu-sensu, ela nunca vai ser o agente facilitador da privatização da universidade, as atividades da FAU não são capazes de gerar a privatização da universidade o apoio da FAU não é capaz de influenciar na alteração da privatização da universidade. Para privatizar a universidade é necessário alteração da legislação Federal demanda mudança na constituição federal, é muito pequena a parcela de contribuição neste universo, por que a privatização*

não seria da universidade federal de Uberlândia mas do conjunto das instituições federais de ensino superior.

Entrevistador: *E para a realização da autonomia da UFU?*

Ronaldo: *Para realização da autonomia também não, ela é um agente facilitador das dificuldades da universidade pela falta de autonomia que ela não dispõe, por que se a universidade tivesse autonomia plena dispensaria a FAU como parceira do desenvolvimento das suas atividades.*

Entrevistador: *A relação FAU e UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas do mercado? Como?*

Ronaldo: *Eu entendo que não, a dinâmica da universidade e até os limites de relacionamento com o mercado isso é competência privativa dos conselhos superiores da universidade onde a FAU não tem nenhum poder direto para influenciar essa alteração de caminhos, a FAU é um agente facilitador nunca para poder subordinar a dinâmica da UFU ao mercado, até por que isso é muito difícil justamente o grande benefício da administração colegiada e estabelecer estes mecanismos de subordinação não é uma questão de vontade política do administrador isso é um a questão de política institucional que deve ser objeto de aprovação nos conselhos específicos no caso de ensino de graduação na pós-graduação é do conselho universitário que é o órgão máximo da instituição para estabelecer as políticas institucionais se a universidade tiver que subordinar a demanda de mercado ela tem que primeiro passar submeter essa vontade ao poder colegiado a decisão soberana do conselho da universidade a FAU nunca vai ser agente principal para esta estabelecimento para subordinação da universidade com o mercado isso é questão institucional discutida e aprovada no âmbito da universidade a FAU e a universidade são instituições distintas são interdependentes não tem nenhuma subordinação.*

ENTREVISTA-10

Entrevistador: *Mestrando*

Entrevistado: *Yuan nome fictício dado ao professor de uma unidade com grande interação com a FAU.*

Entrevistador: *Qual o papel das fundações de apoio? Como você avalia o papel das fundações de apoio para as Universidades Públicas?*

Yuan: *Uma fundação de apoio, como o próprio nome dela indica, ela nasceu para apoiar as atividades da instituição mãe, que seria a universidade. É preciso compreender isso porque a universidade é um ente, cuja movimentação é muito lenta. Ela não consegue ter agilidade para se tomar decisões. Só para você ver um exemplo, você faz uma compra hoje, cujo processo de encerramento leva quatro meses, cinco meses, depois eles vão entregar esse documento para você ou esse equipamento que você comprou, ele já está até fora de circulação, de tanto tempo que você leva. O segundo fato agravante disso, é que você, de uns quinze anos para cá, a universidade não tem recebido verbas de investimento, ou seja, ela só está mantendo verbas de custeio. Então, a falta de verba de investimento é que provoca a necessidade de que você tenha uma agilidade. A universidade desenvolve uma série de atividades, que é preciso que você tenha um apoio. Para permitir o seu desenvolvimento. Por exemplo: você faz um projeto de pesquisa, esse projeto de pesquisa vai ter que gerar uma contrapartida da instituição. Você vai ao CNPq, ao FINEP, a FAPEMIG, e eles dão um equipamento para você e exigem que você construa uma casinha para por esse equipamento. Se você não tiver uma fundação de apoio, sua pesquisa vai embora, você não tem condições de licitar, arrumar o dinheiro da UFU, para que ele possa fazer aquela casinha, contratar a mão-de-obra, você vai levar um ano para fazer uma casinha de vinte metros quadrado, para por um equipamento de alta precisão. Então você precisa ter uma fundação de apoio que faz essa atividade para você. Ela vem, constrói, e evidentemente à medida que você vai ressarcindo, você volta a posicionar financeiramente a fundação, e ela sempre tem um recurso para te dar uma cobertura. Então, uma fundação de apoio eu não acredito hoje que instituição pública nenhuma viva sem fundação de apoio. Só para você saber, o MEC tem uma, os ministérios todos tem uma fundação. Por quê? Porque o engessamento do decurso público, ele é maléfico nesses tecidos. Ele demora demais para ser utilizado. Veja você: nós temos um orçamento de recurso próprio, e esse orçamento para sair, para ser executado, ele precisa passar pelo Conselho Diretor, que deve definir qual é a política que vai se executar com aquilo, depois de definida aí você vai ter que fazer qualquer coisa você tem que executar uma licitação. Não estou te dizendo que licitação é ruim não. Licitação é horroroso. Por quê? Porque há uma concentração de fornecedores, que eles às vezes acabam fazendo um cartel. Hoje ganha você, depois ganha outro, depois ganha outro, e nem sempre é o menor preço que você vai achar, e nem sempre é o melhor produto que você vai comprar. Então é muito comum você fazer uma licitação e o sujeito ganha uns dez itens, mas na realidade só tem seis. Aí ele vem para você e fala “olha, esse outro aqui não consigo a esse preço aqui, quando eu dei o preço eu tinha agora já vendi tudo se vocês tivessem comprado naquela época, nós tínhamos a esse preço, agora é preciso um reajuste dele” Por quê? Porque ele não tem aquele produto. Então ele começa a solicitar reajuste. Aí você vai fazer o quê? Você vai chamar o segundo colocado, que também pertence ao mesmo grupo. Então vai começar a acontecer isso. É preciso que as pessoas que vivem nessa instituição conheçam as entranhas*

do processo. É muito fácil a gente criticar, igual a gente escuta todo mundo falar “É porque essas fundações, pega o dinheiro e fazem o que quer” não é assim não. As fundações não trabalham assim não. Então é preciso saber as dificuldades que isso aqui leva. Para você ter uma base, o seguinte: se vier cem mil reais para comprar cadeiras de estudantes, para sala de aula, se você não comprar o dinheiro volta e acabou não vem mais, você não pode transformar aquele dinheiro de cadeira em mesa, em vidro, em ar condicionado, aquilo é para cadeiras. Se você não comprar cadeiras então você corre o risco da universidade ter muita cadeira e não ter sala para pôr, por quê? Porque o dinheiro vem para cadeira e você tem que comprar, se não o que é que você vai fazer? Você vai devolver? Se você devolve, no orçamento que vem já vem diminuído aquilo. Você não precisa, pode cortar. Então é um samba do crioulo doido esse negócio. Então, a fundação de apoio é um instrumento administrativo, as pessoas têm que entenderem isso. Eu posso até concordar que possa haver abuso de investimento demais em determinados setores e menos em outros. Mas eu acho que o papel das fundações é fundamental. você não teria uma gestão administrativa competente, se você não tivesse a fundação. É isso.

Entrevistador: Só um parêntese. É você falou que não vem verbas para investimentos, só para custeio e manutenção?

Yuan: Vou construir prédios. Não tenho dinheiro. Vou fazer reformas, isso é manutenção, então você tem verba, mas é uma dificuldade muito grande alocar com o governo aquilo que você necessita. Porque, na realidade, um orçamento para 50 e tantas universidades. Uma precisa disso, outra precisa daquilo. Agora, como é que se controla uma coisa facilmente? Você faz um orçamento de cima para baixo. Então você não oferece investimentos. Você segura a demanda. As pessoas criticam muito, a decisão do governo que é o PROUNI, dizendo que isso aí está acabando com as universidades públicas federais. Mas diga pra mim: se ele der para a universidade federal de Uberlândia 100 milhões de reais para construir, ela vai levar aproximadamente 6 anos para por aqui mais três mil alunos. Vai construindo, comprando equipamentos, vai levar mais ou menos uns 10 anos pra por isso aí. Você pega isso aí e põe no PROUNI, você pega, de cara, 200 mil alunos na escola. Então a agilidade que a gente tem, ela é muito lenta. Agora não é culpa nossa. Mas é culpa é de quem? Da amarração governamental. Há um princípio que a gente discute a muitos anos, de que lá em cima, pensam que todos nós somos ladrões. Todos. Por isso que as coisas vêm carimbadas. Eles não deixam você manusear o que eles tinham que fazer? “Ó, UFU, o seu orçamento é X. Com esse orçamento você tem que pagar pessoal, fazer manutenção, você tem que fazer investimentos. Você se vire”. Aí era uma coisa inteligente. Por quê? Porque você está dando um bolo, em não tenho essa obrigatoriedade de pagar o professor A na mesma quantia que eu pago o B. Ambos são doutores, mas eles produzem a mesma coisa? Não. O A é melhor do que o B. Então porque eu não posso pagar o A melhor? Ah, não pode por que tem a isonomia, por isso todo mundo tem que ser igual. Então nós temos algumas barreiras e alguns paradigmas, também no ensino, que é muito difícil de você romper com eles. E a gente diz sempre o seguinte: quando esse reitor entrou, que ele está no segundo mandato, ele queria acabar com as fundações. Ele entrou desse jeito. Eu vou acabar com as fundações. Se você acabar você está morto mesmo. E hoje ele viu que se ele tivesse acabado, estava morto. Agora, a fundação não pode ser algo que você vai multiplicando. Ah, tem uma fundação disso, agora vamos fazer outra fundação pra aquilo, vou fazer não. Aí você passa a descaracterizar o processo. Eu acho que a UFU tem muita fundação. Tem uma fundação que é a FUNDAP, da Agropecuária, ela tem a RDB para a rádio e televisão que também é uma fundação. Ela tem a FAEPU, ela tem a FAU, ela tem a FAESU, que dá cobertura pros estudantes então, é uma porção de fundações. E todas as fundações necessitam de recursos

para sobreviver se tem por lá uns quatro ou cinco funcionários, alguém tem que pagar aqueles funcionários. Então eu acho que merece um enxugamento nisso aí.

Entrevistador: *E a relação entre essas fundações e a universidade, que problemas ou dificuldades você destacaria?*

Yuan: *O grande problema é que sem a fundação eu me torno muito moroso, muito lento o planejamento para ação, ele vai demorar muito tempo o que foi planejado, para ser executado. Nós queremos, por exemplo comprar um carro para que eu possa fazer um determinado tipo de transporte entre os vários campus que a UFU tem. Se eu for fazer isso pela UFU, primeiro eu preciso arrumar o dinheiro para ter um carro. E aí é investimento. Pode até ser de capital próprio, de recurso próprio, que nós temos, gerações de recurso próprio. Você vai comprar esse carro e vai levantar, do momento em que você tomou a decisão até ele chegar para você, você vai levar uns oito meses. Por baixo. Se você tem uma fundação que pode, de imediato, te dar aquele respaldo, no outro dia você está com o carro. Então, a agilidade é fundamental nesse processo. Eu não vejo problemas, eu vejo algumas dificuldades desse relacionamento, porque isso tem que ser um relacionamento cruzado. Por exemplo se eu construo uma casinha pra você desenvolver o seu projeto, e trabalhar com o seu projeto dentro daquilo que eu investi, a FAU investiu. A FAU ou qualquer seja a fundação. Ela tem que ter um retorno daquele dinheiro. Porque o dinheiro dela não cai do céu. Como é que a fundação sobrevive? A fundação sobrevive, aí entra um argumento forte, ela sobrevive em função da UFU. Se não tivesse UFU não tinha fundação. Porque nós temos uma fundação e a briga da gente é que ela seja proativa. Ela não é, ela é passiva. E a UFU gera um custo que vai gerar resultado, que vai ser administrado pela fundação. Ela não fez nada, ficou lá sentada, esperando eu produzir. Porque a gente não produz isso internamente para UFU? Qual é o motivo pelo qual nós não angariaríamos tudo isso dentro da UFU? A dificuldade é você manusear o recurso depois. Você tem uma dificuldade muito grande de mexer com isso. Se eu dissesse: nós achamos que deve ser assim. Teria algum inconveniente? Teria se chegar no final do ano e não gastou o seu dinheiro, que você capturou. Enquanto você não gasta o seu dinheiro, sabe o que aconteceu? Toda vez que eu oferto a minha capacitação de recursos próprios, o governo lá em cima diminui a contrapartida dele para mim. Então eu estou dizendo: eles são produtivos? Então eu vou diminuir agora o que eu tenho que mandar para lá, porque eles estão produzindo bem então, é uma faca de dois gumes. Só quem está dentro da roda é que vê a dificuldade de sobreviver com isso. Então quando você me pergunta se a relação é boa, eu acho que já foi boa, piorou demais, durante um tempo, e agora está voltando a melhorar. com posturas mais concretas, que compete à fundação, o que compete à UFU. Quando você começa a interligar elementos da UFU para as fundações, começa a fazer possíveis as fundações da UFU, então você leva as pessoas da UFU também para poder direcionar o recurso, para não deixar na mão vamos assim dizer do reitor exclusivamente. O reitor tem o poder de dizer para você: “ó, pega esse dinheiro aí, constrói um prédio para a engenharia”. Isso podemos fazer. Mas estamos evitando que isso aconteça. Agora, é uma briga de foice no escuro porque as demandas na universidade são muitas, as áreas que têm capacidade para captar não são tantas. Então você tem que captar aquilo, eu estou careca de saber que grande parte do que eu capto não vem para mim, vai para unidades que não tem aquele poder de captação que a gente tem. A universidade não gosta de falar de mercado. Mas só estamos atendendo o mercado, não estamos fazendo mais nada. Ou alguém vai dizer para mim que não é uma demanda de mercado. Na sua área falta o quê? Professores? Vai atender quem? Mercado? Eu formo administradores, para atender a quem? O mercado? A medicina para o quê? Então eu não posso esquecer o mercado. O mercado para mim é fundamental. Agora eu tenho um bom*

mercado para expandir cursos de especialização. Outras áreas não têm. Tem dificuldade. Por quê? Porque a grande gama dos profissionais formados está lá, presos na municipalidade ou no governo federal ou no governo municipal. Então eu não vejo problemas eu vejo assim estabelecimento de relações. E volto a afirmar para você: sem fundação de apoio a universidade morre. Basta levantar, levantar um lugarzinho inteiro e veja quem tem fundação e quem não tem.

Entrevistador: *Que mudanças você observa nas universidades públicas diante da relação dessas instituições e as fundações de apoio?*

Yuan: *Evidentemente a universidade ela passa a ser mais oxigenada quando você tem uma fundação, porque você tem rapidez de soluções a problemas emergenciais que aparecem. Eu, por exemplo, se amanhã queimar todas as lâmpadas da universidade e eu não tiver recursos para comprar lâmpadas, a FAU vai comprar e repor. Ela não deixa, ela não pode deixar o setor parar. Agora dentro dessa perspectiva, é evidente que o contraditório dentro da universidade passou a ser muito maior. Você vê grupos de estudantes, ou grupos de professores que são radicalmente contra as fundações. Mas são por quê? Porque que são? Qual é o motivo de eu ser contra a existência de uma fundação? Eu preciso saber. Então eu até acho que ela apimenta mais a discussão. Mas não vejo impactos, cortes, assim, que você possa dizer. O único que eu vejo e que é fundamental é que sem elas nós não sobrevivemos. É desafio a qualquer um me apontar o nome de uma universidade que não tenha uma fundação.*

Entrevistador: *Que impactos ou implicações você observa das fundações de apoio no interior da universidade?*

Yuan: *O impacto ou a implicação é de que você passa a ter uma segunda via que pode viabilizar tudo aquilo que você está buscando. Apesar de que você com um trâmite seu é o normal, você vai passar pelo conselho da sua unidade, vai passar pelos conselhos superiores da universidade e na hora que você chega ao dirigente máximo ele pode dar duas, duas vertentes: vou organizar isso pela FAU agora, porque é emergencial e depois nós damos o jeito de fazer o cruzamento. Não pensa você que não exista cruzamento. É evidente que existe. Veja vamos imaginar: a FAU investe recursos na UFU, e como é que ela se mantém? Aí alguém vem me dizer assim: “ah, não, mas a FAU está lá dentro da UFU, não paga telefone, não paga água, na paga luz” isso é uma contrapartida. Você é novo aqui, você não passou por aquilo que a gente já passou há muito tempo. A FAEPU é a gestora do Hospital. O que a FAEPU fazia? A FAEPU tinha toda a remuneração dela livre, livre, livre, livre de tudo. Por quê? Porque a UFU pagava a energia do Hospital, a UFU pagava os servidores todos do Hospital, a UFU pagava todo mundo. Então você tinha um recurso que era limpo. Não tinha comprometimento. O comprometimento era com o que? Com a universidade. Então criou-se curso de agronomia, comprou-se fazenda, criou-se curso de veterinária, comprou-se fazenda, não se faz isso, tem biologia, tivemos que comprar uma reserva ambiental para o pessoal poder trabalhar, o pessoal da Geografia, todo mundo. Então isso nasceu do que? Ou alguém acha que as fazendas são compradas com dinheiro do governo federal? Não existe isso.*

Entrevistador: *Quando é feita a compra o patrimônio é incorporada à fundação ou a Universidade?*

Yuan: *À fundação. Mas no dia em que a fundação deixar de existir o patrimônio volta para a universidade. Ela é de direito privado e por ser de direito privado acaba sendo um facilitador*

por não precisar cumprir a lei 8666, e por isso eu não preciso fazer uma porção de coisas. Mas, a pouco, agora, nós começamos a fazer transmissões a FAU e a FAEPU doaram algumas fazendas para a UFU. Por quê? Porque o governo federal, não tem dado dinheiro para comprar fazenda e ele só faz investimentos de pesquisas nessas áreas, se o meio for meu. Então qual foi a decisão que nós tomamos. Voltamos à assembleia da FAEPU que tem competência para isso ela votou e devolveu mandou de volta ofereceu as fazendas

Entrevistador: *Devolveu as fazendas para a UFU?*

Yuan: *Devolveram as fazendas para a UFU. As fazendas voltaram para a UFU. Isso é uma faca de dois lados. Por quê? A UFU agora vai ter que fazer manutenção, vigilância, e aí vai indo. Quer dizer: não tem jeito de você passar um bem e você ficar responsável por ele mais. Não existe isso. Então é um problema muito grande. É um problema difícil. Não sei. Estraga um computador de vocês, e aí mandamos consertar. Daí a oito meses ele volta para você. Se ele for muito ágil. Porque quando a gente é muito ágil você não pode comprar peça, você não pode comprar nada então você vai lá, você manda dois, o cara “canibaliza” um e te entrega o outro. A FAU pode nos ajudar nisso aí. Entendeu? Você pode chegar e falar: “Oh FAU, faz aí um convênio aí com uma pessoa para consertar os nossos computadores e tal”. E você vai e faz. Eu não posso fazer isso pela UFU. Tá havendo um movimento governamental, nisso aí, poucas pessoas estão percebendo, que você vai terceirizar tudo. Escreve o que eu estou te dizendo. Hoje a nossa limpeza é terceirizada. Nossa vigilância é terceirizada. A carreira de motorista está sendo encerrada. Então vão terceirizar motorista. E aí começa a terceirizar a manutenção. Começa a terceirizar isso, terceirizar aquilo. O único que não vai ser terceirizado é o aluno e o professor. Este Aí eu nem sei realmente se não vai, mais só lá na frente pode até acontecer. Mas nesse primeiro momento, está todo mundo preocupado com a privatização da universidade.*

Entrevistador: *Como analisa a influência das fundações de apoio nas universidades, especialmente no que se refere ao financiamento das instituições? Você avalia que elas estão contribuindo para a privatização da educação superior pública? Como?*

Yuan: *Bom. Eu não acho não que as fundações estejam trazendo nada dentro desse processo. É acho até que o trabalho docente é mais motivado, por esse processo. Por quê? Porque você dá ao docente um campo de visão maior do que simplesmente o cumprimento daquelas atividades básicas que ele faz. Através do quê? Através de extensões. Agora as extensões, elas podem ser executadas de várias formas. Elas podem ser executadas com recurso do governo, quando ela pode ser executada com recurso privado quando alguém resolve investir nisso, ou ela pode ser executada através de captação de recursos, que é o que a UFU vem fazendo. Quer dizer, os professores aqui por exemplo, eles cumprem um horário rigorosamente normal deles. Eu não tenho professor aqui, a média de aulas dos meus professores é no mínimo oito horas aulas semanais, e com, curso de graduação e com curso de mestrado. Evidentemente, eles querem fazer um Plus, vamos captar dinheiro, vamos captar recursos. O que eu observei aqui não tem nada de UFU não. Aqui não. Isso não é UFU, isso aqui não é UFU, isso aqui não é UFU, isso aqui é oriundo de captação de recursos. Se não nós estávamos mortos. Agora para isso eu também contribuo para a UFU. Nós temos fundos institucionais que ele gera aí mais ou menos em torno de seiscentos, setecentos mil por ano para a UFU. Para ela poder destinar esses recursos à comunidade acadêmica*

Entrevistador: *Isso você está falando apenas da sua unidade acadêmica?*

Yuan: Não estou falando de setecentos no total. É porque você joga doze por cento disso para o fundo. Como você tem mais ou menos só de cursos, você tem aí uma captação em torno de seis milhões, sete milhões/ano, isso daria aí mais ou menos seiscentos, setecentos mil reais por ano.

Entrevistador: Mas esse montante é incluindo todas as unidades acadêmicas?

Yuan: Todo mundo. É tem alguns recursos que a FAU hoje ela deve estar trabalhando com mais ou menos dez, onze milhões de reais. Então porque então a elétrica que tem um convênio com a elétrica tem um convênio com a CEMIG e com isso, tal, e esse convênio não contribui com a mesma proporção que eu contribuo. Porque é uma prestação de serviços diferenciado, eles ganham equipamentos, eles tem incentivos na área de pesquisa deles e tal. Diferentemente dos cursos que vocês fazem e os que nós fazemos. Então nós vamos recolher este dinheiro diretamente no público. E aí, tem que se observar o seguinte: no nosso caso, o nosso curso não visa o aluno imediato, ou seja, não quero aquele que eu acabei de graduar, que ele faça especialização comigo. Eu quero o cara que está no mercado. Que tem experiência, que vai trocar experiência conosco. Que ele vai me dar a visão empresarial que ele teve depois de se formar comigo aqui, lá fora. Então, eu tenho muita preocupação nos nossos cursos, para que eles não fiquem assim, um curso sequencial: o cara sai da graduação, faz especialização comigo, depois entra no meu mestrado, depois entra no meu doutorado ele ficou com uma cultura fechada. A cultura que eu imprimi a ele. Então a gente tem tentado muito, às vezes até recusado inscrições de alunos que acabaram de se formar, nunca entrou em uma empresa, quer dizer, o curso de especialização nosso é muito mais voltado para um executivo, para aquele cara que está lá no dia a dia da empresa, com diretor para isso. Então, isso aí às vezes, inibe muita coisa. Mas nós não estamos tendo dificuldade nessa complementação. E eu não consigo ver nem enxergar nenhum professor que esteja desestimulado com isso. Aí você vai me dizer: “mas ele ganha para fazer isso”. Sim, mas ele teve que trabalhar fora do processo dele. Ele não conta carga horária para isso. Que dizer, um professor que dá dois módulos em um curso de especialização, ele não conta isso. Na hora do plano de trabalho dele. Consequentemente, ele está fazendo algo a mais e evidente que ele tem que ter uma recompensa por esse algo a mais. Então o que eu vou dizer a ele, não você vai trabalhar só para diletantismo (deleite), você vai fazer mais só por diletantismo (deleite). Em absoluto. Eu tenho um mercado que é havido por isso, eu tenho um mercado que paga. Então porque que eu vou eu vou dar um exemplo para você: eu tenho algumas co-irmãs que têm dificuldade de captar. Se fizer o curso com cem reais por mês, possivelmente ele não fecha um grupo. E quando fecha, você vai verificar quem é que é os componentes, são todos eles ou professores de cursinho, que ganham mais do que nós, não sei se você sabe, são professores de cursinhos que estão fazendo um curso gratuito, porque aqui tem uma dificuldade do sujeito dizer assim: “você está pegando um dinheiro público e tornando privado”. Essas pessoas que falam isso estão pegando dinheiro público e tornando privado. De graça, vem esse pessoal, que vai ter uma qualificação, melhorar o seu rendimento, em uma atividade privada. Nós fazemos ao contrário eu não posso pegar um executivo que ganha cinco mil, seis mil contos por mês e você vai fazer um curso comigo e não vai pagar nada não, porque que você vai pagar, nós somos uma universidade pública, gratuita, você não vai pagar não. Vai pagar sim. Porque eu preciso daquele dinheiro para ajudar a instituição. Então é isso aí, meu amigo.

Entrevistador: Você avalia que as fundações de apoio contribuem para a autonomia das universidades públicas?

Yuan: *No dia em que nós tivermos autonomia total, administrativa e financeira. Pedagógica nós já temos, eu acredito que a gente poderia prescindir das fundações. Agora você sabe quando todo mundo quer, mas na realidade não quer, é esse negócio de autonomia. Todo reitor fala isso a Andifes fala isso, mas você já imaginou o sujeito chegar para mim e dizer assim: “olha o seu orçamento esse ano na UFU é um bilhão de reais”. Agora, política salarial só por sua conta, destinação de verba por sua conta, não volta para mim não, não vem aqui. Então eu vou ter que dar ajuste salarial, e se for um bom profissional ele vai privilegiar as áreas que realmente produzem, em detrimento daquelas que não produzem, aí vai começar a ter salário diferencial, aí você vai começar a ter greve, o que todo mundo vai fazer, você vai ter que avaliar seus cursos, quais os cursos cuja demanda está em decréscimo, e que eu não tenho força de aumentar. Por exemplo: eu gostaria que tivesse filosofia e sociologia em toda escola pública. Gostaria que tivesse isso. Mas não tenho força para fazer nada disso. Será que esse curso que eu estou formando eu estou jogando gente para onde? Para subir com ele para sub qualificação? Então o reitor teria, a administração superior teria que fazer essas análises. Por quê? Porque ela tem que atender ao mercado. Agora não pode entender assim: eu formar professores de desenho se eles acabaram com o desenho. Não posso fazer isso. Não mas eu tenho professores, professores que eu contratei, como é que eu faço? E aqueles professores efetivos que estão a dez anos comigo. Então você vai trabalhar com dinheiro público com raciocínio, desse jeito, pode parar. Pode parar. Então, quando eu falo para você todo mundo quer, mas não quer. Eu não gostaria de ser reitor, o sujeito me dando aí um milhão um bilhão de coisas e falando: “agora você toma conta de tudo”. Pô, o salário você faz, você é que vai ver onde você investe mais, você constrói isso, você constrói lá, e é isso amigo. Aqui não dá, é complicado. Você tem uma série de fatos inerentes aonde você tem que desmistificar que você já emancipou. Você já imaginou você com trinta e cinco anos e o seu pai lá e o seu pai te dando mesada, e você “não, pai, estou estudando, o senhor tem que me dar cama, comida e roupa lavada, eu estou estudando ainda”. Então, isto tem que ser desmistificado. Quer dizer, o governo não pode ser aquele paião eterno, que vai te manter, vai te formar, você vai se formar pós-doutor e nunca trabalhou na vida. Nunca, nunca entrou em lugar nenhum para trabalhar. Aí você virou pós-doutor com trinta e dois anos. Aí você vai dizer “agora”, e agora? O que eu faço. Então eu acho que essa mistificação da autonomia total, que vai para o melhoria desse ensino vai refletir aonde? Vai refletir aqui, internamente, e vai refletir na comunidade. Um povo educado ele tem menos necessidade de saúde, menos problemas de saúde. Um povo educado ele é mais higiênico. Um povo educado ele é mais politizado. Um povo educado ele consegue achar mais alternativas para solução de problemas. E eu não vejo isso não universidade. Vejo os discursos e o discurso é belíssimo. É discurso de campanha de DCE, discurso de campanha de reitor, discurso de campanha de político. Agora nós não vemos nada de atividades assim, nada que estará contribuindo neste fato. O segundo e a fundação de apoio ela é uma fundação de apoio à universidade, ela é uma sociedade. Consequentemente, se a universidade não demanda nenhuma atividade junto a sociedade, a fundação de apoio não tem a competência de ir sozinha, ela docente, ela não tem aluno, ela não tem nada. A exceção se faz, de uma certa forma, via universidade. Um exemplo clássico: nós acabamos de entrar numa discussão sobre ensino a distância. É uma briga rumorosa. Não sei se você saindo do seu discurso, discursinho rarefeito que a gente tem, o cara que está lá numa cidadezinha cujo pai não tem condições de mandar ele sequer de ônibus todo dia para uma cidade perto que tenha onde ele tenha curso superior ali. A cidadania que você está criando nesses lugares. E a gente fica com um discurso barato. Inglaterra é um país de primeiro mundo, concorda? O ensino a distância e um universo... é um negócio fantástico, ela tem milhares de alunos. E você vai encontrar muitos dos nossos aqui que são doutores, que estavam fazendo doutorado lá com alunos formados no ensino a distância. Então esse negócio aí vem aquela falácia de*

que o ensino presencial é muito mais rico do que um ensino à distância. Muito mais rico como? Eu tenho que ser diferente quando faço à distância. Eu não posso mandar você ler um livro. Eu tenho que mandar você ler um artigo, você ler um capítulo, eu tenho que te estimular diferentemente das posições que eu tenho presencial. Então eu vejo assim nós temos um discurso, mas não vamos além dos nossos muros. Então eu não consigo atender às necessidades e às demandas que a sociedade nossa necessita. Não consigo. Não consigo por motivos que a gente precisa ainda pesquisar ainda mais profundamente. Ou seja: porque que você não vai? O que te inibe de ir?

Entrevistador: *Especificamente, no que diz respeito à FAU e à sua relação com a UFU, como você analisa essa relação? Quais as principais dificuldades, quais os aspectos mais positivos nessa relação?*

Yuan: *O problema que você tem nessa relação de fundação com a UFU, é que o gestor é o mesmo. Então você tem o reitor, que é o presidente da fundação. E você tem o reitor que é o reitor da universidade. Na universidade ele está amarrado às decisões de conselho, é os conselhos da universidade que define as políticas dela. Na FAEPU, as fundações são e eram as assembleias. Agora você coloca uma assembleia de cem membros, e na medida em que o tempo vai passando, ela vai ficando assim: uma assembleia com oito com, dez, e então você passa a ter uma autonomia muito grande dentro dessas fundações. E o perigo está exatamente em de você passar a confundir as coisas. A sua área está sem três professores, e eu não tenho verba para contratar. Mas eu sou o reitor, então eu vou contratar pela FAU. Vou por ele para dar aula para você e contratar pela FAU. Então eu fico muito poderoso com isso aí. E quando eu fico muito poderoso eu fico fazendo política. Política rasteira: vou te atender, vou te atender, e um outro, você eu não atendo. Então, o que que é que se está buscando hoje dentro da instituição? É você criar mecanismos das fundações que impeçam este tipo de ingerência. Se você conseguir fazer isso, aí você vai ter uma administração lisa, clara, objetiva. Hoje não, nós temos problemas sim. Não podemos negar, nós temos problemas sim. Nós temos problemas, hoje você às vezes as suas demandas UFU são muito maiores do que a competência que a fundação tem de te auxiliar. Isso começa a prejudicar a fundação. Por quê? Porque são decisões que são tomadas em conselhos superiores a fazer, e como você não tem os recursos, você vai então “olha, já que o conselho mandou eu vou mandar fazer pela FAU”. E começa a fazer e isso dá problemas. Nós tivemos há cinco anos atrás na FAU, a fundação que a gente convive mais, devia um milhão e cem na UFU. Mas de quem que era a diretoria? A diretora pegou o meu dinheiro que eu tinha lá, gastou o meu dinheiro, gastou o dinheiro de vocês, gastou o dinheiro do outro. A hora que eu precisei começar a pagar os projetos que eu tinha, ela não tinha dinheiro para pagar. Foi um sufoco isso aí. Nós tivemos que absorver prejuízos de aproximadamente um milhão e cem. Nós quem? A faculdade de gestão e negócios, a faculdade de pedagogia, a elétrica, a mecânica, o direito, toda odontologia todos nós assumimos o prejuízo. O dinheiro que eu tinha aqui da escritural meu virou principal. Porque não existia totalmente mesmo, mas não existia no banco. Então nós perdemos esse dinheiro. Alguém roubou? De jeito nenhum. O que aconteceu? Precisou contratar gente para biblioteca, porque a biblioteca estava fechando, porque o governo não repunha seus salários, porque você não pode deixar de atender ao aluno, como é que o aluno vai ficar com a biblioteca fechada. Então contrata pela FAU. É o hospital começou a faltar médico, para tocar a demanda do hospital, então contrata pela FAU. Ou pelas fundações, seja qual for. Rádio e televisão têm um problema, ela não gera recursos, não presta serviço para ninguém. Então o que acontece, tem que fazer um investimento lá. Então faz pela fundação. Então a fundação não tem dinheiro, quem tem dinheiro são as unidades que estão lá trabalhando. Hoje se você chegar lá eu tenho, devo ter*

lá na fundação mais ou menos aí uns duzentos mil reais, mas eu devo ter para pagar uns cento e noventa mil. Então quando eles me tomam duzentos como é que eu pago cento e noventa? Que é para professor, para professor de fora, para xerox, para lanche, para slides, como é que eu pago? Eu tenho que ter esse dinheiro. Então, hoje, está se equacionando. Nós mudamos o estatuto das fundações, estamos mudando todos os estatutos das fundações, para que essa relação, ela seja mais clara. Pessoas gostam muito de falar assim: “você tem que ser transparente”. Porque é que tem que ser transparente? Dizer o que a fundação tem de dinheiro, o que ela não tem de dinheiro? Isso é ser transparente? Então transparente é mostrar quais as ações estão sendo realizadas. Aí sim você pode criticar essa ação ou aquela outra. Mas, eu vejo que essa relação hoje ela está melhorando muito. E os aspectos mais positivos dessa relação é a de que a universidade pode contar com uma fundação para que ela possa dar continuidade aos planos que ela tem. É e você acabou de acertar a saída de uma verba, por exemplo, do governo. Então você tem que construir alguma coisa amanhã, você tem que fazer isso urgente, o que você tem que fazer acionar a FAU para fazer aquilo, depois bota um dinheiro ali, você vai tornar a repactuar aquilo, entendeu? Então é isso aí, essa relação ela quem está de fora acha que é incestuosa, quem está de dentro vê que ela é lúcida, transparente, clara.

Entrevistador: *Quais as principais fontes de recursos da FAU e quais os principais serviços prestados pela FAU?*

Yuan: *As principais fontes de recursos da FAU são os cursos de pós-graduação e a prestação de serviço que é executado por algumas unidades daqui, especialmente na área da engenharia. Engenharia química, a própria química, a elétrico, a mecânica, são grandes prestadores de serviço. E de alta reputação a nível nacional nesse processo. E as demais áreas, entram muito com a participação na área de cursos de pós-graduação latu sensu. É o serviço prestado pela FAU dentro desse processo, é simplesmente uma gestão financeira. Ela não faz mais nada do que isso. Ela capta o recurso, que você dá, coloca no caixa, faz aplicações bancárias para render aquele recurso, cobre seus custos e investe nisso. A briga que a gente tem internamente é que as nossas fundações são passivas, se ninguém mexer elas fecham. Porque elas não mexem. E elas deviam ser um fator de demanda para a universidade. Ela teria que ter a competência de fazer um convênio com Maguary aqui, por exemplo e enviar para a universidade para buscar o recurso para atender aquele convênio. Então ela tinha que ser proativa. Lamentavelmente não é. A gente tem insistido nisso aí, eu já faz mais de dez anos que eu insisto com isso, para que ela possa fazer isso. Mas não vejo o ambiente para que ela possa trabalhar desse jeito. É preciso entender que ela é uma fundação, privada, e ela teria que ter a competência de buscar gente de mercado para trabalhar no mercado.*

Entrevistador: *A FAU interfere na dinâmica da UFU, do trabalho docente na UFU? ?Como?*

Yuan: *Eu não vejo isso, eu não vejo que ela possa provocar uma interferência por que a área acadêmica ela sobrepõe a qualquer atividade e tem uma divisão muito clara quanto isso, o trabalho a ser realizado pelo docente e fora daquele horário estabelecido para isso a não ser num contrato de convênio se você vai prestar serviço para a Petrobrás você vai estar prestando para evidentemente aquilo ali entra num processo que você esta colaborando muito na divulgação do serviço para UFU, você vê aí esta prospecção de petróleo em alta profundidade sonda é feita aqui com agente a tecnologia é nossa, isso te da um respaldo para a universidade federal de Uberlândia esta ligando agente lá fora isso é muito mais importante do que a geração de um recurso. Não entendo onde ele pode inibir eu entendo que*

*ele é estimulador porque ele sabe que ele tem uma fundação dando cobertura para ele nesse processo ele não precisa estar preocupado se eu for ver o meu orçamento eu não faço nada eu não dou um passo eu iria ficar sentado dentro da calçada e os alunos reclamando eu não tenho dinheiro para isso eu não tenho dinheiro para nada , as fundações trouxe um revigoramento para as unidades acadêmicas vocês são altamente produtivos lá **(ENTREVISTADO SE REFERE A FACED UNIDADE ONDE ESTUDAVA O MESTRANDO)** vocês podem sentir isso , você paga para uma unidades tem 50 por cento do que você tem e aquilo não foi ganho político não foi trabalho mesmo atividade que ele fizeram acima que eles tinham que fazer normalmente então o que esta incorporado ao meu patrimônio público é fruto de produção de docentes estimulados pela FAU e muito grande.*

Entrevistador: A FAU contribui para a privatização da UFU? Como?

Yuan: *Olha o negócio de privatização é um negócio gozado durante os 8 anos o governo FHC(Presidente Fernando Henrique Cardoso),o ministro Paulo Renato que achou que iria resolver os nossos problemas por que era reitor na UNICAMP, a primeira atitude do ministro Paulo Renato foi mostrar que ele não iria atender as universidades públicas , ele iria deixar o castelo desmoronar mesmo , não repôs professor não repôs nada achou que a relação docente discente era muito alta perto de determinados países, a nossa relação era 1/10 1/11, em média hoje nos estamos trabalhando com 1/20, então agente hoje devia ter 600 docentes temos cerca de 2000 alunos ele sinalizou que ia fazer isto mesmo, agora ou nos acreditamos e resolvemos isso ai mas ele não tomou providência nenhuma que providência que é? Você tem que reforçar suas forças e o que reforçar suas forças, captação de recursos e você fazer frente a determinadas atividades. Vem o outro governo e já esta fazendo ai seus 4 anos que também não fez muita coisa algumas contratações alguns professores a mais, mas a nível de investimento na universidade fundamental, não fez até ampliou os començais sem ampliar o bolo, abriu algumas universidades no ABC não sei o por que ela abriu campus em Ituiutaba não sei o que lá mas e o bolo que aumentou uma porção de gente para comer eu sei mas e o tamanho do bolo para quanto foi o orçamento da educação no Brasil, você não pensou nisso. Então agente fica muito preocupado, agora daí a levar a uma privatização o Brasil não tem estrutura, muito difícil, o Brasil não tem estrutura para trabalhar só com instituição privada, não tem geração de emprego suficiente para que as pessoas possam pagar e não tem Estado forte que seja competente para por esse pessoal na escola se fazer FIES se fizer o PROUNI concordo com tudo isso mas como é que você vai devolver o dinheiro isso não pode ser fundo perdido se lá na frente eu não tive meu emprego como que eu vou devolver esse dinheiro para min para que ele seja nova fonte geradora de novos investimentos o governo não pode trabalhar com fundo perdido se joga isso como fundo perdido sem gerar nada lá na frente não tem perspectiva se virou um estado e que fica procedendo demanda sem estrutura de arrecadação é um negócio perigoso isso agora eu não vejo sinalização nenhuma neste governo de que estas instituições serão privatizadas o país não tem condições nenhuma de fazer isso, apesar de que a maioria dos países hoje que tem o terceiro grau gratuito são países de 3º mundo tal não acontece nos países de 1º. Acredito que nós pela dependência e pela linha de pobreza da massa da população, não vejo sinceramente não tenho menor receio de que isso vai ser privatizado e o ensino tem que ser público, agora o funcionário e que não deveria ser público isso que devia ser regido por CLT, eu tenho que trabalhar aqui por competência, o grande discurso é o seguinte se eu deixar funcionário público eu vou ser celetista evidentemente, acho isso é um ganho você continua com a universidade mas sem funcionário público o que não é conveniente. Você vai gritando com isso aí por que vai afetar meu trabalho vai afetar nada, vai afetar sim se você não for produtivo rua, se você ta aqui igual eu tenho aqui, eu tenho doutor aqui que não produz uma*

linha ,não escreve nada, não pesquisa nada .E eu não posso fazer nada com o cara que eu vou fazer ele foi estimulado para ser doutor para melhorar o salário dele, mas nada não tem nada em lugar nenhum que diz assim o doutor tem que fazer isso , caso não faça vai ser demitido não tem jeito, o cara não quer fazer nada e você não pode fazer nada, igual aos que eu tenho agente pode achar um número aí substancial dentro da universidade pessoas que vem aqui dá 8 horas aula 9 horas aula senta na sala dele perua no computador dele vai para lá e para cá volta para casa e não faz nada fica tranqüilo e não trabalha é um problema de garantia e tranquilidade que eu tenho. Você está nesse emprego ninguém nunca vai mandar você embora, se você não matar se você não roubar pode ficar despreocupado, acabou de dizer para você não precisa fazer nada, então meu amigo isso é um grande problema, se alguém me perguntasse o que você acha de privatizar eu acho privatizar a universidade, mas a universidade precisava ter um corpo docente técnico celetista não vejo como fazer isso.

Entrevistador: A FAU contribui para a realização da autonomia da UFU?

Yuan: *A UFU e como se fosse um deficiente físico que tivesse com dificuldade de andar a FAU e muleta de duas uma se você fizer uma perna ortopédica a autonomia você não precisava da FAU mais você é um gestor, hoje nós não somos os gestores hoje você tem aqui uma diretoria chamada de diretoria de planejamento, eu tenho uma matéria justamente para falar para o aluno o que a diretoria de planejamento da UFU faz ,não tenho o que fazer por que você tem um orçamento fechado, você não tem o que planejar, 95% para pagar pessoal e aí 2% água e energia 3% para manutenção e investimento, nada, que seja tão planejando fala para min então é um problema o seguinte se você tem autonomia você não precisa de fundação mais , então não vejo no que a FAU pode contribuir para autonomia da UFU, para autonomia dela , eu acho que o dia que o governo tiver uma pouquinho de vergonha ele acaba com as fundações por que as fundações é uma maneira de você trabalhar com o dinheiro como se fosse caixa 2, todo dinheiro tinha que entrar na UFU que por que foi produzido na UFU, mas se ele entrar na UFU ele esta morto tem que ter um gestor financeiro fora da UFU agora se a UFU tem autonomia administrativa e financeira não tem lógica de existir uma fundação, nenhuma então não tem uma causa e efeito aí o dia que existir autonomia eu acho que eu vou embora por que na verdade ninguém quer autonomia queremos autonomia para universidade a se o orçamento não der para ser realizado como é que você faz , aí vem o governo mas aí não é autonomia mas você não tem condições de dar 10% de aumento para os servidores, o pessoal vai fazer greve e contra você não é contra o Governo mais não que isso então o cara já começa sair fora disso, então eu não vejo a relação entre as duas coisas.*

Entrevistador: A relação FAU e UFU contribuiria para subordinar a dinâmica da UFU às demandas do mercado? Como?

Yuan: *Eu acho que a UFU tem que atender mercado nós não podemos ser poeta o mercado eu quero isso, e nos vamos dizer eu não vou te ofertar isso vou te ofertar aquilo, mas por que, por que aquilo que bom aquilo que puro aquilo que vai resolver nossa situação daqui 5 anos 10 anos mas , e como se mercado disse assim eu quero pão, e você dissesse assim só dou bolo, esta subordinação ela tem que ser constante , eu não posso deixar de atender o mercado imagine você que amanhã cesse como que por um milagre nos não precisemos mais de sociólogos, eu vou continuar formando sociólogos então nos estamos na contramão do processo então a necessidade que agente tem objetivamente a UFU é subordinada ao mercado sim quando o governo autorizou que eu funcionasse assim para atender quem? Demanda de mercado porque se dava, então não entendo quando as pessoas lá nos conselhos*

superiores dizem assim nós não podemos ficar refém do mercado, o cara pálido o que que eu vou fazer se tudo que nos fazemos e direcionado para lá as novas tecnologias vem através de quem? O mercado ou somos nós que inventamos as novas tecnologias mercado vem diz assim olha professor daqui para frente vai ter que entrar na sala de aula e manusear o computador como se fosse um especialista em computação ele tem trabalhar com aula, tem que acabar com giz, acabar com aquele pó que é pior que cigarro, nos temos que trabalhar com escalas no data show e conferências você lá na sua casa interagindo aqui por que que se vai aqui para me atender por que que nos não marcamos um chat e tal e vamos trocar impressão com todo mundo isso o mercado faz, nos tivemos uma reunião com a fundação é um dos maiores empresários de Uberlândia faz parte da assembleia deles, o cara foi expor o fim do ano fiscal, balanço, demonstrações do fluxo de despesa e tal. Acabou de expor deu a palavra a assembleia pediu a palavra e falou “ olha eu estou decepcionado na minha empresa um cara que fizesse uma apresentação dessa eu mandava ele embora , não é possível que ele não conhece as novas tecnologias de transmissão de informação, está aí tirando transpareciázinha pondo retroprojétor aqui o foco muito ruim , eu tinha que sentar aqui vocês me darem um óculos de terceira dimensão e me mostrar os quadros tudo aí dizendo exatamente do que se trata”, então o cara lá de fora que é consumidor de produtos nossos tal ele que me posiciona olha o mercado que comanda agente para com esse negócio de subordinar eu sou subordinado sim, por que que nos queremos universidade? Por que seu pai falou que você queria aprender alguma coisa, não, então meu amigo eu acho que é algumas vertentes estão erradas então eu não acho que nos não estamos caminhando para sucumbir ao mercado não, nos somos o mercado, fim de conversa.